

COMUNICAÇÃO E CULTURA

EDITADO POR:
ZARA PINTO COELHO & JOAQUIM FIDALGO



I JORNADAS DE DOUTORANDOS EM
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E
ESTUDOS CULTURAIS



CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
UNIVERSIDADE DO MINHO

© CECS 2012

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/>

Título

Comunicação e Cultura
I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais

Edição

Zara Pinto Coelho
Joaquim Fidalgo

Editora

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Braga · Portugal

Formato

Livro eletrónico [PDF], 278 páginas

Director gráfico e edição digital

Alberto Sá

Ilustração da Capa

Imagem sem direitos de autor: 'orion-nebula-space-galaxy.jpg'
Disponível em <http://www.copyright-free-images.com>

Revisão

Ricardina Magalhães

ISBN

978-989-8600-05-9

Publicação

Dezembro, 2012

É da responsabilidade dos autores a obtenção de direitos autorais
para o uso de imagens, tabelas ou quadros.

Comunicação e Cultura

I Jornadas de Doutorandos em
Ciências da Comunicação e Estudos Culturais

editado por
Zara Pinto-Coelho & Joaquim Fidalgo

Colecção Comunicação e Sociedade, *e-Books*
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho, Braga

...

2012

ÍNDICE

PREFÁCIO	
MOISÉS MARTINS & HELENA SOUSA.....	7
NOTA INTRODUTÓRIA	
ZARA PINTO-COELHO & JOAQUIM FIDALGO	9

I. Comunicação, Ciência e Cultura

ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA CIÊNCIA EM PORTUGAL E EM ESPANHA: EVOLUÇÃO E ESTADO ATUAL	
LILIANA OLIVEIRA & ANABELA CARVALHO	15
A DIMENSÃO ESTÉTICA DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS: PROCESSOS DE MEDIAÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DOS MERCADOS CRIATIVOS	
RODRIGO MAIRINK & MOISÉS MARTINS.....	37
O <i>STORYTELLING</i> COMO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APROPRIAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL: VIAGEM NA OBRA DE <i>HIERONYMUS BOSCH</i> MEDIATIZADA POR UMA SUPERFÍCIE TANGÍVEL	
RAQUEL PINTO; LIA OLIVEIRA & NELSON ZAGALO.....	55

II. Média, Novas Tecnologias e Políticas

EDIÇÃO NÃO LINEAR: A FUNÇÃO DO JORNALISTA COM AS TRANSFORMAÇÕES DA TECNOLOGIA	
WASHINGTON FILHO & JOSÉ CORREIA	73
REGULAÇÃO DOS <i>MEDIA</i> EM DEMOCRACIA: EXPERIÊNCIAS E MODELOS PARA O CASO PORTUGUÊS	
MARIANA LAMEIRAS & HELENA SOUSA.....	97

III. Literacia Médiática, Informação Televisiva e Redes Sociais

REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A ATUALIDADE: CAMINHOS QUE SE CRUZAM ENTRE A LEITURA DO MUNDO E A INFORMAÇÃO NOTICIOSA	
PATRÍCIA SILVEIRA; SARA PEREIRA & MANUEL PINTO.....	119
LITERACIA MEDIÁTICA E COMUNICAÇÃO INTERGERACIONAL. ESTUDO DAS TROCAS E PARTILHAS NO 'ENCONTRO' ENTRE GERAÇÕES DISTANTES	
SIMONE PETRELLA; SARA PEREIRA & MANUEL PINTO.....	133
TER COMO PALCO DE FUNDO AS REDES SOCIAIS. DESAFIOS METODOLÓGICOS: COMO O OBSERVADO MUDA O OBSERVADOR	
LUZIA PINHEIRO; JOSÉ NEVES & MOISÉS MARTINS	147

IV. Identidades, Memória e Cultura

DA 'PORTUGALIDADE' À LUSOFONIA VÍTOR DE SOUSA & MOISÉS MARTINS	159
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, MIGRAÇÕES E <i>MEDIA</i>: REFLEXÕES EM TORNO DO PAPEL DA LITERACIA CINEMATOGRAFICA NA PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE ISABEL MACEDO & ROSA CABECINHAS	179
CRÍTICA E PÓS-COLONIALISMO: OLHARES TRANSATLÂNTICOS NAS CRÍTICAS DE ANTONIO CANDIDO E EDUARDO LOURENÇO ANNE VENTURA & MARIA MANUEL BAPTISTA.....	195
DESVIOS IDENTITÁRIOS DO GÊNERO: O IMAGINÁRIO E A SUBVERSÃO ANDRÓGINA MANUELA RUAS & JEAN-MARTIN RABOT	211

V. Comunicação, Cultura e Organizações

PROPOSTA DE ANÁLISE SOCIAL PARA A PUBLICIDADE NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL RENATA DE FREITAS & TERESA RUÃO.....	227
--	-----

VI. Imagem, Drama e Cultura

VESTUÁRIO CINEMATOGRAFICO: ESTUDOS DA FASHION THEORY APLICADOS À ETNO-FICÇÃO PORTUGUESA CATERINA CUCINOTTA & ANTÓNIO CASCAIS.....	243
DA GUERRA: DESAFIOS DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CULTURA CONTEMPORÂNEA E NOVAS TECNOLOGIAS CATARINA PATRÍCIO; JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA & JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS	255
A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: A CIDADE SUBJETIVA DE FÉLIX GUATTARI ANDREIA DA SILVA SANTOS & ROSÂNGELA QUEIROZ	267

Prefácio

MOISÉS MARTINS & HELENA SOUSA

As Direções dos Programas de Doutoramento em Ciências da Comunicação (Universidade do Minho) e em Estudos Culturais (Universidade do Minho e Universidade de Aveiro) promoveram, nos dias 14 e 15 de Junho de 2012, a 1ª Jornada dos Doutorandos. A iniciativa, com o título abrangente “Comunicação e Cultura”, procurou criar um espaço de diálogo franco e informado sobre os projetos dos estudantes dos doutoramentos em Ciências da Comunicação e em Estudos Culturais.

Transgredindo, porém, o plano inicial, este debate acabou por se alargar aos estudantes de doutoramento de outras universidades. Superando as nossas melhores expectativas, o interesse que a iniciativa suscitou deu bem conta da necessidade de partilha de saberes, resultados, dúvidas, avanços e recuos. Esta experiência foi profundamente gratificante para todos nós porque organizou a excelência que os estudantes desenvolvem ao longo dos seus percursos e porque reafirmou a exigência do debate e a indispensabilidade de massa crítica.

Nesta primeira edição, a jornada deu também visibilidade externa ao trabalho de investigação em Ciências da Comunicação e em Estudos Culturais. Ficou clara a importância dos trabalhos e a necessidade da sua apresentação pública e de avaliação por pares. Os contributos dos estudantes, orientadores e demais investigadores foram, estamos certos, da maior relevância para a prossecução dos trabalhos. A ciência precisa de questionamentos, de olhares imprevisíveis e de intuições. E de tudo houve nesta jornada que compreendeu cerca de três dezenas de comunicações meticulosamente debatidas.

Para além dos estudantes que submeteram os seus trabalhos e os apresentaram, o sucesso desta iniciativa deveu-se largamente ao empenho dos comentadores, tanto docentes como alunos em diversas etapas dos seus percursos doutorais. Não teria, no entanto, sido possível levar esta nau a bom porto sem o empenho da Profª Zara Pinto-Coelho e do Prof. Joaquim Fidalgo que fizeram a avaliação científica das propostas e que coordenaram, em nome das Direções dos Programas Doutorais, a iniciativa.

Como é nosso hábito, os alunos são também parte inteira destes processos e, por isso, agradecemos muito particularmente aos alunos que integraram a Comissão organizadora do evento: Mariana Lameiras e Vítor de Sousa, doutorandas de Ciências da Comunicação, e Isabel Macedo e Ana Cámen, doutorandas de Estudos Culturais.

A todos muito obrigado!

A COMISSÃO DIRECTIVA DO DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Helena Sousa, Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Moisés de Lemos Martins, Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Doutor Manuel Pinto, Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

A COMISSÃO DIRETIVA DO DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CULTURAIIS

Moisés de Lemos Martins, Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Helena Sousa, Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Maria Manuel Baptista, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Anthony Barker, Professor Associado do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Nota Introdutória

ZARA PINTO-COELHO & JOAQUIM FIDALGO

Esta obra oferece uma série de propostas de investigação, reflexões e estudos a propósito da temática “Comunicação e Cultura” em torno da qual foram organizadas na Universidade do Minho as primeiras Jornadas de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais.

Integra capítulos particularmente úteis para estudantes que se interessam pelo tema, e para estudantes de outras áreas que querem saber o que estudam as Ciências da Comunicação e os Estudos Culturais.

Os autores são estudantes de doutoramento em diversas universidades portuguesas, Universidade do Minho, de Aveiro e da Beira Interior, uma diversidade que se estende também ao seu país de origem (Portugal e Brasil). Em parceria com os respectivos orientadores, estes estudantes oferecem-nos uma variedade de exemplos e de perspectivas teóricas, analíticas e culturais.

O livro está dividido em sete capítulos, seguindo a organização temática das jornadas antes referidas.

No Capítulo I, dedicado à **Comunicação, Ciência e Cultura**, Liliana Oliveira, orientada por Anabela Carvalho, analisa as relações entre os cidadãos e a ciência, partindo dos casos de Portugal e Espanha, para compreender a importância que a comunidade científica e a administração pública atribuem à participação pública e identificar as razões que explicam o grau de envolvimento.

Rodrigo Mairink, orientado por Moisés Martins, debruça-se sobre a dimensão estética das Indústrias Culturais, e mais especificamente sobre processos de mediação na estruturação dos mercados criativos. Analisando a relação entre a arte e a natureza, bem como a relação entre a arte e o homem, este texto inscreve-se num projecto mais vasto que procura compreender a importância do pensamento estético para as Indústrias Culturais na contemporaneidade.

Visando estimular o público a participar em novas formas de exploração das obras de arte em museus, Raquel Barros Pinto, orientada por Nelson Zagalo e Lia Raquel, faz um estudo de caso, a partir da obra “O julgamento” de Hieronymus Bosch, para compreender as relações que se estabelecem entre os visitantes dos museus e a obra de arte, no momento em que estes a manipulam, e com fim último de desenvolver um protótipo para uso em museus.

No capítulo II, **Média, Novas Tecnologias e Políticas**, Washington Filho, orientado por João Correia, aborda a problemática da edição não-linear no contexto digital, com destaque para as alterações na função do jornalista decorrentes das mudanças tecnológicas. Uma das relevantes questões analisadas é o facto de os jornalistas de televisão serem cada vez mais responsáveis por todas as operações de edição das notícias, sem a intermediação de outros técnicos especializados, como costumava suceder. Mariana Lameiras, orientada por Helena Sousa, apresenta o seu projecto de doutoramento “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português”. O projecto da autora visa investigar os mecanismos de regulação portugueses desde o 25 de Abril de 1974, tendo em vista conceber um modelo ideal de regulação do sector mediático e propor um conjunto de políticas públicas que contribuam para a sua aplicação.

No capítulo seguinte, **Literacia Médiática, Informação Televisiva e Redes Sociais**, o terceiro deste volume, Patrícia Silveira, orientada por Sara Pereira e Manuel Pinto, expõe o estado da arte e a proposta metodológica do seu projecto de doutoramento onde pretende debater o modo como as crianças representam a atualidade. No âmbito do projecto europeu “*WP5: European Research on Inclusion of Disadvantaged Groups in Media Education, workpackage*”, Simone Petrella, orientada por Manuel Pinto e Sara Pereira, pretende analisar as trocas e partilhas de conhecimentos geradas no encontro intergeracional em torno dos média. Sobre os média, em particular, sobre os novos média, fala-nos Luzia Pinheiro. Orientada por José Pinheiro Neves e Moisés Martins, esta investigadora discute a exploração de duas técnicas metodológicas, a etnografia digital e o inquérito *online*, que podem ser adotados tendo como objeto de estudo as redes sociais, particularmente para estudar fenómenos emergentes nas mesmas.

Sobre **Identidades, Memória e Cultura** versa o capítulo IV. Vítor de Sousa apresenta o seu projecto de doutoramento, orientado por Moisés Martins, onde pretende saber até que ponto a marca da ‘portugalidade’ influenciou as dinâmicas relacionais com os povos das ex-colónias portuguesas. Isabel Macedo, orientada por Rosa Cabecinhas, discute os conceitos de *consciência coletiva* e de *representações sociais* centrais no seu projeto de doutoramento onde se propõe estudar os discursos e as representações sociais associadas às populações migrantes que são veiculados pelo documentário fílmico produzido em Portugal.

Anne Ventura, orientada por Maria Manuel Baptista, estuda as identidades culturais brasileira e portuguesa através das obras de António Candido e de Eduardo Lourenço – que, como defende, compartilham de uma mesma preocupação em compreender a ideia de nação através de sua cultura. Os laços e os conflitos pós-coloniais existentes entre os dois países são um dos objectos principais de análise.

Segue-se o capítulo V, **Comunicação, Cultura e Organizações**. Renata de Freitas, orientada por Teresa Ruão, pretende desenvolver uma proposta de análise social da publicidade no

contexto da Comunicação Organizacional. O ponto de partida enunciado é: como pode a identidade de uma organização ser transmitida por meio da publicidade?

O último capítulo é dedicado ao tema **Imagem, Drama e Cultura**. Caterina Cucinotta, orientada por António Cascais, apresenta o seu trabalho de doutoramento, centrado na intersecção entre cinema e moda. Para além de traçar as bases teóricas e metodológicas do seu projecto, a autora apresenta exemplos do tipo de análise que visa desenvolver. Catarina Patrício, orientada por José Bragança de Miranda e José Loureiro dos Santos, debruça-se sobre a problemática da guerra e da “mobilização total” a que, nas palavras de Jünger, ela conduz. A guerra enquanto fenómeno total pode ser, de acordo com a autora, entendida de forma mais consistente através da fluidez da filosofia da contingência, justamente pelo espaço que concede à imponderabilidade. Finalmente, Andreia Santos, orientada por Rosângela Queiroz, ocupa-se da desterritorialização dos territórios, incidindo no conceito de “cidade subjectiva” presente na obra de Félix Guatarri, bem como na necessidade de a resgatar. O estudo de algumas obras cinematográficas, como “Metropolis” ou “O Declínio do Império Americano”, são convocadas para este projecto, dados os seus pontos de contato com a temática desenvolvida por Guatarri.

Gostaríamos de ver este livro como parte de um projecto em curso, onde se esperam futuros volumes para dar a conhecer desenvolvimentos nas propostas anunciadas e novos planos de investigação. Enquanto editores, esperamos que este projecto se torne uma obra comum de uma comunidade em crescimento de estudantes e académicos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais.

I

Comunicação, Ciência e Cultura

Envolvimento e Participação dos Cidadãos na Ciência em Portugal e em Espanha: Evolução e Estado Atual

Public Engagement with Science in Portugal and Spain: Evolution and Current Status

LILIANA OLIVEIRA & ANABELA CARVALHO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
id3833@alunos.uminho.pt / carvalho@ics.uminho.pt

Resumo:

As reformas introduzidas nos últimos anos nas instituições de ensino superior europeias, aliadas a uma maior autonomia e profissionalização na sua gestão, têm permitido oficializar algumas rotinas para o compromisso com a sociedade na definição de prioridades e na avaliação da ciência. A realidade dos diversos países é ainda, porém, bastante heterogénea. Em Portugal e em Espanha, o envolvimento dos cidadãos na ciência ainda é reduzido e as práticas para incrementar a sua participação são escassas. Este capítulo pretende contribuir para analisar a evolução e caracterizar o estado atual da relação entre os cidadãos portugueses e espanhóis e a ciência, e perceber a importância que a comunidade científica e a administração pública atribuem à participação pública. Pretende-se, desta forma, identificar as principais razões que inibem o desenvolvimento de formas de interação mais participativas e o interesse dos cidadãos por estas questões.

Palavras-chave:

Participação pública na ciência; compreensão pública de ciência; política científica; apropriação pública de ciência; Portugal e Espanha

Abstract:

Transformations introduced over the last few years in European higher education institutions, allied to greater independence and professionalism in their management, have allowed for some routines to be implemented towards engagement of the public in the definition of priorities and evaluation of science. However, the situation of different countries is rather heterogeneous. In Portugal and Spain, citizens' engagement with science is quite low and initiatives to enhance public participation are scarce. This paper aims to contribute to analyzing the evolution and characterizing the current state of the relationship between Portuguese and Spanish citizens and science. It also discusses the importance attached to public participation by the scientific community and government. The aim is to identify the main reasons that inhibit the development of more participatory forms of interaction and citizens' interest in these matters.

Keywords:

Public participation in science; public understanding of science; science policy; public appropriation of science; Portugal and Spain

1. Introdução

Incrementar a participação da sociedade civil nos processos decisórios relativos à ciência e tecnologia (C&T) tem sido uma das principais preocupações e um dos compromissos assumidos pela União Europeia (UE). Apesar de já existirem rotinas oficializadas para

envolver a sociedade na definição de prioridades e na sua avaliação, a realidade dos vários países da Europa neste campo ainda é bastante heterogénea, existindo diferenças substanciais no grau de envolvimento do público. Em Portugal e em Espanha, esses mecanismos ainda não estão adequadamente institucionalizados e a preocupação central situa-se na promoção, na compreensão e na perceção positiva do público na ciência mais do que no envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões (European Commission, 2012; Felt, 2003; Mejlgaard & Stares, 2009).

Este capítulo apresenta uma análise da evolução e uma caracterização do estado atual da relação entre os cidadãos portugueses e espanhóis e a ciência, bem como uma reflexão sobre a importância que a comunidade científica e a administração pública atribuem à participação pública. Pretende-se, desta forma, identificar as principais razões que inibem o desenvolvimento de formas de interação mais participativas e o interesse dos cidadãos por estas questões.

No ponto 2 percorre-se a evolução da relevância atribuída à compreensão pública de ciência nas políticas científicas nacionais; no ponto 3 é analisada a importância e o grau de envolvimento e de participação pública na ciência; e no ponto 4 é descrito o papel que a comunidade científica e as instituições de ensino superior têm tido na relação Ciência-Sociedade.

2. A compreensão pública de ciência nas políticas científicas nacionais

Até ao início da década de 80, o sistema científico e tecnológico português apresentava um significativo atraso em relação à grande maioria dos países da UE. Com a entrada de Portugal na UE, assistiu-se a um despertar, ainda que tardio, da base científica nacional, com o sistema científico português a revelar um crescimento acentuado e em convergência com a Europa (Caraça & Pernes, 2002). Nos últimos anos, Portugal tem vindo a apresentar um crescimento contínuo do financiamento público em I&D (46% nos últimos quatro anos), com um total de investimento a chegar ao 1,71% PIB em 2009, não tendo atingido, no entanto, ainda a média europeia, que está nos 1,9 por cento (UNU-MERIT & DG JRC G3 European Commission, 2011).

No que concerne à compreensão pública de ciência, Portugal também se encontra distante do elevado patamar onde se situa grande parte dos países europeus. Apesar de já na criação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), em 1967, se estabelecer como uma das suas funções a realização de iniciativas para divulgação da C&T, este objetivo foi perdendo a sua importância ao longo dos anos. Apenas com o Programa PRAXIS XXI e consequente criação, em 1997, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), esta

questão readquire importância, despontando novamente de uma forma explícita nos objetivos do governo.

O marco desta viragem é a criação do Programa e Unidade Ciência Viva¹, em 1996, um programa especial de reforço da cultura científica que se pretendia que resolvesse o problema do baixo nível de conhecimento e de compreensão dos métodos científicos e favorecesse uma atitude de confiança na ciência e de interesse pelos temas científicos (Magalhães & Rodrigues, 2000). Constituída como Associação Ciência Viva², em 1998, e tendo como seus associados a Agência de Inovação, SA, a FCT, e várias instituições científicas do país, o programa adotou três instrumentos de ação: um programa de apoio ao ensino experimental das ciências e à promoção da educação científica na escola; uma Rede Nacional de Centros Ciência Viva para facilitar o acesso da população a espaços interativos de divulgação científica; e campanhas nacionais de divulgação científica. Este projeto tem-se afirmado na Europa como um programa de particular sucesso na promoção da cultura científica e tecnológica, diferenciando-se positivamente dos programas congéneres de outros países pelo elevado grau de envolvimento das instituições científicas e dos cientistas nas suas ações (Ministério da Ciência e Ensino Superior, 2002).

A importância da divulgação científica foi reconhecida ainda no Programa Operacional «Ciência, Tecnologia, Inovação» 2000-2006 e 2010³, tendo sido um dos seus três eixos prioritários. Também o Regulamento de Execução do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional do QREN 2007-2013⁴ abrange o financiamento de projetos de promoção da cultura científica⁵. Segundo dados disponibilizados no site⁶ do Programa específico para esta área - o Programa COMPETE - em 2010 foram abertos 8 concursos, um dos quais inserido na tipologia Promoção da Cultura Científica e Tecnológica, orientado para a produção de conteúdos para divulgação científica e tecnológica nos media.

O sistema científico e tecnológico espanhol, à semelhança do português, apresentava até ao início dos anos 80 um acentuado atraso face aos outros países da OCDE e da própria UE (Otero Carvajal, 2000). Com a entrada na UE, em 1986, tal atraso tem vindo a ser recuperado, embora vários indicadores se mantenham aquém dos níveis que se observam noutros países. Nos finais da década de 90, o sistema científico atingiu a sua consolidação com uma estrutura cimentada em três atores principais: as universidades, o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) e os centros de investigação do Estado vinculados aos

¹ Despacho I Nº 6/MCT/96, de 01/07/96.

² Publicado no DR III Série, Nº 256/98, de 5 de Novembro de 1998.

³ Disponível em <http://www.fct.mctes.pt/pt/programasinvestimento/pocti/indice/#II> (Acesso em 14/08/2012).

⁴ Aprovado pela CMC do POFC em 16/11/2007 e ratificado em 05/03/2008.

⁵ Artigo 5º, número 1 c) do Regulamento de Execução do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

⁶ Disponível em <http://www.pofc.qren.pt> (Acesso em 01/09/2012).

ministérios e às empresas públicas (Torres-Albero *et al.*, 2011). No fim do século XX e na primeira década do século XXI, a ciência espanhola registou um crescimento acentuado. Contudo, é de registar que, apesar de todas as medidas implementadas, o investimento nesta área ainda é precário, atingindo apenas 1,35 % do PIB em 2008 e encontrando-se ainda, tal como Portugal, abaixo da média europeia (1,89%) (Revuelta, 2011).

A disseminação da cultura científica ficou sempre em segundo plano. Essa preocupação surge apenas em 2000, com a aprovação do Plano Integral de Comunicação e Divulgação Social da Ciência, atingindo o ponto alto em 2007, com a realização do «Ano da Ciência». Este documento nasceu para complementar os programas de apoio em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I+D+I) do governo espanhol e o esforço empreendido no desenvolvimento científico e tecnológico, como tentativa de melhorar o grau de literacia científica dos cidadãos (Comisión Nacional del Año de la Ciencia, 2008).

Através da Declaração Institucional de Apoio ao Ano da Ciência o Governo espanhol assumiu o compromisso de prestar o apoio necessário a todas as instituições que pretendam desenvolver atividades de comunicação e divulgação científicas. Ao abrigo deste bem sucedido programa foram atribuídos 276 subsídios e investidos cerca de 42.500 milhões de euros em projetos de divulgação científica e de criação de estruturas de apoio na transmissão dos resultados da investigação e na sua aproximação à sociedade.

Ainda em 2001, o Conselho de Ministros reconhecia a importância de popularizar e comunicar a ciência com a criação da FECYT para dar suporte à atividade científica e tecnológica espanhola e incrementar o interesse da sociedade no desenvolvimento científico.

Para além destas ações, a preocupação com a comunicação de ciência passou a integrar, recentemente, alguns instrumentos legislativos. A nova Lei da ciência, da tecnologia e da inovação espanhola⁷, aprovada em 2011, perfilha que a comunicação de ciência passe a estar inscrita nas obrigações do Estado e da comunidade científica, reforçando a necessidade de apostar na comunicação como um dos agentes de mudança e desenvolvimento social e cultural, através de um maior envolvimento dos poderes públicos⁸.

Também no VI Plano Nacional de Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica 2008-2011⁹ é contemplado um programa de cultura científica e de inovação que se destina a financiar atividades de promoção da cultura científica e da inovação.

⁷ Ley 14/2011, de 1 de junio.

⁸ Artigo 38º artigo da Ley 14/2011, de 1 de junio.

⁹ Disponível em

http://www.idi.mineco.gob.es/stfls/MICINN/Investigacion/FICHEROS/PLAN_NACIONAL_CONSEJO_DE_MINISTROS.pdf (Acesso em 10/07/2012).

A comunicação pública de ciência figura ainda na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia 2007-2015¹⁰. Nela está inscrita a pretensão e o objetivo estratégico de estabelecer as condições adequadas para a difusão da C&T, reconhecendo que esta comunicação torna o cidadão mais participante e membro ativo da sociedade do conhecimento, sendo prioritária «a implementação de mecanismos que permitam integrar as preocupações sociais na formulação de políticas de I&D».

3.0 envolvimento e a participação das sociedades portuguesa e espanhola na ciência

Pelo menos até ao início deste século, foi através de iniciativas de participação menos intensas, como as ações de sensibilização e de informação, lideradas na sua maioria pela comunidade científica e pelos decisores políticos, que os portugueses foram convidados a envolver-se em questões científicas. A promoção sistemática de iniciativas científicas especialmente concebidas para o público em geral ocorreu sobretudo a partir da criação do Programa Ciência Viva (Alves, 2011; Coutinho *et al.*, 2004).

A comunidade não se mostra ativa no que toca à participação na discussão de temas que envolvam a ciência, muito em parte devido ao baixo nível de literacia científica (European Commission, 2005b; 2005a; 2010; OCT, 1998; 2000; European Commission, 2010); ao baixo nível de escolaridade (OECD, 2011); e à lenta e tardia evolução do seu sistema científico nacional. O primeiro Ministério da Ciência e Tecnologia surgiu em 1994 e a primeira iniciativa oficial em comunicação de ciência (Programa Ciência Viva) foi implementada apenas em 1996 (Magalhães & Rodrigues, 2000).

As ocasiões de efetivo diálogo e de consulta que coloquem em contacto direto os cientistas e os públicos têm sido escassas (Carvalho *et al.*, 2009), apesar de já se terem registado algumas controvérsias científicas em cuja resolução esse tipo de iniciativas poderia ter sido importante, como a construção da barragem no rio Foz Côa, a incineração de resíduos industriais (Gonçalves, 2003), o estudo geológico com recurso a explosão controlada ao largo da costa do Porto (Correia, 2003), e, mais recentemente, a discussão do plano nacional para a construção de novas barragens.

Embora alguns movimentos sociais produzidos por essas controvérsias tenham acabado por influenciar as decisões políticas (Gonçalves, 2002), não se realizou qualquer tipo de fórum que estimulasse e facilitasse o diálogo entre os cientistas, os decisores e o público, e as tomadas de posição dos cidadãos acabaram por ser, de alguma forma, manipuladas pelos argumentos esgrimidos por grupos de pressão apresentados nos media e em conferências, palestras ou debates. Para exprimir a sua opinião, a comunidade organizou manifestações

¹⁰ Disponível em <http://www.idi.mineco.gob.es/stfls/MICINN/investigacion/FICHEROS/Encyt.pdf> (Acesso em 19/08/2012).

públicas e produziu panfletos (Gonçalves, 2003). A importância deste debate «varia não apenas com a diversidade das representações sociais da ciência da sociedade portuguesa, mas também com o tipo de atores envolvidos e a multiplicidade de arenas onde a ciência encontra a sociedade» (Alves, 2010: 9).

Portugal é um país com uma administração pública que alguns consideram «centralizada, hierarquizada e secretista» (Gonçalves, 2002: 250). Os portugueses sofrem de um défice de participação e cultura cívica, apresentam uma fraca mobilização cognitiva e a limitada disponibilização de mecanismos eficazes de interação com a administração pública também não favorece nem incentiva a sua progressão (Cabral, 2000). Este tipo de mecanismos «têm pouca frequência, desempenham funções simbólicas e é mesmo muitas vezes difícil encontrar quem queira ocupar os cargos disponíveis» (Barreto, 2002: 59).

Tanto quanto apuramos, a primeira conferência de consenso na área da C&T organizada em Portugal teve lugar em 2003, com o tema «a política de ciência e as implicações sociais e éticas da investigação biomédica» (Coutinho *et al.*, 2004). Através de uma pesquisa simples na internet, conseguimos identificar a ocorrência de mais duas iniciativas do género em território nacional: uma sobre a manipulação genética de plantas, em 2005¹¹ e uma sobre a suspensão de tratamento em doentes terminais, em 2008¹². Em 2005, a Agência Ciência Viva arrancou com os Cafés de Ciência na Assembleia da República, tendo alargado a sua realização aos Centros Ciência Viva associados mas ainda com pouca periodicidade.

As estruturas formalizadas para gerir e incrementar a participação e o envolvimento cidadão na governança da C&T que existem em Portugal são o Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação¹³, constituído em 1986 e reativado oficialmente em 2003 como fórum de reflexão que reúne personalidades dos sectores político, académico e empresarial; e o Gabinete Coordenador da Política Científica e Tecnológica¹⁴, composto por representantes das instituições académicas e científicas, públicas e privadas. Com uma atividade bastante intensa nesta área existiu, ainda, durante bastantes anos a Comissão Parlamentar de Ciência e Tecnologia (substituída entretanto pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura¹⁵), tendo promovido diversos debates públicos e Cafés de Ciência para discutir a política científica e os impactos sociais da C&T (Alves, 2011). Existem, ainda, algumas organizações (públicas, privadas e mistas) que têm procurado

¹¹ Disponível em <http://www.stopogm.net/sites/stopogm.net/files/VilaFlor.pdf> (Acesso em 17/08/2012).

¹² Disponível em http://www.apbioetica.org/fotos/gca/12726499671198314549conferencia_consenso.pdf (Acesso em 19/08/2012).

¹³ Disponível em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/unidades/regimejuridico.phtml.en> (Acesso em 01/07/2012).

¹⁴ Disponível em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/unidades/regimejuridico.phtml.en> (Acesso em 01/07/2012).

¹⁵ Disponível em <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/8CECC/Apresentacao/Paginas/default.aspx> (Acesso em 07/07/2012).

manter-se ativas na discussão de alguns temas relacionados com a C&T, mas a sua expressividade é reduzida (Alves, 2011).

A própria legislação portuguesa, seja através da Lei 83/95, de 31 de Agosto: Lei de Participação Procedimental e Ação Popular, seja através da própria Constituição da República Portuguesa, consagra, desde 1976, o direito de participação dos cidadãos nas tomadas de decisões e prevê a participação pública, e o direito à informação que lhe está implícito, como um dos direitos dos cidadãos. Porém, em muitos casos as ações promovidas nesse campo são um reflexo das diretivas europeias ou internacionais, como por exemplo a Agenda 21 (Ruivo, 2003), os estudos de impacte ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, os referendos e, mais recentemente, os orçamentos participativos.

Entre as áreas com uma maior tradição deste tipo de processos participativos encontramos o Ambiente, com o princípio de participação previsto na primeira Lei de Bases do Ambiente¹⁶; o princípio do acesso à informação, do direito de participação e de intervenção das organizações não governamentais (ONGs) para a promoção do direito à boa qualidade ambiental da Lei nº 35/98 de 18 de Julho; a autorização do acesso aos cidadãos a documentos da administração pública na área do ambiente da Lei nº 94/99 de 16 de Junho; e o direito de participação dos cidadãos na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial do Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro. Na mesma linha temos o exemplo da Lei da Água¹⁷.

Porém, nem sempre se vê refletido na realidade o que a lei postula (Pedroso de Lima, 2004). Não é habitual a opinião pública entrar na agenda política e, muitas vezes, apesar de alguns estudos já terem demonstrado o sucesso deste tipo de colaboração (Antunes *et al.*, 2009; IMAR, 2012; Videira *et al.*, 2003), a participação cidadã acaba por ser uma mera formalidade para a aprovação da legislação. Em muitos casos, a participação cidadã ainda é concretizada de uma forma tradicional, com recursos a audiências e consulta públicas já na fase terminal dos processos quando as condições estão quase definidas na sua totalidade.

De uma forma geral, o envolvimento cidadão não tem influência na definição dos problemas e, muitas vezes, a lei não facilita a sua concretização em pleno, estando a eficácia desse tipo de ações dependente da organização técnica de todo o processo pela administração pública. Até há pelo menos os anos 90, não era disponibilizada informação sobre os processos atempadamente e em locais de fácil acesso, e não eram implementadas ações participativas com todas as condições para uma participação efetiva (Chito & Caixinhas, 1993).

Apesar de ser objeto de diversos debates, a área dos riscos, por exemplo, não tem promovido a participação dos cidadãos, apesar destes se mostrarem abertos a um maior

¹⁶ Lei nº 11/87, de 7 de Abril.

¹⁷ Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro.

envolvimento. No inquérito exploratório de Delicado & Gonçalves (2007), apenas 10% dos inquiridos referiu ter participado em ações de protesto contra iniciativas relacionadas com risco ambiental ou para a saúde pública. Realidade semelhante ocorre ao nível da participação em ações políticas (que não as eleições) e em ações ambientais (Almeida, 2000; Almeida, 2004; Cabral, 2000).

Constrangimentos externos como não lhes ter sido dada oportunidade, não terem tido acesso a informação suficiente ou não terem sido convidados foram as razões mais apontadas pelos 90% dos inquiridos que referiram nunca ter participado nesse tipo de ações (Delicado & Gonçalves, 2007). Ficou evidente, no entanto, que os cidadãos desejam participar, quando são e quando não são diretamente afetados pelo problema, apesar de reconhecerem que os cientistas e as associações ambientalistas e de consumidores devem ter um papel mais decisivo no processo de decisão, aliás, na mesma linha dos resultados obtidos no Eurobarómetro de 2010 e nos inquéritos «Os Portugueses e o Ambiente» (Almeida, 2000; Almeida, 2004; European Commission, 2010).

Alves (2011) salienta que embora se tenha vindo a apostar, nos últimos anos, na aproximação da sociedade à ciência, o envolvimento na definição do problema (o que na literatura anglófona é designado como *upstream engagement*) está ainda numa fase bastante embrionária em Portugal, havendo, contudo, uma área em particular na qual se tem feito progressos nesse âmbito: a nanotecnologia.

Em comparação com outros países da Europa, as oportunidades de participação pública na C&T em Portugal com repercussão inequívoca nas tomadas de decisões continuam a ser escassas. Porém, Alves (2011: 25) revela que «há uma pressão emergente para uma discussão pública mais ampla acerca de procedimentos para envolver os cidadãos e movimentos cívicos num nível mais elevado de democratização em matéria de ciência na sociedade».

Em Espanha, como referimos anteriormente, a participação pública na discussão e no debate da C&T, tal como em Portugal, é orientada também pelo argumento instrumental de Fiorino (1990). Ou seja, a sua promoção pretende, sobretudo, prevenir a resistência social à C&T, fortalecendo uma perceção pública positiva da ciência, como uma forma de gestão defensiva através de mecanismos indiretos e reativos.

A sociedade espanhola demonstra uma apatia participativa devido, em parte, à resistência da administração pública na implementação de instrumentos participativos e à inibição dos cidadãos na utilização dos limitados mecanismos de participação já existentes (Cerezo *et al.*, 1998; Pereda *et al.*, 2007), ambas originadas pelo contexto sociopolítico autoritário que prevaleceu até há poucas décadas e pela fraca ligação entre a tecnociência e a modernização económica e social (Álvarez & Molero, 2005; Cerezo *et al.*, 1998).

A democratização de alguns assuntos é vista pelas instituições públicas como um entrave ao seu bom funcionamento e como sinónimo de instabilidade. Defende-se a participação e estabelecem-se novos canais para a sua concretização, mas «a continuidade das estruturas socioeconómicas e a ênfase em mecanismos de representação impõem alguns limites à participação direta dos cidadãos» (Pereda *et al.*, 2007: 162).

Apesar de existirem alguns mecanismos que facilitam a abertura à cidadania, como os pressupostos que enquadram a Ley sobre los Derechos de Acceso a la Información, de Participación Pública y de Acceso a la Justicia en Materia de Medio Ambiente¹⁸, esse acesso não tem sido facilitado. Na prática, a iniciativa tem de partir do cidadão, numa ação reativa, em fases mais avançadas dos processos administrativos e, na maioria das vezes, quando essa abertura se verifica, as resoluções discutidas e debatidas em comunidade não têm influência nas ações definidas pelos decisores políticos. A realização destas ações é muitas vezes dificultada por medidas burocráticas.

À semelhança do que acontece em Portugal, muitas vezes a ampliação do debate aos cidadãos é impulsionada pela legislação europeia, sendo a demonstração clara de que não se percebem as potencialidades desse tipo de mecanismos, desvalorizando-se as mais-valias substantivas da participação. Este tipo de preconceitos é atribuído à falta de experiências de participação e à sobrevalorização do conhecimento especializado como forma de legitimar as decisões tomadas pelo poder político (Cerezo *et al.*, 1998).

Os assuntos controversos relacionados com questões inovadoras ou ambientais tendem a manter-se numa discussão tecnocientífica como forma de legitimação pública, inclusivamente quando se manifestam divergências ao nível dos valores ou interesses da sociedade em geral. Normalmente, a problemática da participação cidadã acusa uma alarmante falta de congruência entre os discursos e a legislação, principalmente ao nível dos planos das comunidades autónomas, nos quais abundam «chamamentos à participação, à inclusão, ao envolvimento, etc. da cidadania, mas que na prática continuam a estar marcados por agendas definidas pelos peritos» (Estévez Cedeño & Escobar Rodríguez, 2009: 12).

Paralelamente, existe uma inibição por parte dos cidadãos em participar em atos que incentivem à participação cidadã em questões com efeitos negativos para o avanço tecnológico. Salvo raras exceções, os cidadãos exigem uma concretização efetiva dos princípios democráticos, mas na realidade não se implicam pessoalmente neles, adotam uma atitude passiva e demonstram uma escassa capacidade de intervenção social (Pereda *et al.*, 2007). Para além de denotarem um baixo grau de literacia científica e de apresentarem uma significativa falta de interesse pela ciência (European Commission, 2007; European Commission, 2010; FECYT, 2011; _ENREF_57 Fundación BBVA, 2011), tendo em conta os

¹⁸ Ley 27/2006, de 18 de julio.

níveis médios dos restantes países da Europa, os espanhóis não veem a ciência como um tema de discussão (Revuelta, 2011).

De uma forma geral, os cidadãos confiam nos cientistas e na ciência, apresentando um grau elevado de otimismo em relação às suas potencialidades e de consideração pelo conhecimento especializado (Cortassa, 2011). Eles consideram que devem ser os cientistas a decidir a orientação das suas investigações e que em caso de dúvidas em relação às consequências da aplicação de determinadas tecnologias se deve proceder com a devida cautela, protegendo prioritariamente a saúde e o meio ambiente. O conhecimento científico é referido como a base ideal para a elaboração de leis e regulações, não menosprezando, contudo, os valores e as atitudes (Muñoz Van den Eynde, 2011), tal como demonstrado no Eurobarómetro de 2010.

A herança cultural de 40 anos de ditadura franquista incutiu nos indivíduos uma atitude de respeito pelas leis e pela autoridade pública. Apesar de se notar uma certa desconfiança em relação à administração pública, os cidadãos sentem-se impotentes para fazer frente às suas determinações, muito em parte devido também à escassa informação disponibilizada de uma forma acessível sobre direitos e possibilidades de participação (Cerezo *et al.*, 1998).

A maioria da população espanhola sente-se razoavelmente satisfeita ou muito satisfeita com o seu sistema democrático e mais de metade mostra-se contra a tecnocracia (RICYT, 2010), verificando-se uma tendência para a politização dos debates sobre tecnologia e o meio ambiente. Não existem movimentos fortes e independentes nestas áreas e a maior parte deste tipo de discussões tende a ser apresentada através de um enquadramento político pré-estabelecido e a centrar-se em casos específicos, dificultando o surgimento de movimentos independentes de cidadãos sem interesses ideológicos (Cerezo *et al.*, 1998). Exemplo disso foi o debate público altamente polarizado pelos partidos políticos, os setores mais radicais da Igreja Católica e alguns cientistas na controvérsia em torno da genética e da genómica, entre 2000 e 2005 (Revuelta, 2011).

Para além dos mecanismos normais de participação cidadã (abaixo-assinados, petições...), a sociedade espanhola dispõe de um órgão próprio para fazer reivindicações na área da ciência – o Consejo Asesor de Ciencia, Tecnología e Innovación –, um órgão de participação da comunidade científica e dos agentes económicos e sociais nos assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a inovação. Contudo, a primazia é oferecida, claramente, a membros da comunidade científica «de reconhecido prestígio internacional», que deverão ocupar «pelo menos dois terços dos membros do Conselho». O país está representado, ainda, no conjunto dos 18 gabinetes parlamentares para a ciência e

tecnologia na Europa, através do Consell Assessor del Parlament sobre Ciència i Tecnologia¹⁹ da Catalunha.

Através de uma pesquisa na internet, foi possível detetar a realização de algumas conferências de consenso, essencialmente na área da saúde, promovidas por entidades ligadas ao setor. No entanto, é importante ressaltar que este tipo de conferências normalmente não integra elementos da sociedade civil, estando restringidas à comunidade médica.

Há registos, ainda, da realização de um Núcleo de Intervenção Participativa, em 1994, no País Basco (Dienel, 2006) e de dois Cafés de Ciência, em 2007 e 2009, em Barcelona e Bilbao²⁰. Uma outra iniciativa de grande impacto junto da sociedade civil foi o desafio lançado pela FECYT em 2010, no âmbito da presidência espanhola da UE. Através do projeto Reto 2030²¹ foi dada a possibilidade aos cidadãos de definirem a agenda científica dos próximos 20 anos.

4. O papel da comunidade científica

A comunidade científica é um grupo social com implicações bastante importantes na compreensão pública de ciência, dado que são os responsáveis pela produção do conhecimento científico e por grande parte das atividades de divulgação científica (Corrado *et al.*, 2001; Pearson *et al.*, 1997).

Durante longos anos, as comunidades científicas portuguesa e espanhola mantiveram-se afastadas da sociedade, muito em parte devido às suas condições políticas, económicas e institucionais (Cerezo *et al.*, 1998; Gonçalves & Castro, 2003a; Jesuíno & Diego, 2003). Apesar de possuírem uma cultura de comunicação de ciência já consolidada (European Commission, 2012), ambos os países ainda se encontram numa fase bastante incipiente de participação pública, verificando-se a ocorrência de iniciativas participativas ainda baseadas sobretudo na disseminação do conhecimento científico e na lógica instrumental. (Carvalho *et al.*, 2009; Cerezo *et al.*, 1998; Torres-Albero *et al.*, 2011).

Em Portugal, vários estudos (Conceição *et al.*, 2008; Granado & Malheiros, 2001; Jesuíno & Diego, 2003; Pinto & Carvalho, 2011; Portela, 2010) mostram que, apesar de os cientistas se sentirem motivados para esta tarefa, nem sempre é fácil concretizá-la. Por um lado, eles são estimulados por razões intrínsecas à sua responsabilidade social, entendendo a promoção da

¹⁹ Disponível em <http://eptanetwork.org/members.php?country=Catalonia> (Acesso em 29/07/2012).

²⁰ Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/25010303/Cosecha-Conocimiento-II-World-Cafe-Igualdad> (Acesso em 22/07/2012).

²¹ Disponível em <http://www.reto2030.eu/> (Acesso em 27/07/2012).

cultura científica como um dever de cidadania, de legitimação e «accountability»²². Servem ainda de motivação razões extrínsecas mais passivas, nomeadamente a solicitação da realização desse tipo de iniciativas pela sua instituição, muitas vezes com o intuito de captar alunos, ou por entidades externas. Por outro lado, estes deparam-se com dificuldade em entender o processo comunicativo que este tipo de comunicação envolve, sublinhando a excessiva simplificação jornalística da informação que transmitem, tornando-a redutora e sem conteúdo suficiente; a dificuldade em explicar a relevância social e a complexidade de alguns assuntos de uma forma concreta e perceptível; a falta de tempo; e a falta de apoio e de reconhecimento institucional.

O contexto do sistema científico português ajuda a compreender as dificuldades apontadas pelos cientistas. Como já foi referido, até há pouco tempo as atividades de comunicação de ciência eram tidas como um objetivo de menor relevância, ocorrendo escassas vezes e sem financiamento público significativo. Verifica-se, por conseguinte, alguma imaturidade, ainda, por parte da comunidade científica e do próprio sistema científico nessa vertente, embora seja reconhecido por vários especialistas que se esteja no bom caminho (Alves, 2011).

A Comissão Europeia (CE) e algumas agências governamentais europeias que financiam projetos de I&D já exigem aos investigadores que explicitem nas suas propostas de que forma é que comunicarão os resultados e as suas consequências ao público leigo (Lamas *et al.*, 2007). Existe, também, uma recomendação da CE, de 11 de março de 2005, relativa à Carta Europeia do Investigador²³ (Comissão Europeia, 2005), que adverte para a necessidade de estabelecer um compromisso direto com a sociedade que permita, por um lado, aos investigadores compreenderem melhor o interesse desta pelas prioridades científicas e as suas preocupações e, por outro lado, à sociedade conhecer os resultados da investigação e compreender melhor a ciência.

No entanto, quando analisamos o Estatuto da Carreira Docente Universitária²⁴ português constatamos que esse esforço ainda não é recompensado com um impacto direto na avaliação do desempenho e na evolução da carreira. Diz a lei que os docentes estão sujeitos a um regime de avaliação do desempenho regulamentado por cada instituição de ensino superior. Contudo, apesar de constar no Estatuto (artigo 4º) como funções dos docentes universitários a participação em tarefas de extensão universitária, de divulgação científica e de valorização económica e social do conhecimento, constatou-se em entrevistas exploratórias já realizadas a alguns investigadores que os outros deveres estabelecidos pelo

²² Expressão anglófona que traduzido para português quer dizer «prestar contas».

²³ Disponível em http://ec.europa.eu/eracareers/pdf/eur_21620_en-pt.pdf (Acesso em 14/08/2012).

²⁴ Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto.

mesmo instrumento legislador acabam por ter um peso superior na sua avaliação. A realidade é semelhante em relação ao Estatuto da Carreira de Investigação Científica²⁵.

A falta de apoio institucional é uma extensão dessa omissão, já que as instituições de investigação científica em Portugal sofreram com o atraso do sistema científico, sendo que a comunicação de ciência se tornou uma preocupação assumida apenas a partir da criação da Agência Ciência Viva. A própria profissionalização dos comunicadores, principalmente de comunicadores de ciência, aconteceu tardiamente. A formação formal e informal na área é escassa e muito recente.

Também neste domínio, a realidade espanhola não dista da portuguesa. Os cientistas espanhóis são relutantes quanto ao seu papel neste campo. Os motivos repetem-se e estão relacionados com a falta de formação na área específica da comunicação, com a forma como os pares reagem à exposição que este tipo de ações exige e com a sua reduzida, para não dizer nula, contribuição para a promoção na carreira (Martín-Sempere *et al.*, 2008; Torres-Albero *et al.*, 2011).

As motivações dos investigadores para investir na comunicação parecem demonstrar a existência de uma preocupação com a cultura científica. Verifica-se o desejo de estimular o interesse do público e o seu entusiasmo pela ciência, a consciência pública e a valorização da ciência e dos cientistas. Enquanto que para os cientistas mais jovens a satisfação pessoal e o prazer obtido com a sua participação neste tipo de iniciativas são as motivações mais importantes, para os cientistas seniores esta tarefa é entendida como um dever e um compromisso assumido com o público para facilitar a sua compreensão da ciência. Todavia, a participação da comunidade científica raramente resulta da iniciativa individual (Martín-Sempere *et al.*, 2008).

Existe um contraste entre a vocação dos cientistas para a comunicação pública, as limitações decorrentes de um baixo grau de interesse da sociedade espanhola pela ciência e as políticas de promoção profissional que não dão prioridade a este tipo de atividades. Os cientistas espanhóis estão presos entre os valores morais que associam às atividades de divulgação e um contexto social e profissional pouco favorável à sua implementação, nomeadamente a orientação da política científica, o sistema de recompensas que regula a carreira científica e a escassa institucionalização da disseminação científica no setor académico (Torres-Albero *et al.*, 2011).

Também em Espanha se despreza a recomendação da CE, de 11 de março de 2005, para estabelecer um compromisso direto entre os investigadores e a sociedade. Ao nível do estatuto da carreira científica as atividades de disseminação de conhecimento científico são, ainda, pouco estimuladas, não constando nos critérios de avaliação para a promoção

²⁵ Decreto-Lei n.º 124/99 de 20 de Abril.

profissional ou para a obtenção de financiamentos ou bolsas. As principais organizações que financiam a C&T em Espanha e que avaliam o desempenho da comunidade científica (ANEP, CNEAI e ANECA) avaliam os projetos e o mérito dos docentes/investigadores através do número de publicações e de patentes, a experiência docente, e mais recentemente, o grau de transferência de conhecimento (Torres-Albero *et al.*, 2011). A divulgação e a comunicação de ciência também ainda não são um elemento importante nos critérios de financiamento de projetos, apresentando-se também como obstáculo o facto de não existir uma estrutura que avalie este tipo de ações e o seu impacto com a definição de critérios padronizados amplamente reconhecidos. A nova Lei da Ciência aprofunda e atribui um novo valor às relações e ao diálogo entre a ciência e a sociedade mas o seu impacto no sistema de avaliação dos investigadores ainda não foi sentido.

4.1 As instituições de ensino superior e a relação Ciência-Sociedade

É indiscutível que as universidades têm um grau de influência relevante nesta área, tendo em conta que definem os contornos do processo comunicativo, determinando a informação a partilhar com a comunidade, quando, de que forma e com quem. Longe vão os tempos em que as universidades tinham apenas a pretensão de formar profissionais para os serviços solicitados por juristas, homens da lei e médicos. No século XX, «o carácter público da ciência e das suas aplicações tecnológicas estava plenamente assumido» (Caraça & Pernes, 2002: 216), assim como a responsabilidade das universidades comunicarem ao público a sua atividade científica e estimularem o debate e a discussão em torno desse conhecimento. Essa função tem vindo a ser reforçada até aos dias de hoje.

No Plano de Ação «Ciência e Sociedade» (Comissão Europeia, 2002) algumas das 38 ações planeadas estão diretamente relacionadas com as universidades. Para sensibilizar o público e dialogar com a sociedade, é atribuída uma responsabilidade acrescida aos investigadores e aos organismos de investigação na informação científica e tecnológica da sociedade. Também ao nível da European Research Area (ERA) e do seu programa Ciência na Sociedade 2010-2013²⁶, é atribuída às universidades a importante missão de mediar as relações entre a ciência e a sociedade.

Em Portugal, a universidade dita moderna nasce apenas em 1911, com as fundações das Universidades de Lisboa e do Porto e a inserção nos seus estatutos do «princípio da investigação científica como suporte da qualidade do ensino» (Caraça & Pernes, 2002: 218). Contudo, até 1974, a universidade portuguesa, sob apertado controlo do regime de ditadura vigente, tinha as suas funções limitadas à reprodução e divulgação elitista dos valores tradicionalistas e ruralistas do regime (Gonçalves & Castro, 2003a). Apenas uma parte

²⁶ Disponível em <http://ec.europa.eu/research/science-society/> (Acesso em 01/06/2012).

privilegiada da sociedade (0,04%) tinha acesso ao ensino superior e, apesar de algumas proeminentes personalidades salientarem a importância de se integrar a atividade científica no ensino e de se estimular a compreensão pública da ciência, essa vertente mantinha-se afastada do contexto universitário, sem suporte institucional e político. A popularização da ciência ocupava um reduzido espaço na imprensa, não existiam museus de ciência no país e o jornalismo de ciência era bastante incipiente.

Estas áreas recebem atenção apenas em meados dos anos 90, com o programa PRAXIS XXI e a criação do Ciência Viva. Este programa veio implicar diretamente as universidades na divulgação de ciência, tendo elegido como intervenção prioritária a escola com o reforço do ensino experimental das ciências e a mobilização da comunidade científica e das suas instituições para a melhoria da educação científica. Paralelamente, envolveu as instituições de investigação científica na Rede Nacional de Centros Ciência Viva, como suas parceiras na instalação, gestão e dinamização desses centros e estimulou a sua participação ativa em variadas ações de divulgação científica (Gonçalves *et al.*, 2003).

No entanto, apesar de alguns progressos, «só raramente [se] abriu caminho a formas mais democráticas de participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre matérias científicas e tecnológicas» (Gonçalves, 2000: 5). Em Portugal são raras, ainda, as universidades que têm considerado o potencial da comunicação de ciência para estimular uma efetiva participação pública.

Em termos de legislação, essa função foi atribuída às instituições de ensino superior (IES) muito recentemente, na Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, que estipula o seu regime jurídico. A norma integra, pela primeira vez, uma referência mais explícita à divulgação da ciência e à sua ligação com a sociedade. Diz o número 4 do artigo 2º que «as instituições de ensino superior têm o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico», acrescentando no número 5 que «as instituições de ensino superior têm ainda o dever de contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários a esses fins» (sublinhado nosso).

É interessante, porém, verificar que com a aprovação deste novo Regime, em 2007, existe uma mudança na forma como se vê o relacionamento das universidades com a sociedade civil. O novo Regime Jurídico prevê um maior envolvimento da comunidade na definição do percurso destas instituições e na definição das suas estratégias. Ao abrigo do artigo 82º da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, o Conselho Geral, novo órgão de governo das universidades, deverá integrar personalidades externas de reconhecido mérito, não

pertencentes à instituição, com conhecimentos e experiência relevantes para esta (artigo 81º, nº2), devendo representar pelo menos 30 % da totalidade dos membros.

A importância desta vertente pode ser avaliada também ao nível dos programas nacionais de investigação científica, coordenados pelo Estado como principal entidade financiadora deste tipo de atividades. Esses programas são elaborados tendo em conta as propostas de investigação científica apresentadas e a avaliação das instituições de investigação científica. Dessa avaliação depende o financiamento plurianual atribuído. A área da «Ciência e Sociedade» é tida em conta na avaliação das instituições, sendo um dos quatro tópicos em apreciação (Alves, 2011).

Em Espanha, salvo escassas exceções, a organização de atividades de comunicação de ciência é tipicamente feita de forma amadora. Integram o grupo de exceções algumas universidades que incorporaram a cultura científica na sua missão e a disseminação científica no seu plano estratégico, através da criação de programas e unidades específicas para a sua promoção, como por exemplo, a criação de cursos na área do jornalismo científico, a fundação de museus de ciência (em parceria com os governos regionais) e a promoção de eventos anuais abertos ao público, como as semanas e as feiras de ciência (Bustamante-Gutiérrez *et al.*, 2006; Martín-Sempere *et al.*, 2008; Torres-Albero *et al.*, 2011). No entanto, este trabalho tende a ficar em segundo plano nas universidades e outras instituições de investigação científica do país devido aos constrangimentos temporais e às exigências impostas pelo sistema científico e pelo estatuto do docente ao nível da avaliação de projetos e da promoção profissional, conforme já foi explicado.

Apesar de se verificar, já há alguns anos, um esforço por parte das universidades espanholas em dar a conhecer os resultados das suas investigações e o seu nível de excelência (muito devido à concorrência que cada vez mais se vem sentindo) e na criação de novas estruturas especializadas na área da comunicação e divulgação de ciência e educação científica (Unidades de Cultura Científica ou, gabinetes de difusão de informação sobre a sua investigação), essas ações são orientadas por objetivos de caráter político-institucional com vista a promover uma imagem favorável que contribua para a melhoria da sua reputação ou de marketing sobre novos produtos/serviços desenvolvidos mais do que por razões de compreensão pública de ciência (Toharia, 2010). Mais recentemente, os gabinetes de comunicação de algumas universidades têm vindo a apostar em ações de divulgação e comunicação de ciência, mostrando alguma sensibilidade para a importância de uma ciência mais cidadã. Há, no entanto, muito caminho a percorrer, como refere Toharia (2010).

O Conselho Espanhol de Investigação Científica (CSIC) destaca-se, contudo, neste campo, tendo, desde 2004, um vice-presidente para a área da cultura científica e um plano de ação específico para envolver ativamente os seus investigadores em ações deste género. Um estudo realizado por Torres-Albero *et al.* (2011), a partir de uma amostra representativa de cientistas do CSIC, mostrou que a grande maioria (85,1%) dos investigadores estiveram

envolvidos, no período estudado (1998-2002), em atividades de divulgação, mesmo que esporadicamente, e cerca de 95,6% tiveram um envolvimento direto na Feira de Ciência de Madrid. Entre as várias razões apontadas pelos cientistas para incentivar a sua participação nestas atividades, foram referidas o reconhecimento meritório destas tarefas no seu currículo, o reconhecimento explícito pelas instituições e um aumento do apoio financeiro para a sua realização, tendo ficado demonstrado que a falta de apoio por parte das instituições contribui para o cenário deficitário que caracteriza a realidade espanhola no campo da comunicação pública de ciência.

5. Considerações finais

Embora não deva ser vista como «receita mágica» para todos os problemas, a participação cidadã em questões científicas tem importantes benefícios potenciais. Essa participação envolve um compromisso em dois sentidos. Por um lado, implica que os decisores deem poder ao cidadão nas tomadas de decisão, disponibilizando espaços e mecanismos que facilitem e fomentem essa participação na vida pública, pragmatizando assim o seu caráter legitimador. Por outro lado, esse envolvimento só é possível se os cidadãos demonstrarem interesse e vontade em colaborar, procurando possibilidades de interatuar com essas questões. Quanto maior for o compromisso de parte a parte, mais democrática e coesa será a sociedade.

Como pudemos verificar, em Portugal e em Espanha ambos os lados da questão apresentam limitações, impedindo uma implicação cidadã mais efetiva. Primeiro, o aparelho da administração pública, embora tentando seguir as tendências europeias, continua em muitos casos a manter uma conceção tecnocrática que associa o tecnicamente eficiente ao politicamente adequado, conservando alguma resistência na abertura da participação dos cidadãos ao ato decisório. Esta gestão defensiva limita a democratização destas questões e a participação pública em ações indiretas e reativas. Segundo, os cidadãos apenas se envolvem ativamente em controvérsias científicas quando estas os afetam direta e significativamente, requerendo, no entanto, que esse envolvimento parta de entidades que assegurem a organização de tais iniciativas (sindicatos, organizações ecologistas ou de consumidores, ONGs...). Contudo, subsiste a resistência popular a determinadas ações. Isto produz uma politização das questões, uma vez que os debates não cobrem todas as vertentes do problema e são geridos por grupos organizados e com interesses específicos.

Esta realidade confronta-nos com algumas questões. O que é que estimula o interesse dos cidadãos pelas questões científico-tecnológicas? A promoção da cidadania deve passar apenas pela mobilização dos cidadãos ou deve incluir, também, normativas institucionais que a convoque para a elaboração e implementação de políticas? Que papel pode ter a comunidade científica e as próprias instituições de investigação científica nesse processo? Será a participação pública o melhor modelo para envolver os cidadãos na C&T? Questões formais à parte, a pergunta que se coloca é sobretudo se na verdade os atores deste

triângulo (decisores políticos - cientistas – cidadãos) veem a participação pública como uma verdadeira mais-valia para a sociedade em geral e se esse entendimento quanto às suas potencialidades não será o principal obstáculo à sua concretização.

Financiamento

Este artigo foi elaborado no âmbito da bolsa de doutoramento SFRH / BD / 74735 / 2010, cofinanciada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal 2007-2013.

Referências

- Almeida, J. F. d. (ed.) (2000) *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J. F. d. (ed.) (2004) *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta Editora.
- Álvarez, I. & Molero, J. (2005) 'Technology and the Generation of International Knowledge Spillovers: An Application to Spanish Manufacturing Firms', *Research Policy*, 34 (9): 1440-1452.
- Alves, C. C. (2011) 'DG Research Monitoring Policy and Research Activities on Science in Society in Europe (MASIS) National Report, Portugal', *Publications Office of the European Union*, Luxemburgo, [disponível em http://www.masis.eu/files/reports/MASIS_Portugal_report.pdf, acessado em 05/06/2012].
- Antunes, P.; Kallis, G.; Videira, N. & Santos, R. (2009) 'Participation and Evaluation for Sustainable River Basin Governance', *Ecological Economics*, 68 (4): 931-939.
- Barreto, A. (2002) 'A Participação Cívica e Política e a Evolução da Sociedade Portuguesa', AAVV, *O Estado e o Cidadão: Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2 a 7 de Julho de 2001, Vol. 1, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 45-60.
- Bustamante-Gutiérrez, I. d.; Garzón-García, B.; Martín-Sempere, M. J. & Rey-Rocha, J. (2006) 'Los Científicos de la Universidad Ante el Público: Experiencia en la Feria Madrid por la Ciencia', [disponível em http://digital.csic.es/bitstream/10261/2994/1/c4m_univ.pdf, acessado em 03/06/2012].
- Cabral, M. V. (2000) 'O Exercício da Cidadania Política em Portugal' in M. V. Cabral, et al. (eds.) *Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 123-162.
- Caraça, J. & Pernes, F. (2002) 'Ciência e Investigação em Portugal no Século XX' in Fernando Pernes (ed.) *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, Porto: Edições Afrontamento, 209-224.
- Carvalho, M.; Araújo, J.; Carvalho, A. S.; Costa, J. C. & Teixeira, L. (2009) 'Comunicação e Ciência a Partir das Questões Éticas das Ciências da Vida', *VI Sopcom «Sociedade dos media: Comunicação, Política e Tecnologia» / VIII Lusocom «Comunicação, Espaço Global e Lusofonia»*, 14 a 16 de Abril 2009, Lisboa, 124-134.

- Cerezo, J. A. L.; Sanz, J. A. M. & Todt, O. (1998) 'Participación Pública en Política Tecnológica. Problemas y Perspectivas', *Revista Arbor CLIX*, 627: 279-308.
- Chito, B. & Caixinhas, R. (1993) 'A Participação do Público no Processo de Avaliação do Impacte Ambiental', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36: 41-53.
- Comisión Nacional del Año de la Ciencia (2008) '2007 Año de la Ciencia. Informe Final', Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), Madrid, Espanha, [disponível em http://www.upf.edu/pcstacademy/_docs/InformeAxoCiencia.pdf, acessado em 13/02/2012].
- Comissão Europeia (2002) 'Plano de Acção Ciência e Sociedade', Comissão Europeia, Bélgica: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, [disponível em <http://ec.europa.eu/research/science-society/index.cfm?fuseaction=public.topic&id=1321&lang=1>, acessado em 10/10/2011].
- Comissão Europeia. (2005). EUR 21620 — *Carta Europeia do Investigador. Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores*, Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Corrado, M.; Pooni, K. & Hartfree, Y. (2001) *The Role of Scientists in Public Debate, Research Study*, Londres, UK: Conduced by Market and Opinion Research International (MORI) for The Wellcome Trust.
- Correia, M. (2003) 'O Verso e o Reverso das Representações da Ciência. As Abordagens do Projeto COMBO que Passaram na Televisão' in Maria Eduarda Gonçalves (ed.) *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: D. Quixote, 79-114.
- Cortassa, C. (2011) 'Credibilidade y Confianza en Actores, Instituciones y Fuentes de Información sobre Ciencia y Tecnología' in *V Encuesta de Percepción Social de la Ciencia y la Tecnología*, Madrid, Espanha: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), 47-66.
- Coutinho, A. G.; Araújo, S. J. & Bettencourt-Dias, M. (2004) 'Comunicar Ciência em Portugal: uma Avaliação das Perspectivas Para o Estabelecimento de Formas de Diálogo entre Cientistas e o Público', *Comunicação e Sociedade*, 6: 113-134.
- Delicado, A. & Gonçalves, M. E. (2007) 'Os Portugueses e os Novos Riscos: Resultados de um Inquérito', *Análise Social*, XLII (184): 687-718.
- Dienel, P. C. (2006) *Los Núcleos de Intervención Participativa: Sobre la Puesta en Práctica de la Participación Ciudadana*, Bonn e Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert.
- Estévez Cedeño, B. & Escobar Rodríguez, A. (2009) Participación Ciudadana en el Diseño de Planes Regionales de I+D. Comparativa de dos Comunidades Españolas (Madrid y Andalucía) in *Foro Ibero-Americano de Comunicación e Divulgação Científica*, Campinas, Brasil.
- European Commission (2005a) 'Social Values, Science & Technology: Report. Special Eurobarometer 225/Wave EB 63.1', European Commission, Brussels, [disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_225_report_en.pdf, acessado em 14/02/2012].
- European Commission (2005b) 'Europeans, Science & Technology: Report. Special Eurobarometer 224/Wave EB 63.1', European Commission, Brussels, [disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_224_report_en.pdf, acessado em 14/02/2012].
- European Commission (2007) 'Scientific Research in the Media: Report. Special Eurobarometer 282/Wave EB 67.2', European Commission, Brussels, [disponível em

- http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_300_280_en.htm, acessado em 10/02/2011].
- European Commission (2010) 'Science and technology: Report. Special Eurobarometer 340/Wave EB 73.1', European Commission, Brussels, [disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb_special_359_340_en.htm, acessado em 17/12/2011].
- European Commission (2012) 'EUR 25251 – Monitoring Policy and Research Activities on Science in Society in Europe (MASIS). Final synthesis report', Publications Office of the European Union, Luxemburgo, [disponível em http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/monitoring-policy-research-activities-on-sis_en.pdf, acessado em 05/06/12].
- FECYT (2011) 'V Encuesta de Percepción Social de la Ciencia y la Tecnología', Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), Madrid, Espanha, [disponível em http://icono.publicaciones.fecyt.es/05%29Publi/AA%29Percepcion/pdf/Publicacion_PSC2010.pdf, acessado em 03/02/12].
- Felt, U. (ed.) (2003) *Optimising Public Understanding of Science and Technology (O.P.U.S): Project Report Viena*, Áustria: Vienna Interdisciplinary Research Unit for the Study of (Techno)science and Society (VIRUSSS), University of Vienna.
- Fiorino, D. J. (1990) 'Citizen Participation and Environmental Risk: A Survey of Institutional Mechanisms', *Science, Technology & Human Values*, 15 (2): 226-243.
- Fundación BBVA (2011) 'Estudio Internacional de Cultura Científica', Fundación BBVA, Madrid, Espanha, [disponível em http://www.madrimasd.org/cienciaysociedad/documentos/doc/Cultura_cientifica_BBVA_08-05-2012.pdf, acessado em 09/05/2012].
- Gonçalves, M. E. (2002) 'Implementation of EIA Directives in Portugal. How Changes in Civic Culture are Challenging Political and Administrative Practice', *Environmental Impact Assessment Review*, 22: 249-269.
- Gonçalves, M. E. (2003) 'Imagens Públicas da Ciência e Confiança nas Instituições: os Casos de Foz Côa e da Co-incineração' in Maria Eduarda Gonçalves (ed.) *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: D. Quixote, 157-198.
- Gonçalves, M. E. & Castro, P. (2003a) 'PUS Policies - Introduction' in U. Felt (ed.) *Optimising Public Understanding of Science and Technology (O.P.U.S): Project Report*, Vienna, Áustria: Vienna Interdisciplinary Research Unit for the Study of (Techno)science and Society (VIRUSSS), University of Vienna, 47-58.
- Gonçalves, M. E. & Castro, P. (2003b) 'Portuguese Universities and PUS' in Ulrike Felt (ed.) *Optimising Public Understanding of Science and Technology (O.P.U.S): Project Report*, Viena, Áustria: Vienna Interdisciplinary Research Unit for the Study of (Techno)science and Society (VIRUSSS), University of Vienna, 341-345.
- Gonçalves, M. E.; Castro, P. & Nunes, J. A. (2003) 'National Profile - Portugal' in Ulrike Felt (ed.) *Optimising Public Understanding of Science and Technology (O.P.U.S): Project Report*, Viena, Áustria: Vienna Interdisciplinary Research Unit for the Study of (Techno)science and Society (VIRUSSS), University of Vienna, 543-561.
- Gonçalves, M. E. (ed.) (2000) *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta Editora.

- IMAR (2012) 'Projecto MARGov – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas. Relatório', Instituto do Mar (IMAR), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, [disponível em http://margov.isegi.unl.pt/filesFTP/MARGov00568_F_RelatoMARGov.pdf, acessado em 31/05/2012].
- Jesuino, J. C. & Diego, C. (2003) 'Estratégias de Comunicação dos Cientistas' in Maria Eduarda Gonçalves (ed.) *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: D. Quixote, 235-286.
- Lamas, S.; Araújo, S. J.; M., B.-D. & Coutinho, A. G. (2007) 'Os Cientistas como Agentes na Comunicação de Ciência: Motivação, Formação e Iniciativas em Portugal' in Luís Barbeiro (ed.) *Comunicação de Ciência*, Porto: Sete Pés.
- López Cerezo, J. A. & González García, M. I. (2003) 'Interfaces Percepción-Participación-Regulación en la Dinámica de las Políticas Públicas sobre Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente', *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 1: 73-84.
- Magalhães, L. & Rodrigues, M. d. L. (2000) 'Rumo à Sociedade do Conhecimento e da Informação' in António Reis (ed.) *Portugal Anos 2000: Retrato de um País em Mudança*, Mem Martins, Lisboa: Circulo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, 134-166.
- Martin-Sempere, M. J.; Garzón-García, B. & Rey-Rocha, J. (2008) 'Scientists' Motivation to Communicate Science and Technology to the Public: Surveying Participants at the Madrid Science Fair', *Public Understanding of Science*, 17 (3): 349-367.
- Ministério da Ciência e Ensino Superior (2002) 'PRAXIS XXI. Intervenção Operacional Ciência e Tecnologia. Relatório Final', Ministério da Ciência e Ensino Superior, Lisboa, [disponível em http://www.qca.pt/n_qca/pdf/praxis.pdf, acessado em 20/05/2012].
- Muñoz Van den Eynde, A. (2011) 'Evolución de la Percepción Social de la Ciencia y la Tecnología en España en el Periodo 2002-2010' in *V Encuesta de Percepción Social de la Ciencia y la Tecnología*, Madrid, Espanha: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), 239-260.
- OCT. (1998) *Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses*, Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia e Observatório das Ciências e Tecnologias (OCT).
- OCT. (2000) *Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses*, Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia e Observatório das Ciências e Tecnologias (OCT).
- OECD (2011) 'Education at a Glance 2011: OECD Indicators', OECD Publishing, Paris, [disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>, acessado em 28/05/2012].
- Otero Carvajal, L. E. (2000) 'La Ciencia en España. Un Balance del Siglo XX', *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 22: 183-224.
- Pearson, G.; Pringle, S. M. & Thomas, J. N. (1997) 'Scientists and the Public Understanding of Science', *Public Understanding of Science*, 6 (3): 279-289.
- Pedroso de Lima, M. L. (2004) 'Images of the Public in the Debates about Risk: Consequences for Participation', *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2 (3): 149-163.
- Pereda, C.; Actis, W. & Prada, M. Á. d. (2007) 'La Participación Política de los Españoles: Democracia de Baja Intensidad', *Periscopio*, 99: 149-163.
- Pinto, S. & Carvalho, A. (2011) 'Cientistas, Jornalistas e Profissionais de Comunicação: Agentes na Comunicação de Ciência e Tecnologia', *Observatorio (OBS*) Journal*, 5 (3): 65-100.
- Portela, A. R. A. (2010). 'Comunicação de Ciência: Práticas e Representações entre Investigadores', (Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência), Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro: Aveiro.

- Revuelta, G. (2011) 'DG Research Monitoring Policy and Research Activities on Science in Society in Europe (MASIS) National Report, Spain', Publications Office of the European Union, Luxemburgo, [disponível em http://www.masis.eu/files/reports/MASIS_SPAIN_report.pdf, acedido em 05/06/2012].
- RICYT (2010) 'El Estado de la Ciencia Principales Indicadores de Ciencia y Tecnología Iberoamericanos / Interamericanos 2010', Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología (RICYT), Buenos Aires, [disponível em <http://www.oei.es/salactsi/ESTADO2010.pdf>, acedido em 15/06/2011].
- Toharia, M. (2010) 'Políticas de Comunicación Universitaria y Divulgación Científica', *La Cuestión Universitaria*, 6: 95-102.
- Torres-Albero, C.; Fernández-Esquinas, M.; Rey-Rocha, J. & Martín-Sempere, M. J. (2011) 'Dissemination Practices in the Spanish Research System: Scientists Trapped in a Golden Cage', *Public Understanding of Science*, 20 (1): 12-25.
- UNU-MERIT & DG JRC G3 European Commission (2011) 'Innovation Union Scoreboard 2010. The Innovation Union's Performance Scoreboard for Research and Innovation', PRO INNO Europe Brussels, [disponível em <http://ec.europa.eu/research/era/docs/en/innovation-union-scoreboard-2010.pdf>, acedido em 17/03/2012].
- Videira, N.; Antunes, P.; Santos, R. & Gamito, S. (2003) 'Participatory Modelling in Environmental Decision-Making: The Ria Formosa Natural Park Case Study', *Journal of Environmental Assessment Policy and Management (JEAPM)*, 5 (3): 421-447.

A Dimensão Estética das Indústrias Culturais: Processos de Mediação na Estruturação dos Mercados Criativos

The Aesthetic Dimension of Cultural Industries: Mediation Processes in Structuring Creative Markets

RODRIGO MAIRINK & MOISÉS MARTINS

*DINÂMIA'CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE-IUL
/ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho*

rodrigomairink@hotmail.com / moisesm@ics.uminho.pt

Resumo:

O presente artigo almeja abordar questões relacionadas à Estética e às Indústrias Culturais, questões que são referentes à primeira parte do projeto de Doutoramento intitulado: “A dimensão estética das Indústrias Culturais: processos de mediação na estruturação dos mercados criativos”. A palavra Estética foi introduzida por Baumgarten com o objetivo de explicar que é com a doutrina do Belo como perfeição sensível que nasce a estética. É possível apontar, dentro deste domínio, três orientações: a relação entre a arte e a natureza, a relação entre a arte e o homem e a função da arte. É possível apontar ainda quatro vertentes fundamentais, que concordam ou discordam sobre a identificação entre estética e filosofia da arte: pragmatista, estruturalista, hermenêutica e *aesthetica*. Quanto ao termo “Indústrias Culturais”, esta foi uma expressão usada pela “Escola de Frankfurt” para aludir à manipulação das consciências através dos meios de comunicação.

Palavras-chave:

Estética; filosofia; belo; indústria cultural

Abstract:

*This article discuss issues concerning to Aesthetics and Cultural Industries, issues related to the first part of the PhD project entitled: "The aesthetic dimension of Cultural Industries: mediation processes in structuring creative markets." The word was introduced by Baumgarten aesthetics in order to explain it is with the doctrine of perfection as sensitive Belo born aesthetics. You can point within this domain, three orientations: the relationship between art and nature, the relationship between art and man and the function of art. You can point still four key dimensions which agree or disagree about the identification between aesthetics and philosophy of art: pragmatist, structuralist, hermeneutical and *aesthetica*. As for the term "Cultural Industries", this was an expression used by the "Frankfurt School" to allude to the manipulation of consciences through the media.*

Keywords:

Aesthetic; philosophy; beauty; cultural industry

1. Introdução

É inegável que o campo de pesquisa sobre os conceitos de Estética e de Indústrias Culturais são amplos. Assim, o material apresentado neste artigo configura-se como a primeira parte da pesquisa de Doutoramento intitulada: “A dimensão estética das Indústrias Culturais: processos de mediação na estruturação dos mercados criativos”.

O termo Estética denomina-se como a ciência da arte e do belo, proposto por Alexander Gottlieb Baumgarten, por volta de 1750, com a pretensão de apresentar a discrepância existente sobre o objeto da arte e o objeto do conhecimento racional. O primeiro trata das representações confusas (sensíveis), porém claras (perfeitas) e o outro das representações distintas (conceitos). Sendo assim, tal substantivo significa propriamente "doutrina do conhecimento sensível".

Immanuel Kant, no entanto, nos aponta outra teoria, designada Estética Transcendental, conhecida como juízo estético, que é o juízo sobre a arte e sobre o belo. Atualmente, esse substantivo designa qualquer análise, investigação ou especulação que tenha por meta a arte e o belo, independentemente de doutrinas ou escolas. É importante enfatizar que os termos "arte e belo" confundem-se devido às investigações da filosofia atual; no entanto, na filosofia antiga, isso não ocorria, por causa das noções de arte e belo que eram consideradas reciprocamente independente e diferentes. Assim, a doutrina da arte era designado por poética e o belo era considerado à parte.

Para Platão, o belo é a epifania clara das ideias (valores), ao passo que a arte é a imitação das coisas sensíveis, buscando manter a aparência sensível em direção à realidade e aos valores. Já em Aristóteles, o belo se traduz na ordem, na simetria e na grandeza que se mostre ser facilmente abarcada pela visão em seu conjunto, porém, retomando e adotando a teoria da arte como imitação, apesar de, com a noção de *catarse*, retirá-la do confinamento à esfera sensível proposta por Platão.

Contudo, foi a partir do século XVIII que os parâmetros de arte e belo apresentaram-se associados como objetos de uma única investigação, graças ao conceito de gosto, compreendido como faculdade de discernir o belo, tanto dentro quanto fora da arte. As investigações de David Hume, (sobre a norma do gosto, em 1741), assim como a de Edmund Burke, (sobre a origem das ideias do sublime e do belo, em 1756) já nos apontavam essa identificação; contudo, foi Kant quem estabeleceu a identidade entre belo e arte, ao afirmar que "arte bela é uma arte enquanto ela ao mesmo tempo parece arte"; e que "a arte bela tem que passar por natureza, conquanto a gente na verdade tenha consciência dela como arte" (Kant, 1993: 152).

A história da Estética nos mostra um vasto arcabouço de definições da arte e do belo, com a pretensão de expressar de forma absoluta a essência da arte. No entanto, vem crescendo consideravelmente a ideia de que a maior parte delas só expressa tal essência do ponto de vista de um problema particular ou de um grupo de problemas. Sendo assim, é possível apontar, dentro do domínio da Estética, três orientações em meio à variedade de tendências dessa ciência: a relação entre a arte e a natureza; a relação entre a arte e o homem; e a função da arte.

2. A relação entre a arte e a natureza

Partindo do princípio que muitas definições de arte vêm dessa relação, sendo ela (a arte) dependente, independente ou condicionada pela natureza, é possível distinguir três diferentes concepções de universo artístico, sob esta perspectiva: *arte como imitação*; *arte como criação*; *arte como construção*.

2.1 Arte como imitação

Essa definição busca subordinar a arte à natureza ou à realidade em geral. Para Aristóteles, o valor da arte deriva do valor do objeto imitado, como vemos na citação:

Pelo que, tal como os corpos e organismos vivos devem possuir uma grandeza, e esta bem perceptível como um todo, assim também os mitos devem ter uma extensão bem apreensível pela memória (Aristóteles, 1966: 77).

Assim, cabe ao artista o mérito da escolha do objeto imitado; mas, uma vez escolhido, não pode fazer mais do que reproduzi-lo em suas características próprias, mesmo se o objeto imitado é uma coisa natural, uma entidade transcendente ou inteligível: a passividade da imitação permanece.

Atualmente, essa teoria é abraçada e praticada pelos defensores do realismo em arte, porém muitas vezes a interpretação que se faz da imitação elimina exatamente o caráter passivo característico na formulação clássica. György Lukács define a arte como "reflexo da realidade", onde essa realidade é resultado da interação entre natureza e homem, interação esta mediada pelo trabalho e pela sociedade, em seu contexto; por esta ótica, imitação não se distingue de criação.

2.2 Arte como criação

Este conceito é característico do romantismo e foi proposto por Friedrich Schelling, partilhado também por Johann Gottlieb Fichte. Para eles, arte é a mesma atividade criadora do Absoluto, sendo a arte humana apenas uma continuação através da ação do gênio artístico. Observa-se assim dois pontos diferentes: 1 - a arte é originalidade absoluta, e os seus produtos não são referíveis à realidade natural; 2 - como originalidade absoluta, a arte é continuação da atividade criadora de Deus. A esse respeito Georg Hegel diz:

Convém desde já observar, quanto às relações entre o sensível e a obra de arte como tal, que esta se oferece à nossa intuição ou representação sensível, exterior e interior, do mesmo modo que a natureza exterior ou a nossa própria natureza interior. Até o discurso se dirige à representação sensível. Mas este sensível existe essencialmente para o espírito, que tem de encontrar na matéria sensível uma origem de satisfação. De tal definição se conclui que a obra de arte pode ser um produto natural, não

pode estar animada de uma vida natural. Não o pode nem o deve ser, ainda que fosse verdade que um produto natural é um produto superior. De modo algum tem a obra de arte a pretensão de viver de uma vida natural, pois que o seu aspecto sensível só para o espírito existe e deve existir (Hegel, 1996: 55).

Assim, é possível perceber que o ponto chave dessa concepção é a pouca importância atribuída aos meios técnicos de expressão e a insistência na natureza "espiritual", admitindo que, como nos diz também Benedetto Croce, a arte não reproduz nada de existente (imitação), mas busca sempre apresentar algo novo (criação).

2.3 Arte como construção

Este conceito considera a arte como um encontro entre a natureza e o homem, ou ainda, como um produto complexo em que a obra do homem se acrescenta à da natureza sem destruí-la.

Kant concebeu a atividade estética como uma forma de *juízo* reflexivo, afirmando que o finalismo da natureza não é "um conceito da natureza" nem "um conceito da liberdade", ou seja, não pertence só à natureza nem só ao homem, mas ao encontro entre ambas. Incluiu assim o encontro entre o mecanismo natural e a liberdade humana: encontro no qual a arte não vem da natureza, mas a subordina a si, e o homem frui dessa subordinação como de uma necessidade aplacada. O conceito básico pelo qual Kant exprimiu com mais veemência o caráter construtivo da arte foi a atividade lúdica.

Depois, esta noção foi empregada para definir algumas artes em particular, como a eloquência, a poesia e a música. O conceito de atividade lúdica tem o mesmo teor na doutrina de Schiller, que dizia que o homem, sendo ao mesmo tempo natureza e razão, é dominado por duas tendências contrastantes: a tendência material e a tendência formal, que são conciliadas, por fim, pela tendência ao divertimento, que visa a realização da forma viva, isto é, a beleza. A tendência à atividade lúdica harmoniza a liberdade humana com a necessidade natural. Assim, a atividade lúdica se posiciona no domínio em que o homem e a natureza colaboram, onde a natureza limita e condiciona a liberdade humana e esta, por sua vez, compõe e unifica as informações naturais.

Esse conceito não deixou de aparecer esporadicamente, mesmo na Estética romântica do século XIX. Um dos nomes importantes desta época foi o mais volumoso tratado sobre essa Estética, *Estética ou ciência do belo* (1846-1857) de Friedrich Theodor Vischer, que afirmava que a Idéia estava em luta constante contra obstáculos e influências: "reino do acaso". Para ele, toda a vida do espírito é a história da anulação e da assimilação do acaso, mas é só na beleza que o acaso não é destruído, mas assimilado e organizado. Por isso via-se na arte não uma obra de criação, como propunha Hegel, mas uma construção condicionada.

Já na Estética contemporânea, predomina o conceito de arte como construção, defendido por Paul Valéry. O mesmo conceito encontra-se reafirmado nas considerações estéticas de muitos artistas contemporâneos, como por exemplo John Dewey, na forma mais apropriada de colaboração ou oposição entre fazer e receber. Luigi Pareyson também delineou os caracteres da construção artística. A tese fundamental de sua concepção de arte é a identidade entre produção artística e técnica, assim como a distinção radical entre técnica e produção é a tese característica da concepção de arte como criação. Assim, arte abstrata se apresenta como uma manifestação desse modo de entender a arte que, mais do que as outras, insiste na identidade entre técnica e produção.

3. A relação entre a arte e o homem

Esta problemática trata da situação ou posição da arte no sistema de faculdades ou categorias espirituais e, para ser melhor compreendida, pode ser apresentada por três concepções fundamentais: a que considera a arte como conhecimento; a que a considera como atividade prática; a que a considera como sensibilidade.

3.1 A arte como conhecimento

Esta concepção foi sugerida por Aristóteles, mesmo que este tenha categoricamente atribuído a arte à esfera da atividade prática; no entanto, ele observa que a arte tem origem na tendência à imitação.

Contudo, é no romantismo, principalmente com Schelling, que aparece o valor cognitivo da arte, onde esta é posta como identificação entre atividade consciente e inconsciente, que é Deus ou o Absoluto. Também Hegel afirmava seu valor teórico ao incluí-la na esfera do "*Espírito absoluto*", que é o mais alto conhecimento que o Absoluto pode alcançar de si mesmo.

Croce também insistiu na definição da arte como primeiro grau do conhecimento e sempre insistiu na tese de que a arte é "*um conhecer*", que religa o particular ao universal e portanto tem sempre a marca da universalidade e da totalidade. Ainda nesta mesma tese também afirma Gentile que a definição da arte como sentimento significa apenas a redução da arte a pensamento "*inatural*", ou seja, que ainda não se realizou em um objeto. Mesmo a doutrina bergsoniana da arte, formulada a propósito da função da comicidade, reduz a arte à *intuição*, que é o órgão do conhecimento filosófico. E finalmente, a corrente crítica chamada "*visibilidade pura*", que por vezes adotou essa noção da arte como conhecimento, uma vez que buscava ver nas formas e nos graus das artes plásticas formas e graus da visão.

3.2 A arte como atividade prática

A inclusão é a tese explícita de Aristóteles. Para ele, a arte pertence ao domínio prático e constitui o objeto da *poética*, ou seja, da ciência da produção, enquanto a outra subdivisão da prática é a ciência da ação, uma vez que a grande divisão é entre ciências *teóricas* ou cognitivas, que têm por objeto o necessário, e ciências *práticas*, que têm por objeto o possível.

A concepção da arte como atividade prática com pouca frequência voltou na história da estética. Pode ser incluída a concepção da arte como atividade lúdica, proposta aqui por Herbert Spencer, que considerou a arte como uma atividade que se desvinculou de sua finalidade de adestramento biológico e tomou-se fim em si mesmo. Mas foi Friedrich Nietzsche quem insistiu no caráter prático da arte, vendo nela uma manifestação da vontade de potência. Para Nietzsche, a arte está condicionada por um sentimento de força e de plenitude como o que se verifica na embriaguez, onde a beleza é a expressão de uma vontade vitoriosa, de uma coordenação mais intensa, de uma harmonia de todas as vontades violentas, de um equilíbrio perpendicular infalível. Assim, é essencial à arte a perfeição do ser, o encaminhamento do ser para a plenitude; a arte é essencialmente a afirmação, a divinização da existência, considerando que o estado apolíneo é a resultante extrema da embriaguez dionisíaca, o repouso de certas sensações extremas provindas da embriaguez.

3.3 A arte como sensibilidade

Sendo uma tese platônica, reaparece no século XVIII com inversão de sinal. Platão confinou a arte à esfera da aparência sensível e a caracterizou pela recusa de sair dessa esfera com o uso do cálculo e da medida. Porém, foi no século XVIII que a noção de arte como sensibilidade não mais foi abordada como diminuição ou condenação: a arte aparece como a perfeição da sensibilidade. Com o nascimento e a elaboração do conceito de gosto e ainda paralelamente ao nascimento e à elaboração da categoria sentimento, ouve a inclusão das artes nessa esfera.

Baumgarten considerava que "o objetivo da Estética é a perfeição do conhecimento sensível como tal" e que essa perfeição é a beleza (Baumgarten, 1993: 13). Ele considerava as representações estéticas como representações claras, mas confusas, e assim estabelecia uma diferença só de grau entre estas e as representações racionais, o que para Kant, não é uma distinção suficiente entre sensibilidade e inteligência. Contudo, Baumgarten tinha em vista reivindicar a autonomia da esfera sensível.

Giambattista Vico incluía a poesia nessa esfera, considerando que metafísica e poesia opõem-se totalmente: a primeira purifica a mente dos preconceitos da infância, debilita a fantasia e só confere pensamentos abstratos e isentos de paixão e a segunda imerge e

derrama a mente, faz deles a sua norma principal e só confere pensamentos concretos e corpulentos, que movem com extraordinária violência os espíritos humanos.

Com Kant, oficializava-se o nascimento da "faculdade do sentimento", e a esta faculdade atribuía-se o juízo estético, procurando-se determinar, por conseguinte, as suas características. Na Estética contemporânea, foi a essa faculdade que se atribuiu à arte com mais frequência.

4. A função da arte

Este é o terceiro ponto de vista a partir do qual se podem considerar as teorias estéticas. Todas as teorias incidem em dois grupos fundamentais, que consideram a arte: como educação, admitindo-a como um instrumental; ou como expressão, admitindo-a como expressão final.

4.1 A arte como educação

Tal teoria é muito mais antiga e difundida. Platão condenou a arte imitativa por considerá-la não educativa e, mais, anti-educativa; porém aceitou e defendeu as formas artísticas nas quais entreviu instrumentos educacionais úteis.

O conceito de arte como educação persistiu por toda a Idade Média e não foi sensivelmente alterado ou inovado pelas discussões estéticas do Renascimento. A tônica no caráter *catártico* da arte, proposta por Aristóteles nada mais é que a ênfase em sua instrumentalidade educativa, para a qual a arte é um instrumento de aperfeiçoamento moral; mas a teoria da arte como conhecimento pertence ao âmbito da concepção instrumental ou educativa da arte.

Hegel expressou-a com toda a clareza possível. Procurando determinar o *objetivo* da arte, eliminou as teorias para as quais a finalidade da arte é a imitação, a expressão ou o aperfeiçoamento moral, insistindo na finalidade da arte como educação para a verdade através da forma sensível que esta reveste, e o aperfeiçoamento moral uma consequência inevitável da educação teórica. A educação nada mais é que educação moral; para Hegel a tarefa da arte é produzir a morte da arte, ou seja, passar para as formas superiores de revelação da Verdade absoluta, que são a religião e a filosofia.

Tal ponto de vista foi tocado por Croce, que reconhece que o conhecimento estético se conserva no conhecimento filosófico assim como na arte se conserva a exigência moral ou a consciência do dever. Houve, gradativamente uma comunhão entre as teorias que veem na

arte um instrumento educativo voltado para a moral e o conhecimento e as que veem nela um instrumento de educação política. Assim, são essas as doutrinas que falam do engajamento político em arte e que exigem do artista uma orientação política precisa, uma obra harmonizada com as classes ou os grupos sociais menos favorecidos, que os ajude no esforço de libertação e, portanto, de conquista e de conservação do poder político.

Do ponto de vista filosófico, essa tese não é mais absurda que as doutrinas tradicionais que estabelecem como tarefa da arte a educação moral ou cognitiva. Assim, o engajamento político apresenta o risco de limitar de modo muito mais drástico que o engajamento moral ou cognitivo as direções em que podem ser realizadas ou desenvolvidas as experiências artísticas, bloqueando antecipadamente experiências que poderiam mostrar-se fecundas. Contudo, o caráter final e não instrumental da arte, tampouco é garantido pela doutrina que vê na arte um engajamento cognitivo ou moral.

4.2 A arte como expressão

Consiste em ver na arte um produto final das experiências, das atividades ou das atitudes humanas. Em outras palavras, a atitude expressiva busca apresentar, como fim, aquilo que para outras atitudes vale como meio; por isso, também se diz que a expressão a clara e transporta para outro plano o mundo comum da vida: as emoções, as necessidades e também as ideias ou os conceitos que dirigem a existência humana.

Esta concepção talvez esteja dissimulada nas afirmações de quem insiste no seu caráter teórico ou contemplativo, mas está mal dissimulada quando ironiza a fórmula da arte pela arte, posta como melhor definição de seu caráter expressivo. Dela, artistas em geral se valeram para defender a arte das tentativas de escravização ou manipulação, com fins que acarretariam a sua completa subordinação e lhe arrancariam toda liberdade de movimento. Esta fórmula deve ser considerada ainda hoje a melhor e a mais eficiente defesa da atividade estética e das condições da sua fecundidade.

Visto que essa atividade procede por tentativas, prescrever algumas e proscriver outras, em nome de uma função moral, cognitiva ou política da arte, significaria aumentar o risco de fracasso, pois nada garante que a tentativa mais promissora não esteja entre as eliminadas ou condenadas antecipadamente. Assim, o caráter expressivo da arte traduz-se como possibilidades de ver, contemplar e fruir que a arte realiza, onde as novas possibilidades que ela revela, quando expressas na obra, estão à disposição de qualquer um que tenha condições de entender a obra. Em outras palavras, a expressão é, por natureza, sua comunicação e a capacidade de julgar as obras de arte, que chamamos de gosto, tende a difundir-se e a tomar-se uniforme em determinados períodos ou em determinados grupos de indivíduos. É inegável que as possibilidades comunicativas de uma obra de arte bem

realizada são praticamente ilimitadas e independentes do gosto dominante. Isso significa que os olhares serão diversos perante a obra de arte, ou que nem todos vão absorver-na do mesmo modo. As respostas individuais diante dela podem ser inumeráveis, uniformes ou pluriformes, porém, o que importa é a possibilidade que se abre a novas interpretações, a novos modos de fruir a obra. Constituem, assim, uma comunidade que comunga por um interesse comum, aberto no tempo e no espaço.

5. A estética em meados do século XX

As orientações deste período podem ser resumidas em quatro vertentes fundamentais, sendo que as três primeiras defendem a identificação entre estética e filosofia da arte e a quarta contesta.

5.1 *Pragmatista*

Basicamente visa à valorização do alcance prático da arte e se apresenta de diversos modos, como utilidade política, sociológica ou psicológica. No primeiro caso, onde percebemos a estética marxista, a arte é vista de duas formas: como um espelho da realidade, capaz de proporcionar uma transformação prática e como configuração de um mundo possível, utilizado como termo de confronto crítico com o estado de coisas existente.

A primeira forma foi valorizada por Lukács, vista como uma renovação da proposta da doutrina da arte como imitação, em que se pressupõe que a *mimese* traga à tona as contradições sociais em busca de um processo de transformação. Se neste caso o fenômeno das vanguardas é censurável pela concepção antimimética, são justamente as vanguardas que constituem o paradigma de referência tanto para o marxismo utópico de Ernst Bloch, quanto para a estética da chamada "Escola de Frankfurt", representada por Theodor Adorno e Walter Benjamin. Na visão de Bloch, a arte apontaria para um futuro ainda não realizado na sociedade, configurando-se como uma re-consagração da história, fator este ausente no pensamento de Adorno. Este, por sua vez mantém como paradigma estético a experiência de incomunicabilidade, onde a função utópica da arte não acontece de modo positivo (através da prefiguração de mundos possíveis) mas de forma negativa (através da ilustração da insuportabilidade deste mundo), que é o único. Em outras palavras, a arte moderna não se apresenta como antecipação nem como consolação, mas como recusa absoluta de pactuar com um mundo histórico inaceitável e substancialmente irredimível.

Benjamin, diferente de Adorno, diz que a arte não representaria tanto uma utopia negativa, mas uma escatologia, também consubstancial por meio de uma referência explícita à

tradição judaica: a tarefa da arte é apontar para o eterno através do transitório, o que se resolve numa reabilitação da arte efêmera, reproduzível e de consumo.

Os limites que caracterizam as perspectivas apresentadas até então, estão nos pressupostos dogmáticos, segundo os quais a estética tem a ver com a história, e não com a natureza, e a categorização genérica de um âmbito de "obras de arte" que cumpririam a função de uma religião mundana.

Descartada a estética marxista, e visando a reabilitação da função social da arte, encontramos a estética pragmatista, já formulada por Dewey e retomada por Richard Rorty, onde a arte não equivale à descrição de um ser ou de um dever ser, mas apresenta-se mais como um meio de aumentar as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos e das coletividades. Contrário a Dewey, Rorty propõe-se reverter a bancarrota da filosofia da arte, da metafísica e da própria filosofia como ciência rigorosa. Quanto a crítica à filosofia da arte, acusada de indeterminação por Rudolf Carnap, o fato de a arte e sua filosofia não possuírem critérios seguros de avaliação e conhecimento deveria clarear o caminho para um mundo não conflituoso, em que fique nítido que o aglutinante da sociedade não é constituído por assunções sobre verdadeiro ou falso, mas por uma solidariedade governada por uma retórica social guiada por um conceito esteticista da poesia que rege uma ontologia imaterialista.

Os pressupostos dessa orientação devem ser buscados na crítica da verdade feita por Nietzsche que apresenta a redução do mundo à pura aparência artística. Essas limitações da perspectiva consistem no fato de que ela se apóia em dois pressupostos não demonstrados: a arte é o domínio da mera aparência, e a história constitui um fluxo unitário e universal, reconhecível como tal nos seus momentos singulares, assim como no momento presente, que seria univocamente caracterizado por uma desrealização.

A vocação terapêutica da arte está programaticamente presente na Estética psicanalítica, que utilizou referência à arte como adoção de modelos literários para a definição de patologias e como estudo da psicologia do artista como exemplo de uma individualidade criativa, sendo esta uma proposta de terapia na qual a recuperação de uma individualidade autêntica seria permitida pela transferência, na vida cotidiana, de uma criatividade artística.

5.2 Estruturalista

A segunda orientação, também baseada na identificação entre estética e filosofia da arte, trabalha a justificação da estética não por meio de um exame do valor das obras de arte, mas da tematização da validade científica autônoma dos métodos da indagação estética.

Tal método é apresentado de dois modos: como metodologia historiográfica e genética, de acordo com a formulação característica das ciências do espírito do século XIX; e como

metodologia sincrônica, voltada para a detecção de leis gerais nos moldes de tipo matemático. As fronteiras entre essas duas abordagens não são nítidas, sendo frequente a dialética em virtude da qual o método sincrônico, nascido como polêmica ao diacrônico, acaba por voltar a este.

Visto que a abordagem diacrônica não pode ser considerada um método, será tratada como de um aspecto distinto no item 3º; o foco aqui será o método sincrônico, cujo pressuposto é diferente do da metodologia das ciências do espírito de cunho historiográfico, considerada insubsistente e demasiado imprecisa. Difundida em toda a esfera das ciências do espírito, e geralmente caracterizada como a busca de um tratamento voltado à detecção de leis e de constantes da idiografia, essa metodologia teve curso na psicologia com Jean Piaget, na antropologia com Claude Lévi-Strauss e, de modo paradigmático, está ligada às tentativas de uma filosofia analítica da história, a partir das pesquisas de Carl Gustav Hempel e de Willian Dray. No âmbito específico da filosofia da arte, os seus pressupostos devem ser buscados na lingüística semiológica de Ferdinand de Saussure, assim como no formalismo de Praga e no formalismo Russo, mas teve difusão máxima, sobretudo no âmbito da abordagem semiológica da arte, a partir dos anos 1960.

O pressuposto é geralmente o de que a obra de arte não deve ser considerada por seu conteúdo, mas por sua forma, identificada através de um sistema de signos. Nesse sentido, há um estreitamento das pesquisas sobre a característica e a semiótica que atravessaram a cultura antiga e medieval, com um desenvolvimento particularmente marcante no século XVII, com Locke e Leibniz.

O método estrutural atua com a persuasão da plena reconhecibilidade do fato artístico. As limitações dessa abordagem são quatro.

Em primeiro lugar o método estrutural pressupõe uma valoração categorial, justamente a que as define como obras. Em segundo lugar, reconhece a heterogeneidade do método em relação ao objeto. Max Bense, por exemplo, propôs uma estética exata de base matemática, e a exatidão é em geral o único mérito que essas pesquisas se atribuem; mas se o caráter da obra se encontra na individualidade, então o único objeto da indagação está por definição excluído do campo. Em terceiro lugar, o objeto confunde-se com o instrumento de indagação, ou seja, com a linguagem, de tal sorte que se institui uma circularidade perniciosa: a associação da estética com a lingüística, que pretende ser polêmica em relação ao tratamento historicista, volta a propor a tese que identifica a estética com uma lingüística geral formulada na *Estética* de Croce. Identificar a estética com uma lingüística significa admitir que ela não tem relação nem com a intuição nem com o conceito, mas com a expressão. As dificuldades encontradas por essa justificação lingüística são: A) se a lingüística for tomada como lingüística histórica, não se dará uma dimensão específica da estética, que seja distinguível das práticas científicas específicas da filologia e da história literária; B) se a lingüística for tomada como lingüística estrutural, não se conseguirá

justificar em que sentido o tratamento de uma "mensagem estética" pode ser distinguido e especificado em relação às características de um tratamento da lingüística geral. Assim, não se justifica a constituição genética da estrutura, que se mostra por isso arbitrária ou irracional.

Um quarto problema, encontrado e apontado principalmente pelas pesquisas de Umberto Eco está na vagueza da noção de "código": mesmo admitindo que o código não seja apenas lingüístico, mas que diga respeito a toda e qualquer dimensão expressiva, falta estabelecer o que se aprende com ele e quanto conhecimento é necessário para compreendê-lo. Encontra-se aqui uma dificuldade semelhante à ressaltada pela crítica de Kant à característica leibniziana: um código - por exemplo, o sistema dos números naturais - pode ser exclusivamente formal e, para ser compreendido, só exige o conhecimento do sistema de numeração, que por outro lado não ensina nada; caso o código não seja apenas formal, mas também substancial, então precisará de uma competência que, além do caráter ou do signo utilizado, se estenda também à classe de referência. Isso significa que da indagação formalista se volta à indagação histórica, que do código se vai ao dicionário e deste à enciclopédia, exatamente como ocorreu nas pesquisas de Eco e nas da semiótica de Juri Lotman e de Boris Uspenskij.

5.3 Hermenêutica

A terceira orientação trata da convicção do alcance prático da arte (visto no 1º item) e da busca de uma base de verdade da estética (visto no 2º item), entendida como afirmação da validade de um conhecimento estético que deve ser considerado autônomo em relação à experiência, bem como histórica e existencialmente mais decisivo.

Os principais caminhos foram sugeridos por Hans-Georg Gadamer, Paul Ricoeur e Luigi Pareyson, mas só pode ser considerada propriamente hermenêutica a perspectiva de Gadamer, que retoma a indicação de Martin Heidegger sobre o caráter de abertura e de instituição da arte, realizadas através da linguagem considerada como autonomamente dotada de ser, inserindo essas considerações no sistema categorial do historicismo e das ciências do espírito, proposto no século XIX por Wilhelm Dilthey.

A visão gadameriana trata, por um lado, a arte como manifestação do ser, e, por outro, utiliza a história para ilustrar essa tese. Visto que essa perspectiva diz que toda arte é linguagem, e que a linguagem é o único ser de que se pode ter conhecimento, os resultados dessa orientação foram de duas formas: em primeiro lugar, uma reabilitação global da metodologia do conhecimento histórico na compreensão das obras, que no entanto se mantém no plano da pura indicação de intenções; em segundo lugar, uma valorização do modelo da irrealidade da arte para chegar a uma tese geral sobre a insubsistência da

realidade, principalmente em Gianni Vattimo, que nos termos de uma apologia do niilismo e de uma visão da história como atenuação imaterialista do ser se vincula aos resultados do pragmatismo delineados no item 1º.

Já quanto à perspectiva de Ricoeur, pode-se falar mais corretamente da tentativa de mediação entre a hermenêutica nascida da tradição das ciências do espírito e os critérios de validação sincrônica propostos pelas ciências estruturais, conquanto o resultado também tenha sido a tendencial identificação entre realidade, linguagem e narrativa.

Finalmente, em Pareyson insere-se a visão da arte como construção da tradição kantiana reativada por Valéry e por Luigi Stefanini; o desenvolvimento hermenêutico dessa perspectiva caracterizou-se pela introdução de uma validade da obra em termos de "abertura", que em vários aspectos se aproxima dos resultados extra metódicos do desconstrucionismo literário.

5.4 Aesthetica (Estética)

Essa orientação pode ser, de fato, chamada de estética, uma vez que rompe com o nexo dogmático entre estética e filosofia da arte e aproxima-se da noção baumgarteniana da estética como conhecimento sensível perfeito e da estética transcendental kantiana, como disciplina caracterizada em termos gnosiológicos e distinta do âmbito subjetivo do juízo de gosto, bem como do âmbito dos objetos de tal juízo.

Nesse sentido, o momento kantiano extraiu grande força da retomada das pesquisas da fenomenologia de Edmund Husserl e da definição da especificidade do objeto estético, bem como das pesquisas sobre a genealogia da lógica. Essas pesquisas também são reforçadas pela visão de Maurice Merleau-Ponty sobre o caráter estético da ontologia, bem como pelas pesquisas de Ludwig Wittgenstein sobre a relação entre sensação e pensamento, e se entrelaçam com as pesquisas, de extração psicológica e fenomenológica, que desde o fim do século XIX focalizaram as características da percepção pura e a psicologia da forma.

As correntes mais relevantes podem ser catalogadas em três grupos. Em primeiro lugar, as pesquisas de Nelson Goodman e, na Itália, Emilio Garroni sobre a Estética como filosofia "não especial", através de um nexo entre estética e esquematismo. Goodman tratou do problema da construção estética no quadro mais abrangente dos caminhos pelos quais assunções simbólicas orientam o conhecimento do mundo, com uma perspectiva que se prende à identificação tradicional entre estética e filosofia da arte. Para Garroni não prevalece o interesse pela determinação de uma filosofia da arte, mas sim daquilo que de especificamente estético se dá no conhecimento, tanto no sentido de experiência cotidiana do mundo da vida, quanto de formalização especializada e científica. Um fruto dessa atitude

analítica, que se inspira tanto na perspectiva de Kant quanto em Wittgenstein, é o renovado interesse pelo valor ontológico da ficção, não no sentido da redução do ser à linguagem, mas naquilo que interessa à definição da diferença específica entre realidade e imaginação.

Em segundo lugar devem ser assinaladas as pesquisas sobre as relações entre percepção e pensamento, desenvolvidas pelas ciências cognitivas, e a retomada contemporânea da Gestalt (processo de configuração). Se Rudolf Arnheim procurava explicar as aquisições da Gestalt numa perspectiva compartilhada pela iconologia de Aby Warburg e de Ernst Gombrich, Gaetano Kanisza e Paolo Bozzi propuseram uma psicologia de que se pode nutrir tanto uma estética racional quanto uma estética experimental, indagando as relações entre percepção e pensamento, assim como as vias de constituição da experiência através da sensação.

Em terceiro lugar, uma teorização perfeita das relações entre estética e lógica foi a proposta, com bases fenomenológicas e kantianas, pela gramatologia de Jacques Derrida, que, retomando o problema do esquematismo, se interroga sobre as inter-relações entre momento estético e momento lógico no ato de conhecer.

6. As indústrias culturais

Esta é uma expressão usada pela Escola de Frankfurt para aludir à manipulação das consciências pelos meios de comunicação. No início, Adorno e Horkheimer haviam usado o termo "cultura de massa". No entanto, dando-se conta do caráter "ideológico" da expressão, que poderia levar a pensar numa cultura que brote espontaneamente das massas, propuseram a expressão "Indústria Cultural" considerada mais pertinente porque, aludindo à integração previamente organizada dos seus consumidores a partir de cima, logo chamariam a atenção para o fato de que o usuário não é o "*soberano*" ou o "*sujeito*" de tal Indústria, mas sim o seu objeto.

A expressão "*mass media*" foi considerada inadequada e mistificadora, acusada de pôr entre parênteses o elemento "*pernicioso*" do fenômeno a que se refere, ou seja, o fato de que na Indústria Cultural "não se trata em primeiro lugar das massas nem das técnicas da comunicação como tal, mas do espírito insuflado nessas técnicas: a voz do dono" (Feltrinelli, 1974: 58-9).

Os atuais veículos de comunicação não são instrumentos neutros, preenchidos por conteúdos ideológicos, mas instrumentos ideológicos já de saída. Tanto isso é verdade que a Indústria Cultural é qualificada não pelos conteúdos, ou seja, por aquilo que diz, mas pelas técnicas expressivas usadas, ou seja, pelo modo como diz o que diz, com técnicas que visam substancialmente a produzir, nos indivíduos, estados de paralisia mental acompanhados da

aceitação passiva do existente. De resto, "*o imperativo categórico*" da atual Indústria Cultural, diferentemente do kantiano, nada mais tem em comum com a liberdade, pois diz simplesmente: "Você precisa adaptar-se, sem especificar a quê; adaptar-se àquilo que imediatamente é, e ao que, sem reflexão sua, como reflexo do poder e da onipresença do existente, constitui a mentalidade comum" (Feltrinelli, 1974: 65).

Tudo isso é eloqüentemente exemplificado por fenômenos-chave como o cinema, o entretenimento e a publicidade. As análises de Adorno e Horkheimer sobre o caráter serializado e homogeneizador da Indústria Cultural tiveram notável difusão e foram discutidas por grande parte da cultura contemporânea. Apenas nos anos de 1980, depois da afirmação do paradigma pós-moderno, que se assistiu a uma mudança de perspectiva em relação aos meios de comunicação.

7. Notas finais

Como mencionado no início deste artigo, os assuntos em pauta são amplos e passíveis de exaustiva discussão. Sendo assim, muito ainda é necessário ser pesquisado e colocado em questão para que esta primeira parte da pesquisa de doutoramento intitulada: "A dimensão estética das Indústrias Culturais: processos de mediação na estruturação dos mercados criativos", encontre-se bem solidificada.

Como segunda parte desta pesquisa, serão trabalhados alguns estudos de caso, em atual fase de definição. Acredita-se que estes estudos de caso, unidos aos conceitos até então trabalhados proporcionarão bases sólidas para responder a pergunta de partida do projeto: qual a influência do pensamento estético para as Indústrias Culturais na contemporaneidade e seus resultados?

Agradecimentos

Em primeiro instância, agradeço ao Senhor da Vida, que tem providenciado a força necessária para continuar caminhando em meus objetivos atuais. Agradeço ainda ao Professor Doutor Moisés de Lemos Martins, orientador da pesquisa; ao Professor Doutor Pedro Costa, co-orientador da mesma; ao DINÂMIA'CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE-IUL, minha entidade acolhedora; e a equipa organizadora da 1ª Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais, por toda a atenção e carinho dispensados em meu favor. Em especial, agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, por financiar e acreditar em minha pesquisa. Por fim, agradeço à minha família e aos meus amigos pelo constante estímulo ao meu progresso.

Financiamento

A pesquisa intitulada: “A dimensão estética das Indústrias Culturais: processos de mediação na estruturação dos mercados criativos” conta com o financiamento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com agradecimento especial reservado no item anterior.

Referências

- Adorno, T. *et al.* (1990) *Teoria da Cultura de Massa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. Adorno, T. W. (2003) *Experiência e Criação Artística: Paralipômenos à 'teoria Estética'*, Lisboa: Edições 70.
- Adorno, T. W. (1988) *Teoria Estética*, São Paulo: Martins Fontes.
- Adorno, T. W; Horkheimer, Max. (1985) *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, T. W. (2007) *Indústria Cultural e Sociedade*, 4.ed. São Paulo: Paz e Terra..
- Adorno, T. W. (1998) *Prismas: Crítica Cultural e Sociedade*, São Paulo: Ática,.
- Aristóteles (1966) *Poética*, Porto Alegre. Ed. Globo.
- Bahia, R. J. Ba. (2004) *Das Luzes à Desilusão: o Conceito de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer*, Belo Horizonte: Autêntica.
- Bakhtin, M. (1990) *Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance*, São Paulo: UNESP/Hucitec.
- Baumgarten, A. Go. (1993) *Estética: A Lógica da Arte e do Poema*, Petrópolis: Vozes.
- Cohn, Gabriel. (1998) “Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer Hoje”, *Lua Nova*, São Paulo, n. 43: 5-24.
- Cooper, M. (1974) “Opera e Balletto 1890-1918” in Feltrinelli, M. (trad.) *Storia della Musica*, Oxford University Press, vol. X.
- Croce, B. (1997) *Breviário de Estética: Aesthetica in Nuce*, São Paulo: Ática.
- Cunha, M. do N. (2002) “A Contribuição do Pensamento de Adorno para a Análise da Indústria Cultural”, *Estudos*, 7, n. 3: 535-560.
- D'angelo, Martha. (2000) “Reflexões sobre a Estética em Benjamin e Adorno”, *Aquila*, v. 4, n.7: 45-51.
- Duarte, R. (2002) *Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Duarte, R. (2005) “Benjamin’s Conception of Language and Adorno’s Aesthetic Theory” *Kriterion*, Belo Horizonte: XLVI, n.112: 321-331.
- Duarte, R. (2007) *Teoria Crítica da Indústria Cultural*, Belo Horizonte: UFMG.
- Düdiger, F. (2004) *Theodor Adorno e a Crítica à Indústria Cultural: Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Gagnebin, J-M. (1993) “Do Conceito de Mimesis no Pensamento de Adorno e Benjamin”, *Perspectivas*, v. 16: 67-86.
- Hegel, G. W. F. (1999) *Estética: A Ideia e o Ideal – Estética: O Belo Artístico ou o Ideal*, São Paulo: Nova Cultural.

- Hegel, G. W. F. (1996) *Curso de Estética: O Belo na Arte*, São Paulo: Martins Fontes.
- Iop, E. (2009) "Formação Cultural, Semicultura e Indústria Cultural: Contribuições de Adorno sobre a Emancipação", *Espaço Pedagógico*, v.16, n.2: 20-33.
- Jay, M. (1988) *As Ideias de Adorno*, São Paulo: Cultrix..
- Kant, E. (1993) *Crítica da Faculdade do Juízo*, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kant, I. (s/d) *Crítica da Razão Prática*. Trad. Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Kant, I. (1996) "Crítica da Razão Pura" in Rohden, V. e Moosburger, U. V. (trad) *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- Kothe, Flávio Rene. (1978) *Benjamin e Adorno: Confrontos*, São Paulo: Ática.
- Loubet, M. S. (1983) "Estética e Identidade Cultural", *Reflexão*, v. 8, n. 27, : 23-32.
- Luz, R. (1992) "A Dimensão Estética da Imagem e os Meios de Comunicação de Massa", *Revista ECO*, n.1: 111-115.
- Marcuse, Herbert. (1986) *A Dimensão Estética*, Lisboa: Edições 70.
- Munoz, B. (2000) *Theodor W. Adorno: Teoria Crítica y Cultura de Massas*, Madrid: Fundamentos.
- Musse, R. (2007) "Elementos da Crítica de Adorno a Kant", *Dois Pontos*, v.4, n.1: 201-215.
- Oliveira, P. C. de. (2008) "A Indústria Cultural segundo Theodor Adorno" in *Atas da 10ª Semana de Filosofia da UFSJ*, São João Del Rei: UFSJ, 68-73.
- Pareyson, L. (1993) *Estética: Teoria da Formatividades*, Petrópolis: Vozes.
- Platão. (2001) *República*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinho, P. (s/d) *Hegel: Estética e Poética: Estética e Tecnologia*, Pará: Univ. Fed. do Pará.
- Rudiger, F. (1998/99) "Revolvendo a Dialética Negativa: Arte e Indústria Cultural segundo Adorno", *Revista Comunicarte*, v.16, n. 22: 47-58.
- Rudiger, F. (1998) "Técnica, Arte e Indústria Cultural segundo Adorno", *Veritas*, v. 43, n.2: 399-411.
- Santos, Pedro Brum (1991) "Sociedade e Estética no Neo-realismo Português", *Letras de Hoje*, v. 26, n.1: 93-104.
- Siqueira, António Carlos. (1994/97) "O Sentido Terminológico da Indústria Cultural em T. W. Adorno", *Educação em Revista*, n. 20, 54-60.
- Siqueira, F. Brito G. (1993) "Semiótica, Estética e Publicidade", *Revista Comunicarte*, v.10, n.18: 20-40.
- Silva, Rafael Cordeiro. (1999) "A Atualidade da Crítica de Adorno a Indústria Cultural", *Educação & Filosofia*, v. 13, n. 25: 27-42.
- Teles, A. X. (1962) "Reflexão sobre a Estética Contemporânea", *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 12, n. 47: 342-354.
- Tiburi, M. (1994) "Relações entre a Noção de Mimesis em Platão, Aristóteles e Adorno", *Veritas*, v. 39, n. 156: 581-600.

O *Storytelling* como Processo Pedagógico de Apropriação Artístico-Cultural: Viagem na Obra de *Hieronymus Bosch* Mediatizada por uma Superfície Tangível

The Storytelling as a Process of Artistic and Cultural Appropriation: Travel in the Work of Hieronymus Bosch Mediated by a Tangible Surface

RAQUEL PINTO; LIA OLIVEIRA & NELSON ZAGALO

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho / Instituto de Educação, Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

raquelbpinto@hotmail.com / lia@ie.uminho.pt / nzagalo@ics.uminho.pt

Resumo:

Com este trabalho, pretende-se conceber um novo modelo de comunicação para uso em museus. Este modelo será realizado com recurso à tecnologia de superfícies tangíveis e enquadrado na metodologia do desenvolvimento. Será concebido e desenvolvido um protótipo (conteúdo a ser usado numa mesa multitoque) com base na obra "O Último Julgamento" do pintor Hieronymus Bosch. Este modelo permite que o visitante experimente a manipulação digital da obra de arte conferindo-lhe novas leituras. Mediante um conjunto de ações que permitem apropriar-se da obra é possibilitada a constituição de um modelo subjetivo de interpretação e de análise da obra. O modelo/protótipo permite também consultar, escrever e gravar no sistema, as suas histórias, as suas impressões e as suas opiniões. A metodologia de trabalho inclui um estudo de caso exploratório para avaliação do protótipo, das interações e para verificação da nossa hipótese de trabalho, ou seja, verificar se: a possibilidade de manipulação da obra pictórica, mediada por uma superfície táctil associada à possibilidade de criação e partilha de narrativas textuais e visuais sobre essa experiência, potencia a apropriação da obra de arte e promove a construção de conhecimento sobre ela.

Palavras-chave:

Media interativos; superfícies tangíveis; educação para os *media*; comunicação visual, *storytelling*

Abstract:

With this work we intend to design a new communication model with an interactive base to be used in museums, thereby promoting literacy and consequently a greater enjoyment of works of visual art. This model will be conducted using the surfaces technology (multi-touch table). The case study will include the development of a prototype which uses the work "The Last Judgment" by Hieronymus Bosch. In this model, the visitor can digitally manipulate the works giving them new readings. Through a series of actions that allow ownership of the work, the establishment of a model of subjective interpretation and analysis of the work is made possible. The model/prototype also allows to consult, write and record in the system, their stories, their impressions and their opinions. The work methodology includes an exploratory case study to evaluate the prototype, and for checking the interaction of our hypothesis, that is, to check whether the possibility, considering of images and their manipulation, to create narratives, constitute an act of knowledge construction? Our working hypothesis is that the possibility of manipulation of pictorial work, mediated by a tactile surface, coupled with the possibility of creating and sharing textual narratives about the experience enhances the appropriation of the artwork and promotes the construction of knowledge about it.

Keywords:

interactive media; tangible surfaces; media literacy; visual communication; storytelling

1. Introdução

A investigação parte da ideia de exploração, numa superfície tangível, da obra “O Último Julgamento” de Hieronymus Bosch. Concebe-se um espaço onde as pessoas possam explorar, manipular e criar, através da manipulação digital, composições visuais e narrativas constituindo um novo espaço de criação de composições originais/subjetivas. Neste espaço, o *storytelling* é integrado como processo pedagógico de apropriação artístico-cultural. A arte de contar histórias constitui uma atividade discursiva significativa que permite estruturar e narrar acontecimentos/ interpretações através de imagens conciliadas com texto. Este tipo de contacto, mediado por uma superfície tangível, constituirá uma mudança na abordagem à leitura e apropriação da obra pictórica compreendendo, em simultâneo, estímulos visuais, tácteis e sonoros suscitando, assim, uma reflexão configurada em texto/história.

1.1 Objeto de estudo

O objeto de estudo deste trabalho é a fruição do universo pictórico da obra de Hieronymus Bosch mediatizada por uma superfície tangível, com o propósito de encontrar novas formas de apropriação da obra de arte. Procura-se com o estudo compreender as relações que se estabelecem entre os visitantes dos museus e a obra de arte, no momento em que estes a manipulam/transfiguram conferindo-lhe, assim, novas leituras. Este processo pode enriquecer as atividades pedagógicas propostas pelas escolas e pelos serviços educativos dos museus. O contexto de implementação do trabalho será, idealmente, num museu. Este trabalho, de essência multidisciplinar compreende as áreas da Comunicação, da Educação, da Tecnologia e das Artes Plásticas, e corresponde à proposta de um novo modelo de interpretação a ser utilizado numa superfície tangível. A aplicação desenvolvida promove ações individuais ou colaborativas.

Este trabalho incita a novas formas de interação entre os sujeitos fruidores e as obras de arte em plataformas que constituem espaços de criação, a fomentar espaços de reflexão em torno das obras apresentadas, assim como a constituir palcos que impulsionem processos de recriação a desenvolver sob a forma de composições imagéticas de cariz visual, sonoro ou narratológico proporcionando, assim, um envolvimento cinestésico dos sujeitos fruidores.

O nosso objeto de estudo e a nossa finalidade ultrapassam o paradigma informativo e estimulam o público a participar numa nova dinâmica de exploração das obras através da interação. Estas manifestações, com vista à promoção de formas de aprendizagem prática, são exploradas em museus como o Museu de Ciência e Indústria de Chicago. As iniciativas do museu colocam aos seus visitantes a possibilidade de terem experiências interativas ao nível de exposições e artefactos.

1.2 Questão e contributo

Pretende-se compreender até que ponto a interação com obras pictóricas, mediatizada por uma superfície tangível, no espaço de uma mesa interativa, pode potenciar o usufruto e apropriação da obra de arte. Colocamos algumas questões: De que forma a aproximação sensorial, nomeadamente a táctil, aproxima os sujeitos participantes do conteúdo explorado na obra apresentada? Poderá este tipo de interação promover o sentido crítico do fruidor e, nesse sentido, constituir uma nova abordagem na esfera da construção do conhecimento? O que reserva o espaço criativo no domínio das superfícies tangíveis? Poderão as formas de interação permitidas pelas interfaces tangíveis constituírem universos de fruição e criação? Em que medida serve esta interação uma consciência crítica das imagens? A possibilidade de criar narrativas, a propósito das imagens e da sua manipulação, constituirá um ato de construção de conhecimento?

A nossa hipótese de trabalho é que a possibilidade de manipulação da obra pictórica, mediada por uma superfície táctil, associada à possibilidade de criação e partilha de narrativas textuais sobre essa experiência, potencia a apropriação da obra de arte e promove a construção de conhecimento sobre ela.

2. Estado da arte

A pintura é uma das Belas-Artes e, enquanto tal, integra uma dimensão da vida humana inalienável: o direito à expressão por via da produção artística e o direito à fruição das obras de arte. Toda a obra de Hieronymus Bosch compreende um forte carácter narrativo, remete para um imaginário medieval povoado por figuras encenadas, apresenta narrativas visuais e suscita, junto do público, a invenção de histórias privadas. Nos museus, o contacto permitido com as obras, como é compreensível, encontra-se limitado ao seu visionamento: observa-se, desfruta-se e, eventualmente, partilham-se impressões. Alguns museus já permitem, no entanto, a realização de registos fotográficos. O paradigma de entendimento da obra de arte como única (Eco, 2008; Adorno, 2003) conduz-nos a este afastamento entre artista/autor e visitante/fruidor. Posteriormente, Eco (2009) chama-nos a atenção para a “relação frutiva” que, no contexto da “obra aberta”, dá lugar a múltiplas leituras, mediante a mudança de fruidor. Outros autores assinalam o paradigma da participação do espectador no contexto da arte contemporânea (Bishop, 2006; Rancière, 2010). Em relação à questão da imagem surgem os estudos da reprodutibilidade da imagem apresentados por Benjamin (2008), onde estão assinalados os desafios e as possibilidades. A este cenário acrescenta-se, ainda, a dimensão virtual, uma realidade que permite aos artistas esculpir diretamente sobre o virtual (Lévy, 1998: 119).

Por outro lado, é reconhecido o reduzido nível de contacto dos cidadãos com a pintura, atestado pelo baixo índice de frequência dos museus, tal como mostram os dados relativos ao número de visitantes de Galerias de Arte, e outros Espaços de Exposições Temporárias, disponibilizados pelo INE (2011). Delicato, relativamente à frequência do “público dos museus e centros de ciência”, aponta que “a procura de museus de ciência e tecnologia em Portugal parece ter vindo a estagnar e mesmo a diminuir” (Delicato, 2006: 67). Este cenário apresenta-se numa altura em que é observado um considerável aumento ao nível da oferta, traduzida, quer pela criação de museus e centros, quer ainda por uma reconhecida “intensificação das políticas de promoção da cultura científica”. Delicato serve-se de dados apresentados no “Eurobarómetro 2005”, que traduzem a análise de inquéritos realizados em 2005, relativos ao número de visitantes “a museus de ciência e tecnologia”.

2.1 Arte e comunicação

Numa época em que tudo se encontra em constante mutação, as instituições não são exceção. Ao clima de mudança apraz uma urgência ao nível da reestruturação, da reconfiguração e da reformulação vislumbrando-se assim um espaço de reconversão para coisa outra, no sentido de acompanhar a velocidade que o *tempo atual* nos impõe. Porventura, *parar* significa estagnar/definhar/morrer, em última instância, e as *instituições*, estando atentas aos fenómenos de mutação, pretendem acompanhar o ritmo de mudança, no sentido de contrariar o seu desaparecimento. Neste quadro de *instituições* que visam afirmar-se num *mundo veloz* encontram-se os museus. As pessoas afetadas às dinâmicas dos museus reconhecem a urgência da alteração de paradigma e, assim, verifica-se um movimento global no sentido de alterar alguns dos conceitos que a designação *museu* suscita no quadro de representações da sociedade (Bedford: 2001).

Um dos momentos mais significativos neste cenário de *mudança* é a conceção e elaboração de projetos com vista à aproximação e captação dos públicos. Neste contexto, surgiram os *serviços educativos dos museus*, um espaço que possibilita momentos de aprendizagem *não formal* destinado a públicos caracterizados como heterogéneos nomeadamente em relação à idade e à escolaridade. No quadro da aprendizagem, como processo que decorre ao longo da vida (Papert, 1993), apresenta-se com esta proposta uma nova alternativa de envolvimento dos sujeitos com os conteúdos patentes nos museus. Este modelo pretende ainda possibilitar aos visitantes uma aproximação às imagens. Num mundo onde a produção e consumo de imagens é desenfreado observa-se uma necessidade de possibilitar espaços de reflexão em torno das imagens. Neste cenário, a literacia visual (Elkins, 2003) assume um papel decisivo na cultura contemporânea. Gil (2011) refere que literacia visual denomina em simultâneo “uma competência e uma estratégia”. Enquanto competência esta

Não se confunde com a capacidade biológica de ver, embora não seja possível sem ela, não resulta da mera escolaridade, embora exija estudo, não é apanágio de uma única disciplina, mas exige competências múltiplas, não é meramente utilitária, embora seja elementar sempre que o estudo da

imagem se encontra em causa. Por fim, a literacia visual constitui-se como estratégia de ação cultural (Gil, 2011: 15).

Observa-se que os serviços educativos disponibilizados pelos museus são enriquecidos com o uso e recurso às novas tecnologias disponíveis na atualidade. Os vídeos de apresentação das coleções dos museus e as visitas guiadas através de auscultadores portáteis já se encontravam implementadas nos museus. Agora, os museus enquanto lugares de mediação entre arte e público procuram estimular e proporcionar aos seus públicos novas experiências. No decurso do próximo verão (2012), vai ser apresentada no Museu da Ciência, em Londres, uma proposta que demonstra a mudança da “sensibilidade” dos museus para com os seus públicos. Este museu irá proporcionar através de uma instalação digital intitulada “Philharmonia Orchestra – Universe of Sound: The Planets” a possibilidade dos visitantes assumirem o papel de participantes deixando, assim, o seu tradicional papel de observador. Nesta instalação digital com características imersivas os visitantes poderão interagir com instrumentos reais e também com os elementos presentes no ambiente virtual. Esta componente de proximidade dos sujeitos aos objetos expostos contraria a museografia tradicional onde não era possível aceder pelo toque aos objetos exibidos. Observa-se que os museus do presente “dedicados à divulgação da ciência e da tecnologia” convidam à participação e à interatividade (Chagas, 2003: 2). No Touch Lab do Massachusetts Institute of Technology and Goldsmiths Digital Studios, o projeto *Intimate Technologies: Touching Textiles to Improve the Quality of Human-Computer Haptic (Touch and Feel) Interaction in Material Culture* leva a cabo investigação aplicável em museus que se consubstancia nas seguintes aplicações hápticas de simulações: tocar e sentir os objetos; brincar com os objetos; imagens suscitadas; usar uma ferramenta tipo caneta para tocar objetos distantes; circular por entre os objetos, entre outras (Zimmer et al, 2008). Uma outra exposição designada *Sounds from the Vaults* exibiu alguns dos instrumentos antigos de diferentes culturas da coleção do Field Museum (Chicago, USA). A experiência possibilitou que os visitantes fruissem das qualidades sonoras dos instrumentos sem lhes tocar. A impossibilidade de tocarem nos instrumentos, devido à fragilidade dos mesmos, não invalidou a experiência que decorreu com recurso a interfaces eletrónicas simples que simulavam de forma fiel a fonética dos instrumentos reais (Zimmer *et al*, 2008: 156-157). Projetos mais recentes incluem o recurso às novas tecnologias como possibilidades de exploração do universo reservado nos museus.

2.2 O *Storytelling*

O *storytelling* remete para o ato de contar histórias traduzindo e constituindo uma forma natural de comunicação humana e uma forma de interação humana. Barthes (1975) considera que existem inúmeras formas de narrativa, configuradas num leque diversificado de géneros que se ramificam em diferentes meios, de modo a abarcar todas as histórias do

homem. Assim, o autor aponta que no domínio dos veículos da narrativa encontram-se articuladas: a linguagem, na sua vertente oral ou escrita; as imagens, de natureza estática ou dinâmica; os gestos e ainda combinações resultantes da articulação destes elementos. Bruner (1991) refere a narrativa como atividade crucial na criação e interpretação da cultura humana. De acordo com Bedford (2001: 27), o storytelling tem conhecido uma reintrodução em diferentes áreas como estratégia de pesquisa e ensino por ser considerado como um modo de comunicação privilegiado e sustentar formas de interpretação individuais que se combinam num alargamento das perspetivas e das aprendizagens. McKillop (2004) salienta como aspetos fulcrais do storytelling a sua vertente associada à educação, o seu potencial enquanto forma de captação/construção de conhecimento e ainda a sua importância como elemento integrador, ou seja, a sua importância em termos sociais. Enquanto estratégia, o storytelling permite o entendimento, a interação entre diferentes sujeitos e o crescimento em termos evolutivos de formas de compreender acontecimentos reais, potenciando a criação de narrativas ficcionais.

Segundo Chung (2006), o ato de narrar histórias contribui para uma melhor compreensão de ideias complexas, assim como de conceitos e informações. O recurso a histórias contribui para uma comunicação mais eficaz e a sua natureza é diversa. Na sua essência, a história constitui uma narrativa que nos coloca perante um episódio, um evento, um incidente. Enquanto narrativa, inclui personagens, ação, tempo e lugar (quem, o quê, quando e onde). O storytelling estabelece ligações entre as gerações do passado, as gerações do presente e as gerações vindouras, ocorrendo o seu contributo ao nível da formação e da transmissão de valores e crenças (Chung, 2006).

2.3 A obra de Hieronymus Bosch

Escolher a obra de Hieronymus Bosch "O Último Julgamento" como mote deste trabalho de investigação prende-se com a possibilidade de explorar de perto o imaginário das histórias visuais, que colocam, lado a lado, o universo literário com o universo das artes visuais. Este cenário imagético é-nos colocado através da visão do artista, um olhar situado num universo medieval. A obra de Hieronymus Bosch permite uma viagem ao mundo do *sentir* (Perniola: 1993), um sentir que conheceu desde a Idade Média múltiplos significados. Perniola (1993: 70) questiona "qual era o estatuto do sentir antes de a burocracia e ideologia se imporem como formas de poder que condicionam a sensibilidade e afetividade de gerações inteiras?". Nas obras de *Hieronymus Bosch* encontra-se um *sentir* afeto a relações de *poder* onde são tratadas as *relações de poder* entre *classes* e também entre homens e mulheres.

Considerar a obra "O Último Julgamento" como tema deste trabalho de investigação acarreta a possibilidade de explorar de perto um imaginário de histórias visuais que definem o tecido pictórico de Bosch, ou seja, um universo medieval. Este universo situado nos finais da Idade

Média é marcado por “dois fatores” que “dominaram a vida religiosa: a extrema tensão da atmosfera religiosa e a marcada tendência do pensamento a representar-se em imagens” (Huizinga, 1996: 159). Nesse mesmo quadro medieval prevalecia

A ideia da aproximação do fim, do dia do juízo final, pairava sobre o homem medieval, acarretando na crença da existência de dois mundos: a terra, onde ocorrem as tentações, e o reino de Deus, destinado às almas puras, àquelas que obtiveram sucesso sob as tentações terrenas. Era, portanto, esse o cenário das criações das obras de Bosch (Oliveira e Nunes, 2009: 76).

Embora sejam conhecidos poucos registos escritos relativos aos dados biográficos do pintor, as escassas fontes históricas conhecidas apontam que o Bosch terá nascido por volta do ano de 1450 num condado situado na Flandres (França: 1994). Ströher e Kremer (2011) enquadram o trabalho de Bosch numa vertente de composição que remete para o fantástico e admitem em simultâneo que a sua obra acarreta uma forte componente simbólica e original que se afasta em larga medida dos referentes da sua época. Os autores mencionam que as obras “O Carro de Feno”, “O Juízo Final”, “A Tentação de Santo António” e “O Jardim das Delícias Terrenas” encontram-se incluídas no mesmo quadro de categorias apresentado, ou seja, trata-se de composições que apresentam elementos que aludem ao fantástico, ao grotesco e ao simbólico. Em termos formais, as suas obras apresentam sucessões de planos que são apresentados de uma forma estruturada em modo serpentiado. Este artifício permite o visionamento de um primeiro plano detalhado que de forma gradual se esbate, afastando a possibilidade de uma leitura pormenorizada. Este imaginário chega até nós a partir de imagens iconográficas referentes à estrutura medieval quer ao nível do quadro mental, quer ao nível das representações referentes ao imaginário da sua época. Assim, através da visão do artista conseguimos ter acesso a uma representação do universo de seu tempo, a Idade Média.

2.4 Superfícies tangíveis

De acordo com Ullmer e Ishii (2000: 2) as superfícies tangíveis dão “forma física à informação digital”. Xu (2005) realça que as interfaces tangíveis atribuem forma física à informação digital e computacional, facilitando, assim, a manipulação direta de bits. Ou seja, nesta tecnologia os utilizadores podem interagir com a informação de forma direta, sem recurso à utilização de periféricos tais como o rato, teclado ou *joystick*. Segundo Righi (2008), a referida tecnologia encontra exploração ao nível das sensações humanas e concretiza-se numa relação entre meios físico e digital. O recurso a esta tecnologia encontra múltiplas aplicações como, por exemplo, a experiência ao nível do restauro de arte levada a cabo por um grupo de investigação do Tangible Media Group no MIT Media Lab. Aí, é apresentado o desenvolvimento de uma interface, passível de ser utilizada num âmbito multidisciplinar, onde os utilizadores vão desde as pessoas que fazem os restauros, aos alunos e outros utilizadores (Bonanni *et al.*, 2009). Para além da possibilidade de cruzar

diferentes disciplinas, a utilização de superfícies tangíveis proporciona a utilização por mais que um utilizador em simultâneo. Hornecker (2008) refere que são raros os estudos relativos à interação em mesas multitoque que decorram fora do contexto de laboratório e que contemplem outros assuntos de investigação para além da interação em si. Segundo a autora, o contributo dos estudos de campo pode revelar fatores que influenciam a interação salientando o papel do contexto de utilização. O seu estudo, ao nível da utilização da interface, uma mesa multitoque, decorreu no contexto do Museu de História Natural de Berlim. Um outro estudo (Logtenberg, 2009) envolvendo mesas multitoque é dedicado à visualização de moléculas, prendendo-se o objeto da pesquisa com o proporcionar uma forma mais interativa e direta de visualização da informação. Logtenberg (2009: 11) salienta que uma grande superfície – a mesa multitoque – possibilita a ação colaborativa de mais de um utilizador, deixando, assim, para trás, a tradicional abordagem em que apenas um utilizador controlava a informação (na medida em que se encontrava com o domínio do rato ou teclado, enquanto os restantes participantes observavam). No domínio das interfaces tangíveis encontram-se a ser desenvolvidos projetos com vista à conceção de novas abordagens pedagógicas. Estas formas de aprendizagem prática são exploradas em museus como o “Museu de Ciência e Indústria de Chicago”. São iniciativas que colocam aos seus visitantes a possibilidade de terem experiências interativas ao nível de exposições e artefactos. Ainda neste domínio de pesquisa, O'Malley e Fraser (2004: 2) indicam que estudos realizados no âmbito “da psicologia e da educação” apontam no sentido de existirem “benefícios reais” ao nível da aprendizagem resultantes do recurso a tangíveis. Numa área que conhece avanços, são conhecidos estudos que, no contexto dos benefícios para aprendizagem, dedicam a sua atenção a destinatários mais jovens. A título de exemplo, encontra-se o estudo desenvolvido por Sylla e Branco (2008), onde as interfaces utilizadas conhecem uma ação ao nível da sensibilização das crianças para a higiene dentária. Esse projeto decorreu no contexto do Departamento de Currículo e Tecnologia Educativa e do Departamento de Sistemas da Informação da Universidade do Minho, e foi destinado ao desenvolvimento de interfaces tangíveis a serem utilizadas nos contextos das aprendizagens de crianças dos jardins de infância.

3. A abordagem metodológica

O trabalho visa explorar as relações do público de um museu face à possibilidade de apropriação da obra “O Último Julgamento” (Figura 1) em superfícies tangíveis. Assim, procura-se saber se o facto de os sujeitos interagirem com as imagens digitais das obras os ajuda construir novas narrativas, novas interpretações a partir da sua manipulação.

O estudo configura uma investigação de desenvolvimento (Richey e Nelson, 1996; Van Der Maren, 1996; De Ketetele e Roegiers, 1999; Oliveira, 2004). Os objetivos são: a) elaborar um estado da arte detalhado e construir um quadro teórico de análise; b) conceber e

desenvolver um protótipo; c) implementar o protótipo e avaliar a interação com o protótipo; e d) propor um modelo de interpretação tátil de obras pictóricas.



Figura 1.: Tríptico "O Último Julgamento". Fonte: http://www.girafamania.com.br/artistas/personalidade_bosch.html

As fases do trabalho correspondem a estes objetivos:

1ª fase – Estado da arte e quadro teórico;

2ª fase – Conceção e desenvolvimento do protótipo;

3ª fase – Implementação do protótipo no museu e avaliação da interação do público com o protótipo;

4ª fase - Proposta de um modelo de interpretação tátil de obras pictóricas.

A conceção do protótipo assentou no desenvolvimento de guiões com realização de testes de prototipagem rápida em suporte papel e envolveu processos de manipulação (aumentos e diminuições) com recurso à utilização à máquina fotocopadora. Outros processos, como

corte e recorte de imagens, também foram usados. Das experiências efetuadas foi constituída uma série de maquetas 2D para avaliar as possibilidades de desenvolvimento da interação. Os testes foram realizados individualmente e em grupo. Das conclusões serão realizados refinamentos dos protótipos.

O modelo do primeiro protótipo foi realizado com a linguagem *Processing*. A testagem da usabilidade, com recurso ao protocolo *think aloud*, será efetuada com estudantes da Universidade do Minho. Mediante a implementação do protótipo num museu, para avaliação do protótipo será desenhado um estudo de caso cuja estratégia de recolha de dados prevê: a observação, com registo vídeo (câmaras externas e *screencast* de manipulação da mesa) e notas de campo (registadas em diário); o questionário (por inquérito e por entrevista); os grupos focais (Edmunds, 1999; Veiga e Gondim, 2001). Os dados recolhidos serão objeto de análise de conteúdo (Bardin, 1997). A amostra referente ao contexto do museu será heterogénea de acordo com a caracterização do referido público.

4. O protótipo

As testagens do protótipo decorrem numa mesa multitoque de acordo com a figura 2.



Figura 2.: Vista panorâmica da mesa multitoque usada no protótipo. Fonte: propriedade dos autores do artigo.

A obra “O Último Julgamento” foi dividida em distintas categorias/elementos. A cada uma corresponde uma característica específica, isto é, cada uma delas representa diferentes tipos de personagens, figuras, símbolos e fundos. A interação conseguida caracteriza-se pela possibilidade de seleção de diferentes elementos de uma ou mais categorias dando a possibilidade de criar diferentes composições a partir da manipulação digital dos elementos através da superfície tangível. O visitante pode executar algumas manipulações simples: rotação; escala; translação (Figura 3) e, desta forma, criar ou recriar uma nova composição visual (Figura 4).



Figura 3.: Interações típicas. Fonte: propriedade dos autores do artigo.

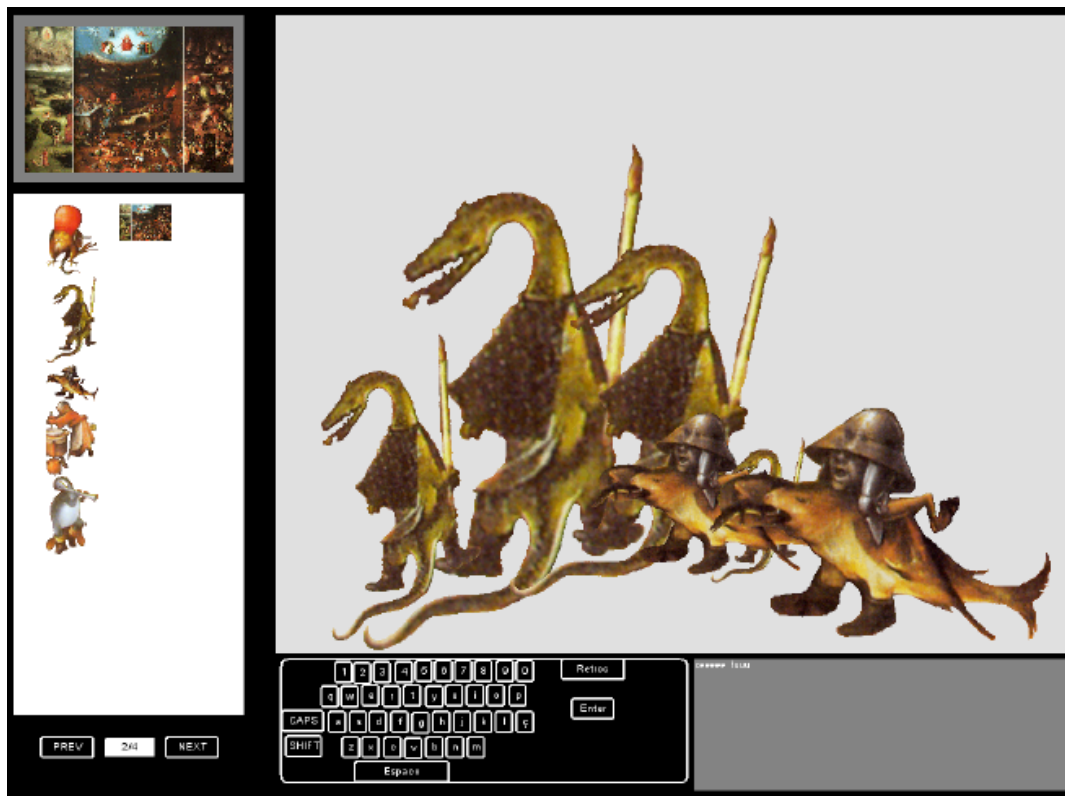


Figura 4.: Interface gráfica com apresentação de uma composição visual criada no protótipo. Fonte: propriedade dos autores do artigo.

A interface do protótipo (Figura 5) está dividida em diferentes áreas com significados e funcionalidades distintas. Na área “seleção de categorias” é possível especificar/selecionar diferentes elementos presentes na obra original. Os elementos podem ser arrastados para a “área de trabalho” e aí serem objeto de manipulação (aumento de tamanho; rotação e deslocamento). Com a utilização de um teclado virtual é possível escrever uma narrativa numa área destinada para esse fim que na figura 4 se designa por “área da narrativa”.



Figura 5.: Apresentação da área de desenho da interação patente no protótipo atual. Fonte: propriedade dos autores do artigo.

5. Notas finais

Os procedimentos pensados para este estudo e aqui descritos procuram sintetizar a metodologia de desenvolvimento de uma aplicação para uma superfície tangível com o intuito de validar a nossa hipótese de investigação. Ou seja, verificar se a interação dos sujeitos com as obras pictóricas, mediatizada por uma superfície tangível compreendida no espaço de uma mesa multitoque, pode potenciar o usufruto e apropriação da obra de arte. Desta forma, esperamos contribuir para uma maior aproximação dos sujeitos à obra de arte e, nesse sentido, contribuir para a construção de conhecimento sobre a mesma. Novas formas de envolvimento podem ser possíveis perante a possibilidade de sobrepor as dimensões de participação e de colaboração à convencional relação de fruição, por norma estabelecida no contexto dos ambientes museológicos.

Referências

- Adorno, T. (2003) *Sobre a Indústria da Cultura*, Coimbra: Angelus Novus.
- Bardin, L. (1997) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bedford, L. (2001) 'Storytelling: The Real Work of Museums', *Curator: The Museum Journal*, 44: 27-34.
- Benjamin, W. (2008) [1936-1939] *The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction*, London: Penguin Books.
- Bishop, C. (ed.) (2006) *Participation, Documents of Contemporary Art*, Cambridge: The MIT Press.
- Bonanni, L., Seracini, M., Xiao, X.; Hockenberry, M., Costanzo, B., Shum, A., Teil, R., Speranza, A. & Ishii, H. (2010) 'Tangible Interfaces for Art Restoration', *International Journal of Creative Interfaces and Computer Graphics (IJCICG)* Falchuk, B. and Marcos, A. (Eds.) Volume 1, Issue 1: 54-66. IGI Publishing.
- Bruner, J. (1991) 'The Narrative Construction of Reality', *Critical Inquiry*, 18: 1-21.
- Chagas, I. (1993) 'Aprendizagem Não Formal/Formal das Ciências. Relações Entre os Museus de Ciência e as Escolas', *Revista de Educação*, 3: 51-59.
- Chung, S. (2006) 'Digital Storytelling in Integrated Arts Education', *The International Journal of Arts Education*, 33: 33-50.
- De Ketele, J. & Roegiers, X. (1999) *Metodologia de Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Delicato, A. (2006) 'Os Museus e a Promoção da Cultura Científica em Portugal', *Sociologia*, 51: 53-72.
- Eco, U. (2008) *A Definição da Arte*, Lisboa: Edições 70.
- Eco, U. (2009) *Obra Aberta*, Lisboa: Difel.
- Edmunds, H. (1999) *The Focus Group Research Handbook*, Illinois: NTC.
- Elkins, J. (2003) *Visual Studies: A Skeptical Introduction*, London: Routledge.
- França, J. (1994) *Bosch ou O Visionário Integral*, Lisboa: Chaves Ferreira.
- Gil, I. (2011) *Literacia Visual. Estudos sobre a Inquietude das Imagens*, Lisboa: Edições 70.
- Huizinga, J. (1996) *O Declínio da Idade Média*, Braga: Ulisseia.
- Lévy, P. (1998) *¿Qué es lo Virtual?*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Logtenberg, J. (2009) *Multiuser Interaction With Molecular Visualizations on a Multitouch Table*, MSc Tesis, disponível em <http://essay.utwente.nl/59199/>, acesso em 28 de março de 2012.
- McKillop, C. (2004) 'Stories About... Assessment: supporting reflection in art and design higher education through on-line storytelling'. Paper presented at the *International Narrative and Interactive Learning Environments Conference (NILE 2004)*, Edinburgh, Scotland, disponível em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fciteseerx.ist.psu.edu%2Fviewdoc%2Fdownload%3Fdoi%3D10.1.1.87.9503%26rep%3Drep1%26type%3Dpdf&ei=gMt7UIWNMY-zhAeV4DIDw&usq=AFQjCNFjOMg7t_ujuPPkfdf3Zu60wgg1fw&sig2=D3lqaZFaCwbH3N6-KpXEDQ, acesso em 10 de março de 2012.

- Oliveira, L. (2004) *A Comunicação Educativa em Ambientes Virtuais: um Modelo de Design de Dispositivos para o Ensino-Aprendizagem na Universidade*, Braga: Universidade do Minho, CIEd.
- O'Malley, C. & Stanton Fraser, D. (2004) *Literature Review in Learning with Tangible Technologies*, FutureLab, Berkshire, (0-9548594-2-1), disponível em http://archive.futurelab.org.uk/resources/documents/lit_reviews/Tangible_Review.pdf, acesso em 5 de março de 2012.
- Oliveira, T. & Nunes, M. (2009) 'Os Vícios Humanos Representados na Arte de Bosch', *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, 31: 75-83.
- Papert, S. (1993) *The Children's Machine: Rethinking the School in the Age of Computers*, New York: Basic Books.
- Perniola, M. (1993) *Do Sentir*, Lisboa: Editorial Presença.
- Rancière, J. (2010) *O Espectador Emancipado*, Lisboa: Orfeu Negro.
- Richey, R. C. & Nelson, W. A. (1996) 'Developmental Research' in Jonassen, D. H. (ed.) (1997) *Handbook of Research for Educational Communications and Technology*, New York: Simon & Schuster Macmillan, pp. 1213-1245.
- Righi, T. (2008) 'Tecnologias de Displays Interativos no Processo de Projeto Arquitetónico', *Congresso Iberoamericano de Gráfica Digital*, SIGRADI, Havana Cuba 2008, disponível em www.fec.unicamp.br/~lapac/publicacoes.htm, acesso em 28 de março de 2012, 1-5.
- Ströher, C. & Kremer, C. (2011) 'Os Pecados e os Prazeres Terrenos no Jardim das Delícias de Bosch', *Aedos*, 7: 55-70.
- Sylla, C. & Branco, P. (2008) 'Finalmente Limpinho! Interface Física para os Meus Primeiros Contactos com a Higiene Oral', *Interação2008, 3ª Conferência Nacional em Interação Pessoa-Máquina*, Universidade de Évora, 1617-4909.
- Ullmer, B. & Ishii, H. (2000) 'Emerging Frameworks for Tangible User Interfaces', *IBM Systems Journal*, 39: 915-931.
- Van Der Maren, J. (1996) *Méthodes de Recherche pour l'Education*, Bruxelles: DeBoeck Université.
- Veiga, L. & Gondim, S. (2001) 'A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político', *Opin. Publica*, 7: 1-15.
- Xu, D. (2005) 'Tangible User Interface for Children – An Overview', *UCLAN Department of Computing Conference*, Preston, UK, 2051-2052.

II

Média, Novas Tecnologias e Políticas

Edição Não Linear: A Função do Jornalista com as Transformações da Tecnologia

Nonlinear Editing: the Role of the Journalist with the Changes in Technology

WASHINGTON FILHO & JOSÉ CORREIA

Ciências da Comunicação, UBI (Universidade da Beira Interior), Covilhã
washington.filho@labcom.ubi.pt / joacarlosfcorreia@labcom.ubi.pt

Resumo:

A transformação promovida pela tecnologia em relação ao processo de edição da notícia nos telejornais, com o uso do sistema não linear, impõe a necessidade da avaliação deste processo, com o destaque para a participação do jornalista. Uma das questões importantes nesta transição é a possibilidade do jornalista ser o responsável por toda a operação, sem a intermediação de um profissional de outro nível, de caráter técnico, como tem ocorrido, historicamente.

O uso do sistema de edição não linear corresponde, na perspectiva que serve de referência para a análise – o estabelecimento de uma autonomia do jornalista -, a mudança de um paradigma em relação à atuação de um profissional que, mesmo em um meio submetido aos procedimentos determinados pelo uso de equipamentos, mantinha a sua atuação restrita à preocupação com o conteúdo da informação. Neste sentido, o tema em discussão está relacionado a uma proposta de investigação, no âmbito do Doutoramento de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, apresentado como projeto de pesquisa.

A apresentação da proposta reflete, em grande parte, a trajetória do autor, como jornalista e professor da Universidade Federal da Bahia, diretamente ligada ao tema, em função do trabalho em emissoras de televisão, no Brasil, além da experiência na área de formação, em Angola. O interesse pelo tema reflete uma busca pela compreensão deste processo, por meio de uma verificação empírica, assim como, ao mesmo tempo, a reflexão sobre uma atividade que desempenhou, no cotidiano das redações. A apresentação da proposta está estruturada em torno da ideia de transformação, promovida pelo uso do sistema não linear de edição, para a definição da forma da informação no Jornalismo Televisivo, a partir da noção de que existe a possibilidade do estabelecimento de um protagonismo do jornalista. Um processo condicionado pela atuação do jornalista, em relação à definição do que é notícia, através dos critérios para a sua escolha, assim como a sua produção. Questões que ganham uma nova referência com a influência da tecnologia, marcada pelo processo de convergência, ao qual estão submetidos os meios de comunicação.

Palavras-chave:

Edição digital, jornalismo televisivo e convergência, televisão e tecnologia

Abstract:

The transformation promoted by technology in relation to the process of editing the news newscasts, using the nonlinear system, imposes the need for evaluation of this process, with emphasis on the participation of the journalist. One of the important issues in this transition is the possibility that the journalist be responsible for the entire operation, without the intermediation of a professional to another level, technical in nature, as has occurred historically.

The use of non-linear editing system corresponds with a view to serving as a reference for the analysis - the establishment of a range of journalist - a paradigm change in relation to the performance of a professional that even in a medium subjected to procedures determined by use of equipment, maintaining its operations restricted to concerns about the information content. In this sense, the topic under discussion is related to a research proposal within the Doctorate of Communication Sciences of the University of Beira Interior, presented as a research project. The presentation of the proposal is structured around the idea of transformation, promoting the use of non-linear editing system, to define the form of the information in Television Journalism from the notion that there is the possibility of establishing a role of journalist. A process conditioned by the performance

of journalist, regarding the definition of what is news, using the criteria for their choice, as well as its production. Issues that gain a new reference to the influence of technology, marked by the convergence process, which are submitted to the media.

Keywords:

Digital edition; television journalism and convergence; television and technology

1. Introdução

Esta proposta de investigação centra-se na televisão, como parte da atual ecologia midiática, buscando compreender os efeitos das transformações tecnológicas em curso sobre um aspecto específico da grande gama de produtos gerados e distribuídos por esse meio: a informação jornalística televisiva.

Mais de 70 anos depois da primeira transmissão, na Alemanha, em 1935, está em marcha um processo promovido pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, com um novo quadro para a televisão em seu estágio digital.

Para Herreros (2003: 19) tais alterações têm um longo alcance e modificam as formas de comunicação e da informação. Elas impõem alterações em relação ao funcionamento da televisão, no que se refere a seus sistemas de produção e distribuição de conteúdos, bem como a seu modelo de negócios, e alcançam todos os seus produtos, inclusive o jornalismo. Um processo, marcado pela convergência tecnológica, iniciado há pouco mais de dez anos, em 2000 (Micó, 2007), com a realização de práticas jornalísticas, através da Internet.

É preciso compreender as transformações pelas quais passa a informação através do Jornalismo Televisivo. A sua posição no contexto das novas configurações de articulação dos meios e suportes, massivos e pós-massivos, reveste-se de importância acadêmica e social, tendo em vista o lugar que ocupa esse meio na ecologia midiática contemporânea. A televisão tem uma atuação plenamente consolidada como meio de comunicação, em particular quanto à sua importância para a divulgação da informação, como tem sido verificado em estudos recentes, realizados no Brasil e em Portugal (Brandão, 2010; Silveira, Cardoso & Belo, 2010; Silveira & Shoemaker, 2010; Souza, 2009).

A implantação de um processo de edição, como é o caso do sistema não linear¹, de estrutura digital, com os recursos da tecnologia da informação, estabelece uma nova realidade para a produção televisiva. O presente trabalho objetiva destacar uma dessas alterações, examinando-a em minúcia e profundidade: a produção do Jornalismo Televisivo e, em particular, as transformações da edição da notícia, em relação às rotinas de produção e processos produtivos. A edição corresponde à definição da forma de apresentação, definida

¹ A palavra não linear tem sido escrita, predominantemente, de duas formas, com ou sem hífen, distinções que podem ser verificadas em publicações de mais de um idioma. A preferência é pelo uso sem o hífen.

pelo conceito de *editing* (Wolf, 1987: 217). O estudo das rotinas de produção e processos produtivos, adotados por jornalistas e organizações jornalísticas, está relacionado ao *newsmaking* nas Teorias do Jornalismo, na perspectiva construtivista.

A mudança para o sistema digital, em relação à edição, definida como não linear (Damásio, 2001:49) tem outro sentido, com o uso do digital para a transmissão pelas emissoras de televisão. A alteração da forma de edição atinge os processos produtivos e as rotinas adotadas pelas organizações jornalísticas desde a divulgação da informação até a sua exibição. A transformação é uma consequência da interferência provocada pela implantação do sistema não linear. O uso deste sistema modifica o processo, procedimentos e funções da tarefa de edição.

A implantação do sistema não linear gera uma ruptura na edição no Jornalismo Televisivo, como foi descrita por Micó (2006). O sistema de edição não linear é definido (Browne, 2003: 252; Damásio, 2001:106; Ohanian, 1998: 27; Zettl, 2011: 362) pela utilização de um *desktop vídeo*, composto por *hardwares* e *softwares* específicos, baseados na tecnologia digital. O uso de um equipamento como o *desktop vídeo* permite o trabalho de um único profissional, o que admite a transferência para o jornalista da condução de todas as fases da edição.

A realização da investigação proposta pretende compreender a importância do uso do sistema de edição não linear, em curso, em emissoras de televisão do Brasil e de Portugal. A amplitude da proposta, em relação aos dois países, representa a busca de uma comparação. A finalidade é analisar um quadro em mudança, com a utilização da tecnologia da informação. O que permite a integração dos processos de produção e elaboração da notícia, na televisão e outros meios (Micó, 2006: 11; Quandt & Singer, 2009: 130).

A proposta de investigação busca a sistematização deste tema, em relação a uma área de estudos que não reconhece a especificidade da linguagem audiovisual vinculada à televisão, em particular quanto ao jornalismo. O uso da edição não linear para a elaboração da notícia é tratado como a utilização de técnicas adotadas pelo Cinema. Da mesma forma que ocorreu com os outros suportes, sem a compreensão em relação à elaboração da notícia. Este processo de mudanças, com a alteração de procedimentos, foi demonstrado por Schaefer & Martinez (2009), em relação ao uso de efeitos visuais na edição de notícias.

Esta proposta representa a busca de um entendimento sobre o futuro, em que a utilização do sistema de edição não linear em um ambiente, como o previsto para a televisão digital, representa uma nova base para a produção, elaboração e difusão da notícia. São possibilidades, decorrentes dos recursos da tecnologia da informação, que permitem a aceleração da operação e a possibilidade de automação da edição. Trata-se da introdução de uma nova dinâmica, pela qual a redução do tempo de produção, condizente com a função do jornalismo, tem a possibilidade de estabelecer a padronização do processo.

2. O papel do jornalista na edição da notícia

A participação do jornalista no processo de edição da notícia, ao mesmo tempo em que estabelece a autonomia deste profissional em relação ao processo, quanto à sua forma de apresentação, reflete a transformação imposta pela tecnologia na atuação dos meios de comunicação. É uma mudança que tem sido destacada na produção e veiculação dos conteúdos. A consequência em relação aos jornalistas é apresentada neste projeto como a de maior relevância, pela importância que representa a compreensão deste tema, pela reconhecida predominância da Televisão na divulgação de informação.

Esta alteração representa a quebra de um padrão consolidado em relação ao processo de edição da notícia, com a consequente ampliação do protagonismo que é estabelecido para o trabalho do jornalista nesta atividade. O uso do sistema não linear de edição demonstra uma sintonia da Televisão com o Cinema, em relação à tecnologia utilizada, da forma que tem ocorrido desde a implantação do meio, nos anos 1930.

O sistema linear corresponde ao quarto tipo de equipamento em uso pelos dois meios (Amiel, 2011), a partir da década de 1900. Em relação à TV, as modificações promovidas em cada um dos anteriores, distintos a partir da utilização de outro suporte, o *videotape* no lugar do filme, não gerou nenhuma expectativa em relação aos profissionais que executavam a tarefa, quanto à divisão das funções. O jornalista sempre trabalhou ao lado de um profissional, de capacitação mais técnica, encarregado da operação do equipamento na tarefa de elaboração da notícia, a partir do uso do *videotape*. Ao jornalista, cabia a orientação sobre a informação a ser divulgada, sem mais nenhuma interferência, a maior parte das vezes, em relação aos aspectos que podem ser definidos como vinculados à linguagem específica do meio.

A modificação da forma da edição, com o uso do sistema não linear está definida por Browne (2003: 325), como uma alteração das ferramentas utilizadas neste processo, sempre em evolução. Na prática, porém, a mudança tem apresentado uma série de dificuldades, verificadas, principalmente, em relação ao Cinema, que tem um destacado pioneirismo em relação a esta transição, em direção ao uso de um sistema digital para a edição.

As questões estão relacionadas ao uso do computador como equipamento básico do sistema de edição não linear. A instalação de componentes adequados, baseada em *hardwares* e *softwares*, própria para a natureza da atividade, permite a conjugação de funções e procedimentos de, pelo menos, três equipamentos utilizados em uma emissora de televisão. Estes equipamentos que eram necessários à realização de procedimentos de edição, pós-produção e exibição, foram substituídos pela integração de todos eles em um computador. As questões, decorrentes do uso do computador, podem ser sintetizadas em quatro. Elas envolvem aspectos relacionados à sua operação, quanto à capacitação e redefinição das

funções, os procedimentos que pode realizar, com a reunião de tarefas de outros equipamentos, além do maior controle do processo, pela através de uma rede de dados.

O trabalho em um computador exige uma dinâmica própria, que estabelece dificuldades para a adaptação dos profissionais mais experientes, a ser considerada como uma questão inicial. Iglesias (2009) relata que na Espanha, pela falta de capacitação para o uso do computador, eles foram substituídos por jovens com esta aptidão, e transformados em uma espécie de mestres dos mais novos, para compensar o desconhecimento que eles tinham sobre a linguagem audiovisual.

A segunda questão, relacionada ao trabalho desenvolvido para a elaboração da notícia, através da edição, é a possibilidade de ser feita por apenas um profissional. Uma condição que estabelece para o jornalista a ação em dois níveis, um já destacado - a orientação sobre a informação -, e o controle do processo, com a operação do equipamento.

O jornalista, no caso o responsável pela elaboração de uma reportagem, pode ele mesmo ser o editor, outra contingência da integração à rede, de forma preliminar ou para a exibição. Ele dispõe da opção de fazer uma edição prévia da notícia, em sua mesa de trabalho, no computador que utiliza, ou para a inclusão no telejornal. São alternativas que determinam a necessidade de entender aspectos sobre a velocidade, criatividade e variedade na edição da notícia no sistema não linear.

A terceira questão, relacionada aos procedimentos para a edição, envolve a utilização de um sistema de mais recursos, a partir da conjugação em um único equipamento das operações de edição, além de outras. Os computadores utilizados para a edição são específicos, com *hardwares* e *softwares* (Browne, 2003; Damásio, 2001; Ohanian, 1998) desenvolvidos para esta finalidade. A ampliação do uso de recursos é uma marca da edição, a partir da evolução dos equipamentos, mesmo analógicos e lineares.

A utilização do sistema não linear reconfigura o espaço de realização da atividade e o nível de intervenção no processo de edição, o que permite apresentar a quarta questão. A integração em rede facilita a edição fora de uma área específica de trabalho, ocorre em uma televisão. A prática está em uso por emissoras do Brasil e de Portugal, em especial, com os profissionais que trabalham fora dos seus países (Esperidião, 2007: 6; Canelas, 2010: 15). A disponibilidade na rede representa, para Bandrés *et al.* (2002: 27), a possibilidade de intervenção, o maior controle do processo. O acesso é feito de maneira direta, sem nenhuma intermediação, pela ação da direção dos telejornais.

O uso do computador é o aspecto fundamental das transformações promovidas pela tecnologia, em relação ao trabalho dos jornalistas e dos meios de comunicação, na elaboração e divulgação da informação. Uma alteração que é definida pela sua utilização, como descreve Micó (2008: 104), relacionada ao seu funcionamento:

*Los modernos equipamientos digitales permiten montar las noticias, los reportajes o los documentales como se de un texto se tratase, discriminando y reordenando imágenes e sonidos como si fuesen palabras o frases de un escrito*².

A implantação do sistema não linear contribui para a alteração de paradigmas em relação ao processo de edição no Jornalismo Televisivo, como ocorreu com o Cinema, nos Estados Unidos, a partir de 1995, em relação aos equipamentos lineares (Murch, 2005: 9), usados nos casos de filmes e fitas.

A autonomia que representa a participação do jornalista no processo de edição da notícia, sem a intermediação de outro profissional, valorizado pela capacidade técnica, corresponde à transformação ocorrida no Cinema, a partir da década de 1940 (Villain, 1993; Bordwell; Staiger & Thompson, 1997). Os cineastas, realizadores dos filmes, passaram a ter a incumbência da montagem, diferente da prática anterior, considerada comum (Lumet, 1998:140), que permitia aos estúdios, através dos produtores, a decisão sobre a finalização dos filmes. Aos cineastas estava reservada a tarefa de realização das filmagens, sem que tivessem a possibilidade de qualquer interferência em relação à montagem (Marner, s/d:12).

Lumet [1924-2011], cineasta norte-americano, premiado em 2005 com o Oscar honorário da Academia de Cinema de Hollywood, explica, ao descrever este processo, que o controle exercido pelos estúdios estabeleceu um lugar-comum: o de que “os filmes eram feitos na sala de montagem” (Lumet, 1998: 141) , além do estabelecimento de uma série de regras, relacionadas ao padrão adotado pelo cinema norte-americano.

As regras descritas correspondem a técnicas adotadas pelo cinema, que são utilizadas pela Televisão, especificamente pelo Jornalismo Televisivo. Elas estão relacionadas à gravação das imagens (Mascelli, 2010: 80) e definem condições referentes ao tempo e o espaço, de acordo com o local, direção e movimento. São elementos que têm interferência no processo de edição.

3. A notícia influenciada pela tecnologia

Esta proposta de estudos, a partir da hipótese, de que a mudança de tecnologia altera a forma de participação do jornalista no processo de edição, tem a associação com outras áreas. Uma busca de referências teóricas para que seja possível atingir a finalidade. Elas permitem contribuições para o esclarecimento de questões que complementam o tema principal, devidamente identificado como a transformação promovida pela tecnologia nas rotinas de produção e processos da edição da notícia no Jornalismo Televisivo, com

² “Os modernos equipamentos digitais permitem montar as notícias, as reportagens e os documentários como se tratasse de um texto, separando e ordenando as imagens e sons como fossem palavras ou textos de um escrito”.

influência sobre a atuação do jornalista, notadamente, o profissional que desempenha a função relacionada a este processo – o editor.

As áreas, em torno das quais, serão buscados pontos, em torno do objetivo central da investigação, estão relacionadas aos estudos sobre Teorias do Jornalismo, Difusão da Inovação Tecnológica, Jornalismo Televisivo, Estudos Televisivos e Teorias e Estética do Cinema, relacionadas à montagem³. A base da revisão teórica são os estudos em torno de três eixos: o Jornalismo, a compreensão da notícia em um processo marcado pela influência da tecnologia, destacada pela utilização de uma rede de comunicação baseada em uma rede sem fios e a digitalização; a veiculação da informação na televisão, ampliada pelos recursos da tecnologia digital e da informação; e a edição, através do processo histórico, a partir do uso pelo Cinema, marcada por distinções estabelecidas através da evolução técnica e a sua função.

Uma maneira de compreender o desenvolvimento do jornalismo, uma referência importante para entender o que é notícia, está evidenciada na proposição de Traquina (2005a). Para este autor, o desenvolvimento do jornalismo ocorreu através de três condições, interrelacionadas: sua expansão, o processo de comercialização e a constituição de uma atuação específica, em torno da noção de campo social (Bourdieu, 1997).

A transformação verificada no jornalismo, com o crescimento da Internet como suporte para a divulgação da informação, tem demonstrado a ampliação dos estudos com a utilização das rotinas de produção como o seu objeto (Becker & Vlad, 2009: 61). Este recurso metodológico está também presente nos estudos de Jornalismo Online, a partir da referência sobre o ciberespaço na distribuição de notícias (Domingo, 2006; Palacios & Nocci, 2007).

A presença da Internet é vista como um elemento transformador da cultura profissional, inicialmente estudada por Breed (1993). A noção da cultura profissional permite aos jornalistas a ativação de conhecimentos e práticas adquiridos pela prática, a realização do trabalho, assimilados através dos contatos realizados na empresa. É uma compreensão sobre o trabalho dos jornalistas, que não tinha como realidade circunstâncias atuais, como as mudanças estabelecidas pela tecnologia e a valorização da formação, através de cursos específicos, para o trabalho como jornalista. Fidalgo (2008) verificou estas modificações, em uma investigação sobre a construção da profissão, definida como ocorrida “entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX”.

Os estudos sobre a profissão representam, para Zelizer (2000) um afastamento de questões sobre a análise funcionalista da prática dos jornalistas. A avaliação é que estes profissionais deveriam ser considerados como “uma comunidade interpretativa”, para uma melhor

³ O uso da expressão montagem, como referência ao processo de edição, da forma adotada na Televisão, será, mais adiante, esclarecido, diante das distinções em relação a idiomas e à sua noção.

compreensão das atividades deles. Esta visão é diferente da preconizada por Schudson & Andersen (2009), que defendem a necessidade de estudos sobre a profissionalização dos jornalistas para a o entendimento do trabalho que eles realizam.

O estudo sobre as rotinas de produção da notícia adota como paradigma o da construção social da realidade. A sua base é a sociologia do conhecimento, em torno de autores como Berger & Luckmann (1985), relacionada ao Interacionismo. Estudos de Luhmann (2000), em torno de uma Teoria Social dos Media, identificam os meios de comunicação como “dispositivos técnicos de reprodução massiva”. Sponholz (2009: 18) considera que a função do jornalismo é atuar na mediação da realidade social. Um entendimento transferido para a reprodução feita pelos meios de comunicação, no ordenamento dos acontecimentos, através da reconstituição como a notícia, por meio da ação dos jornalistas.

A noção de mediação da realidade impõe uma distinção para os estudos de jornalismo, em contraponto à teoria do espelho – em torno da qual, o que o jornalismo faz é reproduzir a realidade. Alsina (1993) considera que a distinção sobre os estudos da notícia, como um objeto de pesquisa do jornalismo, é analisada por meio das duas concepções – a da construção da realidade e a do espelho. Elas estão separadas, distintas uma da outra: “De um lado estão os que defendem a concepção de que a notícia é um espelho da realidade. Do outro, o que a notícia seria concebida como construção.” (Alsina, 1993: 184).

A atuação dos jornalistas tem interferência na definição do que é notícia. Esta observação está relacionada à noção de cultura profissional, da forma como trata Traquina (2005a: 102), que a define como um dos “mais importantes atributos de uma profissão”. A avaliação é que esta capacidade dos jornalistas dá à categoria uma competência específica: a condição de conviver com a busca do inesperado e do imprevisto para a adequação a um processo, encerrado com a divulgação de um fato. Esta capacidade é relacionada por Traquina a um padrão, adquirido entre os profissionais, de forma progressiva, um saber particular, intrínseco à profissão.

As rotinas de produção influenciam a assimilação do saber baseado na experiência sobre o trabalho. Esta capacidade tem a definição de “vocabulário de precedentes”, uma capacidade profissional específica (Traquina, 2005b: 41), através da qual os jornalistas detêm o saber de reconhecimento – identificar o que é notícia -, de procedimentos – a forma de realização – e de narração – a maneira de apresentar ao público.

A compreensão da notícia pela perspectiva construtivista, com base nos estudos sobre o *newsmaking* analisa o processo de escolha da notícia pelo condicionamento por rotinas, como define Wolf (1987: 193), dividida em três etapas: recolha, seleção e apresentação. O circuito da rotina é encerrado com a apresentação, que é determinada pelas características do produto, indicadas pelo formato, entendida como a maneira de exibição ao público.

A exibição da informação é definida (Wolf, 1987) como *editing*. É o instante da definição da forma, influenciada pelo conhecimento dos jornalistas sobre “o saber de narração” (Traquina, 2005b: 43). No quadro de transformação promovida pela tecnologia é um processo suscetível às influências, diante da natureza da sua realização.

A referência sobre o papel desempenhado pela notícia no jornalismo, assim como a variedade de concepções e estudos, permite estabelecer uma compreensão, em torno de uma ideia presente na formulação da teoria construtivista. Ela está relacionada à definição de que a notícia é decorrente de uma lógica, na qual existe a interferência da atuação dos jornalistas, através da interação verificada no meio da redação no decurso das suas práticas por meio de um conjunto de rotinas, vinculadas à profissão, da estrutura adotada pelas empresas para oferecer informação ao público. Uma atuação que permite a elaboração de um produto - a informação -, em busca de um reconhecimento - a audiência, que influencia o padrão adotado - e a ação das fontes.

Os jornalistas usam critérios para a definição deste processo. O marco dos estudos sobre este tema é a pesquisa de Galtung & Ruge (1993). O estudo permitiu o estabelecimento de elementos que caracterizam a noticiabilidade, os valores-notícia. Wolf (1987: 173-174) os define “como componentes da noticiabilidade”, os quais possibilitam determinar, como se fora uma resposta, sobre aos acontecimentos que apresentam potencial significativo, além de interesse e relevância para serem divulgados.

Os critérios de noticiabilidade têm sofrido, com o tempo (Luhman, 2000: 44-54; O’Neill & Harcup, 2009: 171), alterações sobre a representação deles para a definição da notícia. A compreensão da noticiabilidade como o conjunto de requisitos para a seleção de um assunto como notícia determina, para Wolf (1987), a existência de valores-notícia, que têm relação com o conteúdo, produto, meios de comunicação, público e concorrência. A classificação que é desenvolvida por Wolf (1987: 173-193) é reordenada por Traquina (2005b: 77-93) em dois grupos: valores-notícia de seleção, distintos entre substantivos e contextuais; e valores-notícia de construção.

A elaboração de critérios de noticiabilidade tem aspectos diversos (O’Neill & Harcup, 2009:170) que precisam de uma revisão, com base nas mudanças do jornalismo. Critérios como *frequency* -, relacionado à periodicidade -, que perde a importância com a produção online, durante 24 horas ou quanto ao tipo de audiência, atingido pela fragmentação dos meios. Outros como *recency* - novidade - ou *competition* ganham mais valor. A informação visual, divulgada pela televisão, dá destaque a um critério específico, o da atratividade visual. Ele permite a valorização de uma notícia, por causa da “dramaticidade da imagem” (O’Neill & Harcup, 2009: 165).

O ambiente de tantas modificações é o da convergência mediática, determinada pela presença da tecnologia digital (Quandt & Singer, 2009: 130). Um processo decorrente da

rápida transformação dos meios de comunicação, com a integração deles em sistemas de informação (Micó, 2007). Esta observação evidencia uma realidade que marca o processo de atuação do jornalismo, contemporaneamente: de que o desenvolvimento da tecnologia retirou dos jornalistas o privilégio da definição sobre o que é notícia, da forma que tem sido entendida (Quandt & Singer, 2009). A referência dos autores é uma consequência da utilização da Internet, para a divulgação de informação, sem a necessidade de vínculo a uma organização jornalística.

A influência da transformação da tecnologia atinge a atuação dos jornalistas e dos meios de comunicação de diversas formas, a partir da noção do estabelecimento de uma sociedade em rede (Castells, 2011), em que a informação é considerada um elemento-chave, em função do que o conhecimento representa. O aspecto mais importante desta transformação é o que é definido como um processo de convergência, que representa um novo modelo de organização e produção (Lopes & Fariña, 2010).

A definição de convergência tem dimensões diferentes, relacionado a quatro áreas de atuação de empresas, meios de comunicação e profissionais (Salaverria, 2010: 32). A noção tem uma influência maior da dimensão tecnológica (Salaverria, 2009) e marca o jornalismo neste momento de transformação, a partir do surgimento de novos hábitos e interesses pela informação do público no século XXI (Salaverria, 2010: 28).

As dimensões estabelecidas pela convergência têm gerado aspectos que estão relacionadas entre si, da forma observada, anteriormente, em relação à organização e a produção dos meios de comunicação. A convergência tecnológica gerou a utilização do sistema multiplataforma, baseado na vinculação entre os diversos meio de uma organização. A dimensão empresarial é a referência para o processo de concentração, com grupos com atuação em diversos segmentos da área de comunicação.

A dimensão profissional influencia a atuação das diversas categorias de trabalhadores, em particular os jornalistas, caracterizada pela polivalência (Scolari; Micó; Guere & Kuklinski: 2008) e um processo de sentido duplo: a extinção e o surgimento de novas tarefas. Noci (2010) e Scolari *et al* (2008) relacionam, em relação ao Jornalismo Televisivo, o surgimento, na Espanha, de um profissional específico, capaz de escrever, gravar e fazer a edição de imagens. Uma quarta dimensão é a que corresponde à produção de conteúdo, determinada pela multimedialidade (Salaverria, 2010: 38), que está baseada na utilização de recursos diversos, comuns a meios como o jornal, o rádio e a televisão, em função dos recursos específicos de cada um, unificados na Internet – a hipertextualidade.

Fidalgo (2008: 166) aponta as mudanças promovidas pela tecnologia, como uma das “novas questões” estabelecidas para o Jornalismo, em relação à delimitação do seu espaço. Algumas das questões que emergem estão relacionadas a temas mantidos em relação ao campo e a atuação do profissional, revisitados pela nova conjuntura – a da convergência. A

organização das empresas (Barbosa, 2009), a formação (Canavilhas, 2009), a identidade profissional (Deuze, 2006; 2010; Donsbach, 2010) e novas competências (Singer, 2010) para a atuação em um ambiente digital.

4. A informação na televisão

A determinação do que é notícia na televisão está relacionada à compreensão sobre o conteúdo de um espaço específico da programação de uma emissora, para a veiculação de informação. Esta compreensão corresponde à definição de Toran (1982: 10), para quem “o termo informação, aplicado aos programas de televisão se refere, principalmente, a aqueles programas de televisão cujos conteúdos caem dentro da atividade jornalística, como os programas que são denominados pelos ingleses pela rubrica televisão *factual news*”. Esta compreensão é reforçada por Micó (2007: 29):

La que te com a finalitat primordial la notificaci6n d'um succ6s o idea , sense army persuasiu, i que transmet una versió el m6s fidel possible de la realitat⁴.

A edição é o que estabelece para a notícia uma forma para a sua apresentação, o que, na definição de Sanabris (2002), por estar relacionado a um padrão “rígido, tem efeitos no processo de produção, com interferência na noticiabilidade”. Micó (2007:30) indica que o modelo adotado pelas emissoras de televisão para a divulgação de informação é uma estrutura, utilizada a partir dos anos 1940, nos Estados Unidos. É um modelo definido por quatro características: divisão por blocos temáticos; a centralização na figura do apresentador; a utilização de imagens dos acontecimentos, complementadas pela narração; e o uso de entrevistas, com a narração dos repórteres, a partir dos locais dos fatos. A utilização deste padrão é justificada (Gans, 1979:1 60), por razões que favorecem a audiência, pela familiaridade com o modelo; por permitir maior agilidade para os editores; e pelo estabelecimento da diferença de nível entre as notícias.

4.1. Brasil e Portugal: modelos diferentes de jornalismo televisivo

Estabelecida uma compreensão sobre o que é a notícia na televisão, o desafio é buscar um entendimento sobre como ela é representada no Brasil e em Portugal. A informação nas televisões dos dois países está marcada por distinções, vinculadas à forma de estruturação da televisão em cada um deles.

⁴ “A que tem como finalidade primordial a notificação de um sucesso ou ideia, sem persuasão, e que transmite uma versão a mais fiel possível da realidade”.

Em uma primeira referência, as televisões dos dois países estão relacionadas à informação pela mesma circunstância: a presença dos telejornais em suas programações. Para Wolton (1990), a programação é uma forma das emissoras ordenarem os programas, durante o período de funcionamento da televisão, de acordo com o perfil do público. A informação, parte da grade de uma emissora, representa, através da televisão, a possibilidade que o espectador tem como cidadão de reconhecimento do mundo.

A diferença verificada na estrutura, pela diferença de modelos entre o Brasil e Portugal, não existe em uma verificação sobre o conteúdo dos programas das emissoras dos países. Os telejornais que são exibidos no *prime time*, relacionado como horário nobre no Brasil, têm como característica principal, apesar da transmissão para todo o território de ambos os países, a mesma tendência (Silveira; Cardoso; & Belo, 2010; Souza, 2009; Lopes, 1999). A centralização da produção em uma mesma região de cada país, reproduz a influência de cada uma delas, o que transforma os programas em um produto que não reflete a dimensão que cada país tem.

A natureza do conteúdo dos programas, marcada pela distinção do modelo de cada país, reflete distinções na concepção (Lopes, 1999; 2011). A atuação de uma emissora de caráter público, como ocorre em Portugal - no Brasil é um processo em desenvolvimento (Bucci, 2008) - na divulgação de programas de informação pressupõe diferenças, mais destacadas na veiculação de inserções publicitárias (Lopes, 2011: 95).

A televisão brasileira, em operação a partir de 18 de setembro de 1950 (Sampaio, 1971), é próxima no tempo da portuguesa, cuja exibição regular ocorreu a partir de 7 de março de 1957 (Carvalho, 2009: 26) sob a responsabilidade da Radiotelevisão Portuguesa (RTP), que manteve uma situação de monopólio até 1992 (Carvalho, 2009:102). O jornalismo é parte da realidade das televisões dos dois países desde o início da transmissão regular, em cada um deles. O primeiro programa da televisão brasileira (Sampaio, 1971: 23), *Imagens do Dia*, foi apresentado dois dias depois da estreia da PRF-3, a emissora pioneira do Brasil, depois integrada à cadeia formada pelas Emissoras e Diários Associados, e fez parte da Rede Tupi. Em Portugal, a informação estreou na televisão no mesmo dia do início da emissão regular (Godinho, 2011: 114), em um programa intitulado *Noticiário*.

As televisões dos dois países têm a origem do Jornalismo em suas programações relacionada a procedimentos herdados do Cinema, da forma ocorrida em outros países, indicam (Armes, 1999: 67-74) e Jost (2009: 66). Sampaio (1971: 23) e Godinho (2011: 114), este de forma específica, apontam que esta contingência estabeleceu uma orientação para o trabalho dos jornalistas na Televisão, submetido a um critério determinado por profissionais que tinham uma visão da atividade vinculada a uma imagem, sem a referência do conteúdo da informação.

4.2. A função da edição na elaboração da informação

A edição, processo utilizado pela televisão para a elaboração da notícia, está relacionado à montagem, adotado pelo Cinema para a realização do filme. A compreensão da função da edição na televisão, em particular no Jornalismo, depende do entendimento do histórico sobre a montagem, considerada elemento fundamental do cinema para diversos autores (Betton, 1987; Leone & Mourão, 1987; Almeida, 1989; Martin, 1990; Villain, 1994; Aumont; Bergala; Marie; & Vernet, 1995; Sanchez-Biosca, 1996; Mazzoleni, 2005; Nogueira, 2010; Amiel, 2011).

O uso da montagem, no início do século XX, representou uma transformação na forma de realizar os filmes, que marcou a história do Cinema. Quatro cineastas, George Albert Smith, James Williamson, Edwin Porter e David Griffith, são considerados os precursores do uso da montagem (Martin, 1990). Os dois primeiros utilizaram “uma narrativa baseada na continuidade em tempo real, em espaços diferentes, mas contíguos” (Martin, 1990: 134-135). A Porter (Reisz & Millar, 1978: 6; Martin, 1990) é creditada o estabelecimento do “sentido” na realização dos filmes, o que estabelece o “essencial do cinema”. A contribuição de Griffith (Reisz & Millar, 1978: 11; Martin, 1990: 135) consiste na utilização de uma escala variada de planos, forma de enquadramento com a câmera que define a maneira de visualização da pessoa ou de objeto - maior ou menor; mais perto ou mais distante.

A montagem tem sido objeto de estudos, através do Cinema, que tem o cineasta russo Sergei Eisenstein considerado como o principal teórico (Martin, 1990: 136). A partir da análise do método utilizado por Griffith, Eisenstein desenvolveu uma referência sobre a montagem, observada nos filmes que realizou, em torno da articulação permitida pela justaposição dos planos. A concepção adotada por Eisenstein tem, posteriormente a oposição (Aumont *et al*, 1995: 72; Aumont & Marie, 2003: 32) de André Bazin, crítico de cinema francês. Bazin considerava que a utilização da montagem representava uma intervenção na representação que as imagens permitiam, como um registro do real.

As teorias do Cinema (Agel, 1982; Xavier, 1984; Andrew, 1989; Aumont *et al*, 1995; Tudor,s/d) apresentam em relação à montagem uma noção que está refletida no que é considerada como o principal ponto de divergência entre as correntes e a concepção dos seus principais pensadores – Eisenstein e Bazin. A função da montagem é apontada como a responsável pela definição do que é o processo fundamental do cinema, da sua representação, através da utilização deste processo para a definição da condição de reprodução do filme, de acordo com a concepção do realizador, em torno da noção dele sobre o papel desempenhado pelo Cinema.

Uma distinção teórica que marca uma visão sobre o Cinema relacionada aos seus fundadores, a partir da forma que eles estabeleceram o processo de representação, através dos seus filmes:

Mantenho a clássica distinção entre a teoria formativa e teoria realista ou fotográfica, distinção que é lugar-comum e que está relacionada ao clichê de que todo filme tem raízes tanto em Méliès como em Lumière (Andrew, 1989: 10).

O estudo sobre a importância da montagem no Cinema tem como referência o russo Lev Kuleschov (Xavier, 1983; Villain, 1994; Sanchez-Biosca, 1996; Nogueira, 2010; Amiel, 2011). Para Sanchez-Biosca (1996: 31), a montagem ultrapassou o limite de uma operação técnica para uma necessária avaliação como discurso, necessária pela importância para a realização de um filme. A referência à invisibilidade no processo de reprodução, está ligada à origem do que é o padrão norte-americano, a produção de Hollywood, que é definido como o período clássico do Cinema (Bordwell, Staiger & Thompson, 1997; Nogueira, 2010), com o desenvolvimento de uma técnica narrativa (Bordwell, 1995) que tem a sua influência ainda reconhecida. Um dos aspectos para o desenvolvimento desta narrativa está relacionado ao desenvolvimento de um modo de produção, com a divisão das tarefas, entre quem concebia o filme e quem o realizava (Bordwell; Staiger & Thompson, 1997). Neste sistema, a montagem era uma tarefa supervisionada, através dos estúdios, sem a participação direta do realizador (Villain, 1994; Bordwell, Staiger & Thompson, 1997).

A associação entre as técnicas da montagem e da edição é fruto da utilização pela televisão da tecnologia adotada pelo Cinema, desde o filme, a partir do modelo adotado para a exibição de atualidades (Godinho, 2011; 87). A concepção foi mantida, mesmo a partir da utilização da fita magnética, com o desenvolvimento do *videotape*. Como a montagem, a edição está baseada em regras que estabelecem a noção de corte e continuidade (Mascelli, 2010: 166-167). A compreensão está relacionada ao conhecimento de regras básicas, adotadas na prática, definidas como a dos 30°. (Burch, 1992: 59; Nogueira, 2010: 145) e a dos 180°. (Almeida, 1989: 11; Martin, 1990:141; Sanchez-Biosca, 1996: 132; Mascelli, 2010: 101; Nogueira, 2010: 144), usada para a definição do eixo de ação, o limite para a utilização da câmera, para que o espectador tenha percepção do que é mostrado – a impressão de invisibilidade.

A noção de continuidade (Dancyguer, 2003: 369; Zettl, 2011: 383) é determinada (Burch, 1982: 29; Aumont *et al*, 1995: 77; Sanchez-Biosca, 1996: 27; Amiel, 2011:30) como *raccord*. A continuidade ou *raccord* corresponde ao que Aumont *et al* (1995) relaciona, como uma síntese, para uma convenção que determina o uso de planos em que exista correspondência entre o anterior e o posterior, de aspectos como o olhar, o movimento, um gesto e em relação ao eixo de ação, em relação às noções de tempo e de espaço. Burch (1982: 32) identifica a alternativa de “quinze tipos fundamentais de mudança de plano”. Os tipos seriam decorrentes das associações “das cinco possibilidades temporais às três possibilidades temporais”.

Apesar de poder ser considerada como a mesma função, montagem e edição, têm divergências em relação ao processo, em relação à sua utilização no Cinema ou Televisão e em relação ao suporte. Para Dancyguer (2003: 437) não há distinção entre os dois processos,

o que deve ser considerado em relação ao suporte que utiliza - filme ou fita - e o meio - Cinema ou Televisão. Damásio (2001: 25) define montagem como o conceito relacionado à concepção e o de edição à realização, da mesma forma que Sanchez-Biosca (1996: 30). Para Schiavone (2003), a distinção é estabelecida pela operação, em função do equipamento, considerando os três processos utilizados – filme, fita e digital.

Para Iglesias (2009) e Villain (1994) a questão é de tradução. O termo edição é uma influência da língua inglesa e montagem do francês. Browne (2003: 322) relaciona ao trabalho de pós-produção, uma etapa posterior ao de ordenação, em que são inseridos recursos visuais ou gráficos. Micó (2007: 74) considera que o uso do sistema de edição não linear estabelece outra condição, diante dos recursos disponíveis, que permitem a realização de tarefas que dependiam de outros equipamentos, da área de operações de uma emissora de televisão, como ocorria com a pós-produção. O termo para Micó (2007) é o de “composição”.

Amiel (2011: 158) considera a vinculação entre a evolução técnica, influenciada pela tecnologia, e a compreensão do sentido que a montagem tem desempenhado, o que representa uma opção importante para a definição da sua função.

O ano de 1990 representa a implantação do sistema de edição não linear no Cinema. Uma referência para ser considerada sobre o momento da modificação, atualmente em curso do processo de edição, que alcança a Televisão posteriormente. O uso pela televisão de uma tecnologia adotada pelo Cinema reforça a vinculação entre os dois meios, em relação à linguagem audiovisual. Uma aproximação gerada pela tecnologia.

A tecnologia tem sido fundamental, como, em geral, na história dos meios de comunicação, para a transformação em relação aos processos de montagem e edição, no Cinema ou na Televisão. Bordwell (1995) e Aumont *et al* (1995) fazem referências às transformações, como a noção da profundidade de campo, como uma decorrência da evolução das câmeras. Villain (1993: 113) relaciona transformações no processo de montagem como uma decorrência da forma de edição na Televisão, da mesma forma que Nogueira (2010: 109). Armes (1999: 45-47) relaciona o desenvolvimento tecnológico, com reflexo na forma de representação adotada pelo Cinema, a um processo sucessivo de invenções, a partir da que marca o surgimento da Fotografia, que tem como limite o surgimento do vídeo. Um período anterior ao digital, mas uma referência para a transição, em curso (Castells, 2011: XLVII).

As funções da edição estão relacionadas à tarefa de ordenação do material gravado. O estabelecimento de uma forma para a apresentação ao público. Dancyguer (2003: 382) relaciona quatro ações: combinar, reduzir, corrigir e criar. No Jornalismo Televisivo, a edição está relacionada a dois processos (Souza, 2009):

- à organização do conteúdo, em função do tempo delimitado para a exibição do telejornal, de acordo com a programação da emissora, e;
- à definição da forma de exibição da informação, parte do telejornal.

A edição relacionada à forma de exibição, que é o tema desta proposta de investigação, é definida de acordo com a apuração sobre o fato relacionado à notícia e elementos da linguagem audiovisual, o som e a imagem, gravados com o uso de uma câmera pela equipe de reportagem. Através da edição é feita a ordenação destes elementos, com base na linguagem audiovisual, usada pela Televisão, para a exibição no telejornal. A edição permite a inserção de recursos visuais, para a complementação da informação.

O peso da mudança do sistema de operação utilizado para a edição no Jornalismo Televisivo é decorrente da função deste processo na elaboração da notícia. A evolução tecnológica tem outra relação, a que está vinculada aos equipamentos. Do ponto de vista cronológico, a mais significativa é a substituição do filme pela fita magnética. Ela está marcada pelo desenvolvimento de um padrão de gravação, aprimorado pela produção de equipamentos mais adequados. A utilização da fita é uma decorrência do surgimento do *videotape*, a partir da busca pela indústria eletroeletrônica de equipamentos mais leves e fáceis de transportar.

O sistema não linear é considerado diferente do anterior, linear, em relação à forma de operação, porque permite o acesso ao material em utilização, a gravação da reportagem, de forma aleatória, sem a necessidade de reprodução na ordem da gravação. Micó (2008: 104) compara o processo ao de alterar um texto, escrito em um computador.

4.3. As alternativas para uma investigação

A utilização do sistema não linear representa uma nova etapa do uso de suportes tecnológicos nos meios de comunicação, em relação à Televisão. O uso do computador, através da associação entre a informática e a tecnologia da informação permite a integração da edição com outros processos de uma emissora de televisão, como a exibição da notícia, em função do uso de uma rede de dados (Damásio, 2001: 77).

A utilização da tecnologia determina o estabelecimento de uma linguagem específica (Manovich: 2011), que está relacionada ao surgimento de “novos meios de comunicação”. Eles dispõem de características determinadas pela forma de funcionamento, que tem o computador como o dispositivo mais importante, em função dos recursos permitidos pela tecnologia da informação, como a compressão de dados, a capacidade de armazenamento e a digitalização (Castells, 2011: 55), Manovich (2011) relaciona as características do meio digital como: representação numérica, modularidade, automatização, variabilidade e

transcodificação. Estas características permitem que o novo meio agrupe as características dos antigos meios, transformado em um meio único.

O uso pelo jornalismo de um sistema de edição que reúne a possibilidade de tarefas múltiplas, transforma a tarefa em uma atribuição além do limite que estava compreendida. A edição permite uma maior integração entre os processos de ordenação e finalização. Por outro lado, porém gera uma situação em que a condição de trabalho dos jornalistas ganha contornos ainda não imaginados, a partir da consideração de que a atividade pode ser mais ágil e oferecer mais recursos para a veiculação da informação, a possibilidade da padronização do processo de edição, com o uso de *templates* e o estabelecimento de uma primazia do processo de elaboração da informação – na definição da forma de exibição da informação. Um protagonismo invisível, notada pela influência do *editing*.

A implantação do uso do sistema não linear para a edição da notícia estabelece novas questões e recoloca outras, não tão recentes, porém mantidas como necessárias para a compreensão da função do Jornalismo, neste contexto relacionado à Televisão. Pelo que representam pelo surgimento, as mais recentes serão destacadas, referências para o desenvolvimento deste projeto, diante da disposição de realizá-lo como investigação sobre o tema destacado.

A tecnologia é a mais evidente, com o uso do computador, integrado a uma rede, da forma adotada em empresas de comunicação, com a possibilidade de armazenamento e digitalização, e serve como ponto de partida. O processo de informatização, no Brasil e Portugal, é recente (Vianna, 1992; Bastos, 2000), com a utilização da Internet, através das emissoras de Televisão (Cardoso & Espanha, 2006), como “uma ponte”, entre os novos e velhos meios de comunicação.

O processo de convergência tem métodos e estratégias diferentes (Lopes & Fariña, 2010), indicado pelo grau de coordenação, e, ou, a integração (Domingo, 2007). A convergência (Deuze, 2010: 191) permite a identificação das diferentes tendências da cultura digital, atualmente. Uma mudança (Deuze, 2010), “que tem consequências para identidade profissional dos trabalhadores dos meios de comunicação, em geral, e dos jornalistas em particular”. Esta transformação, relacionada à atuação do jornalista, na tarefa de edição da notícia, nos telejornais do Brasil e de Portugal, é a questão primordial desta investigação, como, de fato, uma nova questão.

A investigação, apresentada neste projeto, terá caráter comparativo, a partir do *corpus*, formado por telejornais do Brasil e de Portugal, exibidos no *prime time* – a faixa entre 19 e 22 horas, definida como nobre, por concentrar a maior audiência e, nas emissoras comerciais, maior faturamento. A seleção do *corpus*, de acordo com os critérios estabelecidos, se faz a partir de um recorte que estabelece como universo as emissoras com o sinal aberto, que tenham utilizado suportes que antecederam a tecnologia digital, para a

realização de programas de informação, e que possam ser relacionadas como públicas e privadas, da forma vigente em cada um dos países vinculados a esta proposta. A análise em relação à elaboração da notícia é em torno da definição da forma de apresentação, relacionada como *editing* (Wolf, 1987) nos estudos sobre o *newsmaking*, dentro da perspectiva construtivista vinculada às Teorias do Jornalismo (Correia, 2011; Vizeu, 2007; Traquina, 2005a).

5. Em busca de uma conclusão

A hipótese principal deste projeto de pesquisa é que a utilização do sistema não linear altera a participação do jornalista no processo de edição, com a mudança das rotinas de produção adotadas para a elaboração da notícia nos telejornais. A mudança é uma decorrência da transformação que o uso sistema não linear impõe, baseada na integração a uma rede de dados, em função da digitalização e o uso de um computador, adequado com *hardwares* e *softwares* específicos, como equipamento para a realização do processo. A consideração que serve de ponto de partida para a noção apresentada acima é que a edição, baseada no sistema não linear, estabelece um novo protagonismo na atuação do jornalista, com o processo centrado na influência da tecnologia, determinada pelo processo de convergência em dimensões como a profissional e a de conteúdos.

Em torno desta visão, em relação a esta proposta de investigação, alternativas surgem como aspectos que merecem ser considerados no desenvolvimento deste projeto, além da questão que é apontada como a hipótese principal. Elas estão relacionadas ao uso do sistema não linear no processo de edição da notícia, vinculadas ao problema apresentado, determinado como objeto de estudo.

Referências

- Agel, H. (1982) *A Estética do Cinema* (A.Pinto, Trad.), São Paulo: Cultrix. (Obra original publicada em 1957).
- Almeida, M. (1989) *Cinema e Televisão, Princípios Básicos*, Lisboa: TV Guia.
- Alsina, M. (1993) *La Construcción de la Noticia* (2ª. ed), Barcelona: Paidós.
- Amiel, V. (2008) Poética da Montagem In R. Gardies (Org.) *Compreender o Cinema e as Imagens* (P. Duarte, Trad.), Lisboa: Edições Texto & Grafia. (Obra original publicada em 2007), pp. 35-36.
- Amiel, V. (2011) *Estética da Montagem* (C. Gamboa, Trad.), Lisboa: Edições Texto & Grafia. (Obra original publicada em 2007).
- Andrew, J. (1989) *As Principais Teorias do Cinema: Uma Introdução* (T. Otonni, Trad.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1976).
- Armes, R.(1999) *On Video* (G Schlesinger, Trad.), São Paulo: Summus. (Obra original publicada em1998).

- Aumont, J. *et al.* (1995) *A Estética do Filme* (M. Appenzeller, Trad.), Campinas, SP: Papyrus. (Obra original publicada em 1994).
- Aumont, J. (2004) *As Teorias dos Cineastas* (M.Appenzeller, Trad), Campinas, SP: Papyrus. (Obra original publicada em 2002).
- Bandrés, E.,García Avilés, J.,Pérez, G. & Pérez, J. (2002) *El Periodismo en la Televisión Digital*, Barcelona: Paidós.
- Barbosa, S. (2009) “Aspectos da Convergência Jornalista em Empresas Informativas Brasileiras”, *Anais do 6º. Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Lisboa, Portugal. Recuperado em 18 de maio, 2012 em www.bocc.ubi.pt.
- Bastos, H. (2000) *Jornalismo Electrónico. Internet e Reconfiguração de Práticas nas Redacções*, Coimbra: Minerva.
- Becker, L., & Vlad, T. (2009) “News Organization and Routines” in K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzseh (Eds.) *The Handbook of Journalism Studies*, New York: Routledge, pp.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985), *A Construção Social da Realidade* (9ª ed.). (F. Fernandes, Trad.), Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Betton, G. (1987) *Estética do Cinema* (M.Appenzeller, Trad.), São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1983).
- Bordwell, D. (1995) *Narration in the Fiction Film* (4ª ed.). Wisconsin: Routledge
- Bordwell, D. (1997) *El Cine Clásico de Hollywood. Estilo Cinematográfico y Modo de Producción Hasta 1960* (E. Iriarte y J. Cedrán, Trad.), Barcelona: Paidós. (Obra original publicada em 1985).
- Brandão, N. (2011) *As Notícias nos Telejornais – Que Serviço Público Para o Século XXI ?*, Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.
- Bread, W. (1993) “O Controlo Social da Redacção: Uma Análise Funcional” In N. Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* Lisboa: Vega, pp.152-166.
- Briselance, M., & Marin, J. (2011) *Gramática do Cinema* (P. Duarte, Trad.), Lisboa: Edições Texto & Grafia. (Obra original publicada em 2010).
- Browne, S. (2003) *Edición de Vídeo* (J. López, Trad.), Madrid: Instituto Oficial de Radio y Televisión.
- Burch, N. (2011) *El Tragaluz de Infinito* (7ª ed.) (F. Llinás, Trad.), Madrid: Ediciones Catedra. (Obra original publicada em 1987).
- Burch, N. (1992) *A Práxis do Cinema* (M. Pithon & R. Machado), São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1969).
- Bucci, E.(2008) *Em Brasília, 19 horas: a Guerra entre a Chapa-branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula*. Rio de Janeiro: Record.
- Canavilhas, J. (2009) “Ensino do Jornalismo: O Digital como Oportunidade” In Fidalgo, J., & Marinho, S. (orgs.) *Actas do Seminário Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação*, Braga: Centros de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Recuperado em 15 de maio, 2012 em <http://www.lasics.uniminho.pt/ojs/index.php/jornalismo08/article/viewFile/404/378>.
- Canelas, C. (2010) “Os Processos de Produção de Conteúdos Noticiosos na RTP”, *Anais do III Seminário Internacional Media, Jornalismo e Democracia*, Lisboa, Portugal.

- Cardoso, G., & Espanha, R. (2006) "Das Estratégias Televisivas de Internet à Televisão em Rede" in Cardoso, G., & Espanha (orgs.) *Comunicação e Jornalismo na era da informação*, Porto: Campo das Letras, pp. 19-68.
- Castells, M. (2011) *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (A. Lemos, C. Lorga e Tânia Soares, Trad), Vol. 1 (4ª. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, A. (2009) *A RTP e o Serviço Público de Televisão*, Coimbra: Almedina.
- Correia, J. C. (2011) *O Admirável Mundo da Notícia – Teorias e Métodos*, Covilhã: Edições Labcom.
- Correia, J. (2004) "Elementos Para uma Teoria da Comunicação: os Contributos de Schutz e Luhmann Para a "Construção Social da Realidade"" in Santos, J. & Correia, J. (orgs.), *Teorias da Comunicação*, Covilhã: UBI, pp. 29-51.
- Damásio, M. (2001) *Práticas Educativas e Novos Media – Contributos para o Desenvolvimento de Um Novo Modelo de Literacia*, Edições Minerva: Coimbra.
- Dancyger, K. (2003) *Técnicas de Edição Para Cinema e Vídeo: História, Teoria e Prática* (3ª. ed.). (M.Coutinho, Trad.), Rio de Janeiro: Elsevier (Obra original publicada em 2002).
- Deuze, M. (2006) "O Jornalismo e os Novos Meios de Comunicação Social", *Comunicação e Sociedade*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 9-10, pp. 15-37.
- Deuze, M. (2010) "Journalism and Convergence Culture" In Allan, S. *The Routledge Companion the News and Journalism*, Abingdon, Oxon: Routledge, pp.191-276.
- Domingo, D. (2006) *Inventing Online Journalism Development of the Internet As a New Medium in Form Catalan Online Newsrooms*. Tese doctoral. Universidad Autónoma de Barcelona, Catalunya, España. Recuperado em 14 de dezembro, 2011 em http://webs.racocatala.cat/dutopia/docs/tesi_ddomingo.pdf.
- Domingo, D. (2007) "Four Dimensions of Journalistic Convergence: A Preliminary Approach to Current Media Trends at Spain", *8th International Symposium on Online Journalism*, Austin, Texas. Recuperado em 23 de maio, 2012. <http://online.journalism.utexas.edu/2007/pappers/Domingo.pdf>.
- Duarte, J. (2005) "A Entrevista em Profundidade" In Duarte, J. & Barros, A. (orgs.) *Métodos e Técnicas de Pesquisas em Comunicação*, São Paulo: Atlas, pp.62-83.
- Esperidião, M. (2007) "A Era do "Kit Correspondente": Tendências da Cobertura Internacional no Telejornalismo Brasileiro," *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Santos, SP, Brasil. Recuperado em 15 de janeiro, 2012 em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1175-1.pdf>.
- Fidalgo, J. (2008) *O Jornalista em Construção*, Porto: Porto Editora.
- Garcia, X., & Fariña, X. (coords.) (2010) *Convergencia Digital: Reconfiguración de los Medios de Comunicación en España*, Santiago de Compostela. Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- Gardies, R. (org.). (2008) *Compreender o Cinema e as Imagens* (P. Duarte, Trad.), Lisboa: Edições Texto & Grafia. (Obra original publicada em 2007).
- Galtung, J. & Ruge, M. (1993) "A Estrutura do Noticiário Estrangeiro" In Traquina, n. (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa: Vega, pp. 61-73.
- Gans, H. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*, Nova York: Pantheon Books.

- Godinho, J. (2011) *As Origens da Reportagem – Televisão*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Hemmingway, E. (2008) *Into in the Newsroom. Exploring the Digital Production of Regional Television News*, London: Routledge.
- Herreros, C.(2003) *Información Televisiva. Mediciones, Contenidos, Expresión y Programación*,Madrid: Síntesis.
- Iglesias, M. (2009) “La Edición en Televisión(I): El Poder Secreto, Nunca Revelado, de un Oficio Mágico(I)”, *Envivo*, 222. Recuperado em 3 de setembro, 2011 em <http://www.envivo.icrt.cu/tecnologia/222-la-edicion-en-television-i-el-poder-secreto-nunca-revelado-de-un-oficio-magico>.
- Jost, F. (2009) “Un Monde Familier. Petite Historie du Journal Télévisé Français” *Comunicação e Sociedade*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação da Universidade do Minho, vol. 15: 65-75.
- Jost, F.(2008) “Analisar a Televisão” in Gardies, R. (org.) *Compreender o Cinema e as Imagens* (P. Duarte, Trad), Lisboa: Edições Texto & Grafia, pp. 191-207.(Obra original publicada em 2007).
- Lopes, F. (1999) *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra: Minerva.
- Lumet, S.(1998) *Fazendo Filmes* (L. Lemos, Trad.), Rio de Janeiro: Rocco (Obra original publicada em 1995).
- Manovich, Lev. (2011) *El Lenguaje de los Nuevos Medios de Comunicación – la Imagem en la Era Digital* (3ª. ed.) (O. Fontrodona, Trad.), Barcelona: Paidós.
- Marner, T. (s/d) *A Direção Cinematográfica* (Trad. Manuel Costa e Silva), Lisboa: Martins Fontes. (Obra original s/d).
- Martin, M. (1990) *A Linguagem Cinematográfica* (P. Neves, Trad.). (Obra original publicada em 1985).
- Mascelli, J. (2010) *Os Cinco Cs da Cinematografia* (J. Marcontônio, Trad.), São Paulo: Summus (Obra original publicada em 1965).
- Mazzoleni, A. (2005) *O ABC da Linguagem Cinematográfica* (I, Remelgado, Trad.), Avanca, Portugal: Edições Cineclube de Avanca. (Obra original publicada em 2002).
- Micó, J. (2008) “Ciberperiodismo e Información em la TDT: Similitudes y Diferencias”, *Trípodos* 22: 101-117),
- Micó, J. (2007) *Informar a la TDT – Noticias, Reportages i Documentals a la Nova Televisió*, Barcelona: Trípodos.
- Micó, J. (2006) *Teleperiodisme Digital*, Barcelona: Trípodos.
- Murch, W. (2005) *Num Piscar de Olhos: A Edição de Filmes sob a Ótica de um Mestre* (J. Leite, Trad.)M Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra original publicada em 2001).
- Noci, J. (2010) “Antena 3: Convergencia Técnica Centrada en la Televisión y Polivalencia Redactores-Cámaras” In Garcia, X., , & Fariña, X. (coords.). *Convergencia Digital: Reconfiguración de los Medios de Comunicación en España*, Santiago de Compostela (pp.223-231). Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- Nogueira, L.(2010) *Manuais de Cinema III – Planificação e Montagem*,Covilhã, Portugal: Livros Labcom.
- Ohanian, T. (1998) *Digital Nonlinear Editing – Editing Film and Videotape on the Desktop* (2th. ed.), Butterworth-Heinemann, MA: Focal Press.
- O’ Neill, D., & Harcup,T. 2009 “News Values and Selectivity” In Wahl-Jorgensen, K. & T. Hanitzseh (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies* Routledge: New York, (pp.161-174).

- Palacios & Noci, J. 2007 (eds.) *Cibepperiodismo: Métodos de Investigación – Uma Aproximación Multidisciplinar en Una Perspectiva Comparada*, Salvador: Edufba.
- Pavlik, J. (2001) *Journalism and New Media*, New York. Columbia University Press.
- Quandt, T., & Singer, J. (2009) "Convergence and Cross-Platform Content Production" in Wahl-Jorgensen, K. & T. Hanitzseh (eds.) *The Handbook of Journalism Studies* Routledge: New York, pp. 101-117,
- Reisz, K., & Millar, G. (1978) *A Técnica da Montagem Cinematográfica* (M. Margulies, Trad.), Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira/ Embrafilme. (Obra original publicada em 1968).
- Rhodes, R. (2004) *Analyzing Digital Television: Using the Diffusion of Innovation Theory to Better Inform Policy*, Thesis for degree of Master of Arts in Mass Communication. University of Florida, Florida, United States of America.
- Sabaris, R. (2002) "La Dictadura del Formato en las Noticias de Televisión", *Revista Latina de Comunicación Social*, 52. Recuperado em 23 de fevereiro, 2012 em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/20025314msabaris.htm>.
- Salaverria, R. (2010) "Estrutura de la Convergência" In Garcia, X., & Fariña, X. (coords.). *Convergencia Digital: Reconfiguración de los Medios de Comunicación en España*. Santiago de Compostela (pp. 27-40), Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- Salaverria, R., Áviles, J. & Masip, P. (2010) "Concepto de Convergência Periodística" in Garcia, X., & Fariña, X. (coords.) *Convergencia Digital: Reconfiguración de los Medios de Comunicación en España*, Santiago de Compostela (pp. 41-64). Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- Sampaio, W. (1971) *Jornalismo Audiovisual: Rádio, TV e Cinema* (2ª ed.), Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Sanchez-Biosca, V. (1996) *El Montaje Cinematográfico – Teoría y Análisis*, Barcelona: Paidós.
- Schiavone, R. (2003) *Montar um Filme* (I. Remelgado, Trad.), Avanca, Portugal. Edições Cineclub de Avanca. (Obra original publicada em 2003).
- Scolari, C., Micó, J., Guere, H., & Kuklinski, H. (2008) "El Periodista polivalente. Transformaciones el Perfil del Periodista a Partir de la digitalización de los Pedios Audiovisuales Catalanes", *Zer*, vol. 13, n. 2: 37-60.
- Schaefer, R., & Martinez, T., III. (2009) *Trends in Network News Editing Strategies From 1969 Through 2005*. Recuperado em 2 de Janeiro, 2012 em <http://www.allbusiness.com/media-telecommunications/movies-sound-recording/13229378-1.html>.
- Schudson, M., & Andersen, C. (2009) "Objectivity, Professionalism and Truth Seeking in Journalism" in Wahl-Jorgensen, K. & T. Hanitzseh (Eds.) *The Handbook of Journalism Studies*, Routledge: New York, pp.88-101.
- Silveira, J., Cardoso, & Belo (2010) *Telejornais no Início do Século XXI*, Lisboa: Colibri.
- Silveira, J., & Shoemaker, P. (2010) *Telejornais em Exame*, Lisboa Colibri.
- Singer, J. (2010) "Journalism in the Network" in Allan, S. *The Routledge Companion the News and Journalism*, Abringdon, Oxon: Routledge, pp. 277-286.
- Souza, Fo, W. (2009) *O Brasil do Horário Nobre: A Construção da Notícia Nacional e os Critérios de Noticiabilidade em Cinco Telejornais Brasileiros*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

- Sponholz, L. (2009) *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: Além do Espelho e das Construções*, Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2005a) *Teorias do Jornalismo. Porque as Notícias São Como São*, Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2005b) *Teorias do Jornalismo. A Tribo Jornalística: Uma Comunidade interpretativa transnacional*, Florianópolis: Insular.
- Tuchman, G. (1983) *La Producción de la Noticia* (H. Borrat, Trad.), México D.F: Gustavo Gili. (Obra original publicada em 1978).
- Tudor, A. (s/d) *Teorias do Cinema* (D. Meneses, Trad.), São Paulo: Martins Fontes.
- Vianna, R. (1982) *A Informatização da Imprensa Brasileira*, São Paulo: Edições Loyola.
- Villain, D. (1994) *El Montaje* (A. Martorel, Trad.), Madrid: Ediciones Cátedra.
- Vizeu, A., Cabral, A., Rocha, H. Mesquita, G. & Echeverria, R. (2011, agosto) "Edição Digital e Produção de Sentidos nas Narrativas Noticiosas da TV" *Anais do Seminário Internacional de Telejornalismo: Desafios Teóricos-Metodológicos*, Salvador, BA, Brasil.
- Vizeu, A. (2007) "O Newsmaking e o Trabalho de Campo" in Lago, C & M. Benetti. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*, Petrópolis, RJ: Vozes, pp.223-236.
- Wolton, D. (1990) *O Elogio do Grande Público – Uma Teoria Crítica*, São Paulo: Ática. (Obra original publicada em 1990).
- Wolf, M. (1987) *Teorias da Comunicação* (M. Figueiredo, Trad.), Lisboa: Editorial Presença. (Obra original publicada em 1985)
- Xavier, I. (org.) (1983) *A Experiência do Cinema: Antologia*, 4ª. ed, Rio de Janeiro: Edições Graal/Embrafilmes.
- Xavier, I. (1984) *O Discurso Cinematográfico: A Opacidade e a Transparência*. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Zelizer, B. (2000) "Os Jornalistas Enquanto Comunidade Interpretativa", *Revista Comunicação e Linguagens*, 27: 33-61.
- Zettl, H. (2010) *Manual de Produção de Televisão* (10ª. ed.) (A. Tasks, Trad.), São Paulo: Cengage Learning. (Obra original publicada em 2009).

Regulação dos *Media* em Democracia: Experiências e Modelos para o Caso Português

Media Regulation in Democratic Systems: Experiences and Models in Portugal

MARIANA LAMEIRAS & HELENA SOUSA

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

marianalameiras2@gmail.com / helena@ics.uminho.pt

Resumo:

Este artigo visa apresentar o projecto de Doutoramento intitulado “Regulação dos media em democracia: experiências e modelos para o caso português”, que pretende investigar os mecanismos de regulação portugueses desde o 25 de Abril de 1974 com o intuito de conceber um modelo ideal de regulação do sector mediático e propor um conjunto de políticas públicas que contribuam para a sua concretização. Numa primeira fase, faremos análise documental e desconstruiremos os discursos dos media impressos nos períodos de mudança de estruturas reguladoras. A etapa seguinte é dedicada à realização de entrevistas semi-estruturadas aos principais actores envolvidos na área e à observação participante nos organismos reguladores actualmente em funções. Com base nas informações recolhidas, pretendemos desenvolver uma proposta de modelo de regulação dos media em Portugal acompanhada de políticas públicas com vista à sua implementação.

Palavras-chave:

Media; regulação; democracia; modelo(s); políticas públicas

Abstract:

The aim of this paper is to present the PhD project entitled “Media regulation in democratic systems: experiences and models in Portugal”, which aims at researching the Portuguese mechanisms of media regulation since the 25th of April of 1974 in order to develop an ideal regulation model for the media sector as well as to propose a set of public policies that might contribute to its achievement. Initially, we will be dedicated to documental analysis and to the deconstruction of printed media discourse in periods of changing regulatory structures. The next step encompasses the realization of semi-structured interviews to key actors involved in the area and participant observation in regulatory bodies currently in office. Based on the information gathered, we intend to propose an ideal model for media regulation in Portugal and to develop public policies aimed at its implementation.

Keywords:

Media regulation; democracy; model(s); public policies

1. Introdução

O projecto de Doutoramento que nos propomos apresentar neste artigo encontra, na sua génese, estreita ligação com a experiência de investigação desenvolvida no âmbito do projecto de investigação colectivo designado “A Regulação dos *Media* em Portugal: O Caso da ERC” (PTDC/CCI-COM/104634/2008), sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), do qual derivou também uma dissertação de Mestrado, com o título “A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos para uma análise histórica, conceptual e performativa”. Orientado por Helena Sousa, este projecto foi desenvolvido no

quadro do curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, e visa aprofundar uma linha de interface com o já referido projecto de investigação colectivo, na medida em que aprofunda a dimensão histórica e conceptual subjacente aos mecanismos de regulação vigentes em Portugal desde o 25 de Abril de 1974 com o objectivo de desenhar uma proposta de modelo ideal de regulação para o sector.

Intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português”, trata-se de um trabalho situado no âmbito da Regulação e das Políticas da Comunicação, cujo percurso se fará com um constante enfoque no conceito de democracia e na desconstrução dos modelos subjacentes às experiências de organismos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação que exerceram ou exercem funções em Portugal.

A génese deste projecto está precisamente numa preocupação contextual e histórica da regulação do sector mediático no enquadramento português após a Revolução de Abril de 1974. A necessidade de recuar historicamente para compreender os motivos pelos quais hoje temos este modelo de regulação é, portanto, a principal razão para o desenvolvimento deste programa de trabalhos, cujo objectivo geral é debruçar-se sobre o legado histórico das experiências de regulação dos *media* em Portugal para melhor observar e entender o presente e, assim, desenvolver um modelo ideal de regulação do sector. Além disso, propomo-nos ainda a apresentar um conjunto de medidas, situadas ao nível das políticas públicas, de modo a que seja possível equacionar a implementação do referido modelo.

Neste artigo, procuramos enquadrar e fundamentar teoricamente a relevância da temática bem como explicitar as opções tomadas ao nível dos objectivos traçados e das opções metodológicas.

1. Definição dos objectivos e da questão de partida do projecto de Doutoramento

O processo de formulação da pergunta – ou das perguntas – de investigação não é linear e não se subsume a uma jornada de trabalho dedicada a planear o tema, o objecto de estudo e a reflectir sobre a relevância e exequibilidade do mesmo. Pelo contrário, é um processo circular que sofre diversos avanços e recuos à medida que a investigação vai avançando, uma preocupação que, como salienta Flick (2004: 61), ocorre em diferentes fases do processo, não só no princípio, mas também em momentos como o do trabalho de campo ou da recolha de dados.

Qual o modelo de regulação dos *media* adequado para Portugal? Esta pergunta é a questão de partida que nos serve de guia de orientação. Não obstante, é de realçar que se lhe

associam outras questões, adjacentes à questão de partida principal e que resumimos como se segue:

- Quais são os modelos de regulação dos *media* que têm sido adoptados em Portugal em democracia?
- Que debilidades e potencialidades encontramos nos diferentes modelos de regulação vigentes em Portugal desde 1974?
- Como é que uma reflexão sobre os organismos de regulação vigentes em Portugal desde 1974 pode contribuir para a formulação/concretização de um modelo de regulação dos *media* integrado e participativo?
- Que medidas podemos sugerir ao poder político que contribuam para a implementação do modelo proposto?

Nesta fase do percurso, decidimos não formular hipóteses de trabalho, embora seja previsível que tal aconteça num momento posterior. As hipóteses estabelecem relações entre variáveis, sendo o papel do investigador o de as confirmar ou refutar à medida que vai procedendo à recolha de dados mas, como realça Bell (1993: 40), há estudos qualitativos que acabam fazer com que a própria investigação seja estruturada pelo trabalho de campo, sendo frequente a existência de hipóteses sem formulação concreta, que são passadas para o papel posteriormente.

Interessa, no entanto, mencionar um conjunto de pressupostos sobre os quais nos alicerçamos e que estão relacionados com as leituras e reflexões feitas até ao momento. Assim sendo, partimos do pressuposto de que os *media* são um importante veículo promotor do debate público, capaz de instaurar o pluralismo e a diversidade de actores e de temas, bem como de contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade em geral. Neste sentido, vemos ainda a regulação do sector mediático como um elemento que propicia melhorias nestas condições e que serve de elo mediador entre as diferentes forças intervenientes no processo. Relativamente aos mecanismos de regulação em específico, entendemos que o que Portugal tem conhecido até aos dias de hoje não tem favorecido o diálogo e a complementaridade, que julgamos úteis, entre os próprios órgãos de regulação, os *media* e os cidadãos. Talvez este seja o pressuposto que mais releva no contexto sobre o qual nos estamos a debruçar, numa tentativa de reflectir sobre as potencialidades e as debilidades daquilo que foram os diferentes mecanismos de regulação desde 1974 e também daquilo que, actualmente e desde 2005, é a hetero-regulação dos *media*, levada a cabo pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Colocamo-nos, portanto, numa posição que percebe a regulação como um processo para o qual convergem variados actores, com diferentes funções, isto é, como um “processo integrado de checks and balances” que conta com uma fragmentação do poder da parte dos diversos intervenientes

para impossibilitar que “algum deles ganhe uma proeminência excessiva na defesa parcelar dos bens que mais especificamente está vocacionado para preservar” (Fidalgo, 2009: 339).

Tal como já referimos, recorrer à história da regulação dos *media* em Portugal para melhor compreender o presente e, assim, desenvolver um modelo ideal de regulação do sector é o objectivo central deste projecto de Doutoramento. No entanto, podemos desdobrar esta formulação genérica pode ainda ser desdobrada no seguinte conjunto de objectivos específicos, aos quais procuraremos dar resposta ao longo do nosso percurso:

- a) Enumerar e descrever os diferentes mecanismos de regulação dos media em Portugal desde 1974;
- b) Analisar os textos jornalísticos dos jornais “Público” e “Jornal de Notícias” para esclarecer os temas e as vozes a que os media deram lugar nos períodos de transição de mecanismos de regulação;
- c) Examinar que percepções e entendimentos têm os principais actores envolvidos acerca do tema da regulação dos media através de entrevistas semi-estruturadas;
- d) Observar, identificar e compreender as falhas e as virtudes destes mecanismos;
- e) Analisar e desconstruir os modelos conceptuais subjacentes a cada um dos mecanismos;
- f) Compreender as razões que levaram à extinção do Conselho de Imprensa português e comparar com a existência e sucesso da homóloga Press Complaints Commission britânica;
- g) Desenvolver um modelo ideal de regulação dos media que conjugue os diversos actores intervenientes no processo regulador e que reflecta os valores e princípios de uma sociedade democrática;
- h) Propor um conjunto de medidas/políticas públicas que possam contribuir para a prossecução e concretização do modelo idealizado.

Após esta breve explicitação das grandes linhas orientadoras do projecto, debruçamo-nos sobre a fundamentação do tema da regulação dos *media*, procurando clarificar a pertinência de um trabalho desta índole e mapear alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos na área.

2. A regulação dos meios de comunicação social – por onde caminhamos?

A regulação dos *media* é frequentemente associada a garantias de progresso social e de qualificação dos sistemas mediáticos. Como Reinard & Ortiz (2005: 603) apontam,

“académicos especializados em desenvolvimento internacional” consideram o estudo desta matéria um “indicador válido do desenvolvimento nacional”. Espera-se que os organismos reguladores contribuam nestas duas frentes mas também para o incremento das responsabilidades sociais dos *media* públicos e privados. Pensar a regulação implica pensar uma panóplia de conceitos e agentes intervenientes e requer uma abordagem holística, que inclua os mecanismos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação, pois o seu funcionamento depende da “construção regulatória” na sua totalidade (Sousa & Fidalgo, 2011: 283). Para Julia Black (2002: 1), a regulação é algo difuso na sociedade e é redutor pensá-la como algo primordialmente ligado ao Estado. Esta visão é contrária a uma perspectiva de “command and control - CAC” (Black, 2002: 2) que vê a regulação como o “instrumento através do qual o Estado supervisiona, controla ou cerceia as actividades dos actores não-estatais em concordância com a política” (Abramson, 2001: 302).

Podemos, então, entender a regulação como um “processo integrado de checks and balances” segundo o qual se articulam diversos actores, directa ou indirectamente relacionados: “o Estado, o mercado, as empresas, os profissionais, os públicos, a sociedade no seu todo, impedindo que algum deles ganhe uma proeminência excessiva na defesa parcelar dos bens que mais especificamente está vocacionado para preservar” (Fidalgo, 2009: 339). A necessidade de regulação dos *media* pode relacionar-se com as falhas do mercado (O’Regan, 2010: 297), com a prossecução do interesse público, da diversidade de acesso e conteúdo (van Cuilenburg, 1999: 197-198) e da defesa e garantia dos direitos dos cidadãos (Silva, 2007: 15).

O conceito de *media governance* tem sido utilizado, nos últimos anos, para referir uma nova forma de ‘soft power’, em que intervêm múltiplos actores numa configuração horizontal e de complementaridade mútua, com base no argumento de insuficiência da regulação estatutária causada pelas rápidas mudanças dos *media* (Puppis, 2008) e num modelo democrático assente na sociedade (Mörth, 2006: 121) e com pressupostos de “cumprimento voluntário por parte dos principais participantes de *media*” (McQuail, 2007: 17). Pretende-se incluir gradualmente os interesses e conhecimento dos regulados neste processo, daí o incentivo aos mecanismos de auto e co-regulação (e.g. Comissão Europeia, 2001). Há estudos que procuraram compreender os vários mecanismos da regulação e as suas aplicações (e.g. Camponez, 2009; Fidalgo, 2009; Fidalgo, 2010; Carvalho, 2003), por vezes recorrendo à análise do desempenho de entidades específicas (e.g. Carvalho, 1986) e à proposta de uma alternativa de regulação sectorial que inclua a auto-regulação (Cardoso, 2008). Porém, a análise da regulação assente na percepção de diferentes mecanismos, actores e vozes intervenientes no campo dos *media* não encontra realização no contexto português. O legado histórico-cultural, as práticas reguladoras em Portugal ao longo de 37 anos e uma análise do papel do Estado nesta área permitir-nos-ão desenvolver um modelo ideal de regulação tendo por base os valores de uma sociedade democrática e propor políticas que contribuam para a sua implementação.

Este projecto de Doutoramento enquadra-se no âmbito das Ciências da Comunicação, mais propriamente na área temática das Políticas da Comunicação, e debruça-se sobre a regulação do sector mediático em contexto democrático, incluindo os diferentes mecanismos sob os quais pode ser levada a cabo. Os conceitos de “regulação” e de “democracia” são, portanto, os conceitos-chave sobre os quais nos debruçaremos, com enfoque para a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação, assim como para a reflexão do conceito de democracia.

A dimensão política que introduzimos, quer na desconstrução dos modelos conceptuais subjacentes a determinadas escolhas de organismos de regulação em diferentes momentos históricos através da análise documental quer na elaboração de um conjunto de medidas com vista à implementação do modelo proposto, tem também que ver com preocupações de relevância (e utilidade) política e social do próprio projecto que queremos desenvolver. Trata-se de procurar contribuir para melhorias na sociedade, nos sistemas mediáticos e na interacção entre estes e o poder político. Para Sorbets (1998: 180), a “primeira questão é a de verificar de que poderes necessita o actor político para fazer as coisas”, daí que tenhamos optado por envolver, ainda que de forma unidireccional, a classe política a dois níveis: o da análise e reflexão documental, do legado histórico e do debate e confronto de ideias político-partidárias antes da tomada de decisão final relativa à configuração dos organismos legalmente constituídos, mas também uma dimensão reactiva e pró-activa, que surge na sequência da análise dos dados obtidos e culmina com propostas de concretização de um modelo de regulação dos *media* que seja integrado, participativo, que se adequa aos postulados que caracterizam a democracia e que conjugue, aliando na medida do possível e até onde o diálogo e a cedência de posições o permita, as diferentes forças intervenientes no processo (poder político, *media* e cidadãos). O objectivo é procurar minimizar aquela que parece ser uma tendência, identificada pelos cientistas políticos: uma “crise de representação que corresponde a uma redução no debate político e, portanto, a uma perda de articulação, no sistema político, com as expectativas, as convicções e os valores da população quando confrontada com novos problemas” (Sorbets, 1998: 182). Por outro lado, como realça Siune (1998: 2), embora possamos levar o conceito de democracia por diferentes caminhos com vista à sua definição, há elementos constantes, que dizem respeito à “interacção entre o sistema político e os cidadãos”, tendo a participação destes um importante papel.

Pensar sobre a temática da regulação implica, para nós, pensar no conjunto de formas sob as quais pode ser exercida. Ora, tendo Portugal conhecido formas de regulação que se podem situar no domínio da auto-regulação, da co-regulação ou da hetero-regulação, são precisamente as suas experiências que nos servirão de pilar no desenrolar do nosso plano de trabalhos com vista à prossecução dos objectivos delineados. Por esta razão, dedicamos o ponto seguinte a esta temática em particular que, no entanto, não pode ser dada como terminada. Pretende-se que seja, nesta fase, uma espécie de mapeamento do campo e que,

ainda que de forma superficial e genérica, nos permita conhecer um pouco melhor a situação portuguesa na área da regulação dos *media*.

3. Os mecanismos de regulação dos media que vigoraram em Portugal desde o 25 de Abril de 1974

Um dos objectivos deste projecto de Doutoramento é definir os conceitos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação, aliando a esta tarefa a da descrição dos diversos mecanismos que exerceram funções no âmbito da regulação do sector desde a Revolução de 1974. O trabalho de Joaquim Fidalgo (2009), publicado no livro intitulado “O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas”, apresenta valiosos contributos neste sentido, tornando-se, para nós, um excelente ponto de referência. Num ponto dedicado à auto-regulação, o autor realça as vantagens deste mecanismo, o qual, pelo menos teoricamente, melhor conjuga liberdade e responsabilidade. Seria, aliás, o melhor

modo de os directos responsáveis pela produção e difusão de informação no espaço público “escolherem livremente não ser livres” quando o exercício (legítimo) dessa liberdade pudesse afectar outros bens ou valores igualmente merecedores de atenção, se não no plano legal (defendido pelo ordenamento jurídico), ao menos no plano ético (Fidalgo, 2009: 359).

O relatório desenvolvido por Finkelstein (2012) para o Governo Australiano com vista à apresentação dos resultados sobre a situação dos *media* e a regulação do sector no país resume, de forma sistemática, algumas vantagens e pontos críticos da auto-regulação, as quais adaptamos de forma esquemática, como se segue na Tabela 1:

Vantagens da auto-regulação	Aspectos críticos da auto-regulação
O conhecimento e know-how dos próprios <i>media</i> .	Pode conduzir a conluios e comportamentos anti-competitivos.
Permite uma maior flexibilidade e adaptabilidade do estipulado às necessidades do caso concreto.	Pode resultar naquilo a que se designa de “captura reguladora – um esquema que opera nos interesses privados dos regulados em vez de no interesse público (ou pode ser visto a operar nesse sentido)” (p. 275).
Introduz uma “diminuição da carga reguladora nas entidades reguladas”, menor do que a regulação estatal (p. 275).	Os objectivos a atingir podem não ser relevantes e podem não ter financiamento adequado.
Pode levar a uma maior consciencialização, envolvimento e sentimento de pertença da parte dos regulados, culminado em níveis mais elevados de cumprimento.	Pode carecer de transparência e de mecanismos públicos de prestação de contas.
Financiamento pelos regulados ao invés do Estado.	
Permite o funcionamento do mercado “sem interferência do governo” (p. 275).	

Tabela 1 – Vantagens e aspectos críticos da auto-regulação
(Adaptado de: Finkelstein, 2012: 274-275).

A literatura portuguesa nesta área não é vasta em termos conceptuais e reflexivos nem em termos descritivos do que poderão representar estes mecanismos de regulação. No entanto, há autores que se têm debruçado sobre o conceito de auto-regulação, apontando outros caminhos e outras nomenclaturas para o fenómeno, nomeadamente “auto-regulação induzida” (Carvalho, 2009, *cit in*. Fidalgo, 2010: 45) ou “auto-regulação regulada” (Schulz & Held, 2004). Para Vital Moreira (1997: 69), a auto-regulação pode ser definida com base em três dimensões: 1) dimensão normativa, que abrange o estabelecimento de todo o tipo de códigos ou normas regulamentares com vista à definição das regras de conduta – a “auto-regulamentação”; 2) a “auto-execução”, relacionada com a possibilidade de execução das normas orientadoras previamente determinadas com base em pressupostos que radicam numa certa autonomia; e 3) a “autodisciplina”, isto é, a efectivação do cumprimento das sanções face ao incumprimento, fazendo corresponder a infracção ao reparo previsto. Do lado dos profissionais, a ideia preponderante reside na necessidade, na defesa e na extrema importância deste tipo de mecanismos, o que não coincide com a efectiva vontade de os constituir ou de tornar real o desígnio que postulam (Camponez, 2009).

Por outro lado, a hetero-regulação é usualmente associada a intervenção estatal e a uma lógica de comando e controlo e a co-regulação genericamente definida como a cooperação entre os poderes públicos e a dimensão privada.

Em Portugal, são várias as concretizações destes mecanismos de regulação do sector da comunicação social, havendo, no entanto, avanços e retrocessos que não permitiram dar continuidade a entidades promissoras, como é o caso do Conselho de Imprensa.

Conforme verificamos na Figura 1, o Conselho de Imprensa foi criado no ano de 1975 e exerceu funções até 1989, altura em que introduziu a regulação pública de todos os meios do sector mediático. À data, esta regulação era levada a cabo pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), o que significou uma ruptura com o passado de regulação dos organismos estatais apenas, que era exercida pelo Conselho de Informação e pelo Conselho de Comunicação Social, numa fase posterior (Silva, 2007: 15).

O já mencionado Conselho de Informação tem subjacente uma particularidade. Na verdade, foi em 1977 que foram criados, na Assembleia da República, diversos Conselhos desta índole, a saber: o Conselho de Informação para a Radiodifusão Portuguesa (RDP), o Conselho de Informação para a Radiotelevisão Portuguesa (RTP), o Conselho de Informação para a Imprensa e o Conselho de Informação para a ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa. Com base na informação disponível no sítio electrónico do Arquivo Nacional “Torre do Tombo”¹, estes organismos tinham como objectivo assegurar a “independência, perante o Governo e a Administração Pública, dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico”.

¹ Informação disponível *online* em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3910413> (acedido em 22.05.2012).

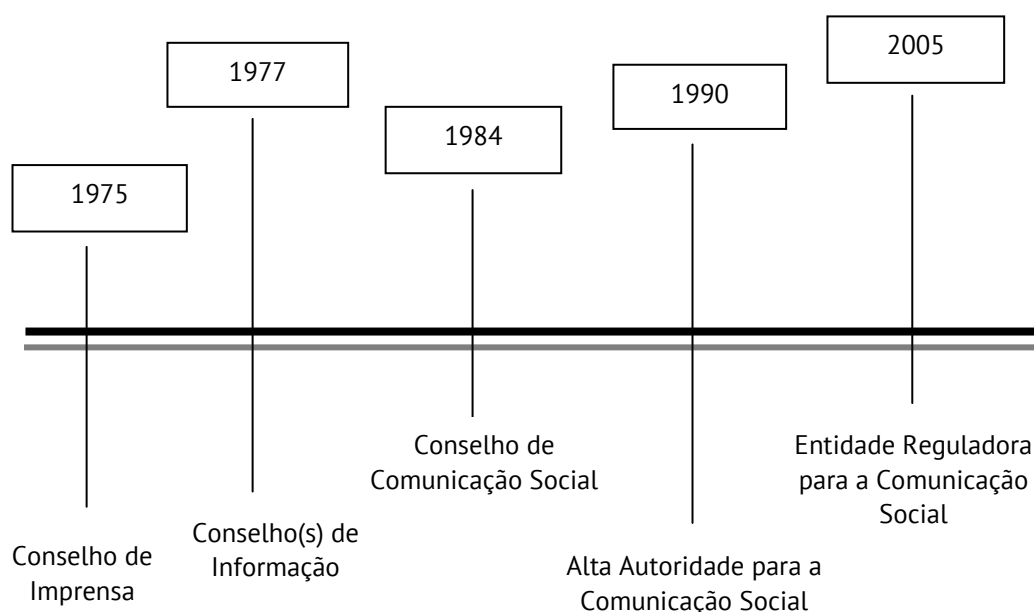


Figura 1 – Cronologia dos organismos de regulação desde 1974

O Conselho de Imprensa foi instituído pela Lei de Imprensa de 1975 e exerceu funções, de auto-regulação até ao ano de 1989. No artigo intitulado “O Regresso do Conselho de Imprensa?”, Joaquim Fidalgo (2010: 42) recua no tempo e explica, de forma clara, um pouco da génese deste organismo:

Os deputados responsáveis pela feitura da lei (em especial a “Comissão de Elaboração da Lei de Imprensa”, presidida por Sousa Franco) seguiram, assim, o exemplo de alguns países onde existia um órgão deste tipo, em especial a Áustria, a (então) República Federal da Alemanha e, sobretudo, a Grã-Bretanha, com o seu muito conhecido Press Council, hoje transformado em Press Complaints Commission (Carvalho, 1986; Mesquita, 1994) (Fidalgo, 2010: 42).

A leitura deste pequeno excerto contribui, em larga medida, para a opção que tomámos no âmbito deste projecto de Doutoramento relativamente à inclusão da entidade inglesa, a *Press Complaints Commission* (PCC) num dos objectivos específicos da investigação.

Além do legado da auto-regulação, a história portuguesa de regulação dos *media* conta também com aquela que foi exercida pela AACS no início dos anos 90 e que marcou, como já foi referido, a passagem da regulação de organismos estatais para uma regulação pública de todos os meios do sector mediático. Tal como se pode ler no sítio electrónico da já extinta entidade², a AACS foi constituída como um “órgão independente” com “autonomia administrativa” a funcionar “junto da Assembleia da República”. O exercício da hetero-regulação prosseguiu com a criação da ERC no ano de 2005 (através da Lei n.º 53/2005 de 8 de Novembro), que goza de protecção constitucional. De facto, foi com a revisão

² Informação disponível *online* em <http://www.aacs.pt/> (acedido em 20.05.2012).

constitucional de 2004 que se estabeleceu uma nova redacção para o artigo 39º da Constituição e se definiu a existência de uma nova entidade reguladora sob a forma de entidade administrativa independente. É de salientar que, uma vez que a ERC está actualmente em funções, e no seguimento do trabalho de Mestrado já desenvolvido (Sousa, 2011), será nesta entidade que faremos observação participante. Atentando à natureza do nosso objecto de estudo, pensamos ser este o método que melhor poderá captar as dinâmicas de um organismo em funções, uma preocupação que esteve sempre presente no processo de definição metodológica, como veremos de seguida.

4. Opções metodológicas

Os métodos de investigação escolhidos para a obtenção de resultados no âmbito deste projecto de Doutoramento articulam-se com os objectivos anteriormente referidos e têm como preocupação trilhar caminho em direcções distintas, mas complementares. Pretendemos fazer uma abordagem complementar ao tema da regulação dos *media* em Portugal nas diferentes vertentes que a mesma pode assumir, isto é, nos três eixos que nos propomos estudar: a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação. Como tal, a opção foi, primordialmente, pelos métodos de investigação qualitativos. Uma vez que lidamos com um tema complexo ao nível teórico e que, em termos práticos, é a análise das experiências portuguesas em matéria de regulação dos *media* ao longo de 37 anos, consideramos que uma abordagem qualitativa melhor se coaduna com o objecto de estudo. Aliás, a realização de entrevistas e de observação participante são os métodos que melhor podem captar os contributos de experiências passadas ou presentes bem como as percepções e entendimentos daqueles que, de forma mais ou menos directa, estiveram ou estão envolvidos no processo de regulação. No entanto, apesar desta opção, consideramos que há vantagens na conjugação de diferentes métodos e optamos também por fazer uma análise quantitativa, no que respeita à desconstrução de notícias publicadas nos *media* impressos, para ilustrar como os organismos de regulação em estudo foram representados pelos jornalistas. Estas são apenas três referências aos métodos de investigação seleccionados. Uma vez que é possível uma certa autonomização e tal permite estruturar melhor as opções tomadas, apresentamos cada método nas secções seguintes deste ponto do artigo.

5.1 Análise documental

A primeira fase do trabalho será dedicada à recolha bibliográfica, à recolha documental e a uma revisão de literatura sobre a regulação, sobre os diferentes mecanismos que pode assumir e sobre as entidades portuguesas especificamente consideradas.

Além disso, prosseguiremos com a recolha e selecção de material relacionado com os mecanismos de regulação em particular, isto é, os materiais produzidos pelas entidades que exerceram funções em Portugal bem como os documentos a elas relativos (de cariz legal, por exemplo). Neste contexto, o objectivo é recorrer a todo o tipo de material emanado do poder político (nomeadamente, actas de reuniões nas quais o tema da regulação seja o ângulo principal de discussão, registos audiovisuais de debates parlamentares, diplomas legais aplicáveis a cada organismo de regulação) e a documentos e relatórios desenvolvidos pelos próprios organismos de regulação. No que diz respeito à ERC, note-se que a recolha documental já teve início, sendo o objectivo o de a alargar às restantes entidades de regulação dos *media* vigentes em Portugal desde a Revolução de Abril de 1974. Tratou-se, aliás, da “colecta e organização do espólio legal e oficial relacionado com o período antecedente à criação da ERC bem como ao momento da sua constituição” (Sousa, 2011: 7).

Relativamente à recolha bibliográfica, é de salientar que o conceito de regulação é o pilar teórico fundamental, pelo que pretendemos aprofundar e reflectir sobre as referências teóricas em torno do mesmo bem como dos que dele derivam: os conceitos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação. Os conceitos de *governance*, de *accountability* (McQuail, 2007), de interesse público e todos os princípios associados ao imperativo democrático serão também abordados e estudados no contexto da regulação do sector mediático. O próprio conceito de democracia terá de ser desconstruído e pensado à luz do tema com que lidamos. Além disso, podemos ainda referir os conceitos de participação e de cidadania como elementos que merecerão o nosso enfoque ao longo da investigação.

Este método visa, essencialmente concretizar o objectivo de enumerar e descrever os mecanismos de regulação dos *media* em vigor em Portugal desde 1974 até ao presente, de modo a que seja possível caracterizar o cenário de regulação em democracia.

5.2 Análise de notícias: os temas e os actores da regulação

A análise de notícias surge da necessidade de perspectivarmos o desempenho dos organismos de regulação no espaço público, através da visibilidade (ou invisibilidade) que a produção jornalística conferiu a determinado tema ou a determinado actor enquanto fonte de informação. Nesta fase, procuraremos desconstruir esse discurso, assentando a delimitação metodológica naquela que nos parece ser uma fase particularmente interessante, isto é, os momentos em que houve transição de um mecanismo de regulação para outro (e por transição podemos também entender fim desse mesmo mecanismo). Resumidamente, esta etapa presume que uma descrição e conhecimento exaustivos sobre os organismos de regulação já estejam concluídos e tem como objectivo central analisar as

notícias veiculadas pelos principais diários portugueses sob o prisma do conteúdo temático e dos actores, ou seja, das vozes a que os jornalistas deram lugar e voz na imprensa.

Tal como mencionámos no parágrafo anterior, saliente-se que o estudo destas notícias surge da necessidade de perscrutar o espaço público e aferir do modo como os organismos de regulação que exerceram funções no Portugal democrático foram percebidos e ilustrados. De facto, a análise da imprensa “ilustra as opiniões de grupos ou de categorias sociais determinadas”, logo releva no contexto sobre o qual nos debruçamos e “desempenha um papel essencial na vida política e social” (Saint-Georges, 1997: 23). Daí que o enfoque seja o das publicações em períodos temporais de transição de uma entidade para a outra, ou de término de uma delas, como que numa tentativa de encontrar um balanço acerca do seu desempenho e de identificar pontos cruciais acerca do significado daquele mecanismo de regulação.

A nossa atenção recairá sobre a caracterização das fontes e actores aos quais os jornalistas recorreram no momento da produção noticiosa bem como nos temas a que, no contexto da regulação, foi dada primazia (a título de exemplo, regulação do ponto de vista da política, da economia, da educação para os *media*).

É de referir, por fim, que este tipo de análise se pode situar naquilo a que Laurence Bardin (1977: 31) designa “análise de conteúdo” enquanto “conjunto de técnicas de análise das comunicações” que encontrou a sua origem precisamente na análise do discurso jornalístico e que consiste na “manipulação de mensagens” com o objectivo de “evidenciar os indicadores que permitam inferir uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 1977: 46).

5.3 Observação participante

Em articulação com os anteriores métodos de investigação, incluímos o método de observação participante numa fase em que a recolha de informação teórica e documental deverá estar concluída. Uma vez que a ERC é a única entidade que exerce funções no presente, será aqui que levaremos a cabo a observação, não descartando, porém, a hipótese de podermos fazer o mesmo com entidades de regulação de outros sectores de actividade, se assim se revelar conveniente e imprescindível no decorrer da investigação.

É deste modo que pretendemos, então, contactar directamente com as dinâmicas da entidade reguladora, através do método de observação participante (ou, para usar a nomenclatura de alguns, de observação-participação) é a “inserção do observador no grupo observado” (Almeida & Pinto, 1995: 105) depois de definido o objecto de estudo. Quivy & Campenhoudt (1992: 197) salientam a importância deste método para os investigadores em

Ciências Sociais e definem-no como o estudo de “uma comunidade durante um longo período”, no qual se inclui participação “na vida colectiva” e estudo dos “seus modos de vida” com o mínimo de perturbação possível.

A observação no terreno é, a nosso ver, um instrumento essencial para perceber, na realidade, o que fazem e como funcionam os diferentes mecanismos de regulação actualmente em funções. Aliás, como refere De Ketele (1980: 27, *cit. in* De Ketele & Roegiers, 1993: 23), a observação consiste num “processo que inclui a atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objectivo final ou organizador e dirigido a um objecto para recolher informações sobre ele”.

Nesta fase do trabalho de investigação, note-se que a opção foi a de proceder a um estudo aprofundado daquela que é uma entidade referência na auto-regulação dos *media*, a *Press Complaints Commission* britânica. Aliado a isso, pretendemos comparar esta entidade com o Conselho de Imprensa, para procurarmos perceber o que terá estado na base da sua extinção, a par do sucesso que ainda hoje é associado ao organismo inglês. De facto, esta comparação surge das semelhanças desta entidade com a portuguesa e das diferenças entre ambas, já que a primeira foi extinta (existiu entre 1975 e 1990) e a segunda perdura. O organismo português não terá alcançado na plenitude os objectivos a que se propôs, enquanto que o organismo britânico ainda existe e é visto como um exemplo de sucesso e terá, como já vimos, inspirado a criação de muitos dos conselhos de imprensa enquanto mecanismos de auto-regulação em diversos países.

5.4 Entrevistas semi-estruturadas

No âmbito deste trabalho, pretendemos realizar um conjunto de entrevistas a dois grupos distintos. Por um lado, serão entrevistas a ex-membros e membros em funções à data da concretização das mesmas e, por outro, entrevistas a um conjunto de pessoas seleccionadas não em “função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar” (Ruquoy, 1997: 103), daí que utilizemos a expressão “entrevistas de elite”.

Estas entrevistas serão semi-estruturadas (Quivy & Campenhoudt, 1992: 195), de modo a abordar o tema com os principais actores envolvidos no sector mediático e da regulação mediática e a perceber qual o seu entendimento de regulação, dos vários mecanismos de regulação e daquilo que consideram ser o melhor modelo na actual conjuntura portuguesa. Este tipo de entrevista consiste, como realça Chizzotti (1991: 92), no processo de recolha de “informações baseadas no discurso livre do entrevistado”, com recurso a um guião previamente elaborado pelo investigador que serve de orientação no decorrer da entrevista. Embora se refira a guiões para entrevistas autobiográficas, Digneffe (1997: 217) realça uma

das funções essenciais deste instrumento, a qual tem que ver com o seu papel em manter o entrevistador e o entrevistado centrados “sobre a problemática que é objecto da investigação”.

Para finalizar, note-se que o método de observação participante de que demos conta no anterior ponto se articula, em larga medida, com o que acabámos de descrever. Tanto a observação, como a entrevista se enquadram no domínio da designada investigação qualitativa e têm uma ligação estreita, uma vez que esta última “possui laços evidentes com outras formas de recolha de dados, nomeadamente com a observação” (Lessard-Hébert *et al.*, 2008: 160).

6. Notas finais

A investigação na área da regulação dos *media* insere-se no campo da política da comunicação e é abordada no contexto nacional, transnacional e internacional. Há vários trabalhos na área da regulação, nomeadamente relativos ao sucesso ou insucesso do desempenho entidades específicas de regulação dos *media* mas escasseiam trabalhos que percepcionem a regulação como um todo e que incluam os vários mecanismos que a mesma pode assumir, não tendo a revisão da literatura revelado nenhuma investigação que procure trilhar caminho no desenvolvimento de um modelo ideal, acompanhado do desenho de políticas públicas que possam contribuir para a sua implementação.

A tradição dos mecanismos de regulação em Portugal remonta ao período subsequente ao 25 de Abril de 1974 e abrange algumas iniciativas - umas mais duradouras e estáveis, outras mais efémeras – que se podem enquadrar na auto-regulação, na co-regulação ou na hetero-regulação.

Tendo em conta a importância da regulação dos *media* nas sociedades democráticas, o nosso propósito é estudar o tema nas diferentes formas que pode assumir – auto-regulação, co-regulação e hetero-regulação – tendo em atenção os organismos em que se concretizaram ao longo de 37 anos. Assim, pretendem-se reunir condições para elaborar uma proposta de modelo ideal de regulação em Portugal, com base nos princípios e fundamentos subjacentes à democracia. Além disso, tencionamos acompanhar esta proposta de medidas que podem ser tomadas ao nível das políticas públicas e que podem tornar possível a concretização do modelo proposto.

Ao longo deste artigo, procuramos expor o *rationale* do projecto de investigação de Doutoramento intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português” que nos propomos levar a cabo, no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho com financiamento da FCT.

O nosso trabalho será dividido em seis principais etapas. Na primeira, procederemos à recolha bibliográfica, à recolha documental e a uma revisão de literatura sobre a regulação, sobre os diferentes mecanismos que pode assumir e sobre as entidades portuguesas especificamente consideradas. Pretendemos aprofundar teoricamente o conceito de regulação (e os que dele derivam: a auto-regulação, a co-regulação e a hetero-regulação) e os fundamentos da sua legitimação para, posteriormente, entendê-los no enquadramento português. Abordaremos ainda o conceito de *governance*, de *accountability* (McQuail, 2007), de interesse público bem como os princípios associados às sociedades democráticas. A participação dos cidadãos nos processos de decisão na política dos *media*, em geral, e nas políticas de regulação, em particular, é ainda inexistente (e.g. Raboy, 2002; Hamelink & Nordenstreng, 2007; Puppis, 2008), pelo que pretendemos incluir a sociedade civil como eixo de análise no nosso trabalho. É nesta altura que procuraremos perceber que mecanismos de regulação estão e estiveram em vigor em Portugal desde 1974 até ao presente.

Numa segunda fase, recorreremos à análise em termos de conteúdo temático e de vozes a que os jornalistas deram lugar e voz na imprensa portuguesa, enquanto que o terceiro momento será dedicado à realização de entrevistas de elite. Faremos entrevistas semi-estruturadas de modo a abordar o tema com os principais actores envolvidos no sector mediático e da regulação mediática e a perceber qual o seu entendimento de regulação, dos vários mecanismos de regulação e daquilo que consideram ser o melhor modelo na actual conjuntura portuguesa.

O método de observação participante – de observação-participação que, segundo as palavras de Almeida & Pinto (1995: 105) é a “inserção do observador no grupo observado” depois de definido o objecto de estudo - será a quarta etapa. De modo a aprofundar a análise, decidimos proceder a um interregno nesta fase do percurso para introduzir a quinta fase. Nesta altura, pretendemos fazer um estudo comparativo entre o Conselho de Imprensa português e a *Press Complaints Commission* britânica, dadas as semelhanças, e também as diferenças, entre ambas. Após a interrupção para o desenvolvimento desta tarefa, retomaremos a quarta, em simultâneo, prosseguindo com a análise dos diversos mecanismos de regulação portugueses e com a desconstrução dos modelos sobre os quais assentam.

Por fim, a sexta etapa será a de maior exigência, pois pretende combinar a análise e interpretação dos dados recolhidos com o desenvolvimento de uma proposta de modelo ideal de regulação dos *media* em Portugal que conjugue os diferentes actores intervenientes neste processo e seja reflexo dos valores da sociedade democrática. A par disso, procederemos à elaboração de um conjunto de propostas em termos de políticas públicas para a implementação deste modelo idealizado.

A génese deste projecto de Doutoramento reside num gosto pessoal pela área das Políticas da Comunicação, na qual podemos enquadrar a temática da Regulação dos *Media*, desenvolvido ao longo de uma experiência no projecto intitulado “A Regulação dos *Media* em Portugal: O Caso da ERC” (PTDC/CCI-COM/104634/2008). O seu enquadramento no âmbito das Políticas Públicas, passando também um pouco pelos contributos da Ciência Política e da História sem nunca deixar de se inserir nas Políticas da Comunicação, confere a este projecto uma mais-valia mas, ao mesmo tempo, uma exigência acrescida. Trata-se de um desafio, acima de tudo, e de uma investigação que não pretende contentar-se com as amarras de um idílico mundo académico sem referente real. Como realça Peter John:

Na política democrática, uma infinidade de acções públicas afecta o que os governos fazem e uma série de entidades públicas e provadas do sector procuram moldar decisões públicas, muitas das quais passam despercebidas aos media e ao público em geral (John, 1998: 1).

O projecto de Doutoramento que apresentamos debruça-se, portanto, sobre a regulação dos meios de comunicação social analisando e reflectindo sobre as experiências passadas, observando e perscrutando o presente de modo a procurar perspectivar um modelo adequado para o caso português com base nos postulados da democracia e da participação cidadã. Este olhar para o passado tem como objectivo primordial reunir elementos para melhor pensar criticamente sobre o presente, uma vez que “quando se analisam funções específicas e se avalia o impacto dos serviços de *media*, as assunções variam dependendo dos enquadramentos teóricos e políticos” (Cardoso, 2009: 165). Pretendemos contribuir para a riqueza dos estudos da regulação dos meios de comunicação social desenvolvidos no nosso país, tendo procurado rigor e complementaridade entre os métodos de investigação, conscientes de que lidamos com uma matéria viva, que mexemos com o domínio do público e do social. Esta vida – e também vivacidade – que caracterizam o objecto da investigação podem condicionar o nosso trajecto ou fazer com que o seu rumo se vá alterando à medida que os meses ou os anos passam, fruto de várias interferências. Como salienta Bourdieu (1999: 700), os “pesquisados podem também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito uma troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar e se dar deles mesmos”.

Financiamento

Este artigo foi elaborado no contexto do projecto de Doutoramento intitulado “Regulação dos *media* em democracia: experiências e modelos para o caso português” (SFRH/BD/76280/2011), co-financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) - Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal 2007-2013.

Referências

- Abramson, B. D. (2001) 'Media Policy After Regulation?', *International Journal of Cultural Studies*, 4(3): 301-326.
- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995) *A Investigação nas Ciências Sociais – Estudo Elaborado no Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.
- Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1993) *Como Realizar um Projecto de Investigação – Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa: Gradiva.
- Black, J. (2002) 'Critical Reflections on Regulation', London: Centre for Analysis of Risk and Regulation at the London School of Economics and Political Science.
- Bourdieu, P. (1999) (coord.) *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Camponez, J. C. (2009) *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo – A Auto-Regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*, Tese de Doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cardoso, L. L. (2008) *Os Media em Portugal: Alternativa de Regulação Sectorial em Ambiente de Globalização e Competitividade*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cardoso, L. L. (2009) 'Competitividade nos Media e Impactos na Regulação Sectorial', in Cardoso, G., Cádima, F. R. & Cardoso, L. L. (coord.) (2009) *Media, Redes e Comunicação – Futuros Presentes*, Lisboa: Obercom & Quimera Editores, pp. 155-184.
- Carvalho, A. A. (1986) *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa*, Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social.
- Carvalho, A. A. (2003) *O Modelo Europeu do Serviço Público de Televisão – o Caso Português*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Chizzotti, A. (1991) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Editora Cortez.
- Comissão Europeia (2001) *European Governance - A White Paper*, Brussels, 25.7.2011, COM(2001) 428 final (disponível online em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2001/com2001_0428en01.pdf, acedido em 30.04.2012).
- De Ketele, J.-M. & Roegiers, X. (1993) *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Digneffe, F., (1997) 'Do Individual ao Social: A Abordagem Biográfica' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 203-245.
- Fidalgo, J. (2009) *O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
- Fidalgo, J. (2010) 'O Regresso do Conselho de Imprensa?', *Observatório (OBS*) Journal*, 4 (1): 37-72.
- Finkelstein QC, The H. R. (2012) *Report of the Independent Inquiry into the Media and Media Regulation to the Minister for Broadband, Communications and the Digital Economy of the Australian Government* (disponível online em

- http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acessado em 26.04.2012).
- Flick, U. (2004) *Introducción a la Investigación Cualitativa*, Madrid: Morata / Fundación Paideia Galiza.
- Hamelink, C. & Nordenstreng, K. (2007) 'Towards Democratic Media Governance', in Bens, E. (ed.) (2007) *Media Between Culture & Commerce*, Bristol: Intellect, pp. 225-240.
- John, P. (1998) *Analysing Public Policy*, Londres: Pinter.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008) *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lei n.º 53/2005 de 8 de Novembro de 2005 – Lei que cria a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social (disponível *online* em <http://www.erc.pt/documentos/legislacaosite/lei53.pdf>http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acessado em 31.08.2012).
- Lei de Imprensa de 1975 (Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro) - Alterada pelo Decreto-Lei n.º 181/76 de 9 de Março, Decreto-Lei n.º 377/88 de 24 de Outubro, Lei n.º 15/90 de 30 de Junho, Lei n.º 15/95 de 25 de Maio, Lei n.º 8/96 de 14 de Março; Revogada pela Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro (disponível *online* em <http://dre.pt/pdf1s%5C1975%5C02%5C04802%5C00030016.pdf>http://www.dbcde.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/146994/Report-of-the-Independent-Inquiry-into-the-Media-and-Media-Regulation-web.pdf, acessado em 31.08.2012).
- McQuail, D. (2007) 'The Current State of Media Governance in Europe' in Terzis, G. (ed.) (2007) *European Media Governance: National and Regional Dimensions*, Bristol: Intellect, pp. 17-26.
- Moreira, V. (1997) *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*, Coimbra: Almedina.
- Mörth, U. (2006) 'Soft Regulation and Global Democracy' in Djelic, M.-L. & Sahlin-Andersson, K. (eds.) (2006) *Transnational Governance: Institutional Dynamics of Regulation*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 119-135.
- O'Regan, P. (2010) 'Regulation, the Public Interest and the Establishment of an Accounting Supervisory Body', *Journal of Management & Governance*, 14: 297-312.
- Puppis, M. (2008) 'National Media Regulation in the Era of Free Trade: The Role of Global Media Governance', *European Journal of Communication*, 23(4): 405-424.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Raboy, M. (ed.) (2002) *Global Media Policy in the New Millennium*, Luton: University of Luton Press.
- Reinard, J. C. & Ortiz, S. (2005) 'Communication Law and Policy: The State of Research and Theory', *Journal of Communication*, 55(3): 594-631.
- Ruquoy, D. (1997) 'Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 84-117.
- Saint-Georges, P. (1997) 'Pesquisa e Crítica das Fontes de Documentação nos Domínios Económico, Social e Político' in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 15-47.

- Schulz, W. & Held, T. (2004) *Regulated Self-Regulation: An Analysis of Case Studies from Media and Telecommunications Law*, Luton: University of Luton Press.
- Silva, A. S. (2007) 'A Hetero-regulação dos Meios de Comunicação Social', *Comunicação e Sociedade*, 11: 15-27.
- Siune, K. (1998) 'Changing Media and Changing Society' in McQuail, D. & Siune, K. (eds.) (1998) *Media Policy – Convergence, Concentration & Commerce*, Londres: Sage / EuroMedia Research Group, pp. 1-6.
- Sorbets, C. (1998) 'Debating National Policy' in McQuail, D. & Siune, K. (eds.) (1998) *Media Policy – Convergence, Concentration & Commerce*, Londres: Sage / EuroMedia Research Group, pp. 180-190.
- Sousa, H. & Fidalgo, J. (2011) 'Journalism Regulation: State Power and Professional Autonomy in Wasko, J., Murdock, G. & Sousa, H. (eds.) (2011) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Oxford: Blackwell, pp. 283-303.
- Sousa, M. L. (2011) *A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos Para Uma Análise Histórica, Conceptual e Performativa*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho.
- Van Cuilenburg, J. (1999) 'On Competition, Access and Diversity in Media, Old and New: Some Remarks for Communications Policy in the Information Age', *New Media & Society*, 1(2): 183-207.

III

**Literacia Médiática, Informação Televisiva
e Redes Sociais**

Representações das Crianças sobre a Atualidade: Caminhos que se Cruzam entre a Leitura do Mundo e a Informação Noticiosa

Children's Representations about Current Affairs: Ways that Cross between Reading the World and News Media

PATRÍCIA SILVEIRA; SARA PEREIRA & MANUEL PINTO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
ana_da_silveira@hotmail.com / sarapereira@ics.uminho.pt / mpinto@ics.uminho.pt

Resumo:

Este trabalho pretende dar a conhecer o estado da arte e a proposta metodológica de uma investigação de doutoramento, ainda em curso, que tem como objeto de estudo debater sobre o modo como as crianças representam a atualidade. Partindo das suas vozes, perspetivando-as enquanto sujeitos de investigação, intentamos compreender que significados são construídos sobre a realidade imediata - ligada diretamente à experiência de cada criança - e a realidade global, em que os media se assumem como importantes mediadores e construtores de um ambiente simbólico. Trata-se de privilegiar uma posição ativa das crianças no seu envolvimento com os media noticiosos, partindo do pressuposto de que estes se constituem como agentes de socialização relevantes para a formação dos mais novos. Metodologicamente, optamos pela conjugação de técnicas quantitativas e qualitativas, definindo como público do estudo um grupo de crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos.

Palavras-chave:

Crianças; notícias; participação; representações; literacia mediática

Abstract:

This paper aims to present the state of art and the methodological proposal of a PhD research, in progress, which has as its object of study discuss how children make sense of the world. Taking into account their voices, looking at them as research subjects, we intend to understand what meanings are constructed about the immediate reality - directly linked to the experience of every child - and the global reality, in which the media are assumed as important mediators and builders of a symbolic environment. More specifically, we want to study the engagement between children and news media, considering that the last one are socialization agents with relevance for children's lives. Methodologically, we will employ quantitative and qualitative techniques, as we define as public the children from 9 to 10 years old.

Keywords:

Children; news; participation; representations; media literacy

1. Introdução

Estudos recentes demonstram que os meios de comunicação fazem parte do quotidiano das crianças desde muito cedo (Kotilainen, 2011). Porém, verifica-se que são escassas as pesquisas sobre a relação das gerações mais jovens com a atualidade. A revisão de literatura sobre o assunto mostra-nos que, nos últimos anos, devido à emergência de novos

mecanismos de comunicação digitais, as investigações tendem a debruçar-se sobre o envolvimento das crianças e jovens com as novas tecnologias, como a internet e o telemóvel (Tomé & Menezes, 2011; Endestad *et.al.*, 2011; Theunissen & Theunissen, 2008; Livingstone, 2006; Shade *et al.*, 2005), delegando para segundo plano, a relação com os meios tradicionais, como o jornal ou o livro.

Verifica-se, assim, que contrariamente à sociedade literária, caminhamos, hoje, no sentido de uma sociedade imersa numa cultura mediática e digital, marcada por um fácil acesso às mensagens media (Tomé & Menezes, 2011). Por esse motivo, as novas gerações tornam-se, também elas, mais autónomas e poderosas face aos próprios meios (Tomé & Menezes, 2011).

Advoga-se, deste modo, a necessidade de apostar na formação e domínio de novas competências, sobretudo no âmbito digital, perspetivando cidadãos e consumidores críticos e esclarecidos. Para além disso, as novas potencialidades trazidas pela era digital colocam em causa o modelo unidirecional da comunicação, o que significa que os públicos são, também, produtores, devendo aquela competência ser alargada para o âmbito de uma produção consciente e participativa, bem como para uma interação social nos meios eletrónicos.

Apesar da emergência de múltiplos canais digitais, continua a existir um número significativo de estudos sobre as crianças e a televisão (Fuenzalida, 2008, Hernández, 2008; Samaniego *et al.*, 2007). Tendencialmente, o objetivo principal tem sido perceber qual o tipo de conteúdos consumidos por estes públicos, assim como o modo como este meio pode servir de canal privilegiado para a transmissão de importantes mensagens e valores para a vida dos jovens (Galera & Pascual, 2005).

Significa isto que, apesar da penetração dos meios digitais na vida do público infantil e jovem, a televisão continua a estar integrada no seu quotidiano, constituindo-se como meio preferencial de ocupação dos tempos livres (Fuenzalida, 2008; Samaniego *et. al.*, 2007), assim como de contacto com os temas da atualidade mediática, sobretudo por parte das famílias, permitindo o acesso das crianças a estes conteúdos.

No que se refere às mensagens mediáticas, estas adquirem um lugar central na estruturação do quotidiano dos cidadãos, ao providenciarem um sistema de suporte e uma experiência partilhada, essenciais para auxiliar os indivíduos no seu quotidiano. Considera-se que os media noticiosos se assumem como estabilizadores da ordem social, adquirindo um papel semelhante ao das instituições tradicionais, como a família, a escola ou a igreja (Silverblatt, 2004). Ao mesmo tempo, são importantes configuradores de um ambiente simbólico, constituindo-se como elementos de representação da realidade envolvente. No caso das crianças, os media assumem-se como agentes de socialização com relevância para a sua

formação cognitiva e emocional, e para o modo como constroem significados perante o mundo (Galera& Pascual, 2005).

Tendo por base estas considerações, consideramos que é fundamental debater sobre o envolvimento das crianças com os media noticiosos, partindo do ponto de vista destes destinatários acerca das suas experiências mediáticas e do lugar das notícias nas suas vidas. A este respeito, na opinião de Evelyne-Bevort, diretora-delegada do *Centre de Liaison entre L'Enseignement et des Médias d'Information* (CLEMI), envolver e despertar as crianças para os assuntos da atualidade, constitui-se como um importante passo para a consciencialização e incentivo à reflexão crítica sobre os media e o seu papel na sociedade. Não se trata de ser cético ou cínico, o propósito é ter interesse e curiosidade e, ao mesmo tempo, possuir autonomia reflexiva perante aquilo que é apresentado.¹

Para que estas ideias tenham consistência, é necessário que os discursos em torno do lugar da infância, na sociedade, tenham mais força e, sobretudo, que se tenha em conta a possibilidade de as crianças falarem sobre os aspetos nos quais se veem envolvidas. A este respeito, apesar de a Convenção sobre os Direitos da Criança² ser um importante marco no reconhecimento da criança como cidadão integrado e pleno de direitos, continua a existir fragilidade em torno desta legitimidade, pelo facto de “a criança apresentar simultaneamente uma imagem de sujeito ativo e estruturador do quotidiano e uma imagem como sujeito/objeto de pertença familiar e meramente dependente” (Samagaio, 2004: 11).

2. Crianças e notícias – tendências de pesquisa

Este artigo pretende dar a conhecer uma das tarefas desenvolvidas no âmbito da tese de doutoramento, sendo resultado de uma pesquisa documental realizada com o objetivo de perceber o que tem sido tendência nos estudos recentes sobre o envolvimento das crianças com as notícias. Para além de uma perspetiva daquilo que tem sido investigado, detetando os principais aspetos incorporados nestes estudos e eventuais lacunas, quisemos aferir as principais conclusões e discussões despontadas nestes trabalhos.

Metodologicamente, optamos por fazer um levantamento e análise dos trabalhos publicados entre 2000 e 2011, a partir da *Communication Abstracts*, considerada uma base de dados de referência na área das Ciências da Comunicação. Através da mesma, é possível aceder aos

¹ Informação recolhida durante realização de entrevista exploratória, no âmbito dos trabalhos de tese.

² A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, um conjunto de direitos, nomeadamente direitos de provisão, direitos de proteção e direitos de participação. Estes últimos “implicam a consideração de uma identidade das crianças como seres ativos, aos quais são assegurados direitos civis e políticos”(Marôpo, 2009) . Neste domínio, destacamos o artigo 12º, visto que insiste na visibilidade da criança, alterando profundamente o paradigma tradicional que assumia que as crianças deveriam ser vistas, e não ouvidas.

resumos de um conjunto de trabalhos significativos naquela área, porém, esperamos alargar o sítio da procura a outras revistas ou bases de dados (como *Google Scholar*, SCOPUS, *Web of Science*,...), num trabalho posterior. Aliás, gostaríamos de sublinhar que os resultados desta pesquisa serão complementados com procura documental contínua, que deverá ser efetuada ao longo dos trabalhos de tese, não se tratando, por esse motivo, de trabalho finalizado.

As principais palavras-chave utilizadas nesta pesquisa foram as seguintes: *news/news media, children/kids, journalism, perception, crisis/financial crisis/actual crisis, representation*. Com as mesmas, foram realizadas 27 combinações, em termos de presença no *resumo*, em *todo o texto*, no *título* ou em *todos os campos*.

Depois de pesquisadas, foram recolhidas e arquivadas no programa *EndNote*, 103 referências bibliográficas. Destas, 95 constituem-se como artigos científicos publicados em revistas da especialidade, 6 são livros ou capítulos de livros, existindo apenas 2 resumos de obras. No final da pesquisa, demos-nos conta de que duas das referências dizem respeito ao mesmo trabalho científico, embora possuam títulos diferentes, tendo sido publicados em locais e datas distintas.

Em termos de disponibilidade dos textos, conseguimos aceder a 71, pelo facto de os restantes terem sido publicados em revistas científicas não subscritas pela Universidade do Minho (local a partir de onde foi realizada a pesquisa bibliográfica).

Depois de recolhidas e analisadas as referências bibliográficas, organizamos a informação necessária no programa *Excel*, de acordo com a seguinte categorização: título, ano, revista/livro/conferência, área científica, tema, subtema, objetivos, metodologia, constituição da amostra e principais conclusões.

Da análise realizada, podemos concluir que grande parte dos estudos que aborda a relação entre as crianças e as notícias, fá-lo numa perspetiva de vulnerabilidade ou passividade destas audiências, na medida em que há uma grande preocupação em determinar a influência e o impacto de determinado tipo de conteúdos (violência, catástrofes, desastres naturais) sobre os mais novos (Buijzen *et al.*, 2007; Galera & Pascual, 2005; Smith & Wilson, 2002).

Os resultados do estudo *Parental Mediation of Children's Emotional Responses to a Violent News Event* (Buijzen *et al.*, 2007) mostram que existe uma relação direta entre a exposição das crianças às notícias e as suas respostas emocionais, considerando os autores que uma mediação ativa bem sucedida pode reduzir os sentimentos de medo, preocupação, *stress* e ansiedade.

Uma outra investigação, da autoria de Galera & Pascual (2005), concluiu que as crianças experimentam sentimentos negativos perante imagens sangrentas, recordando-se das mesmas por um longo período de tempo. Segundo os autores, a exposição de crianças a notícias sobre raptos provoca reações de susto e preocupação relativamente à sua própria segurança. Por esse motivo, consideram que os pais deverão assumir a responsabilidade na mediação dos conteúdos, conversando com as crianças sobre aquilo que veem, discutindo e contextualizando as mensagens, ao invés de proibirem a sua visualização ou leitura.

Esta tendência nos estudos sobre crianças e notícias não é nova. Segundo McQuail (2003), um dos maiores especialistas no estudo da comunicação de massas, as investigações iniciais neste campo estavam sobretudo preocupadas com os efeitos dos media, especialmente sobre as crianças e jovens, tendo como foco o tipo de danos causados pela exposição aos conteúdos transmitidos.

Também Evelyne Bévort considera que ainda há muitos investigadores a trabalhar sob o prisma da teoria dos efeitos. A diretora-adjunta do *Centre de Liaison de l'enseignement et des Médias d'Information* (CLEMI) não concorda com a visão da criança vulnerável, embora admita que esta possa sê-lo, até uma determinada idade. Na sua opinião, é mais realístico trabalhar a relação das crianças com os media noticiosos, partindo dos interesses e das necessidades dos primeiros.

Na opinião de Gerison Landsdown (2001), do *Unicef Innocenti Research Centre*, apesar da legitimação das crianças como autoras das suas próprias vidas, atualmente, existe, ainda, em alguns países, um exercício de poder excessivo dos adultos para com elas. Segundo a autora, permitir que as crianças participem nos assuntos que lhes dizem diretamente respeito – e isto inclui falarem sobre as suas experiências mediáticas – pode, na opinião de muitos, colocá-las em situação de risco.

Manuel Pinto (2000), professor da Universidade do Minho, refere que, no que toca à relação entre as crianças e a televisão, os estudos que se preocupam em estudar o que a TV faz às crianças são mais numerosos do que os que se propuseram analisar o que as crianças fazem com a TV, devendo esta questão ser analisada a partir de dois ângulos. Para o especialista em educação para os media, é necessário que as investigações sobre audiências integrem as variáveis contextuais nos seus estudos, não isolando a prática de receção à mera relação entre emissor e receptor, mas pensando esta análise perspectivada num quadro alargado de práticas sociais quotidianas (Pinto, 2000).

Uma segunda abordagem no estudo das audiências toma-as como “um conjunto mais ou menos motivado de consumidores dos media, encarregues da sua própria experiência mediática, mais do que como vítimas passivas” (McQuail, 2003: 371). A este respeito, apesar de a tendência das investigações analisadas apontar para a abordagem centrada nos efeitos dos conteúdos, fazemos referência a dois estudos que partem da *voz* das crianças e jovens,

perspetivando-os como audiências ativas e participativas. Estas pesquisas (como outras) inserem-se, assim, numa abordagem comportamentalista, na medida em que se considera que as crianças e jovens conseguem decidir se gostam ou não de determinados conteúdos (Silva, 2008).

Da autoria de Smith & Wilson (2002), o estudo *Children's Comprehension of and Fear Reactions to Television News*, pretendeu avaliar as reações e a compreensão das crianças face às notícias televisivas. De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que, no processamento das notícias, as respostas das crianças diferem conforme a idade, devido às competências necessárias para avaliar os conteúdos. Depois de ouvir as crianças, com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos, que fizeram parte da sua amostra, os autores concluíram que há interesse pelas notícias, estando estas integradas no quotidiano destas audiências. Porém, segundo Smith & Wilson (2002), é necessário considerar e articular as competências dos indivíduos, com o tipo de avaliação e compreensão que fazem dos conteúdos. Os autores falam em:

- Capacidade para decifrar verbalmente a informação: como as crianças mais pequenas não dominam a linguagem, terão maior dificuldade em entender as terminologias usadas nas notícias. Por sua vez, as crianças mais velhas entendem melhor não só o conteúdo, como a relevância social das notícias. Isto leva a que discutam com as famílias sobre as mesmas, considerando os autores que o consumo das notícias conduz à vontade e necessidade de falar sobre as mensagens.
- Habilidade para distinguir fantasia de realidade: este facto faz com que as crianças mais velhas se sintam mais aborrecidas ou preocupadas perante certas mensagens, sobretudo no que toca a notícias sobre a vida real. Isto acontece devido à consciência de que os conteúdos veiculados correspondem à realidade.
- Processamento perceptual e processamento conceitual: o primeiro é característico das crianças mais novas, correspondente a um tipo de percepção em relação à forma (sentem-se atraídas pela cor ou pelo movimento). As crianças mais velhas fazem um processamento conceitual, associando os conteúdos a conceitos. Este processamento pode servir como explicação para a maior atração das crianças mais pequenas para notícias com a presença de elementos visuais (desastres, incêndios).

Enquanto há um maior entendimento das notícias por parte das crianças mais velhas, visto que existe também um maior domínio dos conceitos, não necessitando de imagens para perceber ou sentirem-se atraídas pelas notícias.

Apesar de existir preocupação em *dar voz* às crianças, considerando-as o sujeito central da investigação, o estudo poderia ser alargado para outro tipo de conteúdos noticiosos, já que se centra sobretudo naqueles que poderão causar medo nas crianças.

Da autoria de David Buckingham (2000), o livro *The Making of Citizens* dá conta dos resultados de uma investigação que teve como objetivos compreender qual o envolvimento dos jovens com as notícias, assim como aferir as perceções que estes criam em torno de si mesmos, enquanto cidadãos. O autor parte do pressuposto de que os meios de comunicação detêm um papel fundamental na sociedade, enquanto veículos de informação de que os cidadãos dependem, constituindo-se como uma passagem para a esfera pública e o debate político.

Os resultados deste estudo mostram que há um declínio no relacionamento das novas gerações com as notícias, marcado por um aparente desinteresse e alienação, principalmente quando estas retratam questões políticas. Para Buckingham (2000), os jovens assistem às notícias, mas isso não significa que gostem de o fazer, tratando-se de uma forma de ocuparem os tempos livres, ou como resultado da insistência dos pais. Globalmente, as notícias são consideradas repetitivas e desinteressantes, embora para alguns destes jovens, assistir às mesmas seja sinal de maturidade e prova do desejo de sabedoria. Esta posição mostrou-se mais visível nos alunos mais velhos, contudo, nem sempre de forma explícita. E enquanto os rapazes demonstravam maior interesse pelos assuntos sobre política, as raparigas preocupavam-se sobretudo com os temas ambientais e climáticos.

Segundo Buckingham (2000), as notícias são conotadas como algo que possui credibilidade, continuando os jovens a confiar nas mesmas para obter informação sobre o mundo. Embora o autor considere, no caso das notícias televisivas, que estas criam a ilusão de se estar informado, reconhece que conduzem a um sentimento de pertença e de estabilidade, podendo não se constituir como garantia de uma cidadania ativa, mas antes como um substituto da mesma

Na conclusão a que chega, Buckingham (2000) diz que a ideia comum de que as crianças são cínicas e apáticas face às notícias, pode ser um sintoma demonstrativo da necessidade de existir mais inovação nos conteúdos, de forma a captar o interesse dos mais novos. No que concerne à televisão e aos conteúdos que produz, o autor considera que é importante olhar para o modo como os produtores posicionam os seus públicos, havendo necessidade, no que aos mais novos diz respeito, de os tomar como cidadãos e potenciais participantes da esfera pública. Deve, assim, na sua opinião, ser dada mais atenção ao modo como as notícias são compreendidas, tendo em conta os interesses, as experiências e as capacidades cognitivas dos jovens.

2.1 O cenário português

Em Portugal, a produção científica sobre o envolvimento entre as crianças e os media conheceu um forte incentivo a partir de finais dos anos 80 (Pinto & Pereira, 1999) embora,

ainda hoje, continue a ser necessário produzir trabalhos mais consistentes, que não se cinjam à preocupação com os efeitos dos meios e dos seus conteúdos (sobretudo aqueles transmitidos através da televisão), mas que perspetivem este envolvimento, tendo em conta os interesses e as motivações das crianças (Pinto & Pereira, 1999).

No entanto, chamamos a atenção para os trabalhos desenvolvidos por Manuel Pinto, destacando a realização da sua tese de doutoramento sobre as crianças e a televisão; por Sara Pereira, autora de vários estudos sobre a programação para a infância, o lugar da televisão na família e a relação das crianças com a televisão; e por Cristina Ponte, cujas linhas de investigação se centram nas crianças e media, nas novas tecnologias e usos sociais e em estudos de jornalismo.

Publicado, em 1999, na obra *Saberes sobre as Crianças: Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*, o texto *As Crianças e os Media: Discursos, Percursos e Silêncios*, teve como principal objetivo fazer uma revisão dos materiais disponíveis sobre crianças e media. Na sua análise, Pinto & Pereira (1999) destacam, entre outros aspetos, a ausência de trabalhos empíricos desenvolvidos em Portugal, com crianças portuguesas, referindo que a discussão dos resultados, nestas investigações, baseou-se com frequência em pressupostos enunciados em estudos publicados noutros países, sobretudo nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para a diferenciação nos contextos sócio-culturais de receção que podem, assim, dar origem a conclusões distintas. Para além disso, os autores concluíram que a televisão continua a ter um importante peso nestes estudos, em detrimento de outros meios, como o jornal ou a rádio. Ao mesmo tempo, denotam o domínio de uma orientação *mediocêntrica*, devido à especial preocupação com os media e as suas políticas de programação, os conteúdos, as formas, etc.

Estando ciente da necessidade de se desenvolverem estudos que perspetivassem o papel ativo e a apropriação dos media, pelas crianças, Manuel Pinto desenvolve a sua investigação de doutoramento em Ciências da Comunicação, em 1995, que viria a ser publicada em livro, cinco anos mais tarde, sob o título *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Este trabalho, assente nas formas e modalidades de consumo televisivo e nos processos de atribuição de sentidos, envolveu cerca de 780 crianças pertencentes ao distrito de Braga, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, provenientes de diferentes meios geográficos e socioeconómicos. O objetivo do autor foi analisar os processos de apropriação e de significação da televisão em diferentes contextos de receção. Através dos resultados obtidos, Pinto (2000) concluiu que existem grandes diferenças nas situações do quotidiano infantil, não só em termos de experiências, como também ao nível dos significados atribuídos às mesmas. O autor refere, igualmente, que o elevado tempo que as crianças permanecem em frente ao ecrã, é revelador da falta ou inacessibilidade de alternativas atrativas, para estes públicos.

Apesar do interesse crescente pelo estudo do envolvimento entre crianças e media, no que diz respeito, mais especificamente, à relação entre as crianças e a atualidade, destacamos a escassez de trabalhos científicos produzidos sobre este domínio. Encontramos, porém, estudos pontuais sobre a relação das crianças com as notícias, como é o caso do projeto de investigação *Crianças e Jovens em Notícia*, coordenado por Cristina Ponte, professora e investigadora da Universidade Nova de Lisboa. Desenvolvida entre 2005 e 2007, esta investigação centrou-se na análise da cobertura jornalística de notícias a envolver crianças e jovens, de modo a identificar tendências e enquadramentos, contribuir para o aumento da atenção sobre *vozes* habitualmente ignoradas, e despertar os jornalistas para a importância do conhecimento das temáticas da infância. Para além disso, um dos objetivos da investigação foi analisar o modo como as crianças dos 6 aos 10 anos, e dos 13 aos 17 anos, inseridas em diferentes meios familiares, apreciam as notícias e outros conteúdos mediáticos, nos quais são envolvidas. Os resultados relativos a este último ponto, demonstram que a variável sexo não é muito relevante, quando se trata da utilização dos tradicionais e novos media, sendo que as principais diferenças radicam no estatuto socioeconómico e cultural das famílias, e no nível académico das mães. Para além disso, o estudo concluiu que, embora se recordem sobretudo de notícias de risco social - levando os investigadores a concluir que o seu visionamento “deixa marcas” - as crianças não são acompanhadas nem conversam sobre estes, e outros, conteúdos.

Realizado no âmbito deste projeto, damos ainda conta do estudo exploratório *“Uma escola foi visitar um hospital...” “O Lugar das Notícias na Vida das Crianças*, da autoria de Malho, Pato & Tomé (2007). A investigação teve por base um estudo quantitativo junto de 246 crianças do 4º ano do 1º ciclo do ensino básico, provenientes de diferentes meios sociais e geográficos (Lisboa e Castelo Branco). O principal objetivo foi perceber de que modo as crianças se relacionam com as notícias de imprensa e de televisão. Os autores partiram das próprias crianças, das suas perceções e compreensão na relação com os meios e com o discurso noticioso. Apesar de este estudo ser relativo aos usos dos media e conhecimento das notícias, houve sobretudo preocupação em focar as notícias em que as crianças são protagonistas.

Tendo como pano de fundo os direitos ratificados pelas Convenção sobre os Direitos da Criança, em especial o direito à informação³, Malho, Pato & Tomé (2007) consideram que, em Portugal, apesar de existir preocupação relativamente ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos, na prática, ainda não há uma efetiva implementação dos mesmos, sobretudo no que toca à cobertura jornalística dirigida a estes públicos ou em matérias que lhes dizem diretamente respeito. De acordo com os resultados obtidos, 55,9% das crianças referiu ler habitualmente jornais. O jornal *A Bola* foi sobretudo referenciado por rapazes, enquanto que as meninas escolheram principalmente o *Correio da Manhã*. Embora menos

³ Cf. Artigos nº13 e nº17 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

crianças tenham respondido à questão sobre como liam as notícias dos jornais, a maioria declarou fazê-lo sem companhia, para além de não conversarem com ninguém acerca do que leram. Nestas duas questões, as meninas declararam que leem mais notícias, conversando sobre as mesmas com pais, irmãos ou outros familiares, destacando-se esta diferença no que toca ao género.

Segundo Malho, Pato & Tomé (2007), a televisão continua a estar muito presente no quotidiano das crianças, liderando os canais SIC, TVI e Panda as suas preferências. No que toca à informação noticiosa, a maioria das crianças mostrou-se interessada pelas notícias. Nos motivos para gostarem, aquelas declaram: “porque falam sobre as crianças” e “porque dizem coisas interessantes”. Por outro lado, as que não gostam consideram que as notícias são aborrecidas, ou tristes. 16% das crianças gosta de ver telejornais porque o faz em família e apenas 4 crianças são proibidas pelos pais, de assistirem aos mesmos. Contrariamente aos resultados verificados no caso dos jornais, a maioria prefere falar sobre as notícias com os pais e os irmãos. Apesar de, no geral, não existirem diferenças substanciais no que toca ao género, as raparigas conversam mais sobre o que veem e leem e as suas respostas são mais diversificadas, comparativamente aos rapazes.

3. Pertinência do estudo e opção metodológica

De acordo com a revisão de literatura, podemos concluir que, no que toca à relação entre as crianças e as notícias, não existe ainda pesquisa consolidada que perspetive este envolvimento tendo em conta o ponto de vista daqueles destinatários, já que a maioria dos trabalhos publicados teve como preocupação compreender os danos causados pela exposição aos conteúdos noticiosos (sobre crime, violência, desastres naturais).

A nosso ver, é necessário que outras linhas de investigação se alarguem para teorias que tenham em conta os interesses das crianças, partindo das suas *voces*, de modo a privilegiar a visão destes públicos. Consideramos que é necessário que os investigadores criem oportunidades para uma participação crítica e reflexiva sobre os media. As crianças devem, assim, informar-se e falar sobre as suas experiências mediáticas. Privilegiar este direito, dando-lhes espaço para discutirem os conteúdos, mais do que reconhecer as suas perceções, interesses e o estatuto social como cidadãos, é tornar real a oportunidade de fazerem parte da esfera pública e do debate político. E numa altura em que nos vemos confrontados com tempos problemáticos e controversos, havendo um maior acesso e domínio sobre a informação, assim como uma necessidade de desenvolvimento de novas competências informacionais e comunicacionais, parece-nos que o despertar para estas questões encontra, agora, a altura ideal para confluir num trabalho a este nível.

Metodologicamente, utilizaremos técnicas de âmbito quantitativo e qualitativo, junto de crianças dos 9 aos 10 anos de idade⁴, correspondente aos alunos que se encontram a frequentar o 4º ano de escolaridade. Deste modo, a recolha dos dados será feita em escolas do 1º ciclo, do ensino básico.

Numa primeira fase, iremos aplicar um inquérito por questionário às crianças do 4º ano a frequentar as escolas do concelho de Paredes, distrito do Porto. Neste concelho há cerca de 32 escolas, pelo que se estima que o inquérito seja aplicado aos cerca de 600 alunos que integram aquele ano de escolaridade. Trata-se de uma amostra por conveniência, já que tivemos em conta a possível facilidade de relacionamento com as instituições de ensino e a proximidade geográfica a que nos encontramos.

Segundo Quivy & Campenhoudt (1992: 191), a aplicação de inquéritos por questionário é uma técnica quantitativa adequada para o “conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores e as suas opiniões”. Desse modo, consideramos que será pertinente a sua utilização, sobretudo num primeiro momento do nosso estudo, com o objetivo de obtermos dados relativos aos hábitos de utilização mediática das crianças, às suas atividades quotidianas e às suas preferências relativamente a determinados conteúdos.

Numa segunda etapa, adotaremos uma técnica de índole qualitativa, nomeadamente os grupos de discussão. A realização destes grupos envolverá cerca de 50 alunos que serão selecionados a partir da amostra usada no inquérito por questionário. Deste modo, procuramos obter dados que o inquérito por questionário não permite, complementando e aprofundando a análise.

Os grupos de discussão constituem-se como uma forma privilegiada de *dar voz* às crianças e de fomentar o debate em torno da temática pretendida, permitindo a participação de todas elas. Neste caso, será pertinente escolher alguns acontecimentos da atualidade como objeto de discussão, incentivando o debate e o confronto de opiniões. Esta técnica permitir-nos-á obter dados diversos, ajudando a perceber qual o modo de compreensão das crianças relativamente a determinados assuntos e qual a sua conceção sobre o mundo.

Finalmente, concordamos que, sobretudo nas pesquisas sobre representações das crianças acerca do mundo que as rodeia, é necessário considerar a participação das crianças nos estudos, pois só assim é possível penetrar nos seus mundos e conhecer verdadeiramente as

⁴ A escolha destas idades justifica-se pelas seguintes razões: A revisão de literatura mostra-nos que, no que toca à relação entre as crianças e os media, são poucos os estudos que trabalharam com crianças a frequentar a escola primária. A maioria tem-se detido sobre a idade pré-escolar ou a fase da adolescência. mNestas idades, as crianças são capazes de (Smith & Wilson, 2002): a) Compreender os conteúdos noticiosos e a relevância social das notícias; b) Discutir as notícias com os demais; c) Distinguir fantasia de realidade, o que faz com que entendam que a informação noticiosa corresponde à realidade.

ideias e perspectivas, na sua complexa singularidade (Filho, 2010) tornando-as parceiras do processo investigativo (Janzen, 2008). Como diz Costa (2001:S/P), os investigadores “desafiam a pesquisar não mais *sobre*, mas *com* crianças”.

Financiamento

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do QREN-POPH (Tipologia 4.1 – Formação Avançada), participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC. Referência da bolsa: SFRH / BD / 80918 / 2011.

Referências

- Buckingham, D. (2000) *The Making of Citizens: Young People, News and Politics*, London: Routledge.
- Buijzen, M., Molen, J. & Sondji, P. (2007) ‘ Parental Mediation of Children's Emotional Responses to a Violent News Event ’, *Communication Research*, 34(2): 212-230.
- Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990.
- Costa, E.A. (2011) ‘ Conversas sobre Infância, Alteridade e Poder no Âmbito das Pesquisas com Crianças ’ [On line], *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades*, Salvador: Universidade Federal da Bahia. [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307742091_ARQUIVO_ApresentacaoXIconlabEricaAtem.pdf, acessado em 15/06/2012].
- Endestad, T., Heim, J, Kaare, B., Torgersen, L.& Brandtzæg, P. (2011) ‘ Media User Types Among Young Children and Social Displacement ’, *Nordicom Review*, 32(11): 17-30.
- Filho, A. M. (2010) ‘ Olhares Investigativos sobre as Crianças: O Brincar e a Produção das Culturas Infantis ’ [On line], *Momento: Diálogos em Educação*, 19 (1):89-104. [<http://repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/618/1/OLHARES%20INVESTIGATIVOS%20S OBRE%20AS%20CRIAN%C3%87AS.pdf>, acessado em 15/06/2012].
- Fuenzalida, V. (2008) ‘ Cambios en la Relación de los Niños con la Television ’, *Comunicar*, 15(30): 49-54.
- Galera, G. & Pascual, M. (2005) ‘ La Television como Agente Socializador ente el 11-M: Percepciones y Reacciones de la Infancia Frente a los Atentados Terroristas ’, *Zer, Revista de Estudios de Comunicación*, 10 (19): 173-189.
- Hernández, J. (2008) ‘ Información en TV, Los Jóvenes también Contamos ’, *Comunicar*, 16 (31): 367-369.
- Janzen, M. D. (2008) ‘ Where is the (Postmodern) Child in Early Childhood Education Research? ’ [On line], *Early Years: An International Journal of Research and Development*, 28(3): 287-298. [<http://dx.doi.org/10.1080/09575140802393827>, acessado em 22/06/2012].
- Kotilainen, S. (ed.) (2011) *Children`s Media Barometer 2010: The Use of Media Among 0-8-year-olds in Finland*, Helsinki: Finnish Society on Media Education.

- Lansdown, G. (2001) *Promoting Children`s Participation in Democratic Decision- Making*, Florence: UNICEF - INNOCENTI RESEARCH CENTRE.
- Livingstone, S. (2006) 'Drawing Conclusions from New Media Research: Reflections and Puzzles Regarding Children`s Experience of the Internet' *The Information Society*, 22 (4): 219-230.
- Löfdahl, A. & Häggglund, S. (2006) 'Power and Participation: Social Representations Among Children in Pre-School' [On line], *Social Psychology of Education*, 9(2): 179-194.
[<http://www.springerlink.com/content/j34577576642m1r0/>, acessado em 22/06/2012].
- Malho, M. J., Pato, I., Tomé, V. (2009) 'Vozes de Crianças: Estudo Exploratório' in Ponte, C.(ed.) *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte, pp.165-176.
- Marôpo, L. (2009) *A Mediação na Construção de uma Identidade de Direitos da Infância: Representações Jornalísticas de Crianças e Adolescentes em Portugal e no Brasil*, Tese (doutoramento) Ciências da Comunicação, Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, M. (2000) *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto: Edições Afrontamento.
- Pinto, M. & Pereira, S. (1999) 'As Crianças e os Media: Discursos, Percursos e Silêncios in Pinto, M. & Sarmiento, M. (coords.) *Saberes sobre as Crianças: Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, pp.109-124.
- Ponte, C. (ed.) (2009) *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Quivy, R. & Campenhoudt, V. (eds.) (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Samagaio, F. (2004) 'Os (Novos) Problemas Sociais da Infância: Uma Aproximação Sociológica', *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, 12 a 15 de Maio, Braga: Universidade do Minho.
- Samaniego, C., Palacios, S. & Barandiaran, A. (2007) 'Los Hábitos y Preferencias Televisivas en Jóvenes y Adolescentes: Un Estudio Realizado en el País Vasco' [On line], *Revista Latina de Comunicación Social*, (62). [http://www.ull.es/publicaciones/latina/200702Medrano_S_yotros.htm, acessado em 19/06/2012].
- Shade, L., Porter, N. & Sanchez, W. (2005) '"You can see anything on the internet, you can do anything on the internet!": Young Canadians Talk about the Internet', *Canadian Journal of Communication*, 30 (4): 503-526.
- Silva, M. (2008) 'Criança, Escola e TV: Parcerias na Leitura do Mundo', *Comunicar*, 16(31): 325-330.
- Silverblatt, A. (2004) 'Media as Social Institution', *American Behavioral Scientist*, 48 (1): 35-41.
- Smith, S. & Wilson, B. (2002) 'Children's Comprehension of and Fear Reactions to Television News', *Media Psychology*, 4 (1): 1-26.
- Theunissen, P & Theunissen (2008) 'New Zealand-Based Students' Perceptions and Use of the Internet as a Communication Tool and Source of Information', *Communication Journal of New Zealand*, 10(1): 28-45.
- Tomé, V. & Menezes, I. (org.) (2011) *Educação e Media: Da Teoria ao Terreno*, Castelo Branco: RVJ Editores.

Literacia Mediática e Comunicação Intergeracional. Estudo das Trocas e Partilhas no ‘Encontro’ entre Gerações Distantes

Media Literacy and Intergenerational Communication. Study of the Exchange and Sharing in the ‘Encounter’ between Distant Generations

SIMONE PETRELLA; SARA PEREIRA & MANUEL PINTO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

petrella.simone@gmail.com, mpinto@ics.uminho.pt, sarapereira@ics.uminho.pt.

Resumo:

Com o presente projeto pretende-se analisar as trocas e partilhas de conhecimentos geradas no encontro intergeracional em torno dos media, ambicionando cruzar diferentes problemáticas do ponto de vista quer teórico quer prático. Os sujeitos envolvidos são seniores e crianças, as gerações mais vulneráveis e que as transformações demográficas e socioculturais das últimas décadas tornaram mais distantes. O nosso olhar será direcionado para as dinâmicas colaborativas típicas da aprendizagem intergeracional, caracterizadas pela reciprocidade e bidirecionalidade das trocas simbólicas. Enquadrando o estudo numa metodologia de investigação-ação, pretende-se identificar os fatores que influem na aquisição de competências mediáticas e os benefícios gerados no encontro à volta dos media, em ambas as gerações. Propõe-se ainda promover uma comunicação intergeracional que contribua para uma plena literacia mediática e concorra para o combate à exclusão digital e social.

Palavras-chave:

literacia mediática; comunicação intergeracional; inclusão digital e social; investigação-ação; cidadania

Abstract:

With the present project we intend to analyze the exchanges and sharing of the knowledge generated in the intergenerational encounter around the media, aiming to cross different problematics from a theoretical and a practical angle. The subjects involved are senior and children, the most vulnerable generations and the ones the demographic and socio cultural transformations of the last decades made more distant. Our look will be aimed towards cooperative dynamics typical of the intergenerational learning, characterized by the reciprocity and bidirectionality of the symbolic exchanges. By framing the study in an action research methodology, we intend to identify the factors that have influence in the acquisition of media skills and the benefits generated by the encounter around the media in both generations. We still propose to promote an intergenerational communication that contributes to a full media literacy and concurs to fight the digital and social exclusion.

Keywords:

media literacy; intergenerational communication; social and digital inclusion; action research; citizenship

1. Introdução

A presente investigação surge sob a égide do mote do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Intergeracional, e é realizada no âmbito do projeto europeu EMEDUS – *European Media Literacy Education Study*¹, mais concretamente do *WP5*:

¹ Disponível em <http://www.emedus.org/>, acedido a 23/05/2012.

European Research on Inclusion of Disadvantaged Groups in Media Education, workpackage coordenado por Manuel Pinto e cujo desenvolvimento é de responsabilidade de uma equipa do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Aspeto que desempenha um papel fundamental na motivação da nossa investigação é a convicção de que as oportunidades ínsitas no encontro intergeracional em torno dos media são multifacetadas e podem gerar benefícios em termos de capital pessoal e social. De facto é a relação que ganha, através de uma aproximação enriquecedora, na criação de um espaço aberto às trocas simbólicas, à transmissão de valores e à partilha de conhecimentos (Palmeirão & Menezes, 2009). Em tempo de crise global, onde é posto em questão o ambiente de afeto, segurança e confiança, fundamental para a integração social de crianças e seniores (Sampaio, 2008), este encontro pode tornar-se central para o reforço de laços familiares, a partilha de conhecimentos e experiências e para o combate ao isolamento e à exclusão social da população mais velha (Gonçalves & Patrício, 2010). Simultaneamente, todo o material simbólico trocado vai alimentar a aprendizagem daquelas competências que permitem “desfrutar as novas possibilidades de informação, lazer, formação, interação e participação” (Villar, 2003: 86), isto é, contribui para a redução do fosso intergeracional e para o reforço da literacia mediática, em ambas as gerações (Kolodinsky, Cranwell & Rowe, 2002).

Embora a maioria dos estudos sobre a literacia mediática seja centrada nas crianças e na mediação dos pais, é importante não nos esquecermos daquela parte da população que está a redesenhar os atuais *trends* demográficos, europeus e não só (INE, 2012), os seniores. Se por um lado representam, juntamente com as crianças, uma geração vulnerável (Comissão Europeia, 2012) em maior risco de exclusão digital e social, risco acrescido em tempo de crise, por outro lado figuram-se como um precioso recurso no processo educativo intergeracional (Sanchez, 2006).

É a partir destes conceitos que ganha asas o presente trabalho e a necessidade de aprofundar um fenómeno ainda pouco explorado, a nível nacional, em termos de políticas públicas, de iniciativas locais e de investigações académicas. O nosso olhar será então virado para as dinâmicas colaborativas típicas da aprendizagem intergeracional, aquela que Dumazedier (1992) definiu como coexistência e negociação de saberes de ontem e de hoje.

2. Objeto do estudo, hipóteses e questões norteadoras

Fundando-nos na aceção mais ampla do conceito de literacia mediática, que considera centrais as dimensões sociais e culturais das competências que a constituem² (Livingstone,

² Competências que serão discutidas no capítulo seguinte.

2004; Pérez Tornero 2008; Jenkins *et al.*, 2010), e reconhecendo o recurso educativo e relacional que os media podem representar no encontro entre gerações temporalmente e socialmente distantes, (Kolodinsky, Cranwell & Rowe, 2002; Gamliel, Reichental & Ayal, 2007), focalizar-nos-emos na dinâmica intergeracional de aprendizagem e desenvolvimento destas competências. O objeto do presente estudo será então representado pelas trocas e partilhas geradas no encontro, em torno dos media, entre seniores e crianças.

A falta de planos de intervenção local em educação para os media e *e-inclusion*, a escassez de iniciativas, no distrito de Braga, que promovam a comunicação e a aprendizagem intergeracional em torno dos media, e a vontade de as concretizar manifestadas por entidades locais empenhadas na área, foram elementos que confirmaram a pertinência do estudo. A nossa hipótese é, por isso, que o encontro intergeracional em torno dos media possa representar um precioso recurso quer para as crianças, que precisam de competências cada vez mais sociais e culturais (Jenkins *et al.*, 2010), quer para os seniores, reforçando e estimulando a inclusão digital e a participação social (MATES, 2009; Gonçalves & Patrício, 2010).

A partir da problematização desta hipótese, as questões norteadoras do estudo são: Podem a transmissão e a troca de capitais, conhecimentos e saberes, através de relações entre seniores e crianças, favorecer a aquisição daquelas competências que reconhecemos como necessárias para operar como sujeitos autónomos, críticos, e participativos na moderna sociedade em rede? Qual a importância de uma literacia mediática fundada em dimensões sociais, culturais enfim, relacionais? Quais os benefícios, em termos de inclusão digital e social e de literacia mediática, derivados do encontro intergeracional em torno dos media? Qual a influência de fatores contextuais e socioculturais nas motivações ao uso dos media, na comunicação intergeracional, e na percepção dos media por seniores e crianças? Qual o impacto social da relação intergeracional?

O Objetivo do presente trabalho é compreender o contributo e os benefícios que a comunicação e interação intergeracional em torno dos media podem dar, em termos de inclusão e literacia mediática, a ambas as gerações e a toda a comunidade. Tencionamos por isso detetar os fatores socioculturais, económicos e motivacionais que influem em diferentes usos e percepções dos media e na comunicação intergeracional. Procuramos, ainda, contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas que conjuguem duas áreas, em Portugal ainda pouco interligadas, literacia mediática e aprendizagem intergeracional.

3. Literacia e competências mediáticas

Falando das competências chave do ensino no século 21, Idit Harel afirma a necessidade de acrescentar três X, *eXploration*, *eXpression* e *eXchange*, ou seja a capacidade de procurar

informações para ser ativo na aprendizagem, a capacidade de utilizar os media para se expressar e comunicar ideias, e a capacidade de questionar, trocar ideias e trabalhar com os outros (Harel, 2002). De facto, nas últimas décadas temos assistido a mudanças marcantes do ecossistema mediático e comunicativo da sociedade contemporânea e à importância crescente que os media têm vindo a adquirir nas nossas vidas, tornando a Literacia Mediática “um pré-requisito para a criatividade, inovação e empreendedorismo, sem a qual os cidadãos não podem participar plenamente na sociedade, nem adquirir as competências e o conhecimento necessários para viver no século XXI” (Comissão Europeia, 2003 citado em Pereira, 2012: 32). Para Manuel Pinto (2003) ocorrem esforços sinérgicos na promoção do desenvolvimento da autonomia crítica na utilização dos media, investindo e apostando na educação para a comunicação e para a cidadania. Para que este objetivo possa ser alcançado é importante refletir sobre a natureza das competências mediáticas na era digital, indo além de definições e conceções que as reduzem às competências teórico-práticas que permitem a utilização básica das tecnologias da informação e a compreensão das mensagens. É preciso renovar e superar esta ideia, partindo do pressuposto de que a literacia mediática é muito mais acerca da educação do que dos media (Buckingham, citado por Macedo, 2008: 12), e centrando a literacia mediática na dimensão sociocultural da produção e partilha de conteúdos, na descoberta de formas e significados para criar, comunicar e colaborar. As competências devem ser dirigidas ao aumento de níveis de consciencialização e pensamento crítico, à comunicação e produção de uma mensagem porque, como afirmam Celot e Pérez Tornero (2009: 7), são, antes de mais, “competências pessoais e sociais”.

A partir destes conceitos torna-se necessária a construção de um *set* de competências mediáticas que possa representar um conjunto de indicadores aplicável ao longo do trabalho. Como parte da primeira fase da investigação, elaborámos uma síntese operativa que recolhe diferentes contributos para a definição das competências mediáticas focadas no desenvolvimento cognitivo e sociocultural do indivíduo, e que consideramos fundamentais para a formação de cidadãos ativos, críticos e participativos. As competências são:

- A *expressão criativa*, ligada à utilização dos novos media para expressar ideias e representar de forma concreta o conhecimento (Harel, 2002; Livingstone, Van Couvering & Thumim, 2006; Jenkins *et al.*, 2010);
- A *experimentação*, que se refere àquela possibilidade de fazer experiência do mundo à nossa volta como forma de *problem solving* (Jenkins *et al.*, 2010), de dar significado às nossas experiências através do jogo e da simulação, através da construção e da manipulação dos dados e das informações mediáticas que constituem o nosso dia-a-dia, assim como das experiências de descoberta e a aprendizagem ligadas à exploração;
- A *aproximação multicultural*, devida à possibilidade, permitida pelo novo ambiente mediático, de comunicação e partilha de experiências entre grupos e comunidades

extremamente diversas e que antes não teriam conseguido entrar em contacto (Aguaded, 2005; Jenkins *et al.*, 2010), consiste no dotar de instrumentos necessários para negociar os significados culturais (Griswold, 2005), estimulando a sensibilidade e o espírito crítico para reconhecer, compreender e respeitar regras, pontos de vista e opiniões múltiplas e variadas;

- A *colaboração e criação de redes*, é ligada à capacidade não só de procurar e partilhar informações dentro das próprias redes relacionais, mas sobretudo de confrontar opiniões e partilhar conhecimento dentro de uma comunidade que sabe tudo graças ao contributo de cada participante, e onde a colaboração nasce e alimenta a rede relacional, as capacidades mentais e o capital de conhecimento da rede (Clark, 1997; Harel, 2002; Levy, 2006);
- A *reflexividade*, define a reflexão sobre e com a tecnologia, isto é, estudar o meio tecnológico e a sua transformação, analisar os processos políticos, económicos e socioculturais que estão na base da *mediamorphosis* (Fidler, 2000), estimular a utilização da tecnologia como chave de leitura da sociedade contemporânea e da produção cultural;
- *Pensamento crítico*, refere-se àquela capacidade de criticar e avaliar os conteúdos mediáticos e a credibilidade de cada fonte, de interpretar e descodificar diferentes códigos e linguagens, e compreender a função comunicativa que desempenham na mensagem mediática (Pérez Tornero, 2000; Ferrés & Piscitelli, 2012);
- A *responsabilidade e participação social*, define o objetivo final da literacia mediática e a última competência que contém todas as outras; é ligada à estimulação e à capacitação dos cidadãos para a participação na vida pública e para o exercício de uma cidadania ativa, crítica e responsável.

4. *Gap* e aprendizagem intergeracional

A criança e o idoso talvez se reúnam numa dimensão intemporal do ser, à qual eles pertencem por direito, um por não ter ainda saído dela e o outro por tê-la reencontrado (Novaes, 1997: 55).

Definições como *e-generation*, *digital natives* ou *clickerati generation* estão a identificar uma geração nascida na *network society*, filha da “assunção rápida e guiada pelo *skill* e pela intuição” (Rivoltella, 2003: 29) enquanto do outro lado está uma geração filha da sociedade tradicional e do livro, que tenta adaptar-se a um novo contexto não só tecnológico, mas cultural e social. Para Derrick De Kerckhove (1993) trata-se de perfis cognitivos diferentes e de dispositivos conceptuais distantes, de uma cultura literária e de uma telemática que geram conceções de alfabetização diferente. Estas considerações, embora possam

representar uma fotografia válida da realidade social, arriscam ofuscar as necessidades educativas das novas gerações assim como a capacidade de aprendizagem da população sénior. Se por um lado não podemos dar como adquiridas as competências mediáticas das crianças (Livingstone, 2003), por outro lado não podemos subestimar os benefícios que uma plena literacia mediática proporciona à população mais velha (Ala-Mutka *et al.*, 2008) e o capital que esta tem para transmitir. Para Rivoltella e Bertolini (Rivoltella, 2001), quer os estudos sobre o consumo dos media e a distância cognitiva entre gerações quer os estudos sobre o uso partilhado dos media em contexto familiar, revelam que embora existam, entre as gerações, diferenças cognitivas e distâncias culturais, estas podem ser reduzidas através da utilização colaborativa dos media, explorando o potencial educativo e relacional ínsito neles. A título de exemplo encontra-se um estudo desenvolvido por um conjunto de investigadores israelitas que analisam as trocas de conhecimentos que ocorrem no encontro ‘tecnológico’ entre seniores e crianças, onde as diferenças são superadas “por meio de relações de troca recíproca, mas assimétrica. Cada parte contribui com *inputs* diferentes, mas complementares” (Gamliel, Reichental & Ayal, 2007: 18).

4.1 Os programas intergeracionais

We recognize the need to strengthen solidarity between generations, and intergenerational partnerships, keeping in mind the particular needs of both older and younger ones, and encourage mutually responsive relationships between generations (United Nations, 2002: 4).

The International Consortium for Intergenerational Programs (ICIPs) é uma organização internacional fundada em 1999 com o objetivo de reunir gestores políticos, académicos e profissionais na promoção de práticas intergeracionais. Desde então os programas intergeracionais começaram a difundir-se em todo o mundo, aplicados em contextos diferentes e com métodos diversificados mas com o objetivo comum de “encorajar e reforçar a solidariedade entre gerações” (Sanchez & Newman, 2007: 34). Os *Intergenerational Programs* (IPs), na definição adoptada pelo ICIPs em 1999, são “veículos para uma troca intencional e contínua de recursos e de aprendizagem entre as gerações mais velhas e as mais jovens, para benefícios individuais e sociais”³.

A relevância destes programas, relativamente à nossa investigação, está no reconhecimento do potencial ínsito na relação entre gerações não-adjacentes, sendo que, para Newman e Smith, os programas intergeracionais “devem a sua existência à convergência de uma série de fatores sociais, económicos e políticos, bem como a uma sinergia única que parece existir entre os adultos mais velhos e jovens” (Newman e Smith, 1997: 3). Como refere Matthew Kaplan (2001), um dos maiores especialistas na área, são crescentes os pedidos para o

³ *IPs: Public policy and research implications. An international perspective*, disponível em <http://www.unesco.org/education/uie/pdf/intergen.pdf>, acedido a 12/05/2012.

incremento de programas intergeracionais, quer pela imprensa, que parece dedicar sempre mais espaço à temática da exclusão social, quer pela academia, podendo encontrar inúmeras publicações sobre o tema provenientes dos mais variados campos de investigação. De facto, os IPs e as iniciativas locais a eles ligadas foram-se espalhando nos países da UE, providenciando “um mecanismo para as gerações se encontrarem umas com as outras, para trabalharem e explorarem juntas, a partir desta redescoberta, a realidade de quem elas são realmente, e o que têm a ganhar por estarem mais envolvidas com as outras gerações” (MATES, 2009: 20). Um dos projetos europeus mais importantes é o Projeto MATES, que recolhe cerca de 37 projetos do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), que começaram a partir de 2007, ano em que uma recomendação das Nações Unidas, resultado do trabalho de um grupo de especialistas internacionais, realçou a importância da solidariedade intergeracional e a convicção de que ela “permite transportar o conhecimento e a cultura através da interdependência geracional e das interações através da idade: nomeadamente entre os jovens e os adultos ou idosos”.⁴

O contexto nacional apresenta-se ainda carente, em termos de programas locais mas sobretudo de investigações académicas, todavia alguns projetos relevantes, como o Projeto TIO, o Programa Gulbenkian do Desenvolvimento Humano, os projetos Net@vó e TINA entre outros, representam experiências inovadoras e de qualidade. O Projeto TIO, Terceira Idade Online, é um projeto português criado em 1999, um portal dedicado à população idosa e integrado na rede da Associação VIDA, parceira do projeto MATES. TIO é uma plataforma de comunicação para idosos e profissionais que trabalham na área do envelhecimento⁵, constituindo um ponto de partilha de interesses, experiências, informações e materiais úteis, com o mote *ligue-se, cuide-se, divirta-se e supere-se*. Componente importante do projeto é o apoio, a promoção e o patrocínio de iniciativas locais destinadas aos idosos e à aprendizagem intergeracional. Também ligado à rede da Associação VIDA é o projeto Net@vó, um projeto educacional transdisciplinar, centrado na aprendizagem intergeracional, com recurso a meios audiovisuais e novas tecnologias⁶. Destinado ao contexto escolar, um dos contextos privilegiados das experiências intergeracionais, Net@avó, através da realização de sessões informais de debate entre idosos e jovens, ambiciona oferecer às pessoas idosas a possibilidade de participar numa experiência conjunta com os mais jovens, e a estes o contacto com a história, as tradições e as vivências, contadas pelos próprios intervenientes, alimentando o espírito de cidadania e responsabilidade e ao mesmo tempo a relação intergeracional. O Programa Gulbenkian do Desenvolvimento Humano, no âmbito do desenvolvimento da rede *European Mapping of*

⁴ *Intergenerational Solidarity: Strengthening Economic and Social Ties Recommendations New*, texto disponível em

http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/egm_unhq_oct07_recommendations.pdf, citado em MATES 2009: 23, acedido a 12/04/2012.

⁵ *Projeto TIO*, disponível em <http://projectotio.net/ligue-se>, acedido a 04/06/2012.

⁶ *Net@vó*, disponível em <http://www.viver.org/netavo/oque.html>, acedido a 15/05/2012.

Intergenerational Learning (EMIL) e do aprofundamento de conhecimentos sobre as práticas intergeracionais⁷, deu asas à Entre Gerações, um projeto internacional desenvolvido paralelamente em Portugal e no Reino Unido, dirigido ao reforço das relações intergeracionais, no combate à exclusão social do idoso e à intensificação da coesão social. Finalmente, o projeto TINA, Tecnologia da Informação para Netos e Avós, iniciativa universitária destinada a seniores (*over 50*) e crianças (*over 5*), que visava a promoção dos laços intergeracionais e familiares entre netos e avós através das TIC. Desenvolvido em 2010, o projeto foi caracterizado por sessões de formação nas TIC, baseadas na aprendizagem colaborativa e criativa, e por *workshops* sobre a comunicação digital entre netos e avós e segurança na net. Na conclusão da experiência os autores envolvidos relataram:

Uma observação relevante a reter deste projecto é que as TIC podem ser elementos decisivos para aproximar gerações diferentes, promover o reforço dos laços familiares, a partilha de experiências entre gerações e combater o isolamento social dos idosos (Gonçalves & Patrício, 2010: 291).

5. Opções metodológicas e fases do trabalho

(...) los instrumentos metodológicos deberían usarse de forma que permitiesen a los participantes sentirse competentes en su conocimiento y percepción de las cuestiones planteadas (...) varios instrumentos deberían usarse no sólo para una confirmación mutua, sino para permitir a los participantes construir sus conocimientos y reflexiones y los recuerdos de sus biografías objetivas; en una palabra, para construir su trabajo de dar sentido durante toda su participación en la propia investigación (Caronia & Caron, 2002: 19).

Em *Création et transmission des savoirs*, o sociólogo Dumazedier relata a existência de três correntes que explicam as dinâmicas desta transmissão de conhecimento, das velhas gerações às novas gerações, das novas gerações às antigas, e a coexistência de saberes de ontem e de hoje, uma coeducação das gerações (Dumazedier, 1992). Sendo o objetivo desta investigação não uma simples promoção do contacto entre gerações no combate à separação e exclusão, mas sim a promoção do potencial educativo ínsito nos media e no encontro intergeracional em torno deles, assim como o estudo e a análise de materiais simbólicos partilhados neste encontro, o nosso olhar será virado não para distintos processos de aprendizagem, mas para as dinâmicas colaborativas típicas da aprendizagem intergeracional, a terceira corrente explicada por Dumazedier.

Como vimos o *gap* intergeracional e os riscos de exclusão da população mais velha são problemas reais que não nos devem impedir de reconhecer e realçar o papel de mediação e o recurso educativo e relacional que os seniores representam para as novas gerações e para toda a sociedade. É importante não esquecer as palavras de Antonio Gramsci, que em 1949

⁷ Programa Gulbenkian do Desenvolvimento Humano, disponível em <http://www.gulbenkian.pt/section154artId3654langId1.html>, acedido a 05/05/2012.

afirmava que todos os homens são intelectuais e filósofos, embora não todos tenham função de intelectual no próprio grupo social. O que os torna filósofos ou intelectuais é a capacidade de tomar o próprio conhecimento 'local' a partir de experiências de vida, usando-o para lidar com as mudanças e os problemas na sociedade. Partiremos então deste conceito para entender todos os sujeitos envolvidos na nossa investigação, um ponto de vista que reconhecemos como necessário para uma análise atenta e abrangente de trocas simbólicas entre gerações socialmente e culturalmente distantes.

Numa fase preliminar da investigação, paralelamente ao trabalho de revisão da literatura e recolha de experiências europeias, desenvolvemos um levantamento das instituições e associações que, no Distrito de Braga, acolhem e promovem iniciativas intergeracionais assim como das necessidades dos grupos sociais que representam os sujeitos da investigação. Perante a ausência de iniciativas e projetos com continuidade, e perante propostas de intervenção, percebemos a pertinência do recurso à investigação-ação. Principalmente ligada à intervenção em âmbito educativo, a investigação-ação através dos seus princípios e pressupostos cruza-se inevitavelmente com a tradição dos Programas Intergeracionais. De facto, a intervenção sugerida pela investigação-ação pode e quer trazer benefícios não só para a entidade que a acolhe, ou para o investigador, mas para toda a comunidade. Da mesma forma, um dos pressupostos fundamentais para o seu sucesso consiste no “envolver a participação da população” (Guerra, 2007: 101), um envolvimento entendido como tomada de consciência e de decisões. Constituindo a investigação-ação uma abordagem metodológica que implica dimensões contextuais que não estão completamente no campo do nosso controlo, e estando ainda em curso o diagnóstico no terreno, é importante especificar que a sua escolha representa uma proposta metodológica que precisará de ulteriores discussões. Em todo o caso, a ação que nos propomos realizar deverá ser dirigida a seniores e crianças encontrados nos seus próprios contextos, estimulando a comunicação e a partilha em torno dos media, num verdadeiro processo de *empowerment*.

A fase em curso, de pré-diagnóstico e de “análise das necessidades” (Guerra, 2007: 135), complementa a primeira das cinco etapas do trabalho. Nesta primeira etapa, a metodologia proposta prevê a constituição do estado da arte, o levantamento e a análise de experiências similares assim como a construção do quadro teórico de análise. O processo prevê também a definição de um conjunto de competências mediáticas, utilizáveis como indicadores para a relevação das mesmas e para a construção das ações.

Numa segunda etapa, avançaremos para a definição de um modelo de observação e análise constituído com base na sociologia relacional do sociólogo Pierpaolo Donati e no *Model of Knowledge*, desenvolvido por investigadores da Universidade de Bar-Ilan e do *Herczeg Institute for Aging and Old Age* da Universidade de Tel Aviv, uma grelha de análise do *gap* intergeracional e dos conhecimentos trocados entre seniores e crianças no ‘encontro educativo tecnológico’ (Gamliel, Reichental & Ayal, 2007).

A terceira etapa prevê a preparação e construção dos instrumentos de recolha de dados. Calibrados em relação aos resultados do diagnóstico e das duas primeiras etapas, estes instrumentos, destinados a alcançar objetivos específicos, permitir-nos-ão a recolha de dados antes (questionário de diagnóstico e de avaliação da ação), durante (grelha de observação) e depois da ação (entrevistas semi-estruturadas).

A quarta etapa deverá constituir o ponto central da investigação, consistindo na preparação e no planeamento da ação e na sua realização. Contamos desenvolver as ações em encontros mensais ao longo de um ano, com encontros iniciais de conhecimento mútuo, identificação das necessidades, discussão e definição dos objetivos e da forma de os alcançar, num processo colaborativo de construção e desenvolvimento do plano de ação juntamente com a comunidade envolvida. O conteúdo e as modalidades de realização das ações serão discutidos e reelaborados ao longo do projeto, e serão baseados na tradição dos *Intergenerational Programs* e da Educação para os Media.

A quinta etapa prevê a análise, a interpretação e a discussão dos dados recolhidos, numa avaliação conclusiva da ação realizada e das hipóteses iniciais.

6. Resultados esperados e possível alargamento

Esperamos que a presente investigação possa ser eficaz na resposta aos objetivos prefixados, ajudando-nos na compreensão da natureza de recursos e capitais investidos e trocados na comunicação entre gerações, na identificação dos fatores que influem na aquisição de competências mediáticas e dos benefícios gerados no encontro intergeracional em torno dos media, em termos de inclusão social e construção da cidadania. Com o presente projeto, contamos também contribuir por um lado para a criação de pontes entre duas áreas ainda pouco ligadas, literacia mediática e aprendizagem intergeracional, por outro para a promoção de projetos e iniciativas que utilizem os media como recurso educativo no combate ao *gap* intergeracional e à exclusão social. De facto, quer os programas intergeracionais mencionados, quer as iniciativas promovidas no âmbito da educação para os media, têm como objetivo uma mudança, no sentido de uma evolução e desenvolvimento, de indivíduos, grupos e comunidade, e de contextos e práticas educativas, respondendo às necessidades e aos pedidos de diferentes universos sociais.

Em última instância, existe a possibilidade de ampliar ulteriormente o espectro da investigação envolvendo e integrando a realidade familiar, em condições de convivência ou não das três gerações no mesmo lar, para poder aprofundar o estudo num contexto diferente e muito rico do ponto de vista da mediação e transmissão intergeracional.

Referências

- Aguaded, J. I. (2005) 'Estrategias de Edu-comunicación en la Sociedad Audiovisual', *Comunicar*, 24: 25-34.
- Ala-Mutka, K., Malanowski, N., Punie, Y. & Cabrera, M. (2008) *Active Ageing and the Potential of ICT for Learning*. (<http://ftp.jrc.es/EURdoc/JRC45209.pdf>, acedido a 13/05/2012).
- Caronia, L. & Caron, A. (2002) 'Investigando sobre los Medios: una Reflexión sobre la Metodología', *Comunicar*, 18: 15-19.
- Celot, P. & Pérez Tornero, J. M. (2009) *Study on Assessment Criteria for Media Literacy Levels - Study on Assessment Criteria for Media Literacy Levels*. (http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/studies/eavi_study_assess_crit_media_lit_levels_europ_e_finrep.pdf, acedido a 12/03/2012).
- Clark, A. (1997) *Being There: Putting Brain, Body, and World Together Again*, Cambridge: MIT Press.
- Comissão Europeia (2012) *Active Ageing and Solidarity Between Generations 2012 Edition. A Statistical Portrait of the European Union 2012*. (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-11-001/EN/KS-EP-11-001-EN.PDF, acedido em 04/05/2012).
- De Kerckhove, D. (1993) *Brainframes. Mente, Tecnologia, Mercato*, Bologna: Baskerville.
- Dumazedier, J. (1992) 'Création et Transmission des Savoirs', *Gerontologie et Société*, 61 (Juillet): 7-17.
- Ferrés, J. & Piscitelli, A. (2012) 'La Competencia Mediática: Propuesta Articulada de Dimensiones e Indicadores', *Comunicar*, 38: 75-82.
- Gamliel, T., Reichental, Y. & Ayal, N. (2007) 'Intergenerational Educational Encounters: Part 1: A Model of Knowledge', *Educational Gerontology*, 33 (1): 1-22.
- Gonçalves, V. & Patrício, R. (2010) 'TINA: um Projecto para Netos e Avós', *I Encontro Internacional TIC e Educação*, pp. 287-292, Lisboa. (<http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/4172/1/119.pdf>, acedido a 23/04/2012).
- Gramsci, A. (1996) [1949] *Gli Intellettuali e l'Organizzazione della Cultura*. (<http://pt.scribd.com/doc/32389416/gli-intellettuali-e-l-organizzazione-della-cultura-antonio-gramsci>, acedido a 13/05/2012).
- Griswold, W. (2005) *Sociologia della Cultura*, Bologna: il Mulino.
- Guerra, I. (2007) [2000] *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*, Cascais: Principia.
- Harel, I. (2002) 'Learning New Media Literacy: a New Necessity for the Young Clickerati Generation', *Telemidium. The Journal of Media Literacy*, 48(1), 17-26.
- INE (2012) *Censos 2011. Resultados Provisórios*. (http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao, acedido a 05/05/2012).
- Jenkins, H., Purushotma, R., Weigel, M., Clinton, K. & Robinson, A. (2010) *Culture Participative e Competenze Digitali*, Milano: Guerini.
- Kaplan, M. (2001) *School-based Intergenerational Programs*. (<http://www.unesco.org/education/uie/pdf/schoolbasedip.pdf>, acedido a 20/04/2012).

- Kolodinsky, J., Cranwell, M. & Rowe, E. (2002) 'Bridging the Generation Gap Across the Digital Divide: Teens Teaching Internet Skills to Senior Citizens', *Journal of Extension*, 40(3).
(<http://www.joe.org/joe/2002june/rb2.php>, acessado a 25/04/2012).
- Levy, P. (2006) *L'intelligenza Collettiva. Per un'Antropologia del Cyberspazio*, Milano: Feltrinelli.
- Livingstone, S. (2003) 'The Changing Nature and Uses of Media Literacy', *MEDIA@LSE Electronic Working Paper*, 4.
(http://eprints.lse.ac.uk/13476/1/The_changing_nature_and_uses_of_media_literacy.pdf, acessado a 12/09/2010).
- Livingstone, S. (2004) 'Media Literacy and the Challenge of New Information and Communication Technologies', *Communication Review*, 7: 3-14.
(<http://eprints.lse.ac.uk/1017/01/MEDIALITERACY.pdf>, acessado a 23/10/2011).
- Livingstone, S., Van Couvering, E. & Thumim, N. (2006) *Adult Media Literacy. A Review of Literature*.
(http://www.lse.ac.uk/collections/children-go-online/UKCGO_Final_report.pdf, acessado a 2/08/2011).
- Macedo, G. (2008) *An Overview of Media Literacy*, Brussels: Policy Department Structural and Cohesion Policies European Parliament.
- MATES (2009) *Guia de Ideias para Planear e Implementar Projectos Intergeracionais*.
(http://www.matesproject.eu/GUIDE_21_versions/Portugese.pdf, acessado a 12/04/2012).
- Novaes, M. (1997) *Psicologia da Terceira Idade: Conquistas Possíveis e Rupturas Necessárias*, Rio de Janeiro: NAU.
- Newman, S. & Smith, T. B. (1997) 'Developmental Theories as the Basis for Intergenerational Programs' in Newman, S, Ward, C. R., Smith, T. B., Wilson, J. O., McCrea, J. M. (eds.) (1997) *Intergenerational Programs: Past, Present, and Future*, Washington DC: Taylor and Francis, pp. 3-19.
- Palmeirão, C., & Menezes, I. (2009) 'A Interação Geracional como Estratégia Educativa: um Contributo para o Desenvolvimento de Atitudes, Saberes e Competências entre Gerações', *I Congresso Internacional de Animação Sociocultural na Terceira Idade*, pp. 22-35, Chaves.
(http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3961/1/FEP_Palmeir%3a3o_Cristina-dig3.pdf, acessado a 09/04/2012).
- Pereira, L. (2012) *Concepções de Literacia Digital Nas Políticas Públicas – Estudo a Partir do Plano Tecnológico da Educação*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação - Educação para os Media, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Pérez Tornero, J. M. (ed.) (2000) *Comunicação e Educação na Sociedade da Informação*, Porto: Porto Editora.
- Pérez Tornero, J. (2008) 'Media Literacy: New Conceptualisation, New Approach', in Carlsson, U., Jauinot-Delaunay, G. & Pérez Tornero, J. M. (eds.), *Empowerment Through Media Education: An Intercultural Dialogue*, Goteborg: International Clearinghouse on Children/Youth and Media/Nordicom, pp. 103-116.
- Pinto, M. (2003) 'Correntes da Educação para os Media em Portugal: Retrospectiva e Horizontes em Tempos de Mudança', *Revista Iberoamericana de Educación*, 32: 119-143.
- Rivoltella, P. C. (ed.) (2001) *I rag@zzi del Web. I Preadolescenti e Internet: una Ricerca*, Milano: Vita e Pensiero.
- Rivoltella, P. C. (2003) 'Media e Comunicazione Intergenerazionale', *Dialoghi*, Março: 28-37.

- Sampaio, D. (2008) *A Razão dos Avós*, Lisboa: Caminho.
- Sanchez, M. (2006) 'Challenges to intergenerational studies: Perspective from Western Europe', *Journal of Intergenerational Relationships*, 4(2), 107–109.
- Sanchez, M. & Newman, S. (2007) 'Intergenerational Programmes: Concept, History and Models', in Sanchez, M. *et al.*, (eds.) (2007) *Intergenerational Programmes Towards a Society for all Ages*. (http://www.intergenerational.claahs.vt.edu/papers/jarrott_weintraub_07_intergeneration_shared_sites.pdf, acessido a 14/03/2012).
- Villar, F. (2003) 'Personas Mayores y Ordenadores: Valoración de una Experiencia de Formación', *Geriatric Gerontology*, 38(2). (http://personales.ya.com/fvillar/principal/pdf/2003_mayores_tecnologia.pdf, acessido a 15/05/2012).

Ter como Palco de Fundo as Redes Sociais. Desafios Metodológicos: Como o Observado Muda o Observador

The Social Networks as Stage Background. Methodological Challenges: How the Observer Changes the Observed

LUZIA PINHEIRO; JOSÉ NEVES & MOISÉS MARTINS

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

luzia.o.pinheiro@gmail.com/ j.pinheiro.neves@gmail.com/ moisesm@ics.uminho.pt

Resumo:

Num mundo fortemente influenciado pela cultura ecrânica vivem-se tempos de crise mas também de auge comunicacional. A cultura do ecrã que atingiu o seu ponto máximo com a massificação da Internet e popularismo da utilização das redes sociais como o Orkut, Hi5, Netlog e agora Facebook, assume-se como fonte de inspiração de inúmeras investigações no campo das Ciências da Comunicação e outras áreas. No entanto, apesar do facilitismo de acesso e utilização das redes sociais, metodologicamente falando, enfrentam-se muitos obstáculos. Desafios constantes que apelam diariamente ao nosso potencial criativo investigativo. Emergem assim novas técnicas metodológicas, reciclam-se outras tantas e testam-se outras provenientes das mais variadas áreas. O objetivo? Contornar os obstáculos constantes que, quem investiga, tendo como palco de fundo as redes sociais, tem de enfrentar.

Palavras-chave:

Metodologias; emergências; redes sociais; cyberbullying

Abstract:

In a world strongly influenced by the screen culture we are living in a time of crisis but also experiencing communication ecstasies. The screen culture that reached its peak with the popularization of the Internet and popularism of the use of social networking sites like Orkut, Hi5, Netlog and now Facebook, it is assumed as a source of inspiration for numerous investigations in the field of Communication Sciences and other areas. Nevertheless, the easy access and use of the social networks, methodologically speaking, researchers are facing a lot of obstacles. Daily we are facing with new challenges that appeal our mind to develop new creative tools on research. From different areas of study new methodological techniques are emerging. This "new techniques" are the result of recycling and testing old techniques. Which is the goal? The obstacles who, whom have the social networks as object of study, has to face.

Keywords:

Methodologies; emergencies; social networking; cyberbullying

1. Introdução

A origem deste artigo tem por base um dos desafios que quem tem uma tese de doutoramento em mãos tem de enfrentar: a escolha metodológica. Neste caso, a presente

tese de doutoramento, “*Cyberbullying e cyberstalking*”¹ caracteriza-se pela peculiaridade de tratar de fenómenos que emergiram com as novas tecnologias, principalmente com a difusão da Internet. O cyberbullying² e o cyberstalking³ não teriam, pois, condições de existir fora deste contexto. A Internet veio assumir-se assim como um *pharmacor*: aquilo que cura é também aquilo que mata. Por outras palavras, o que se procura estudar na tese são comportamentos emergentes em contextos novos, neste caso, não palpáveis nem apontáveis num mapa, especificamente como as pessoas reagem quando são vítimas destes fenómenos emergentes: o cyberbullying e cyberstalking. Tal representa um desafio metodológico.

Dada a complexidade do objeto de estudo (fenómenos emergentes) e do contexto em que se inserem, as escolhas metodológicas tem vindo a revelar-se um verdadeiro quebra-cabeças para a comunidade científica. Nesse sentido, o presente artigo centra-se na exploração de duas técnicas metodológicas, a etnografia digital e o inquérito *online*, que podem ser adotados tendo como objeto de estudo as redes sociais, particularmente para estudar fenómenos emergentes nas mesmas.

2. Ter como palco de fundo as redes sociais. Desafios metodológicos: como o observado muda o observador

Hoje em dia a comunicação pode ser feita através de um simples clique ao qual se segue a mensagem “enviado”. Mas não se fica por aqui: segundos ou minutos depois a resposta aparece-nos com um aviso: mensagem recebida. “*Vivemos num mundo de comunicação constante, em que se perde a noção dos fusos horários e da distância que separam os corpos (...), e onde a tecnologia quebra barreiras espaço-temporais*” (Pinheiro, 2009: 20), permitindo, através das possibilidades providas, transportar-nos cada vez mais para a impressão de habitar numa aldeia global (Lemos, 2003; Pinheiro, 2009: 20). A Internet, ferramenta que adquire importância crucial no crescimento deste sentimento de se ter uma vizinhança mundial e não apenas local, tem vindo a entranhar-se nas nossas vidas como algo tão normal que não se estranha: entranha-se. Com o alargamento da rede e aparecimento da Web 2.0, as redes sociais tornaram-se parte do nosso modo de vida. Desde o lúdico ao profissional, passando pela vertente meramente social ou informacional, a utilização das redes sociais é multifacetada mas responde sobretudo a um único objetivo: manter em contacto. Por outras palavras: comunicar, interagir, socializar. A grande inovação das redes sociais, e talvez tenha sido isso mesmo que as tornou tão populares, parte do princípio da alteração do padrão-tipo da comunicação: emissor - mensagem - receptor. Em

¹ A tese é orientada pelo Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins e co-orientada pelo Prof. Dr. José Pinheiro.

² Cyberbullying: utilização das novas tecnologias para difamar, perseguir e humilhar uma pessoa ou um grupo.

³ *Cyberstalking*: uma forma de cyberbullying simples que consiste em perseguir, difamar e humilhar uma pessoa ou grupo unicamente através da Internet (sem recurso a outra tecnologia complementar).

rede é diferente: “(...) o receptor pode comentar e também ele partilhar informações, bens culturais e comunicar sem barreiras, adoptando o duplo papel de receptor e emissor” (Pinheiro, 2009: 22). Ou seja deixa de haver um emissor e um recetor estáticos, passando a ser interativos: a mensagem é produto do contributo de ambos. Ou seja, nas redes sociais, os agentes sociais tem vindo a reproduzir e a amplificar a socialização, numa espécie de intensificação do social em condições e com formas bastante complexas. Uma complexidade que ultrapassa claramente a de fenómenos sociais ocorridos fora do ecrã constituindo, de alguma maneira, um desafio para as ciências sociais: estudar os fenómenos emergentes da comunicação e interação em rede. Estes fenómenos, ao assumirem a particularidade de se passarem num meio que lhes carimba características e singularidades diferentes daquelas com que estamos habituados a lidar no contexto do face-a-face, permitem antever que o “observado” assume aqui uma importância crucial na forma como o “observador” irá olhar para ele. Surge então aqui uma necessidade de rever formas de investigar clássicas que não se adequam às formas emergentes do “observado”. Poder-se-ia à partida pensar que dada a acessibilidade e a facilidade com que utilizamos as redes sociais seria fácil investigar estas emergências, bastando apenas efetuar algumas adaptações nas metodologias já existentes. No entanto, estudar os fenómenos que emergem tendo como palco de fundo as redes sociais tem-se revelado um desafio semelhante ao de estudar uma tribo nativa em pleno início do século XX. Um pouco à semelhança do que fez Margaret Mead⁴ quando deixou os Estados Unidos da América rumando à Samoa Americana e, posteriormente à Nova Guiné com o objetivo de estudar os costumes dos povos locais: ir ao encontro de e inserir-se para perceber a cultura dos mesmos. Porém algo de mais relevante ocorreu neste processo. O plano que inicialmente consistia em observar os modos e costumes das tribos primitivas alterou-se no momento em que Mead se apercebe que o objeto de observação estava a modificar o observador, ou seja, estava-a a mudar a ela. O que Margaret Mead, proveniente de uma sociedade patriarcal e conservadora, observou foi que em algumas tribos as sociedades eram matriarcais, marcadas por uma clara inversão do papel masculino-feminino a que a investigadora estava acostumada: as mulheres dedicavam-se às atividades de sustento do lar e da família e os homens às de manutenção do lar e da família. Ou seja, o inverso à sociedade patriarcal. Tal fenómeno fez com que o “observado” mudasse o “observador”. Mudasse a sua perspectiva e alterasse a sua postura. Necessitava aprender a observar o observado. Carecia de perceber as formas como se processavam os rituais, a vida naquele contexto tão particular, como se davam e mantinham as relações sociais, a cultura própria, os processos de comunicação. Afinal, Mead estava perante uma situação nova num contexto diferente do qual estava habituada. Era necessário explorar e deixar-se mudar: abrir a mente para novas realidades cujos fluxos de atuação tinham características muito próprias. No fundo, o observado mudava o observador: fazia-o romper com os padrões a que

⁴ Ver as suas obras “*Adolescência, sexo e cultura em Samoa*” publicado em 1928 e “*Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*” resultado da sua investigação na Nova Guiné e que foi publicado em 1935. Ambas as obras ganharam destaque pelo conteúdo que rompia com os modelos conservadores e patriarcais da sociedade norte-americana do início do século XX.

estava acostumado. A verdade é que nós, enquanto investigadores, vamos estudar fenómenos que, mesmo sendo nós utilizadores experientes de redes sociais, se passam em contextos complexos dentro dessas redes que muitas vezes nós utilizamos mas que, adotando a alegoria de um *iceberg*, se situam em níveis diferentes de profundidade e que, dentro dos quais pode haver regras, comportamentos e linguagens muito específicos. Nós temos de perceber como se processam esses fenómenos para os poder compreender e depois investigar. No fundo é partir à descoberta de um mundo dentro de outro mundo.

2.1. A etnografia digital

A referência anterior ao estudo das tribos nativas no início do séc. XX não foi de todo inocente. Foi precisamente da revisão das técnicas metodológicas utilizadas nessa altura para investigar a vida em sociedade das tribos levada a cabo por antropólogos e sociólogos, destacando por exemplo Margaret Mead e Gregory Bateson⁵, que os investigadores das redes sociais encontraram uma das técnicas que, adaptada ao contexto digital viria a revelar-se de extrema utilidade, concretamente a pesquisa etnográfica. Segundo Rocha et al (2005: 3):

A etnografia possui características básicas, tais como: ênfase na exploração da natureza de um fenómeno social particular; entrevistas em profundidade; observação participante; análise de discursos de informantes; investigação em detalhe; perspectiva microscópica; e interpretação de significados e práticas sociais, que assumem a forma de descrições verbais (...) sendo o conhecimento científico gerado a partir do ponto de vista do outro.

Sucintamente, a técnica da etnografia é usada para recolher dados que permitam descrever um modo de vida ou uma cultura (Fuller, 2008: 2) e que permite investigar “*por dentro da realidade de um grupo*” (Rocha et al, 2005: 3). Ou seja, o investigador deve “descobrir” ao invés de “constatar”.

Uma vez explanado no que consiste a etnografia, facilmente percebemos porque adquire tantos adeptos no que respeita à sua aplicação em contexto digital: permite descobrir por dentro estes “novos mundos” que emergem nas redes sociais. Muitos são os nomes daqueles cujos estudos se situam metodologicamente neste campo: Estalella *et alii* (2006); Haraway (2009); Escobar (1994); Hine (2000); Bishop *et al* (1995); Jones (1999); Amaral (2008, 2010), entre outros. Porém a terminologia “etnografia digital” não reúne consenso internacionalmente. Muitos destes investigadores referidos acima optaram por utilizar outros termos, apesar de não se tratarem de técnicas diferentes, concretamente:

⁵ Ver as obras de Margaret Mead: “*Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa*” publicado em 1928 e “*Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*” resultado da sua investigação na Nova Guiné e que foi publicado em 1935. E a obra “NAVEN” de Gregory Bateson, publicada em 1936, também relativa às tribos da Nova Guiné.

webnografia, ciberantropologia, netnografia, etnografia virtual, ciberarqueologia. No fundo, todas estas “técnicas” são a mesma mas com nomes diferentes, tendo como raiz a adaptação da técnica da pesquisa etnográfica aos contextos digitais. Surgiu assim a etnografia digital, uma técnica que tem sido utilizada para a investigação dos fenómenos que emergem nas redes sociais e que consiste na observação científica destes fenómenos no seu contexto de origem utilizando conceitos, estratégias e posturas que utilizaríamos na pesquisa etnográfica tradicional. As regras são as mesmas, a diferença é que o fazemos em ambiente virtual e mediados por redes em que os agentes não se encontram no mesmo espaço físico. Ou seja, o observado tem algo de novo e inédito: o mundo digital em que as interações deixam de ser essencialmente face-a-face. A etnografia digital constitui, de alguma forma, uma tentativa de resposta a este problema. Comparando com a etnografia tradicional que tem lugar num local passível de apontar no mapa *mundi*, a etnografia digital apresenta a vantagem de não haver um espaço terrestre nem uma hora fixa para investigar. Muitos autores sugerem que estas características aparentemente pouco relevantes implicam uma nova atitude por parte do observador: uma flexibilidade investigativa.

2.2. O inquérito online

A par da etnografia digital, que permite um estudo de carácter mais qualitativo acerca de um fenómeno e do contexto em que ocorre, uma outra técnica metodológica se adotou com sucesso no estudo das redes sociais: o inquérito *online*. Esta metodologia quantitativa visa, resumidamente, proceder em contexto digital à aplicação de inquéritos dentro do mesmo padrão que fora do ecrã. Aliado à técnica da etnografia digital o inquérito *online* permite aprofundar aspetos, características e pormenores dos dados recolhidos através da etnografia digital. No estudo dos fenómenos emergentes o *link* entre a aplicação inicial de uma metodologia qualitativa como é a etnografia digital e a utilização posterior de uma metodologia quantitativa como o inquérito *online* parte do princípio da complementaridade. Um completa o outro. É importante, senão crucial, ter um bom conhecimento geral de um fenómeno para que se possa investigar uma particularidade do mesmo. Por exemplo, relativamente ao cyberbullying é essencial conhecer como se processa, como pode ocorrer, que formas pode assumir, ou seja, ter um bom conhecimento geral do fenómeno e do contexto em que ocorre (proporcionado pela exploração do “observado” recorrendo à etnografia digital) para depois poder aprofundar um aspeto, por exemplo, como as pessoas reagem a uma situação de cyberbullying enquanto vítimas ou testemunhas, através da aplicação de um inquérito *online* a um público-alvo já identificado. O inquérito *online* permite, assim, subir para o patamar da especificidade. As vantagens desta técnica prendem-se sobretudo com a velocidade, redução de custos e de trabalho. Concretamente os inquéritos *online* são fáceis de criar e aplicar: basta divulgar o *link* onde está alojado. Os resultados vão chegando à medida que os inquéritos são preenchidos: na hora em que são concluídos o investigador recebe os resultados numa folha Excel *online*, que pode

posteriormente ser transferida para o computador. Ou seja, além da velocidade e redução de custos, pois não necessitam ser impressos nem de haver despesas com deslocações, são também redutores de tempo de trabalho: já não é preciso inserir manualmente os dados na base de dados pois esta é feita automaticamente aquando a criação do inquérito *online*. Resumidamente trata-se de criar o inquérito, divulgá-lo, esperar e trabalhar os resultados obtidos. No entanto, esta técnica apesar de ser fácil de aplicar, é mais complexa de controlar pelo simples facto de que, quando se divulga um inquérito *online*, é impossível saber quem o preenche. Nesse sentido, a fiabilidade dos resultados dos inquéritos *online* é muitas vezes posta em causa pelo que urge encontrar soluções que permitam reduzir este problema do controlo.

Um estudo levado a cabo na Alemanha em 2007 por Riebel, Jager e Fischer, "*Cyberbullying in Germany – and exploration of prevalence, overlapping with real life bullying and coping strategies*", é um exemplo da aplicação bem-sucedida desta técnica:

- Objetivo: investigar como os estudantes reagem a um caso de cyberbullying (enquanto vítimas);
- Metodologia adotada: inquérito *online*;
- Como se procedeu: divulgação na internet e numa revista alemã para pais, professores e alunos do *site* do inquérito que esteve online entre fevereiro e agosto de 2007;
- Desafio a enfrentar: não é possível controlar quem preenche o inquérito *online*.

Perante tal panorama os investigadores viam-se então com um dos problemas mais controversos e que melhor caracterizam esta metodologia: como contornar o obstáculo da impossibilidade de controlar quem preenche o inquérito *online* por forma a garantir a fiabilidade dos resultados obtidos. Tal questão prende-se com a necessidade de criar critérios de seleção e rejeição dos inquéritos preenchidos e submetidos *online*. Nesse sentido, foram excluídos todos os inquéritos:

- em que apenas a primeira folha havia sido preenchida;
- terminados em menos de 150 segundos (era muito pouco tempo);
- com menos de seis itens preenchidos (menos de metade do inquérito);
- em que as respostas às perguntas abertas levantavam suspeitas;
- com várias respostas ilógicas.

Analisando os critérios de exclusão elaborados podemos perceber que este grupo de investigadores, além de demonstrar experiência na utilização desta metodologia, o que poderia resultar tanto de estudos anteriores como da testagem da técnica de forma a perceber os desafios a enfrentar. Os investigadores demonstraram também possuir sensibilidade suficiente, assim como imaginação, para selecionar os critérios de exclusão de inquéritos. Eles não controlaram quem preenchia os inquéritos mas antes quais os inquéritos cujos dados iriam utilizar (validar). Cabe ainda ressaltar, para concluir, que os inquéritos *online* são uma opção interessante para recolher dados sobre um aspeto específico do fenómeno que estamos a investigar. Mas o seu sucesso está principalmente na previsão de hipóteses de como garantir a fiabilidade dos resultados e não somente na elaboração de um bom inquérito.

3. Conclusão

Para concluir podemos destacar que as redes sociais são uma fonte rica de informação do social do homem-rede e dos fenómenos emergentes a ele associados que apenas tem lugar em ambiente digital e que metodologicamente se caracterizam como desafiantes. Reciclar e flexibilizar metodologias e técnicas por forma a investigar fenómenos em contextos tão complexos quanto as redes sociais tem sido uma opção com resultados positivos nas investigações levadas a cabo na área das ciências sociais. Podemos então concluir que a superação dos obstáculos encontrados durante a investigação passa muitas vezes por analisar as possibilidades de acordo com a nossa sensibilidade, experiência e capacidade de inovação enquanto investigadores. Como popularmente se diz, quem não caça com cão caça com gato. É tudo uma questão de persistência e experimentação. Mas sobretudo de abertura e inovação. Porque não complementar dados? Unir técnicas qualitativas com quantitativas pode ser a resposta. A etnografia digital é uma técnica qualitativa por excelência que permite conhecer uma realidade por dentro. Por sua vez o inquérito *online* caracteriza-se por ser de índole quantitativa, permitindo explorar características concretas de fenómenos. No estudo de fenómenos complexos nos quais pretendemos conhecer a realidade dos mesmos mas também explorar em concreto algumas das suas características, a resposta pode estar na adoção de uma técnica mista que junta uma pesquisa etnográfica digital como fase de recolha de dados inicial e o inquérito *online* como ferramenta de recolha de dados complementares com vista a conhecer melhor um aspeto específico do fenómeno em estudo. Afinal, todas as possibilidades metodológicas estão em aberto quando se investigam as emergências. Teremos nós consciência suficiente para a inovação necessária?

Financiamento

A tese “*Cyberbullying e Cyberstalking*” (SFRH/BD/62013/2009) é financiada pela FCT com o cofinanciamento do FSE.

Referências

- Aguiar, S. (2007) ‘Redes Sociais na Internet: Desafios à Pesquisa’, *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Santos: Brasil (Disponível em http://www.sitedaescola.com/downloads/porta1_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf , acessado em 2/7/2012).
- Amaral, A. (2008) ‘Autoetnografia e Inserção Online. O Papel do “Pesquisador Pnsider” nas Práticas Comunicacionais das Subculturas da Web’, *XVIII COMPÓS*. São Paulo: Biblioteca da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_315.pdf , acessado em 15/01/2009).
- Amaral, A. (2010) ‘Etnografia e Pesquisa em Cibercultura: Limites e Insuficiências Metodológicas’, *Revista USP*. São Paulo, nº 86: 122-135, junho/agosto (Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-99892010000300011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt , acessado em 15/7/2012).
- Bishop, A.P., Ignacio, E., Star, S.L., Neumann, L., Sandusky, R.J. & Schatz, B. (1995) ‘Building a University Digital Library: Understanding Implications for Academic Institutions and their Constituencies’ *Higher Education and the Nil: From Vision to Reality, Anais da Conferência de Monterey*, Washington, DC: Coalition for Networked Information, setembro 26-29 (Disponível em http://dli.grainger.uiuc.edu/dlisoc/socsci_site/monterey-final.html , acessado em 16/1/2009).
- Brisson, I. (2009) *Ciberespaço e Utopia: Fronteiras e Lugares nenhuns* (Disponível em http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/274 , acessado em 17/5/2009) .
- Creswell, J. (1994) *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Efimova, L. (2005) ‘Ethnography: Being There With Critical Perspective’, *Mathemagenic. Ensched (NL)*, *Mathemagenic* (Disponível em <http://blog.mathemagenic.com/2005/02/18.html#a1496> , acessado em 17/1/2009).
- Escobar, A. (1994) ‘Welcome to Cyberia. Notes on the Anthropology of Cyberculture’, *Current Anthropology*, vol. 35, nº 3: 211-31, junho (Disponível em <http://www.unc.edu/~aescobar/text/eng/arturowelc.pdf> , acessado em 28/1/2008).
- Estalella, A., Ardévol, E., Domínguez, D. & Cruz, E. (2006) ‘Etnografia de lo Digital’, *III Congresso Online – Observatório para la Cibersociedad* (Disponível em http://www.uned.es/etnovirtual/GT_OCS_etnografias%20digital_comunicaciones.pdf , acessado em 2/7/2012)
- Fuller, G. H. (2008) ‘What Does the Term ‘Ethnography’ Mean to You?’ Egan, *Quirk’s Marketing Research Review*, p. 48, february.
- Geertz, C. (1978) *A Interpretação das Culturas*, Brasil: Zahar Editores.

- Guerreschi, C. (2009) *As Novas Dependências*, Prior Velho: Paulinas editora.
- Gutierrez, S. (2009) 'A Etnografia Virtual na Pesquisa de Abordagem Dialética em Redes Sociais On-line', 32º Reunião anual ANPED 'Sociedade, cultura e educação: novas regulações?', Caxambu: Brasil, outubro 4-7 (Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT16-5768-Int.pdf> acessado em 2/7/2012).
- Hakken, D. (1999) *Cyborgs @ Cyberspace? An Ethnographer Looks Into the Future*, New York: Routledge.
- Haraway, D., Kunzru, H. & Tadeu, T. (org.) (2009) *Antropologia do Ciborgue. As Vertigens do Pós-Humano*, Belo Horizonte: Autêntica.
- Hine, C. (2000) *Virtual Ethnography*, London: Sage Publications.
- Jenkins, H. (2006) *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*, New York: New York University Press.
- Jones, S. (ed.) (1999) *Doing Internet Research. Critical Issues and Methods for Examining the Net*, London: Sage Publications.
- Lemos, A. (2003) 'Cibercultura. Alguns Pontos Para Compreender a Nossa Época' in Lemos, A. & Cunha, P. (orgs.) *Olhares sobre a Cibercultura*, Porto Alegre: Sulina, p. 11-23.
- Lemos, A. & Cunha, P. (orgs.) (2003) *Olhares Sobre a Cibercultura*, Porto Alegre: Sulina.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Myers, M. D. (1997) *Qualitative Research in Information Systems*, MIS Quarterly (21) n° 2: 241-242.
- Pérez, F., Rufí, J. & Galliano, R. (2009) *De Vloggers a Estrellas: Nuevos Modelos de Comunicador en la Web 2.0* (Disponível em http://conferencias.ulsofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/290 , acessado em 23/5/2009).
- Pinheiro, L. (2009) *Cyberbullying em Portugal: Uma Perspectiva Sociológica*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho: Braga (Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9870/1/tese.pdf> , acessado em 29/8/2012).
- Riebel, J., Jager, R. & Fischer, U. (2009) 'Cyberbullying in Germany – and Exploration of Prevalence, Everlapping with Real Life Bullying and Coping Strategies' *Psychology Science Quarterly*, vol. 51(3): 298-314.
- Rocha, E. P. Q., Barros, C. & Pereira, C. (2005) *Perspectivas do Método Etnográfico em Marketing: Consumo, Comunicação e Netografia* (Disponível em <http://anpad.org.br/enanpad/2005/dwn/enanpad2005-mkta-2861.pdf> , acessado em 18/1/2008).
- Soro, E. (2006) *Ensayo de una Metodología de Estudio de las Comunidades virtuales*. (Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/saez-soro-emilio-ensayo-comunidades-virtuales.pdf> , acessado em 14/3/2009).
- Yin, R. (1994) *Case Study Research: Design and Methods*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

IV

Identities, Memory e Cultura

Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia

From ‘Portugalidade’ to Lusofonia

VÍTOR DE SOUSA & MOISÉS MARTINS

Ciências da Comunicação / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

vitorsousa@ics.uminho.pt;/ moisesm@ics.uminho.pt

Resumo:

A nossa proposta vai no sentido de se saber até que ponto a marca da ‘portugalidade’, profusamente difundida em pleno Estado Novo, sublinhando alegadas características adstritas ao povo português, numa relação apologetica ao regime em vigor e que serviu, de resto, de bandeira à Exposição do Mundo Português (1940), ‘afectou’, por via da propaganda e da ideia de ‘império ultramarino’ - que constituiu um dos pilares e dos mitos do regime de Salazar (Rosas, 2001) -, as dinâmicas relacionais com os povos das ex-colónias portuguesas, plasmadas na ideia de lusofonia. É nesse quadro que surge o título do presente projecto: “Da ‘portugalidade’ à lusofonia”. Pretendemos congregar pistas para responder à pergunta “De que falamos, quando falamos de lusofonia?”. Será de uma extensão de uma alegada ‘portugalidade’? Ou de um espaço ligado, apenas (ou eventualmente), através de uma língua comum? Em contexto pós-colonial, que debate sobre o ‘outro’ é possível fazer-se?

Palavras-chave:

‘Portugalidade’; lusofonia; Estado Novo; globalização; multiculturalismo

Abstract:

Our proposal goes in the sense of how far the brand of ‘Portugalidade’ widely disseminated during the “Estado Novo”, highlighting alleged characteristics attached to the Portuguese people in an apologetic logic through the regime, and which served, moreover, the flag of the Portuguese World Exhibition (1940), ‘affected’, by the propaganda and the idea of ‘overseas empire’ - that was one of the pillars and the myths of the Salazar’s regime (Rosas, 2001) -, the relational dynamics with the former Portuguese colonies, shaped by the idea of “lusofonia”.

It is in this context that this project arises: “From ‘portugalidade’ to lusofonia”. We want to gather clues to answer the question “What are we talking about when we talk about ‘lusofonia’?”. Is it an extension of an alleged ‘Portugalidade’? Or a space that is only linked by a common language? In the post-colonial context, what debate about the ‘other’ can be made?”

Keywords:

‘Portugalidade’; lusofonia; Estado Novo; globalization, multiculturalism

1. Introdução

Nunca como hoje o processo de globalização se tornou tão evidente e naturalizado pela sociedade. Isso afecta, segundo Giddens (1999), todos os estados e despoleta situações ambivalentes: cruza realidades que, normalmente estavam nos antípodas, constituindo, por isso, uma aproximação entre povos e, ao mesmo tempo, promove o esbatimento das diferenças identitárias à custa da hegemonia cultural dos países com maior poderio

económico. Neste contexto, vem ao de cima o conceito de identidade nacional, revivendo-se as idiosincrasias locais.

A globalização, e a consequente multiculturalidade, trouxe para o debate a reflexão em relação ao “outro”. Umberto Eco (1998) refere mesmo que a dimensão ética acontece quando entra em cena o outro. Partindo da expressão “outrar-se” (Fernando Pessoa), enquanto fenómeno de fazer-se outro, de adoptar várias personalidades, dando-lhes vida e independência, pretendemos observar não o discurso de e sobre o ‘outro’ para nos procurarmos a ‘nós’ próprios não destacando, por conseguinte, a nossa própria identidade e a do outro, mas os graus e as modalidades de interpenetração identitária entre nós e o outro.

Com a concretização deste projecto de doutoramento – que tem o mesmo título deste artigo – pretendemos saber até que ponto o conceito de identidade nacional faz sentido, em plena globalização multiculturalista, nomeadamente o que se relaciona com as “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991 [1983]); observar, ainda, as diferenças entre ‘nós’ e o ‘outro’; e saber se a lusofonia constitui um espaço em que o ‘outro’ se dilui em ‘nós’; ou se, olhamos para o ‘outro’ para nos olharmos a ‘nós’ próprios. Embora esta lógica possa parecer contraditória, essa constatação é apenas aparente. É que, tendo sido a ‘portugalidade’ parte integrante de uma política estratégica do Estado Novo, exportada nomeadamente para as então colónias ultramarinas, a descodificação que, na actualidade, se faz da relação entre o ‘outro’ e ‘nós’, tem na génese o *framework* anterior e, consequentemente, muitos anticorpos que podem impedir um ambiente relacional ideal, onde as trocas poderão ser afectadas.

2. Estado, nação e Estados-nação

É necessário discernir entre “Estado” e “Nação”, conceitos que assumem, de forma justaposta, um sentido diferente ao que têm separadamente. Enquanto a nação consubstancia uma realidade sociológica, necessariamente subjectiva, o Estado assume-se como uma realidade jurídica, assente na objectividade.

O conceito de “Estado”, com o sentido que ele assume actualmente – de comunidade política de carácter soberano na ordem interna e na ordem internacional (Bobbio, 1976) – aparece pela primeira vez no livro “O Príncipe”, escrito por Maquiavel em 1513. Foi, no entanto, no século XVII que surgiu a ideia de Estado ligada a características muito bem definidas, relativas ao exercício da soberania, com as finalidades de proporcionar a defesa, a ordem, o bem-estar e o progresso aos grupos sociais.

Para Anthony Giddens, “um Estado existe quando há um aparelho político que governa um dado território, cuja autoridade é apoiada por um sistema legal e pela capacidade para usar

a força para implementar as suas políticas” (2009: 450). Um conceito que também é caro a Karl Deutsch (1976) que se refere ao Estado como sendo uma máquina organizada para o desenvolvimento e implementação de decisões políticas e para a imposição de leis e regras de um governo.

Esta constitui uma ideia já defendida muito antes por Max Weber, para quem o Estado é responsável pela organização e pelo controle social, uma vez que é detentor do monopólio da violência legítima (nomeadamente o poder de coerção por via legal) (Weber, 1967 [1921]). O que quer dizer que a actividade política do Estado é definida de três formas: pela existência de um território delimitado; pela existência de indivíduos; e, por último, pela força que é o meio da política.

Ou seja: Estado é um conceito político que conta com a adesão resultante da vontade de um povo que constitui uma nação (ou por povos de diferentes nacionalidades), para que se submeta a um poder público soberano, que resulta da sua própria vontade, e que lhe confere unidade política. Será por isso que Hauriou (2003) o refere como “a instituição das instituições”, salientando que o Estado constitui um grupo humano, centrado num território, com orientações sociais, políticas e jurídicas claras, orientado para o bem comum, criado e mantido por uma autoridade fiscalizadora.

O conceito de “Nação” implica uma ideia de identidade, de história colectiva, o que muitas vezes não coincide com o que se entende por “Estado”. A atestar esta observação está o caso da Catalunha e a sua relação com Espanha: reivindica-se a nação catalã, dentro do Estado espanhol. Burdeau (1981) sustenta que Nação pertence ao domínio cultural, enquanto soma das pessoas que comungam a origem, língua e história, o que constitui “a comunidade das comunidades”. Define-a como um grupo humano no qual os indivíduos estão unidos por laços materiais e espirituais, tendo a consciência do que os distingue dos indivíduos componentes de outros grupos diferentes. Quando se aborda o conceito de Nação, deve ter-se em atenção a conjugação de vários factores já que ela é composta por elementos naturais (território), históricos (tradições, costumes, religião, leis...) e psicológicos (crenças comuns, consciência nacional, etc.).

Por último, o Estado-nação é a unidade político-territorial soberana formada por uma nação, um estado e um território. Denomina-se por Estado-nação um território com os seus limites bem fixados e com um governo e uma população coesa ao nível étnico-cultural. A ideia de Estado-nação nasceu na Europa em finais do século XVIII, inícios do século XIX. Provém da época do Iluminismo em que nasce uma nova concepção do direito natural, como observa Freitas do Amaral (1998: 14), sendo este concebido de forma racional, humanitária e subjectivista, “dele decorrendo os direitos individuais dos cidadãos, que são direitos originários, inerentes à natureza humana e, por isso mesmo, oponíveis ao Estado” . Baseou-se na procura da verdade através da teoria da dedução (“razão racionante”), rompendo com a tradição, a fé e a autoridade, até aí aceites como principais pilares do conhecimento, e em

que a Razão passou a ser a força constituidora da dinâmica do Estado-nação, principalmente ao nível da administração dos povos.

2.1. Identidade nacional, nacionalismo e memória colectiva

Não obstante Berger & Luckmann (1999 [1966]: 33) salientarem a existência de múltiplas realidades, há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência: a da vida quotidiana, apelidada de realidade predominante e, por isso, admitida como sendo “a realidade”. O certo é que se tem chamado a atenção para o facto de a linguagem simbólica ir para além da realidade e, por isso, constituir um dos seus principais componentes. É que a legitimação decorrente do universo simbólico evidencia realidades diferentes da que existe na vida quotidiana, constituindo produtos sociais, com uma história, o que quer dizer que a identidade “é um elemento-chave evidente da realidade subjectiva e, tal como toda a realidade subjectiva, encontra-se em relação dialéctica com a sociedade” (Berger & Luckmann, 1999 [1966]: 33).

A identidade constitui um fenómeno “que emerge da dialéctica entre indivíduo e sociedade” (Berger & Luckmann, 1999 [1966]: 180). Já os tipos de identidade, por outro lado, “são elementos de certo modo estáveis da realidade social objectiva (sendo o grau de estabilidade, por sua vez e como é evidente, determinado pela sociedade)”, constituindo o tema como uma certa forma de teorização em qualquer sociedade, “mesmo quando são estáveis e a formação das identidades individuais é bastante desprovida de problemas”. Os autores sublinham que as teorias sobre a identidade estão sempre integradas numa interpretação mais geral da realidade: “São ‘embutidas’ no universo simbólico e nas suas legitimações teóricas, variando com o carácter destas”, sendo que a teorização terá de fazer-se “no quadro das interpretações teóricas em que estão localizadas” (Berger & Luckmann, 1999 [1966]: 180).

Pretendemos passar em revista as ideias daqueles que consideramos os teóricos mais relevantes para o nosso estudo sobre o nacionalismo e a identidade nacional. Escolhemos as teorias de Ernst Gellner, Eric Hobsbawm, Michael Mann, Benedict Anderson, Montserrat Gibernau, Anthony D. Smith, Josep Llobera, John Hutchinson, Anne-Marie Thiesse, Jurgen Habermas, Manuel Castells e de Stuart Hall. A escolha dos autores, fragmentária muito embora, obedeceu a um propósito direccionado para o objectivo do nosso estudo, relevando a visão das temáticas adstritas ao nacionalismo com os olhos postos no contexto e nos pilares em que assentou, nomeadamente, o Estado Novo português.

“Memória colectiva” constitui um conceito criado por Maurice Halbwachs que, em 1925, elaborou uma espécie de “sociologia da memória colectiva”, que significa que a memória é partilhada, transmitida e construída pelo grupo ou pela sociedade. A ideia principal na obra

do autor vai no sentido de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória colectiva, já que as lembranças nascem do interior do grupo. Observa ainda que a memória individual se refere a “um ponto de vista sobre a memória colectiva” e que deve sempre ser analisada tendo em atenção o lugar que ocupa o sujeito no interior do grupo, bem como as relações mantidas com outros meios (Halbwachs, 1990 [1950]: 51). Já Michael Pollak (1989), não dramatizando a relação entre memória e história, introduz a ideia de “memórias subterrâneas” (ou marginalizadas), para se referir às que existem na esfera popular, salientando que estas abriram mesmo novos caminhos no que se refere à história oral. Quanto a Paul Connerton (1999), que segue a linha de pensamento de Halbwachs, rejeitando a separação dos aspectos sociais e colectivos da memória, argumenta, no entanto, que as imagens e o conhecimento do passado são conservados e transmitidos, em primeiro lugar, como memórias-hábito, através das cerimónias comemorativas e das práticas quotidianas. Por isso, legitimam uma ordem social presente, em que a memória é partilhada entre os participantes, seja qual for a sua origem social. Para o autor, o que ele denomina serem “lugares da memória” incluem os rituais, as efemérides, as comemorações e a toponímia. No caso das cerimónias comemorativas, por exemplo, as imagens e o conhecimento do passado são transmitidos e conservados por performances rituais, numa narrativa voltada para a mitificação. O conceito de memória é encarado por Jacques Le Goff como “crucial” (1984: 11), observando que “a evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória colectiva desempenha” (*idem*: 46), indo além da história (enquanto ciência ou como culto público), e fazendo parte das sociedades – sejam desenvolvidas ou não –, e das classes sociais.

3. O caso português

Eduardo Lourenço refere que, “enquanto povo, Portugal não se vive como surgido na ‘noite dos tempos’” (1999: 10), observando o seu vínculo à história comum da Europa, com ramificações à Ásia e à África. No entanto, já nasce num quadro histórico com largo passado “quando se define, nos meados do século XII, como pequeno reino entre os diversos reinos cristãos de uma Ibéria dividida a meias com o Islão”. Uma ideia comungada por Vitorino Magalhães Godinho (2004) que defende que Portugal decorre da existência de nações anteriores aos movimentos nacionais e à formação dos espaços nacionais saídos da industrialização. O que significa, por isso, que as nações são anteriores aos nacionalismos contemporâneos.

Nessa perspectiva, José Manuel Sobral refere que a nação portuguesa reporta-se à Idade Média, época que Llobera salienta como de grande diversidade de significados sobre essa matéria, e o cruzamento entre capitalismo e literacia, a que Benedict Anderson deu destaque (como resultado natural da interacção entre a diversidade das línguas humanas e o surgimento da imprensa de massas) ou ao desenvolvimento do estado militarista moderno

(referido por Michael Mann), “incidem sobre um colectivo onde já existiam formas de identificação com o que entretanto era criado como *nacional*” (Sobral, 2003: 1122). Socorrendo-se de Gellner, observa mesmo que “Portugal constitui um dos exemplos de nações anteriores ao impacto pleno do industrialismo – algo que, de qualquer modo, só viria a ocorrer no nosso caso no decurso do século XX.” (Sobral, 2003: 1122).

Maria Luís Rovisco (2000: 13) destaca as posições de Anderson e de Smith, no que respeita ao facto de ambos sublinharem “[o] modo como a experiência da vida colectiva influencia o despertar de sentimentos de pertença à nação no contexto da modernidade”. Observa, no entanto, que as histórias da nação (difundidas através de mitos, poemas, hinos e versões oficiais da história) serem quase sempre contestadas (Rovisco, 2000: 12 12). Para Manuel Villaverde Cabral (2003: 529) um conteúdo “tão pobre” e do foro do imaginário como é a identidade nacional pode produzir efeitos práticos relevantes “para uma comunidade cujas diferenças são tanto mais críticas quanto têm de ser dirimidas, obrigatoriamente, no mesmo território com o qual toda essa comunidade se identifica”. As representações da identidade nacional, segundo David Justino (2011: 63), estiveram quase sempre ligadas às necessidades do Estado em “organizar” a sociedade “no seu território natural”, esbatendo os “dualismos múltiplos ligados à existência colectiva”, que sustentam “a busca incessante da ‘identidade’ e ao mesmo tempo justificam o recurso ao Estado como única entidade capaz de impor uma “ordem”, preservar a memória e de identificar um propósito” concluindo que a Nação não tem a coesão necessária para concretizar esse desiderato. Fernando Catroga (2007: 274) evidencia que, em determinados momentos, “o Portugal imaginado possa estar em contraciclo com a realidade referenciada”, chamando à atenção para o facto de as interpretações do mundo serem, também “representações de representações”. Nesse sentido, assumindo que as representações sobre Portugal “são multímodas”, decorrendo da época em que são geradas, ao mesmo tempo “não fogem aos mitemas de quem as desenha” (Catroga, 2007: 275).

3.1. A propaganda do Estado Novo

Os conceitos de ‘nação’ e de ‘nacionalismo’ tinham por base a capacidade de Portugal se organizar no seu vasto território que – segundo a Constituição de 1933, que fez transportar o articulado da de 1911 e que, a revisão de 1952 estabeleceu formalmente –, era considerado “inalienável”. Uma situação plasmada no “Acto Colonial” que referia ser “da essência orgânica da nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e civilizar as populações”¹. É nesse sentido que Luís Reis Torgal verifica que a nação portuguesa, segundo Salazar, representava uma unidade, mas também uma pluralidade, “possuía diferenças, passando uma delas pela noção de que,

¹ Informação disponível em <http://tinyurl.com/78crfbm>, acesso em 12/05/2012.

apesar de não termos 'preconceitos raciais' (...) possuíamos, tal como os europeus colonizadores, a responsabilidade de espalhar a civilização entre os povos da terra" (Torgal, 2009: 471).

Toda a retórica construída no Estado Novo em relação à identidade nacional dos portugueses foi muito mais além do que evidenciar o sentimento de pertença a um país, partilhado por um grupo de pessoas. Tropeçou no nacionalismo e usou uma série de recursos para perpetuar ideias assentes na propaganda do regime para concretizar a acção política. Houve no salazarismo concreto "uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia" (Lourenço, 2009: 33), só que isso nada teve de modesto, nem de breve.

Moisés de Lemos Martins (2009: s/p) defende que a divisão que Salazar fez do mundo português deve ser perspectivada à luz do combate "por um conceito católico de identidade nacional, como luta por uma específica ordenação simbólica do país". O mesmo autor diz existir no Portugal de Salazar "uma persistente encenação em que o país inteiro é instituído e representado como a grande aldeia rural, de alma heróica e santa, embora com o sortilégio de, citando Eduardo Lourenço, 'não poder estar em casa senão sonhando o mundo inteiro e não bastando'" (Martins, 1996: 42).

Eduardo Lourenço (2009: 76) afirma que "poucos países fabricaram acerca de si mesmos uma imagem tão idílica como Portugal". O Estado Novo contribuiu para esse *statu quo*, quanto mais não fosse pelo facto de qualquer forma de investigação concreta sobre a realidade portuguesa ter sido desencorajada, quando não impedida. Ao invés, promoveu-se "a contemplação mítica do passado e do destino futuro do país, enquanto, no presente, se fazia passar a noção de estabilidade e continuidade de um Portugal essencial e a-temporal, primordial e imutável" (Matos, 2001: 7-8). Neste contexto, Eduardo Lourenço observa que "Portugal tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real", que compensa "no plano imaginário" (Silva & Jorge, 1993: 38). José Gil (2009: 10) afirma, a este propósito, que "a doença da hiperidentidade que nos corrói" assenta no facto de se propalar a ideia de que "[somos] portugueses antes de sermos homens", o que significa que a identidade portuguesa vive entre a realidade e a ficção, que mais não é do que a "subjectividade produzida pela doença da identidade".

A emergência do Estado Novo e, com ele, a tentativa de impor um quadro mental aos cidadãos esvaziando a sua própria vontade, não teve por base a ideia de que "a identidade de uma comunidade implica a autonomia de uma afirmação, quer dizer, capacidade de intervenção" (Martins, 1996: 62). Tratou-se de uma construção imposta pelo regime ditatorial à população, com o objectivo de "fechar a cadeia do sentido – a semiose – que vai de um passado mítico a um futuro mítico, trajecto retomado e reencarnado no presente, colectivamente, pelo povo que integrava as existências individuais" (Gil, 2009: 10).

Luís Reis Torgal (2009: 249) chama à atenção para o facto de que quando se refere o caso do Estado Novo português, “o termo ‘fascismo’ [ser] um termo em debate e os termos ‘autoritarismo’, ‘ditadura’ e ‘nacionalismo’ não deixam dúvidas quanto à sua atribuição como tipificadores do regime”. O certo é que, por via da caracterização feita pelo próprio regime, o regime de Salazar é conhecido por “‘ditadura nacional’, ‘autoritarismo’ (conservador ou ‘revolucionário’), mas não ‘fascista’ nem ‘totalitário’, ‘nacionalista’ mas não ‘racista’” (Torgal, 2009: 250). Seja como for, Torgal considera o Estado Novo como um “regime fascista”, reputando-o de “fascismo à portuguesa”, já que tem as suas próprias idiossincrasias: um povo rural, com pouca densidade urbana e uma mentalidade tradicional, de concepção católica, e de um Estado apostado na manutenção do seu ‘Império colonial’ (Torgal, 2009: 364).

Em 1933, o Governo de Salazar criou o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), liderado por António Ferro. Na dependência directa da Presidência do Conselho, o SPN fica encarregue de fornecer “uma imagem politicamente eficaz do regime dentro e fora das fronteiras do país” (Alves, 1997) e, juntamente com as artes plásticas, o teatro e o cinema, passa a integrar as práticas e discursos etnográficos no manancial de recursos culturais que coloca ao serviço da sua retórica nacionalista. Competia ao SPN “elevar o espírito da gente”, moldando uma nova mentalidade, baseada nas certezas ideológicas do regime, “para que os portugueses não permanecessem na ignorância da sua Nação” (Silva, 2009: 4).

Fernando Catroga (2007: 266) observa que Salazar, através de Ferro, defendia desde o início da década de 1930, “que o espírito como política devia dar a vez a uma ‘política do espírito’, desiderato só realizável sob a tutela de um *Leviathan* para quem a ‘formação das almas’ não podia estar entregue ao mercado livre das ideias”. A mensagem do regime era passada “através de um discurso simples e objectivo, com ideias claras e incontroversas, que só poderiam levar à concordância geral, pois não havia o que discutir” (Silva, 2009: 4). O próprio Salazar impunha as balizas com base nos pilares do regime, como se pode concluir através deste excerto de um discurso proferido em Braga, durante as comemorações do décimo aniversário do “28 de Maio”: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória no trabalho e o seu dever” (Salazar, 1961: 130).

Para a compreensão das políticas culturais em Portugal, o nome de António Ferro continua a ser referencial, já que a cultura se tornou com ele um eficaz instrumento de controlo social. O líder do SPN, cujo ideário se expressava na autenticidade — que defendia ser a verdadeira identidade da cultura portuguesa —, tal como Goebbels, era de opinião de que a cultura se poderia transformar num poderoso instrumento de poder ao serviço do Estado, como é o caso da construção de uma retórica cultural (Fontes, s/d), ao pragmatizar uma política que harmonizava o sebastianismo, o espiritualismo, o nacionalismo, a fidelidade à vanguarda modernista, o folclorismo. Moisés de Lemos Martins (2009, s/p) sublinha que “o discurso

salazarista sobre a identidade nacional visa tomar legítima a definição católica de identidade, pelos manifestos ganhos políticos daí resultantes”.

O 'Império Ultramarino' era apresentado como exemplo civilizacional ao mesmo tempo que a 'gente trabalhadora' pululava nas aldeias lusas e, embora pobre, mostrava-se 'feliz', sendo apresentada como exemplo às outras nações civilizadas. Para que esses princípios vingassem, foram criados organismos estatais relacionados de uma forma ou de outra a todos os sectores da vida quotidiana e que tinham a sua propaganda própria assentes em instituições bem definidas (Rosas, 1994).

José Gil (2005: 135) reputa o salazarismo como “um imenso sugadouro daquilo que torna a existência um dom da vida natural (*zôê*) para a vida social, a maneira de viver (*bios*). Um buraco negro que engoliu a existência no espaço público”. Para além de se referir à trilogia “Deus, Pátria, Família”, representando um mundo simultaneamente patriarcal, rústico e cristão, Gil vai mais longe ao sublinhar que o mal se insinuou sub-repticiamente “em nome da moral cristã e do bom senso de todos os comportamentos”, pelo que a dificuldade em lutar contra esta constatação entranhada se revelou difícil, já que “virarmo-nos contra o mal era equivalente a virarmo-nos contra nós próprios” (Gil, 2005: 135). Ou, como defende Moisés de Lemos Martins, “é a nação, na sua 'parte melhor', que reconhece a Ditadura, pela ratificação dos valores salvadores que a inspiram” ou seja, “a nação sanciona o sistema de valores salvadores adoptados pela Ditadura” (Martins, 1996: 158).

Um acontecimento marcante da propaganda do regime do Estado Novo foi a Exposição do Mundo Português, que decorreu em Lisboa entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940. O objectivo foi o de comemorar, simultaneamente, as datas da Fundação da Nação Portuguesa (1139) e da Restauração da Independência (1640), numa mostra de grandes proporções para realçar o ressurgimento da Pátria no quadro do apogeu do nacionalismo salazarista.

4. A criação da 'portugalidade'

No portal “Ciberdúvidas da Língua Portuguesa”, é referido que a palavra 'portugalidade' (a par de “portugalismo”) é usada pelo Estado Novo e que por isso hoje está conotada com essa ideologia², avançando mesmo com a possibilidade de o termo ter surgido no decénio de 50 ou 60 do século XX³ (datas que coincidem com o grande surto da emigração portuguesa para a Europa – em menos de dez anos emigraram para França mais de um milhão de portugueses). Ou seja: pode considerar-se que o 'reforço' do uso da 'portugalidade'

² Informação disponível em <http://tinyurl.com/2ueratv>, acesso em 29/11/2010.

³ Informação disponível em <http://tinyurl.com/2uanuhv>, acesso em 29/11/2010.

aconteceu na sequência da Exposição do Mundo Português (1940), decorrente, portanto, do nacionalismo salazarista.

De referir que, já em pleno período de pós-revolução do 25 de Abril, numa comemoração do Dia 10 de Junho, na Guarda, e a propósito de, em Portugal, se cultivarem valores lavrados no Estado Novo, como a saudade, o fado como canção-bandeira e os Descobrimentos, ideia sempre presente para ilustrar o potencial do país, Jorge de Sena chamava à atenção para a insistência “no grande aproveitacionismo de Camões para oportunismos de politicagem moderna” (Sena, 1980: 257), por cantar exactamente os grandes feitos dos portugueses na epopeia marítima, a que se colava Fernando Pessoa e a sua “Mensagem”.

O “Novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”, editado em 2001 pela Academia das Ciências de Lisboa (Casteleiro, 2001), que é considerado como de referência, não dispõe de qualquer entrada com a designação de ‘portugalidade’. De resto, quando a publicação viu a luz do dia, verificou-se um facto curioso com os deputados do CDS/PP a apresentarem, em plena Assembleia da República, um Projecto de Resolução em que propunham a manutenção de um grupo de trabalho permanente de defesa e actualização da língua portuguesa e em que se referia que a obra se constituía “num dos mais importantes actos de defesa da ‘portugalidade’ dos últimos anos e que vem colmatar, com dignidade, uma lacuna evidente na defesa da nossa língua”⁴. A ironia é que, como já referimos, nesse mesmo dicionário não consta a palavra ‘portugalidade’...

O sinónimo de ‘portugalidade’ pode, no entanto, ser encontrado em edições mais acessíveis e vulgares, como é o caso no Dicionário da “Porto Editora”, onde se pode ler: “qualidade do que é português”, e, numa dimensão mais ampla, “sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa” (Costa & Melo, 1995: 1432) sinónimo este muito embora subjectivo, confirmado pela utilização do advérbio de modo, “verdadeiramente” cuja inerência qualitativa não permite a assunção, *tout court*, da sua (eventual) amplitude.

O ‘perigo’ de o conceito de ‘portugalidade’ poder ser conotado com o Estado Novo é feito pelo próprio António Quadros que, no entanto, se refere ao receio de ser mal interpretado pela possibilidade de ser associado a um “pecado nacionalista”. No caso concreto, refere-se ao facto de a escola dever “promover e consolidar, entre outras competências, os valores da nossa ‘portugalidade’”, salientando a necessidade de serem mostrados e ensinados “os valores portugueses” (Sousa, 1993: 75).

Não será, portanto, de estranhar que os dicionários de referência da língua portuguesa não disponibilizem a palavra ‘portugalidade’. Embora se não possa dizer taxativamente que se trata de um neologismo, já que existem referências ao termo e inúmeras perspectivas de

⁴ Projecto de Resolução N.º 137/VIII, de 2 de Maio de 2001 [Disponível em <http://tinyurl.com/2w6ovzu>, acesso em 23/11/2010].

descodificação. O princípio é sempre o mesmo: se existe Portugal, existirá uma 'portugalidade' o que deixa, no entanto, muitas dúvidas e corresponde a uma lógica mais emocional do que qualquer perspectiva científica.

J. Pinharanda Gomes, um dos cultores da "Filosofia Portuguesa" atribui a origem da 'portugalidade' a António Sardinha, numa altura em que a hispanidade era hegemónica e que "designava (...) a acção portuguesa na história do mundo" (2004: s/p), defendendo, portanto, a sua origem como sendo anterior ao Estado Novo. De facto, Sardinha terá sido o grande mestre do 'Integralismo Lusitano' que, a par do movimento católico, se assumiu como um dos percursores aspirantes a um "Estado Novo". Segundo Luís Reis Torgal (2009: 80) no livro "O valor da raça", editado por Sardinha em 1915, este desenvolve um discurso que classifica de "científico", tendente a chegar a conclusões sobre a raça portuguesa, que terá tido origem no que diz ser o *homo atlanticus*. Nesta obra aborda os "defeitos dos portugueses" – "egocêntricos, abastardados pelos judeus (...) e por uma acção política 'estrangeirada', a partir do Marquês de Pombal e do Liberalismo" –, salientando restar ao povo luso robustecer-se através do municipalismo e dos mitos nacionalistas do Condestável.

António Sardinha apela ao nacionalismo português, recuando à ideia 'patriótica' da seiscentista 'Monarquia Lusitana' e de Frei Bernardo de Brito, que terá introduzido em Portugal "ao lado do conceito político de Grei, o conceito relativista de raça" (Torgal, 2009: 80-81), um conceito em voga no tempo de D. João II, que expressava "a concepção jurídica dum todo uno idêntico na composição e no destino, conceito nascido da sociologia tomista" (Quintas, 2001: s/p). Luís Reis Torgal (2009: 81) refere o sentimento "nacionalista integral" como sendo "o que há de mais importante e mais significativo na ideologia do Integralismo Lusitano", pelo que este seria mesmo, para Sardinha, 'A verdade portuguesa'. Porém, Sardinha nunca se referiu, especificamente, à existência de qualquer 'portugalidade', pelo que afirmar que o autor terá sido o primeiro a utilizar o termo, pode configurar uma apropriação indevida das suas ideias, que perfilhavam, por exemplo, a vigência de um sistema monárquico. A sua tese congregava a "Teoria do Acaso", de Oliveira Martins (para quem Portugal tinha sido inventado pela cobiça de meia dúzia de aventureiros coroados) e o "lusismo", de Teófilo Braga (composto pela raça, no sentido biológico-étnico, e a tradição). Segundo os integralistas, o problema da identidade da raça portuguesa é estranho ao ideário, à conceptualização e à doutrina política de António Sardinha e do próprio 'Integralismo Lusitano' (Quintas, 2001).

O termo 'portugalidade' é, no entanto, profusamente atribuído ao discurso dos integralistas, não sendo apesar disso, exclusivo destes, como observa Maria Odete Gonçalves (2009: 93), muito embora esse facto provoque "uma série de tensões, quando não mesmo oposições, com o Saudosismo de Pascoaes, com a Renascença Portuguesa e com a primeira fase da Seara Nova".

4.1. 'Portugalidade' e portuguesismo

J. Pinharanda Gomes (2004: s/p) define 'portugalidade' como "o nome de categoria universal que identifica o próprio Portugal", referindo a existência de vários significados, consoante o palco contextual. No mesmo tom, está Abel de Lacerda Botelho que, numa comunicação apresentada à Secção Luís de Camões, da Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulada "A Portugalidade e os Lusíadas" se refere a uma "Paideia Lusa", ou seja, ao "modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa" (Botelho, 2008: s/p). Uma ideia já antes defendida por António Quadros (1992) em que faz a análise do que diz ser o "espírito lusitano", destacando que Portugal tem uma alma e um destino a cumprir na História, assente numa estrutura cultural de nação onde está a essência do homem português.

Para além destas perspectivas "messiânicas", por conseguinte nada estribadas em factos concretos, o certo é que a palavra 'portugalidade' vai circulando na tradição oral, nomeadamente por altura das datas evocativas do país, como aquelas que eram profusamente comemoradas durante o Estado Novo, designadamente os dias 10 de Junho e 1 de Dezembro. Nessas ocasiões, o termo é apropriado por alguns políticos mais conservadores, que o vão usando, *pro domo mea*, nos discursos circunstanciais.

Sobre a ideia de 'portugalidade' e do seu eventual significado, o ex-embaixador britânico em Portugal, Alexander Ellis, a propósito das comemorações, em Santarém, em 2009, do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, numa crónica no "Expresso", intitulada "10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo", realça o interesse que lhe desperta o "conceito alargado de Portugal", tanto mais que refere ter assistido a um discurso do Presidente da República onde este se referiu à 'portugalidade'. Como o tema o intrigou, pediu ajuda aos seus colegas embaixadores que lhe terão dito que 'portugalidade' "representa o melhor de Portugal e dos Portugueses (...) Portugalidade é então uma forma de identidade, da qual a língua portuguesa constitui um pilar essencial". A outra face da moeda será o "Portuguesismo", que representará "aquilo que a Portugalidade não é", citando a título de exemplo as "atitudes de desconfiança e pouca força", além de outras centradas na ideia de que "não vale a pena, nada muda", em "comportamentos que envergonham", ou até mesmo "o fechar-se na sua própria dimensão" (Ellis, 2009: s/p).

A 'portugalidade' sonhada pelo Estado Novo apenas visava a concretização de acções do regime em nome da 'Nação'. Hoje, aposta-se cada vez mais na denominada "marca Portugal", o que pode levantar dúvidas, tanto mais que, como defende Boaventura de Sousa Santos (1994: 127), "a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das interrelações entre os diferentes vínculos (...) nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual" (1994: 127).

5. O luso-tropicalismo e a lusofonia

Para a legitimação de toda a lógica do Estado Novo sobre a identidade nacional muito contribuiu Gilberto Freyre, criador do controverso conceito de "Democracia Racial". Portugal ocupa um lugar central no pensamento do sociólogo, que foi um dos pioneiros no estudo histórico e sociológico dos territórios de colonização portuguesa como um todo, chegando mesmo a desenvolver um ramo de pesquisa que denominou de luso-tropicalismo.

A idealização do colonizador português, segundo Freyre como mais 'humano', foi posta ao serviço do regime na segunda metade dos anos 1940 tendo as autoridades portuguesas levado mesmo o autor a visitar o 'império', retribuindo o sociólogo com elogios a Portugal. Na década seguinte já o luso-tropicalismo tinha sido apropriado pelo Estado Novo, justificando assim a sua longa presença em África e ratificando-a academicamente (Rosengarten, 2009).

Eduardo Lourenço vê a temática da lusofonia como "uma selva obscura e voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência (...) de leituras (...), mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas" (Lourenço, 2004: 179). Talvez por isso Helena Sousa (2006: 9) se refira à lusofonia como "uma construção extraordinariamente difícil", desenvolvida num espaço linguístico "altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada".

Mesmo que, como evidencia Alfredo Margarido (2000: 11-12), "a lusofonia [seja] apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta operação teria espalhado generosamente pelo mundo fora", o facto é que extravasa o conceito de "objecto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural" (Martins, 2006: 17), pelo que se assume, hoje, como um tema que congrega interesses "que têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos são como língua e cultura no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do 'continente imaterial' que estes países constituem". Será talvez por isso que Eduardo Lourenço (2004: 174) refere que "a lusofonia não é nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico", extravasando uma ideia limitada de espaço linguístico.

6. Fundamentação metodológica e plano de trabalhos

A nossa proposta metodológica assenta na hermenêutica, voltada para a interpretação de textos e de imagens. O objectivo será procedermos à desconstrução dos eventuais níveis de significação que venhamos a encontrar. Para tanto, propomo-nos fazê-lo em relação ao texto em si, mas também através do estabelecimento de comparações entre textos, promovendo a leitura de hipotéticos pontos comuns e alegadas divergências,

contextualizando-os numa perspectiva necessariamente qualitativa, assente numa lógica subjectiva, que decorre de quem investiga e da sua própria idiosincrasia. A este propósito, Moisés de Lemos Martins (2011) observa que essa tarefa de ler e interpretar textos e imagens – não circunscrevendo o seu âmbito a um objectivo apenas com preocupações académicas, mas também cívicas –, faz do investigador um hermeneuta.

6.1 Representações da 'portugalidade'

Ao longo do período em que decorrer o nosso estudo, propomo-nos registar as representações da 'portugalidade' nos seguintes contextos:

- A 'portugalidade' nos discursos dos deputados da Assembleia Nacional (1935-1974) e da Assembleia da República (1976-2012)
- Identidade do Governo de Portugal
- A 'portugalidade' na publicidade
- Levantamento da utilização da palavra 'portugalidade' e respectivos contextos (cinema, publicidade, publicação de livros e de jornais, produção de documentos oficiais...).

6.2 Contributos para a definição de um perfil do "português"

São várias as teorias/opiniões defendidas por autores diferenciados que, ao longo do tempo, reflectem sobre Portugal e os portugueses. Já Camões, em "Os Lusíadas" (1921 [1572]), abordava os feitos dos portugueses e traçava-lhes o perfil. Apesar de variarem o foco de análise, introduzindo por exemplo as *nuances* 'saudade', 'sebastianismo', muitos outros autores se debruçaram sobre o assunto. São os casos de Fernando Pessoa (1978), António Sardinha (1922), Francisco da Cunha Leão (1971), Antero de Quental (2010 [1871]), Teixeira de Pascoaes (1998 [1920]), Jorge Dias (1995 [1950]), Manuel Laranjeira (2009 [1911]), Miguel de Unamuno (2011 [1908]), Ortega y Gasset Ortega y Gasset (2005) e Maria Rattazzi (1881). Também incluímos a música "O Inventor" (1987), da banda "Heróis do Mar". Propomo-nos interpretar as reflexões destes autores, a partir de textos produzidos sobre Portugal e sobre os portugueses.

6.3 Representações do e sobre o Estado Novo

Será a partir de algumas obras dos autores que se seguem, bem como através de infraestruturas construídas durante o período da ditadura, e da utilização da 'marca Salazar' que iremos tentar compreender e destacar as representações do e sobre o Estado Novo.

- Lima de Freitas
- Paula Rego
- João Abel Manta
- Estádio 1º de Maio (Braga)
- O cinema no Estado Novo: António Lopes Ribeiro
- Documentário de João Canijo, "Fantasia Lusitana" (2007)
- Santa Comba Dão e a Marca Salazar

6.4 Representações do 'Império ultramarino': a visão no tempo do Estado Novo e no pós-colonialismo

Pretendemos promover um estudo comparativo entre duas obras relativas ao denominado 'Império Ultramarino', em dois momentos distintos: durante o Estado Novo e já neste século:

- Livro "Portugal Vasto Império", de Augusto da Costa (1934)
- Livro "Portugal não é um país pequeno – contar o 'império' na pós-colonialidade", de Manuela Ribeiro Sanches (org.) (2006).

6.5 Representações: Como nos vêem os povos 'lusófonos' (outrar-se: como o 'outro' nos vê a 'nós', ou a interpenetração identitária entre nós e o outro)

No que concerne à observação das representações sobre como o 'outro' nos vê a 'nós', partimos da perspectiva de Luandino Vieira ("O livro dos guerrilheiros", 2009), passamos por Mia Couto ("Cada homem é uma raça", 1990), por José Eduardo Agualusa ("Milagrário pessoal", 2010), e pelas pinturas de Malangatana. Voltamos a Mia Couto e por duas vezes: em "Terra Sonâmbula" (1992) e em "E se Obama fosse africano e outras *interinvenções*" (2009).

Referências

- Agualusa, J. E. (2010) *Milagrário Pessoa*, Lisboa: D. Quixote.
- Alves, V. M. (1997) 'Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso', *Etnográfica*, Vol. I (2): 237-257. [Disponível em <http://tinyurl.com/2ftzk2y>, acesso em 12/11/2010].
- Amante, M. F. (2011) 'A Reprodução Quotidiana dos Mitos Nacionais: O Caso de Nuno Álvares Pereira" in Amante, M. F. (coord.) (2011) *Identidade Nacional – entre o discurso e a prática*, Porto: Fronteira do Caos Editores/CEPESE, pp. 219-233.
- Amaral, F. (1998) *História das Ideias Políticas (Apontamentos)*, Volume I, Coimbra: Almedina.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1999 [1966]) *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.
- Bobbio, N. (1976) *La Teoria delle Forme di Governo nell Storia del Pensiero político*, Turim: G. Giappichelli.
- Botelho, A. L. (2008) *Portugalidade* (Sociedade de Geografia, Secção Luís de Camões) [Disponível em <http://tinyurl.com/2cd4nlc>, acesso em 12/11/2010].
- Burdeau, G. (1981) *O Estado*, Lisboa: Europa-América.
- Cabral, M. V. (2003) 'A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância', *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, ano/vol. 46, número 003: 513-533.
- Camões, L. (1921) [1572] *Os Lusíadas*, Lisboa: Tipografia da Biblioteca Nacional.
- Casteleiro, J. M. (Coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Castells, M. (2007 [1997]) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II – O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Catroga, F. (2007) 'Portugal como 'Corpo' e como 'Alma' (sécs. XIX/XX)', *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Instituto de História das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 28: 245-275.
- Connerton, P. (1999) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora.
- Couto, M. (2009) *E se Obama Fosse Africano? E Outras Interinvenções*, Lisboa: Caminho.
- Couto, M. (1992) *Terra Sonâmbula*, Lisboa: Caminho.
- Couto, M. (1990) *Cada Homem É Uma Raça*, Lisboa: Caminho.
- Deutsch K. (1976) *Política y Gobierno*, Mexico: FCE.
- Dias, J. (1995 [1950]) *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Eco, U. (1998) *Cinco Escritos Morais*, Algés: Difel.
- Ellis, A. (2009) '10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo', *Expresso*, (9 de Junho). [Disponível em <http://tinyurl.com/2dsxtjs>, acesso em 13/11/2010].
- Fontes, C. (S/D) 'Coisas da Cultura – Política', *Filorbis - Rede de sites temáticos*. [Disponível em <http://tinyurl.com/2a9a36f>, acesso em 12/11/2010].

- Giddens, A. (2009) *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, J. (2009) *Em Busca da Identidade - O Desnorte*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gil, J. (2005) *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Godinho, V. M. (2004) *Portugal. A Emergência de uma Nação*, Lisboa: Edições Colibri.
- Gomes, J. P. (2004) *O Pensamento Nacionalista do Século XX*. [Disponível em <http://tinyurl.com/249axak>, acesso em 12/11/2010].
- Gonçalves, M. O. C. S. F. C. (2009) *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga*, Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Disponível em <http://tinyurl.com/7mp5oxj>, acesso em 10/03/2012].
- Halbwachs, M (1990 [1950]) *A Memória Colectiva*, São Paulo: Vértice.
- Hauriou, M. (2003) *Principios de Derecho Público y Constitucional*, Granada: Editorial Comares.
- "Herós do Mar" (1987) 'O Inventor', *O Inventor* (Máxi-single) [CD e vinil], Lisboa: EMI.
- Justino, D. (2011) 'Estado, Território e Nação: Dualismos Múltiplos nas Representações da Identidade Nacional' in Amante, F. (2011) *Identidade Nacional. Entre o Discurso e a Prática*, Porto: Fronteira do caos Editores/CEPESE, pp. 49-63.
- Laranjeira, M. (2009 [1911]) *Pessimismo Nacional*, Lisboa: Frenesi.
- Le Goff, J. (1984) 'Memória' in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1 (Memória-História), Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 11-50.
- Leão, F. C. (1971) *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Leão, F. C. (1971) *O Enigma Português*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores.
- Lourenço, E. (2009) *O Labirinto da Saudade*, Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2004) *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (1999) *Portugal Como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa: Gradiva.
- Margarido, A. (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Matos, J. M. (2001) 'A Literatura de Viagens Inglesa e Portuguesa: De Ausências e Visibilidades', *Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. [Disponível em <http://tinyurl.com/2aak427>, acesso em 13/11/2010].
- Martins, M. L. (2011) 'Globalization and Lusophone World. Implications for Citizenship', in Pinto, M. & Sousa, H. (2011) *Communication and Citizenship – Rethinking Crises and Change*, Coimbra: Grácio Editor/CECS-Universidade do Minho, pp. 75-84.
- Martins, M. L. (2011) *Crise no Castelo da Cultura*, Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho.
- Martins, M. L. (2009) *O Catolicismo e a Construção da Identidade Nacional*. [Disponível em <http://tinyurl.com/29rxse7>, acesso em 14/11/2010].
- Martins, M. L. (2006) 'Continente Imaterial' in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2006) *Comunicação e Lusofonia - Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Média*, Porto: Campo das Letras/CECS-Universidade do Minho, pp. 15-18.
- Martins, M. L. (1996) *Para uma Inversa Navegação – O Discurso da Identidade*, Porto: Afrontamento.

- Medina, J. (2006) *Portuguesismo(s)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/FCT.
- Miranda, J. (1998) *Ciência Política, Formas de Governo*, Lisboa: AAFDL.
- Pascoaes, T. (1998 [1920]) *A Arte de Ser Português*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pessoa, F. (1978) *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*, Lisboa: Ática.
- Pollak, M. (1992) 'Memória e Identidade Social', *Estudos Históricos*, 5 (10): 200-212, Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV.
- Quadros, A. (1992) *Memórias das Origens, Saudades do Futuro - Valores, Mitos, Arquétipos, Ideias*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Quental, A. (2010 [1871]) *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos*, Lisboa: Tinta da China.
- Quintas, J. M. (2001) *O "Valor da Raça" Segundo António Sardinha e o Integralismo Lusitano* [Disponível em <http://tinyurl.com/cqwor5o>, acesso em 12/03/2012].
- Rattazzi, M. (1881) *Portugal de Relance*, Lisboa: Livraria Zeferino-Editora [Disponível em <http://tinyurl.com/dxns83b>, acesso em 14/05/2012].
- Rosas, F. (2001) 'O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo', *Análise Social*, vol. XXXV (157): 1031-1054, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Rosas, F. (1994), 'O Estado Novo (1926-1974)' in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal, 7º vol*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosengarten, R. (2009) *Contrariar, Esmagar, Amar - A Família e o Estado Novo na Obra de Paula Rego*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Rovisco, M. L. (1990) 'Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferença Cultural', *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. [Disponível em <http://tinyurl.com/7ljnuq8>, acesso em 23/04/2012].
- Salazar, A. de O. (1961) *Discursos e Notas Políticas, vol.2*, Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Sardinha, A. (1922) *Portugal Restaurado*. [Disponível em <http://tinyurl.com/blmw7ts>, acesso em 16/03/2012].
- Sena, J. (1980) *Trinta Anos de Camões, 1948-1978 (Estudos Camonianos e Correlatos)*, Lisboa: Edições 70.
- Silva, A. S. & Jorge, V. O. (Org.) (1993) *Existe uma Cultura Portuguesa?*, colecção "História & Ideias", n° 6 (texto de mesa-redonda com várias personalidades, entre as quais Eduardo Lourenço, na Casa das Artes, no Porto, em 27/04/1992), Porto: Afrontamento.
- Silva, C. M. T. (2009) "A Comunicação como Estratégia Política da Ditadura e da Democracia", *Actas do 6º Congresso da SOPCOM, pp. 3110-3121*. [Disponível em <http://tinyurl.com/2cr6zyl>, acesso em 13/11/2010].
- Sobral, J. M. (2003) 'A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português', *Análise Social*, vol. XXXVII (165): 1093-1126, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Sousa, A. (1993) "Entrevista com António Quadros", A.A.V.V. (1993) *António Quadros*, Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp.71-81.

- Sousa, H. (2006) 'Comunicação e Lusofonia: Do Lugar Acrítico ao Lugar de Procura' in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2006) *Comunicação e Lusofonia - Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*, Porto: Campo das Letras/CECS-Universidade do Minho, pp. 9-14.
- Torgal, L. R. (2009) *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Unamuno, M. (2011 [1908]) *Os Portugueses, Um Povo Suicida*, Lisboa: Ática.
- Vieira, J. L. (2009) *O Livro dos Guerrilheiros*, Lisboa: Caminho.
- Weber, M. (1967 [1921]) 'A Política como Vocação' in Gerth, H.H. e C. Wright Mills (orgs.) (1967) *Max Weber - Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, pp. 55-89. ["Politik als Beruf", *Politische Schriften* (Munique, 1921), pp. 396-450. Discurso originalmente pronunciado na Universidade de Munique, em 1918. Publicado em 1919 por Gessammelte Duncker & Humboldt, Munique]. [Disponível em <http://tinyurl.com/6hpxwp9>, acesso em 12/02/2012].

Representações Sociais, Migrações e *Media*: Reflexões em Torno do Papel da Literacia Cinematográfica na Promoção da Interculturalidade

Social Representations, Migrations and the *Media*: Reflections on the Role of Film Literacy in Promoting Intercultural Dialogue

ISABEL MACEDO & ROSA CABECINHAS

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

isabelmacedo@gmail.com/ cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de doutoramento em Estudos Culturais intitulado "Migrações e identidades no documentário fílmico português: a literacia cinematográfica na promoção da interculturalidade". Este projeto propõe estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo documentário fílmico produzido em Portugal.

Desenvolvemos uma breve reflexão sobre o conceito de representações sociais e o modo como estas são (re)construídas, procurando, de seguida, discutir o papel dos media na difusão de representações sobre a população migrante. Argumentamos que deve ser fomentada a literacia cinematográfica na atualidade, atribuindo-lhe um papel ativo nas escolas, com vista à desconstrução de determinados estereótipos sociais e à promoção da interculturalidade.

Palavras-chave:

Representações sociais; migrações; *media*; literacia

Abstract:

The paper aims to present the work developed within the doctoral program in Cultural Studies with the project entitled "Migrations and identities in the Portuguese documentary film: film literacy in the promotion of intercultural dialogue". This project proposes to study the discourses and the representations associated with migrant populations spread by the documentary film produced in Portugal.

We developed a brief reflection on the concept of social representations and how they are (re)constructed, in order to understand the role of the media in the dissemination of representations about immigrants. It is argued that literacy should be fostered, giving it an active role in the schools, to allow the deconstruction of certain social stereotypes, promoting the intercultural dialogue.

Keywords:

Social representations; migrations; media, literacy

1. Introdução

Este artigo integra-se num projeto de investigação mais abrangente que propõe estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo documentário fílmico produzido em Portugal. Procuramos perceber de que modo os meios audiovisuais contribuem para a manutenção ou (des)construção de determinados estereótipos associados a esta população.

Vários trabalhos de investigação, desenvolvidos nos últimos anos, indicam que persistem determinados estereótipos raciais e preconceitos paternalistas, nomeadamente no que às pessoas de origem africana diz respeito (Cabecinhas 2007; Vala, Lopes & Lima, 2008). Na opinião de Cabecinhas & Feijó (2010: 30) “esses estereótipos estão profundamente enraizados na memória social, com impactos profundos na vida quotidiana dos imigrantes africanos em Portugal”. Procurando perceber se o cinema produzido em Portugal contribui para a manutenção destes estereótipos, pretendemos desenvolver um projeto de investigação que tem como objetivo a análise dos discursos humanos e dos significados veiculados pelo cinema de não-ficção produzido em Portugal.

No presente artigo desenvolvemos um reflexão inicial, começando por discutir os conceitos de *consciência coletiva* e de *representações sociais*, mobilizando para isso os trabalhos de Émile Durkheim e Serge Moscovici, respetivamente. De seguida, discutimos a sua pertinência para a análise das identidades individuais, assumindo que estas estão em permanente transformação, tratando-se de um processo sempre incompleto.

As imagens que nos chegam sobre o outro, imigrante e minoria, através dos vários *media*, contribuem para a reformulação das nossas opiniões e representações sobre o outro. Por isso, procuramos analisar ainda o papel dos meios de comunicação social na difusão de representações sobre esta população e as potencialidades da literacia mediática na formação, nos jovens, de um olhar crítico e informado, capacitando-os para a perceção e desconstrução de determinados estereótipos sociais.

2. O conceito de representações sociais

Nesta parte da nossa reflexão, partimos do trabalho do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), que inspirou Serge Moscovici (1988, 1994, 2001) no desenvolvimento da teoria das representações sociais.

Durkheim (1895/1987) encara a sociologia como uma nova ciência, que pode ser usada para esclarecer algumas questões filosóficas, que devem ser examinadas de modo empírico e com objetividade. O autor considera que é possível estudar a realidade social com o mesmo rigor com que se analisam os fenómenos naturais. Os factos sociais são, de acordo com o autor, o objeto de estudo da sociologia. Estes influenciam e condicionam as atitudes e os comportamentos dos indivíduos na sociedade, constituindo uma realidade sociologicamente objetiva, são modos de pensar, agir, sentir.

Um dos princípios básicos da sociologia para Durkheim é que se estude os factos sociais como se fossem coisas. Uma coisa para o autor é “todo o objeto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência (...), tudo o que o espírito só consegue

compreender na condição de sair de si próprio, por via de observações e de experimentações”. Os factos sociais não são somente exteriores ao indivíduo, como possuem um poder coercivo pelo qual se impõem a ele, ou seja, “consistem em maneiras de fazer ou pensar, reconhecíveis pela particularidade de serem susceptíveis de exercer uma influência coerciva sobre as consciências particulares” (Durkheim, 1895/1987: 13). Neste sentido, para o autor, o indivíduo sente, pensa e age condicionado e até determinado pela realidade social, ou seja, pelas normas e padrões estabelecidos na sociedade.

A *Divisão Social do Trabalho* (1893/1989) é uma das principais obras de Émile Durkheim. Nesta obra o autor defende que com o advento da era industrial emergia um novo tipo de solidariedade. Nas sociedades tradicionais que, segundo o autor, se caracterizavam pela solidariedade mecânica, havia um nível reduzido de divisão do trabalho. Este tipo de solidariedade baseia-se no consenso. De acordo com esta perspectiva, a consciência individual é uma simples dependência do tipo colectivo e segue-lhe todos os movimentos, como o objecto possuído segue aqueles que o seu proprietário imprime. Nas sociedades em que esta solidariedade está muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence (...); é literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe (Durkheim, 1893/1989: 152).

Contudo, na opinião de Durkheim (1893/1989), esta forma de solidariedade foi-se extinguindo com a industrialização que conduziu a uma maior divisão do trabalho e conseqüentemente, a um outro tipo de solidariedade: a solidariedade orgânica. A sociedade industrial, marcada por uma ampla divisão social do trabalho, criava laços de interdependência económica entre as pessoas. A necessária integração da sociedade moderna seria dada, em parte, pela dependência mútua dos diversos papéis desempenhados pelos indivíduos. Segundo o autor, enquanto que a solidariedade mecânica implica que os sujeitos se assemelhem, a solidariedade orgânica supõe que diferem uns dos outros. Nesta perspectiva, quando é a solidariedade mecânica que está na base da coesão social, a *consciência colectiva* envolve completamente a *consciência individual*, tornando os indivíduos idênticos. A solidariedade orgânica, pelo contrário, pressupõe não a identidade, mas antes a diferença entre os indivíduos nas suas crenças e ações.

Na perspectiva de Durkheim (1893/1989), os indivíduos que participam dos mesmos grupos e da mesma sociedade compartilham valores e normas coletivas que os mantêm integrados. Trata-se daquilo que o autor designa de *consciência colectiva*, ou seja, o conjunto de normas, valores, atitudes e crenças partilhados por uma comunidade ou sociedade. Para o autor, “os estados da consciência colectiva são de uma natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem as suas leis próprias” (Durkheim, 1893/1989: 17). Neste sentido, para compreendermos o modo como a sociedade se representa a si própria e ao mundo é a “natureza da sociedade, e não a dos particulares, que devemos considerar. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com o que ela é” (Durkheim, 1893/1989: 18). Assim, segundo o autor, o modo colectivo de agir ou de pensar é exterior ao indivíduo, tendo uma

existência própria. O indivíduo encontra esta consciência coletiva já completamente formada, “(...) não pode impedir que existam ou fazer que existam de modo diferente; é, pois, obrigado a tomá-las em consideração, e é-lhe tanto mais difícil (não dizemos impossível) modificá-las quanto elas participam, em diversos graus, da supremacia material e moral que a sociedade tem sobre os seus membros” (Durkheim, 1893/1989: 23).

Moscovici (2001) partiu do conceito de *consciência colectiva* na sua reflexão sobre representações sociais. De acordo com este autor, os esforços de Durkheim (1893/1989) no sentido de estabelecer a Sociologia como ciência autónoma levaram-no a criar uma dicotomia entre individual e coletivo, pessoa e sociedade, sugerindo que as representações individuais seriam o objeto da psicologia social enquanto as representações coletivas seriam o objeto da sociologia. Na opinião de Moscovici (2001) é impossível definir uma distinção clara entre coletivo e social. Enquanto Durkheim (1893/1989) vê as representações coletivas como formas estáveis de entendimento coletivo, com um poder coercivo que origina a manutenção de uma ordem na sociedade; Moscovici (2001) está mais preocupado em explorar a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Para este autor, a própria ideia de diversidade leva-nos a refletir sobre a falta de homogeneidade das sociedades modernas, onde se observa a desigual distribuição de poder, originando uma heterogeneidade de representações. Em qualquer cultura existem pontos de tensão e clivagem no sistema de representação e é aí que novas representações sociais emergem.

O autor menciona que usa o termo ‘social’, e não ‘colectivo’, porque considera que este se refere a uma noção de sociedade, de redes de pessoas a interagirem. Podemos verificar por esta definição que, na teoria das representações sociais, o conceito de representação assume um sentido mais dinâmico, referindo-se ao processo através do qual as representações são elaboradas e não tanto às estruturas estabelecidas. De acordo com esta perspectiva, as representações sociais são produto da nossa interação e comunicação e vão-se reformulando de acordo com estes processos de influência. Para Moscovici (2001), comunicar faz parte do estudo das representações, porque as representações são geradas neste processo e expressas pela linguagem. Isto significa que o modo como percebemos os acontecimentos é condicionado pelas nossas representações, linguagem e cultura.

Indivíduos e grupos criam representações no decorrer da comunicação e cooperação. As representações, obviamente, não são criadas pelos indivíduos isolados. Uma vez criadas, contudo, elas levam uma vida própria, circulam, fundem-se, atraem-se e repelem-se, dando lugar a novas representações (...) (Moscovici, 2001: 27).

Com efeito, a relação entre comunicação e representação parece indissolúvel e a comunicação constitui o processo de transformação dessas representações, no qual nós fundimos as nossas representações com as dos outros grupos. Neste sentido, as representações sociais são formadas e transformadas no contexto e através de assimetrias, conflitos, descontinuidades e tensões (Marková, 2010).

As representações sociais dizem respeito aos conteúdos do pensamento quotidiano e ao conjunto de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, ideias políticas, etc. As representações sociais permitem-nos classificar pessoas e objetos, comparar e explicar comportamentos e objetivá-los enquanto constituintes do nosso ambiente social (Moscovici, 1988: 214).

Para explicar como é que as cognições sociais, coletivamente partilhadas, devem ser para serem consideradas representações sociais, Moscovici (2001) distingue entre representações hegemónicas, representações emancipadas e representações polémicas. O autor define representações hegemónicas como aquelas que são partilhadas pela maioria dos membros de um partido político, uma nação ou outra unidade macro estruturada. Estas representações são uniformes e prevalecem em todas as práticas simbólicas ou afetivas. Já as representações emancipadas relacionam-se com subgrupos que criam as suas próprias versões, mantendo, contudo, um certo grau de autonomia em relação aos segmentos da sociedade com a qual interagem (Moscovici, 1988). As representações polémicas, estão relacionadas com conflitos sociais e lutas entre os grupos e são determinadas por relações antagónicas.

Na opinião do autor, todas as representações têm por objetivo tornar familiar aquilo que nos é desconhecido (Moscovici, 1988). O autor refere dois mecanismos sócio-cognitivos de comunicação que geram representações sociais: a ancoragem e a objetivação. O primeiro mecanismo, torna o desconhecido familiar, trazendo-o para uma esfera de representações sociais anteriores, para que as possamos comparar e interpretar. O segundo mecanismo, objetivação, torna o desconhecido familiar por transformar as representações em algo concreto e perceptível.

Pela comunicação, as representações sociais são ancoradas de novo em novas representações sociais. Estas novas representações sociais são incorporadas às já conhecidas enquanto, simultaneamente, essas últimas são transformadas pelas novas representações que emergem nesta interação. Gradualmente, ideias inicialmente estranhas, tornam-se conhecidas e parte dos quadros coletivos de referência de uma sociedade. Moscovici (1994: 164) refere que com a noção de ancoragem pretendia “expressar a relação entre gerar sentido e comunicar”.

Por sua vez, a objetivação torna o desconhecido familiar transformando-o em algo concreto, que podemos perceber e experimentar. Objetivar é, de acordo com Moscovici (2001), um processo muito mais ativo e exige muito mais esforço do que a ancoragem, que ocorre quase automaticamente cada vez que somos confrontados com novos fenómenos.

De facto, o conceito de representação, que o autor mobilizou da filosofia (Moscovici, 1988), encontrou lugar, de um modo ou de outro, em várias ciências sociais e humanas. A teoria das representações sociais que direciona a atenção para o pensamento social e cultural da

sociedade, faz-nos refletir sobre o modo como as novas cognições sociais ou representações da realidade se tornam familiares e as representações antigas são transformadas através da comunicação. Ao estudar como os *media* e o público ancoram e objectificam "novos" problemas científicos, políticos e sociais, podemos obter informações sobre transformações vitais nos sistemas de pensamento e de construção social dos significados (Wagner & Hayes, 2005; Hoijer, 2011).

Esta teoria permite-nos compreender e intervir na realidade social. Permite articular as dimensões sociais e culturais com a história, possibilitando uma interpretação dos processos e modos pelos quais os indivíduos e os grupos constroem e analisam o seu mundo e as suas vidas. Sendo uma teoria que possibilita a leitura e compreensão do mundo que nos envolve, é salientada a importância de se ter em consideração a relação entre as representações sociais e as configurações culturais dominantes, bem como a própria dinâmica social do contexto em análise (Jodelet, 1999; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006).

3. Os processos identitários na evolução das representações sociais

Refletindo sobre o conceito de identidade, Hall (1994) refere que devemos pensar a identidade enquanto produção, nunca completa, sempre um processo, constituído no contexto dos sistemas de representação. Ferin et al. (2008: 31/32) corroboram esta perspectiva. Para os autores, as identidades, sejam singulares, sejam plurais, "são uma construção em progresso, o que quer dizer que não há identidades fixas e que o processo de construção nunca está acabado, dando constantemente origem a recontextualizações e reparticularizações, muitas vezes conflituantes e contraditórias".

A este propósito, no seu trabalho *Resisting Representations and Identity Processes*, Breakwell (2010) realiza uma breve análise do trabalho por si desenvolvido sobre os processos sociais, cognitivos, conotativos que envolvem o conceito de identidade. Desde 1986, o autor tem vindo a desenvolver a teoria da identidade como processo (Identity Process Theory), que também propõe que a identidade de um indivíduo é um produto social dinâmico, resultado da interação entre as capacidades da memória, consciência e organizada interpretativamente com as estruturas físicas e sociais e os processos de influência que constituem o contexto social. Esta teoria considera que a identidade reside em processos psicológicos, mas é manifestada através do pensamento, da ação e do afeto. Reconhece que a identidade é criada dentro de um contexto social particular, que por sua vez se enquadra num contexto histórico específico. Para o autor, o contexto social pode ser representado esquematicamente em duas dimensões, a estrutura e o processo. A estrutura diz respeito às relações interpessoais, categorias sociais, pertenças grupais e relações intergrupais. Os processos de influência social dizem respeito à educação, à retórica, à publicidade, ao próprio cinema. Através destes processos estabelecem-se sistemas de valores, reificados em

representações sociais, normas sociais e significados, que constituem uma arena em que os conteúdos e o valor das identidades individuais é (re)construído. O conteúdo refere-se àquelas características que marcam o indivíduo como único – identidade pessoal (valores, atitudes, estilo cognitivo...) e identidade social (pertencas, normas, categorias sociais) – e ao valor que cada elemento do conteúdo tem em termos de efeitos positivos ou negativos. Estes processos estão em constante mudança, sujeitos a revisão contínua, como consequência das mudanças nos sistemas de valores sociais e na posição adotada pelo indivíduo perante estas transformações.

Embora esta teoria coloque ênfase no papel da estrutura na construção das identidades individuais, não sugere contudo que a identidade é totalmente determinada pelo contexto social, tendo o indivíduo “alguma liberdade de escolha na formulação da estrutura identitária”, ou seja, o indivíduo é agente na criação da sua identidade (Breakwell, 2010: 6.5).

De facto, para que este modelo de criação e evolução dinâmica da identidade seja útil, o autor considera que este deve ser articulado com uma teoria que explique o modo como o conhecimento e os valores sociais são gerados e transformados. A abordagem da IPT ao conceito de identidade realça o papel fundamental dos processos de representações sociais na formação da identidade, mas sugere também que os processos identitários podem ser determinantes na evolução das representações sociais.

Todos os aspetos da identidade (não apenas aqueles derivados da pertença grupal) são fatores muito importantes na participação dos indivíduos na produção, transformação e usos das representações sociais. A personalidade e as pertencas grupais afetam a exposição dos indivíduos às representações sociais, a sua aceitação e uso (Breakwell, 2010: 6.6).

Este uso das representações sociais é definido pelo autor como a frequência com que a representação social é reproduzida, ou seja, comunicada a outros e usada como ponto de referência na tomada de decisões, na assimilação de novas informações e na avaliação das situações com as quais nos deparamos.

A maioria das nossas perceções, aquilo que vemos e ouvimos, as nossas crenças e informações sobre as pessoas e as coisas não são diretamente factuais. Nós adquirimo-las através das outras pessoas, via interações, *media*, logo a sua origem é interpessoal ou social (Wagner & Hayes, 2005). O contacto cultural e os problemas de compreensão que este contacto origina podem ser observados em qualquer sociedade. Ideias de pureza, impureza e tabu fazem parte do sistema cultural da imaginação social, partilhadas pelas representações de uma cultura, sociedade ou grupo social. É neste contexto que os processos motivacionais, emocionais e cognitivos de representação se desenvolvem.

4. Imagens de imigrantes e minorias étnicas nos *media*

Como foi referido anteriormente, no trabalho desenvolvido por Moscovici (1961), o autor concedeu um lugar central à comunicação na dinâmica das representações sociais, demonstrando como os *media* participam na construção de modelos de interpretação que nos permitem organizar, avaliar e julgar os acontecimentos sociais. Partindo das referências teóricas de Moscovici (1961), Valence & Rossiau (2009), estudaram as representações mediáticas dos direitos do Homem e da imigração nos jornais diários *Liberation* e *Le Figaro* durante seis anos. Os autores vêem os *media* como contextos potenciais de ancoragem para as representações sociais. De facto, a ancoragem, que permite a incorporação de elementos novos nas categorias de conhecimento mais familiares, traduz a propensão que os indivíduos têm de partirem de pontos de referência pré-existentes na sua grelha de leitura. Os autores partem da ideia de que uma representação estabelece-se como um ponto de referência possível e tende a criar um conjunto de significados para além dos quadros iniciais de pensamento. Com efeito, a representação deixa de corresponder estritamente ao objecto, porque o processo de ancoragem pode conferir-lhe uma capacidade de se tornar um novo quadro de referência para a compreensão da realidade. É precisamente porque este sistema de ancoragem está presente no nosso quotidiano, que se revela importante analisarmos os processos que decorrem do simples facto de vermos um filme ou uma notícia com referências negativas aos imigrantes e a minorias étnicas.

De acordo com esta perspectiva, os *media* podem ser entendidos como práticas de construção de sentido em espaços públicos, que permitem a configuração de universos partilhados, orientam os temas de conversação dos grupos sociais em função de debates e polémicas determinados pelos interesses específicos destes grupos.

Mills-Affif (2004) investigou as representações audiovisuais da imigração de 1960 a 1986 e demonstrou a omnipresença de representações pré-estabelecidas e ideológicas relativas à figura do imigrante que conduzem à apreensão da imigração não segundo o próprio processo migratório, mas tendo como referência as pessoas que imigram. Os autores constataam que a imigração em França é associada aos africanos, aos magrebinos, aos europeus de leste e também aos asiáticos. De facto, a Europa de uma forma geral, tornou-se a partir da década de 80 um espaço de imigração (Machado, 2002; Ferin et al., 2008; Pires et al., 2010). Ferin et al. (2008: 22) acrescentam que “este fenómeno, gerado por desequilíbrios económicos, demográficos, culturais e religiosos mundiais, tem-se repercutido nas políticas da comunidade europeia e constituído um dos temas de maior preocupação da opinião pública”. Na opinião dos autores, as políticas relativas à imigração na União Europeia têm tido como prioridades fundamentais os aspectos preventivos e de defesa interna e externa e o desenvolvimento de mecanismos de integração, não discriminação e acesso dos migrantes à cidadania, quer dos locais onde vivem, quer à cidadania europeia. Entre estes mecanismos de defesa e prevenção, os autores referem o Acordo de Schengen, assinado em 1985 e alargado a todos os países que integram a União Europeia. Neste acordo está prevista a

obrigatoriedade, de todos os países por ele compreendidos, possuírem centros de acolhimento temporário para imigrantes em situação ilegal e terem legislação que permita a expulsão e registo destes imigrantes no sistema Schengen. Na perspetiva dos autores, estes mecanismos têm gerado em Portugal muitas das peças de imprensa e televisão referentes a centros de acolhimento, peças que reportam a expulsão e deportação de imigrantes detetados em situação irregular, assim como aquelas que “ênfatizam acções da polícia, terrestre e marítima, contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e no Sul da Península Ibérica” (Ferin et al., 2008: 23). As peças recolhidas pelos autores em 2005 e 2006 refletem esta tendência. Além disso, os autores também referem terem observado um aumento de publicidade com pessoas oriundas de outros grupos étnicos e o aumento do número de documentários e reportagens sobre temáticas da migração.

Nos trabalhos desenvolvidos por Ferin et al. (2006, 2008) sobre representações dos imigrantes e minorias étnicas nos *media* em Portugal, nomeadamente, na imprensa e na televisão, os autores concluíram que efetivamente os imigrantes e as minorias estão muito presentes nas rotinas de produção da imprensa e da televisão nacionais. Embora se verifique uma diminuição do número de peças em televisão e na imprensa entre 2003 e 2006, a temática que predomina quando as peças se referem a imigrantes e minorias étnicas é a temática do ‘Crime’. Os autores mencionam terem observado algumas alterações ao nível da discursividade. Em 2003 e 2004 os imigrantes e as minorias surgiam fundamentalmente como autores dos crimes, mesmo quando não o eram, enquanto que em 2005 e 2006 há uma distinção entre o imigrante/membro de uma minoria enquanto autor ou vítima de um crime.

Se atentarmos que hoje, nas sociedades ocidentais, formalmente anti-racistas, permanecem fenómenos racistas, cada vez mais justificados pela perceção das diferenças culturais ou religiosas em detrimento das justificações relacionadas com as perceções de diferenças genéticas (Cabecinhas, 2007; Vala, 1999), torna-se pertinente analisar possíveis expressões mascaradas ou dissimuladas de racismo no contexto audiovisual português.

Procurando avançar com uma reflexão inicial sobre a imigração em Portugal, importa referir a publicação recente do Instituto Holandês de Investigação Social *Measuring and Monitoring Immigrant Integration in Europe* (2012), que inclui um capítulo da autoria de Catarina Oliveira (Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI). Neste capítulo, a autora apresenta um gráfico ilustrativo da situação portuguesa no que diz respeito aos processos migratórios vividos nas últimas décadas. Este gráfico permite uma leitura da imigração para Portugal desde 1960 até 2010. É claro o aumento de população imigrante com residência legal em Portugal. Contudo, só foram disponibilizados os dados relativos aos emigrantes portugueses até 2001, dados estes que poderão ter sofrido algumas alterações nos últimos anos, devido à crise internacional, podendo, eventualmente, ter acompanhando a tendência da imigração.

O gráfico ilustra o aumento da imigração a partir da década de 70, coincidindo com o fim da ditadura em Portugal e a consequente mudança nas estruturas políticas, económicas e sociais. De facto, observa-se que a emigração diminuiu durante os anos 70 e que, em simultâneo, derivado da independência das colónias africanas, se assistiu a um aumento da imigração, resultado da chegada de repatriados, requerentes de asilo e portugueses de regresso a Portugal. Com efeito, até ao final da década de 1990, os imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) parecem ter dominado a população imigrante.

Com a entrada de Portugal para Comunidade Económica Europeia em 1986, houve um novo incentivo à imigração, resultado da liberalização económica, que levou ao recrutamento de trabalho imigrante. Mais tarde, no final da década de 1990, observam-se novos fluxos de imigração oriundos da Europa de Leste. Todos estes fenómenos originaram e continuam a provocar a definição de políticas e medidas que pretendem responder à complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos. Ao contrário do que se observava na década de 70, tem-se verificado o aumento da população imigrante sem laços históricos com Portugal (Oliveira, 2012).

Sendo Portugal um país onde o número de imigrantes tem vindo a aumentar significativamente, e assumindo como refere Lemière (2006), que o cinema português tem vindo a discutir a questão nacional, torna-se relevante compreender que representações sobre esta população têm vindo a ser veiculadas pelo cinema produzido em Portugal. Revela-se também de extrema importância definir estratégias formativas para as populações sobre os conteúdos audiovisuais que têm como tema central os imigrantes e as minorias étnicas. Se os sistemas nacionais de televisão constituem ainda o quadro dominante para as representações do mundo da maior parte das pessoas (Straubhaar, 2007), importa fomentar nas famílias a leitura crítica dos conteúdos que chegam até às suas casas, assumindo a literacia mediática uma importância indiscutível no contexto atual (Pinto et al., 2011).

5. A literacia cinematográfica na promoção da interculturalidade

Como referimos anteriormente, os *media* veiculam determinadas representações sobre os imigrantes e minorias étnicas que devem ser objeto de uma análise mais profunda. Na nossa perspetiva, a literacia mediática deverá ter neste contexto um papel mais ativo na desconstrução de determinados estereótipos que persistem na sociedade portuguesa. Pretendemos, nesta fase da nossa reflexão, discutir o conceito de literacia mediática, focando-nos mais concretamente no cinema e na literacia cinematográfica enquanto instrumento de transformação da realidade social.

O consumo de programação televisiva é uma realidade na sociedade atual. A escola, juntamente com as famílias devem conhecer a TV, aprender a interpretá-la e aos seus mecanismos de produção. Na opinião de Perez Tornero (2000), este meio de comunicação oferece muitas oportunidades educacionais a serem descobertas. De facto, desde a infância são consumidas elevadas doses de comunicação audiovisual. Contudo, os telespetadores não são meramente agentes passivos na receção dessas mensagens. Os jovens vêm todo o tipo de programas, sem conhecerem as estratégias persuasivas que lhes estão inerentes. Para o autor, esta realidade requer ações orientadas e o envolvimento da escola, através do desenvolvimento de programas de literacia mediática (Perez Tornero, 2000).

O conceito de literacia clássica associava a literacia à capacidade do indivíduo de leitura e de escrita. Contudo, Livingstone (2003) rejeita a visão a-histórica que associa literacia à leitura e à escrita. A autora considera que a literacia se refere à interpretação de toda e qualquer mensagem mediática. Neste sentido, deve ser entendida com base num debate produtivo multidisciplinar das questões, até então estudadas separadamente, relacionadas com a leitura, o material impresso, as audiências de televisão, o uso de computadores e da internet. As novas literacias envolvem competências sociais, desenvolvidas através da colaboração e do trabalho em rede. Estas competências, são construídas sob a base da literacia clássica, das competências de investigação, competências técnicas e análise crítica, desenvolvidas em contexto de sala de aula (Jenkins et al., 2009). Neste sentido, quando discutimos literacia mediática referimo-nos a uma série de competências, quer individuais, quer sociais.

O objetivo da literacia mediática é aumentar a consciência das muitas formas de mensagens mediáticas com as quais nos confrontamos no quotidiano. Deve ajudar os cidadãos a perceberem como os *media* filtram as suas perceções e crenças, modelam a cultura popular e influenciam as escolhas pessoais. De acordo com esta perspetiva, a literacia mediática deve estimular o pensamento crítico e a capacidade de resolução criativa de problemas. Neste sentido, “a educação para os *media* constitui parte dos direitos básicos de todos cidadãos, em todos os países do mundo, à liberdade de expressão e ao direito à informação e é instrumental na construção e manutenção da democracia” (Cf. *Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe: Final Report, 2011*).

Em Portugal, o jornalismo escolar e o cinema na educação foram inicialmente os contextos em que se desenvolveu a educação para os *media* (Pinto et al., 2011), embora, esta seja uma área que tem sofrido avanços e recuos, não tendo sido incrementada ainda no currículo escolar. Já em 1998 nas conclusões do encontro nacional “O audiovisual no ensino, o ensino do audiovisual”, António (1998: 203) referia ser essencial “integrar a sensibilização e o ensino do cinema e do audiovisual nas estruturas curriculares, por forma a criar uma nova disponibilidade dos alunos para o usufruto de um meio de comunicação e de uma forma de arte que necessitam ser apreendidos e aprendidos tal como já o é, por exemplo, a comunicação escrita e musical”.

Contudo, algumas alterações estão a suceder atualmente a este nível. Com a aprovação da Proposta de Lei n.º 69/XII, em 2012, fala-se pela primeira vez na legislação portuguesa relativa ao cinema e ao audiovisual, de literacia do público escolar. Um dos objetivos da nova lei do cinema é contribuir para a formação de públicos, nomeadamente através do apoio a festivais de cinema, cineclubes, circuitos de exibição em salas municipais e associações culturais de promoção da atividade cinematográfica.

Com o objetivo de promover a literacia do público escolar para o cinema, esta nova lei prevê o desenvolvimento de um programa de formação de públicos nas escolas. Está prevista a criação de um programa de literacia para o cinema junto do público escolar para a divulgação de obras cinematográficas de importância histórica, em particular de longas-metragens, curtas-metragens, documentários e filmes de animação de produção nacional. De acordo com o Comunicado do Secretário de estado da Cultura (1 de fevereiro 2012), a formação de públicos e a internacionalização são prioridades e a nova Lei do Cinema vem reforçar a importância da formação de públicos através de uma parceria entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, a Cinemateca e o Ministério da Educação. Estão também incluídos nesta medida os conteúdos pedagógicos para professores, com enfoque na ligação curricular, bem como o acesso digital a filmes estrangeiros de referência.

É neste contexto que consideramos pertinente salientar a importância da introdução nos programas de literacia para o público escolar de filmes portugueses que discutam a realidade da imigração em Portugal, numa perspetiva crítica e de (des)construção e discussão sobre a realidade/ficção que a tela nos apresenta. De acordo com esta perspetiva, a seleção do material audiovisual a integrar nos programas de literacia para as escolas é de extrema importância, já que um filme tem o poder de difundir imagens, perceções, representações que podem ser centrais na formação dos jovens.

Tendo esta problemática presente, é nosso objetivo futuro estudar os discursos e as representações sociais associados às populações migrantes veiculados pelo cinema, nomeadamente, pelo documentário fílmico produzido em Portugal, com o propósito de elaborar um programa de literacia cinematográfica que seja promotor da interculturalidade.

6. Reflexões finais

Nesta reflexão sobre representações sociais, migrações e *media*, procurámos discutir a relevância do conceito de representações sociais para compreendermos o modo como os *media* veiculam determinadas perceções e imagens dos imigrantes e das minorias étnicas. Interessou-nos também realçar o facto das representações estarem em constante reformulação e serem influenciadas pelos conteúdos que nos chegam diariamente pelos diferentes *media*. Salientámos ainda o papel fundamental dos processos de representações

sociais na formação da identidade e dos próprios processos identitários na evolução das representações sociais.

Como vivemos em sociedade, a representação que temos sobre o outro, imigrante/minoria, é reproduzida em contexto social, ou seja, comunicada a outros e usada como ponto de referência na tomada de decisões, na assimilação de novas informações e na avaliação das situações com as quais nos deparamos. Pelo facto de consumirmos uma elevada quantidade de informações audiovisuais, através, por exemplo, da televisão e da internet, se as imagens difundidas neste contexto sobre os imigrantes/minorias forem de teor negativo, as nossas representações sobre esta população tendem a assumir as perspectivas que são veiculadas pelos *media*.

Interessa-nos neste âmbito, estudar o cinema produzido e difundido em Portugal. Daí termos enfatizado a importância da introdução nos programas de literacia para o público escolar de filmes portugueses que discutam a realidade da imigração em Portugal, promovendo nos jovens posturas críticas e de (des)construção e discussão dos conteúdos apresentados.

Financiamento

Artigo desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/75765/2011.

Referências

- António, L. (1998) *O Ensino, o Cinema e o Audiovisual*, Porto: Porto Editora.
- Breakwell, G. (2010) 'Resisting Representations and Identity Processes', *Papers on Social Representations*, 19: 6.1-6.11.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco. A Naturalização da Discriminação Racial*, Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010) 'Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths', *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.
- Cabecinhas, R., Lima, M., & Chaves, A. (2006) 'Identidades Nacionais e Memória Social: Hegemonia e Polémica nas Representações Sociais da História' in J. M. & M. I. J. (eds.) (2006) *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- Durkheim, É. (1893/1989) *A Divisão do Trabalho Social*, Vol. I., Editorial Presença: Lisboa.
- Durkheim, É. (1895/1987) *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença: Lisboa.

- Ferin, I., Santos, C. A., Filho, W.S. & Fortes, I. (2008) *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Ferin, I., Santos, C. A., Valdigem, C. & Filho, W.S. (2006) *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Hall, S. (1994) 'Cultural Identity and Diaspora' in P. Williams and L. Chrisman (eds.), (1994) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader*, London: Harvester Wheatsheaf, pp. 392-401.
- Hojjer, B. (2011) 'Social Representations Theory: A New Theory for Media Research', *Nordicom Review*, 32: 3-16.
- Jenkins, H. et al. (2009) *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*, Chicago: MacArthur Foundation.
- Jodelet, D. (1999) *Les Représentations Sociales*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Lemière, J. (2006) "'Um Centro na Margem": o Caso do Cinema Português,' *Análise Social*, 180: 731-765.
- Livingstone, S. (2003) 'The Changing Nature and Uses of Media Literacy' in Gill, R., Pratt, A., Rantanen, T. & Couldry, N. (eds.) (2003), *MEDIA@LSE Electronic Working Papers*, pp. 1-31.
- Machado, F. L. L. (2002) *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Marková, I. (2010) 'Gerard Duveen on the Epistemology of Social Representations', *Papers on Social Representations*, 19: 4.1-4.9.
- Mills-Affif, E. (2004) *Filmer les Immigrés: les Représentations Audiovisuelles de l'Immigration à la Télévision Française, 1960-1986*, Paris: De Boeck/INA.
- Moscovici, S. (1961) *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1988) 'Notes Towards a Description of Social Representations', *European Journal of Social Psychology*, 18: 211-250.
- Moscovici, S. (1994) 'Social Representations and Pragmatic Communication', *Social Science Information*, 33 (2): 163-177.
- Moscovici, S. & Duveen, G. (eds.) (2001) *Social Representations: Explorations in Social Psychology*, New York University Press: New York.
- Oliveira, C. (2012) 'Monitoring Immigrant Integration in Portugal: Managing the Gap between Available Data and Implemented Policy', in European Commission Directorate-General for Information Society and Media Literacy Unit, *Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe: Final Report*, [http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/final-report-ML-study-2011_en.pdf], acessado em 13/08/2012].
- Perez Tornero, J.M. (2000) *Comunicación y Educacion en la Sociedad de la Información*, Barcelona: Paidós.
- Pinto, M.; Pereira, S., Pereira, L. & Ferreira, T. (2011) *Educação para os Media em Portugal: Experiências, Actores e Contextos*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Pires, R. P. (2003) *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Straubhaar, J. (2007) *World Television: from Global to Local*, London: Sage Publications.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999) *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Vala, J., Lopes, D. & Lima, M. (2008) 'Black Immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and Prejudice', *Journal of Social Issues*, 64 (2): 287–302.
- Valence A. & Roussiau N. (2009) 'L'Immigration et les Droits de l'Homme dans les Medias: Une Analyse Representationnelle en Reseau', *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 81: 41-63.
- Wagner, W. & Hayes, N. (2005) *Everyday Discourse and Common Sense: The Theory of Social Representations*, New York: Palgrave Macmillan.

Crítica e Pós-Colonialismo: Olhares Transatlânticos nas Críticas de Antonio Candido e Eduardo Lourenço

ANNE VENTURA & MARIA MANUEL BAPTISTA

Universidade de Aveiro/FCT

anne_ventura@hotmail.com/ mbaptista@ua.pt

Resumo:

As obras de Antonio Candido e Eduardo Lourenço são sempre um rico material de estudo das identidades culturais brasileira e portuguesa, uma vez que compartilham de uma mesma preocupação em compreender a ideia de nação através de sua cultura. Neste breve estudo, dedicar-nos-emos aos olhares transatlânticos que lançaram sobre as complexas relações culturais entre Brasil e Portugal. Para tal, buscaremos analisar as suas reflexões sobre laços e conflitos pós-coloniais existentes entre os dois países, através das críticas literárias e da crítica da teoria lusófona que elaboraram.

Palavras-chave:

Antonio Cândido; Eduardo Lourenço; identidade cultural

Abstract:

Antonio Candido and Eduardo Lourenço writings are always a rich material of study for the cultural identities Brazilian and Portuguese, a time that shares of one same concern in understanding the idea of nation through its culture. In this paper, however, we propose to explore the transatlantic looks that they had launched on the complex cultural relations between Brazil and Portugal. Therefore we will analyze its reflections on the bows and post-colonials conflicts between the two nations, through literary critical and criticism to lusophony myth that they had elaborated.

Keywords:

Antonio Cândido; Eduardo Lourenço; identidade cultural

1. Introdução

Tão importante quanto pensar os cânones das nossas literaturas a fim de compreendermos melhor a ideia que temos de nós mesmos é pensar os cânones de nossa crítica literária; afinal é ela quem guia a nossa memória poética, estabelecendo critérios mais ou menos rígidos não apenas para as nossas escolhas, como para as nossas leituras.

Em suas ensaísticas particulares, Antonio Candido e Eduardo Lourenço coincidem num intuito: compreender a nação, seja através da preocupação com a sua formação, seja decifrando seus mitos. Mas uma nação nunca o é só; ela existe em relação aos seus pares. Por isso, um ponto de encontro entre esses dois pensadores que nos interessa são os ensaios em que se dedicaram a pensar as relações luso-brasileiras, trabalhadas por ambos num contexto de crítica não apenas literária, mas cultural. Neste momento de nosso estudo, gostaríamos de nos dedicar à análise do impacto, ou ausência dele, das teorias luso-brasileiras da cultura nos olhares transatlânticos de Antonio Candido e Eduardo Lourenço.

2. Herança e desapego

Para adentrarmos no assunto, convém recordarmos a compreensão de Candido acerca da literatura brasileira enquanto sistema. Herdeiro de uma geração de intelectuais preocupados com a noção de formação, Antonio Candido escreverá sua obra mais famosa *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1959). Formação, esta, de carácter algo normativo, síntese de tendências universais e particulares que, aqui, será pontuada como marca de uma ausência, cara não apenas à literatura, mas à teoria literária brasileira:

Todo intelectual razoavelmente atento às idiossincrasias da civilização brasileira que lhe roubam o fôlego sabe (salvo nos campos bem conhecidos de cegueira olímpica) o quanto pesa a ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de formação (Arantes, 1995: 24).

É no lastro dessa perseguição nacional que Candido trará para a literatura o estudo da formação de um sistema literário que se possa nomear brasileiro. Nos prefácios que o autor dará ao livro, datados de épocas distintas, Candido tenta explicar suas ideias, que trarão discórdias devido ao rigor com que tenta reconhecer o processo formativo dentro da literatura nacional. Para tal, diferencia literatura de manifestação literária. Segundo ele, uma manifestação literária não será necessariamente literatura, em sua acepção de sistema simbólico. Para tal, será necessária uma tríade formada por autor, obra, público, que permita a esta obra ligar-se a um conjunto de outras obras através de denominadores comuns, que abarquem factores internos e externos, na formação de uma literatura nacional, enquanto fenómeno de civilização. Deste modo, Candido reconhece, através de um ponto de vista histórico, mas também crítico, que a literatura brasileira terá momentos decisivos na sua formação. São estes momentos sobre os quais o crítico irá se debruçar em vários ensaios, num empenho algo nacionalista (de ressonância modernista): momento decisivo da crítica literária brasileira. Ao elaborar esta obra histórica, mas também estética, Candido está ciente do risco: “A crítica é um ato arbitrário, se deseja criadora, não apenas registradora. Interpretar é, em grande parte, usar a capacidade de arbítrio; sendo o texto uma pluralidade de significados virtuais” (Candido, 2000: 37).

Já na publicação de sua tese universitária (1945), quando analisa o método crítico de Sílvio Romero, um naturalista empenhando na modernização do Brasil de finais do século XIX, Candido se depara com uma preocupação crítica, qual seja a formação de uma cultura nacional:

Uma nação se individualiza à medida que perde as características peculiares dos povos que a formaram e consegue se exprimir com originalidade. Nesse sentido deve caminhar o Brasil. A integração nacional depende do jogo de dois grandes factores de transformação: natureza e mescla étnica – e estes ainda estão em fase inicial. [...] Ante o estado primário do pensamento nacional, carregado de preconceitos, só a crítica poderá abrir caminho para um melhor futuro, graças à sua acção ao mesmo tempo construtora e demolidora. É preciso estudar as nossas próprias realidades, cujo descaso alimenta o baixo nível em que estamos (Candido, 2006: 76-77).

O olhar romeriano reconhece na superação da dependência, na diferenciação da cultura portuguesa, o pressuposto de uma cultura nacional e sente o peso complexo da ausência de uma formação integradora própria, intrínseca à cultura brasileira. Apesar de reconhecer Romero como fundador de uma crítica moderna no país, Candido o considera antes um crítico cultural do que literário, imbuído da crença naturalista de uma crítica pró-ativa da cultura, ainda agarrada à ideia da raça, capaz de transformar a realidade nacional. Candido transubstanciará o zelo pela realidade nacional em zelo pela realidade da obra literária nacional na busca de uma formação da literatura brasileira através de um necessário “movimento amplo e constante entre o geral e o particular, a síntese e a análise, a erudição e o gosto” (Candido, 2000: 30).

Nesse empenho dialéctico, a práxis do pensamento de Candido reconhece, em primeiro lugar, as pertenças da literatura brasileira, pois sem a tradição ela inexistente. Diverso do desejo romântico, a literatura brasileira jamais será fruto da autenticidade local, ela é transplante e depois ramo da portuguesa, arbusto, por sua vez, de um sistema literário maior. Ao contrário de outras literaturas que, enquanto sistema, permitiriam vida quase plena a um leitor, como a francesa ou a inglesa, a literatura brasileira e a literatura portuguesa são, segundo o crítico, literaturas menores: “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas...” (Candido, 2000: 9). Mas isso não significa que devemos nos afastar da experiência da nossa letra, uma vez que “comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós” (Candido, 2000: 10). Por isso, segundo o autor, não lhe interessa propriamente a questão da autonomia em relação à literatura portuguesa:

Justificava-se no século passado, quando se tratou de reforçar por todos os modos o perfil da jovem pátria e, portanto, nós aglamos, em relação a Portugal, como esses adolescentes mal seguros, que negam a dívida aos pais e chegam a mudar de sobrenome (Candido, 2000: 28).

Reconhece que seja até possível compartilhar em determinados contextos históricos autores e obras com a mãe-pátria, uma vez que tudo depende do ponto de vista em que esses dois sistemas são encarados, mesmo em suas coincidências. Candido inclusive sofrerá críticas de alguns intelectuais brasileiros por essa postura que considera uma literatura comum (ao Brasil e a Portugal) grande parte da literatura produzida no período colonial brasileiro. Entretanto é difícil acreditar que o pendor antilusitano do romantismo desapareça completamente enquanto preocupação numa obra que assume perspectiva claramente romântica¹ no que tange à busca de uma nacionalização da literatura, tomada de consciência da identidade nacional. É, aliás, este o critério para a escolha dos momentos decisivos, Neoclassicismo e Romantismo; momentos de superação do jugo colonial na busca de uma independência cultural do país que se inicia em meados do sec.XVIII e finda no

¹ A respeito deste ponto, ver: BAPTISTA. Abel de Barros. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. In: *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41 a 80.

“ponto de maturidade da crítica romântica” (Candido, 2000: 327) – não à toa sob a análise do ensaio “Instinto de Nacionalidade” (1873), de Machado de Assis.

Isso sem contar que Candido é demasiado próximo do movimento modernista brasileiro, que por sua vez tem forte disposição antilusitana. A geração uspiana de Candido e da revista *Clima* transpõe para a crítica um movimento de renovação do pensamento iniciado na literatura pelos modernistas nas décadas de 20 e 30, e isso pressupõe afinidades com seu projecto: “Nós nos formamos sob o seu influxo e somos em grande parte o seu resultado. A nossa orientação intelectual se delinea na atmosfera de suas lutas políticas, dos seus partidos extremos dos quais vamos aprender muita coisa [...]” (Candido, 2002b: 240); “para falar a verdade, com os de 30 é que começa a literatura brasileira” (Candido, 2002b: 239).

No princípio do século XX, Portugal era considerado, não raras vezes, o avesso da modernidade, o atraso, em contraposição à França ou à Itália, com quem os modernistas brasileiros estabeleceram melhores relações. Dessa visão pejorativa do português atrasado e triste de finais do século XIX e início do XX, alguns autores, como Eça de Queirós, carregado de uma influência parisiense, farão o contraponto e estarão bastante presentes na cultura brasileira. Mas Eça representa antes as fronteiras entre Portugal, Brasil e a Europa que se moderniza. No ensaio “Dos livros às pessoas” (2000), Candido chama a atenção para outros portugueses, além deste, que foram caros à formação dos modernos brasileiros. O impacto da revista *Farpas*, do ensaio de Antero de Quental sobre o declínio dos povos peninsulares, ou “a dureza com que Oliveira Martins analisa a política e a sociedade foi para nós um convite ao pessimismo em relação ao Brasil do nosso tempo e um primeiro estímulo para o desejo de transformá-lo” (Candido, 2004a:65). Ainda reflecte acerca da importância das leituras de Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão ou Fialho de Almeida para a sua geração e evoca suas experiências iniciais de leitura na infância e na adolescência, em grande parte portuguesas. Entretanto confessa: a literatura contemporânea portuguesa não despertará nele o mesmo impacto que esses mestres; queremos crer que por encontrar neles um substrato crítico modernista. Lembremo-nos, aqui, deste desabafo de Eça²:

O que eu queria – e o que constituiria uma força útil para o universo – era um Brasil natural, espontâneo, genuíno. Um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil que eu vi feito com pedaços de Europa, levados pelo paquete e arrumados à pressa, como panos de feira (Queirós, apud Velloso, 1999).

Poucos anos antes da publicação da *Formação*, Candido publicou uma nota de crítica literária sobre o livro de João Cruz Costa, *A Filosofia no Brasil* (1945), que levantava caras questões concernentes às dificuldades da filosofia em território brasileiro. Segundo Candido, o filósofo explica a ausência de uma filosofia no Brasil, e em Portugal, como fruto do utilitarismo lusitano, sua falta de pendor para a abstracção e a metafísica. Mesmo

² Sobre Eça de Queirós, indico, ainda, a leitura de dois ensaios de Candido, *Eça de Queiros Passado e Presente e Ironia e Latência*, ambos publicados em *O Albatroz e o Chinês* (2004).

concordando que “há muito de certo na sua tese”, argumentada com “evidente carinho”, Candido leva a questão adiante, problematizando ainda mais essa inclinação prática do génio lusitano que os brasileiros acabariam por herdar. Segundo Candido, este pragmatismo luso-brasileiro não parece ser de alta categoria, uma vez que antes “há no luso-brasileiro um quixotismo e uma inquietude mental bem pouco utilitária” (Candido, 2002a: 259), o que poderia ser explicado de modo bem mais duro por “algo da incapacidade dos incultos para compreender os mecanismos da abstracção e se interessar por eles” (Candido, 2002a: 259). A simpatia lusófila do filósofo tem, por isso, um risco: a de mascarar “o repúdio à especulação filosófica”, ou, ainda, resolver com falso “bom senso” as questões mais importantes para as nossas culturas. “O rude bom senso lusitano (sobre o qual tenho dúvidas) talvez não passe de rusticidade, assim como o nosso, dando ambos uma prova de incapacidade ou de verdor” (Candido, 2002a: 260). Ao evocar os argumentos de uma lusofilia um tanto saudosista, Cruz Costa pretendia defender a necessidade de focar a produção filosófica na realidade brasileira. Entretanto, Candido chama a atenção para a necessidade de também se dedicar o pensamento nacional aos problemas constantes da filosofia, uma vez, do contrário, o pragmatismo careceria das necessárias “germinações obscuras”. Este é, aliás, um dos prejuízos sofridos pela própria cultura portuguesa, como defende.

Justamente por não possuir essa cristalização lenta, Portugal se debateu, meio desnorteado, entre os impulsos do quixotismo e a vocação utilitária, entregue à improvisação e à imitação, incapaz de construir com a inteligência o que conquistara com a audácia. As descobertas quinhentistas foram um exemplo maravilhoso da técnica ao serviço da acção, e, portanto, uma vitória do pensamento. Não obstante, as suas conseqüências principais para a cultura não foram tiradas pelos portugueses, mas pelos franceses, ingleses, italianos. Não é no pensamento português que vamos encontrar o significado das descobertas para a orientação e o progresso do homem, mas em Montaigne, em Bacon, em Bruno, em Descartes. Enquanto os portugueses (homens práticos) se enterravam na boçalidade fradesca e na asfixia jesuítica, o intelectual puro Montaigne, indiferente às guerras que vinham até a porta do seu castelo provinciano, descobria o relativismo das instituições humanas pela interpretação dos conhecimentos etnográficos trazidos pelos descobridores e, graças à tradição cultural do seu país, contribuía tanto quanto eles para erguer o pensamento racionalista e preparar a revolução mental da idade moderna (Candido, 2002a: 263).

Ou seja, focar a realidade brasileira em suas questões práticas não deve significar o desleixo dos problemas filosóficos abstratos, imprescindíveis ao espírito moderno. E mais, interpretar a experiência brasileira tendo como principal fator a lusofilia é erro fulcral. A fraqueza especulativa brasileira não pode ser encarada como herança da lusitana “fantasia sem proveito”. Se há alguma herança que trará coincidências no empobrecimento da filosofia em ambos os países, trata-se da ausência ou fragmentação da formação de nossa história mental, no Brasil ou em Portugal.

O desencanto, ou melhor dizendo, o desdém (porque encanto nunca houve) de Candido pela voga luso-brasileira do século XX é patente em quase toda a sua obra, a começar por sua aproximação com o pensamento dos literatos modernistas brasileiros. E, no entanto, isso não significa um despreço pela nação lusitana e sua literatura. Muito pelo contrário, Candido estabelecerá uma fina relação com diversos intelectuais portugueses contemporâneos, tornando-se, inclusive, amigo íntimo de vários deles, como Novais Teixeira, António José Saraiva, Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. Com outros travará contactos mais ligeiros, seja no Brasil, seja na Europa.

No ensaio “Portugueses no Brasil” (1998), Candido, partindo de sua experiência pessoal, presta um importante depoimento acerca dos intelectuais portugueses de oposição que, durante o regime ditatorial em Portugal, passaram por terras brasileiras. Os portugueses de que fala partiram para o Brasil, em sua maioria, por motivos políticos e acabaram por contribuir, como defende, para o enriquecimento da vida intelectual brasileira. São palavras de sua “memória afectiva”, como ele mesmo diz, que reflectem relações pessoais, situadas temporalmente entre as décadas de 40 e 70 do último século.

Ora, os portugueses, que vieram quase todos por motivos políticos a partir de 1940 e até 1974, formam a meu ver uma não planejada missão portuguesa, que trouxe contribuições culturais positivas e renovadoras, devidas a homens de pensamento e sensibilidade que representavam as nossas raízes históricas. Vieram individualmente, sem que tivesse havido projecto para os reunir. Mas o fato é que vieram, se ajustaram ao meio e o enriqueceram dentro da mesma língua e da mesma tradição. Muitos se enquadraram nas universidades, outros não, de modo a podermos falar numa livre e tácita missão com significado peculiar (Candido, 2004b: 84).

Podemos assim concordar com o comentário de Candido ao reconhecer que esses portugueses hostilizados politicamente pelo Estado Novo de Salazar acabaram, de maneira não planejada e quase individual, por causar algum impacto na cultura brasileira, ao encontrarem no Brasil outros intelectuais também de oposição com semelhante formação (uma vez que, como o próprio Candido reconhece, a maioria dos intelectuais brasileiros e portugueses dessa geração tinha formação francesa) com os quais estabeleceram relações pessoais e profissionais, bem como ao atuarem nas universidades brasileiras enquanto professores, fomentando o desenvolvimento da academia e o conhecimento ultramarino da cultura brasileira. Uma *missão* não planejada, nem desejada pelos missionários, mas que trará importante fermento para o meio intelectual brasileiro.

De Agostinho da Silva, que nos interessa particularmente, Candido diz: “era um homem desinteressado ao extremo, de vocação socrática e grande idealismo” (Candido, 2004b:75). Idealista que fez de si próprio, já nas palavras de Eduardo Lourenço, “personagem de romance” (Lourenço, 2009b:293), capaz da ficção à qual se entregou como missionário e guru:

Em geral quer a título colectivo, quer pessoal o destino dos portugueses no Brasil ou de Portugal no Brasil foi o de se dissolver no novo e outro Portugal-Brasil. Agostinho da Silva dissolveu o Brasil em Portugal como quem estivesse, sem contradição, dissolvendo Portugal no Brasil. Nenhuma das outras

aventuras intelectuais em terras brasileiras tiveram, como a de Agostinho da Silva, esta aura de misticidade e, no melhor dos casos, de misticismo (Lourenço, 2009b: 293).

Diante dos olhos de seu conterrâneo, Agostinho da Silva é um homem extraordinário, um místico da contra-cultura (Lourenço, 2000). Lourenço conheceu pessoalmente o filósofo em Santa Catarina, durante o período em que esteve no Brasil. Segundo nos conta, Agostinho da Silva recebeu-o e à esposa carregando uma imensa aranha tropical na palma da mão esquerda, e teve gozo no assombro de Lourenço: “tinha domesticado o mal como se ele não existisse. Ou como se ele não o quisesse ver” (Lourenço, 2002: 18). A cena é carregada de simbolismo: Lourenço vê a aranha e tem medo. Agostinho da Silva recebe o novo amigo português e assombra como quem seduz; a aranha nas mãos é a materialização de sua “pregação profética”, um arremesso místico ao encontro do outro em si mesmo. Mas não se trata de encenação – “O mínimo de comédia de que precisamos para representar no palco da vida era-lhe estranho” (Lourenço, 2002:11). Entretanto, e apesar de todo o fascínio que Agostinho da Silva foi capaz de exercer como homem extraordinário e heróico que era, o tropical para Lourenço é a Natureza estranha à qual não se adaptará. A aranha dos trópicos Lourenço já não perderá de vista, mas nunca a tomará nas mãos. Talvez a observe à distância, tentando esclarecer seu próprio assombro; mas jamais se sentirá tentado a domesticá-la. Daí a distância entre os dois, apesar da admiração de Lourenço, que o considerou um escritor com originalidade e um pensador perturbante.

Colocando os pingos nos is e quebrando o romantismo que gira em torno da emigração para os trópicos, Eduardo Lourenço, em “Pequena Diáspora Lusitana”, afirma que o Brasil foi “terra de acolhimento, não de exílio” (Lourenço, 2009b: 291), que convinha mais do que se impunha a “uma pequena constelação de expatriados, exígua pelo número mas muito significativa pela qualidade dela” (Lourenço, 2009b: 292). Isso porque “não foi, para ninguém, caso de vida ou morte, mas de sobrevivência humana e cultural com o que isso representa de óbvia defesa da dignidade de pensar livremente e livremente participar na sociedade onde se nasceu” (Lourenço, 2009b: 292).

Mas voltemos, ainda, a Candido, que, durante o percurso de sua obra, aproxima-se muito mais de um movimento intelectual latino-americano, através do contacto com pensadores como Angel Rama, e passa ao largo daquela voga lusófona da qual Agostinho da Silva faz parte. No ensaio “Os Brasileiros e a Nossa América” (1989), tenta compreender porque o Brasil se preocupa mais com o bloco hispânico da América Latina do que o contrário e revela uma visão crítica da cultura lusitana: “Portugal foi sempre um pequeno estado marginal, voltado para o mar e o vasto mundo, sem presença ponderável nos centros da civilização comum, sem nenhum Filipe II para assombrar a Europa, sem nenhum Cervantes para mudar os rumos da literatura” (Candido, 2004c: 143). Essa visão crítica da cultura em Portugal, inclusive em relação ao domínio da língua, vai ao encontro de sua visão desinteressada em relação às teorias lusófilas do século XX. Mesmo seu interesse por Gilberto Freyre, de quem sofreu forte influência, não se estendeu ao seu pendor luso-tropicalista, pois focava-se,

criticamente, num Gilberto específico, como vemos no ensaio “Aquele Gilberto”: “Esse Gilberto se empenhou com rara coragem na luta contra a ditadura (...) Depois disso, no decorrer dos anos, mudou bastante” (Candido, 2004a: 91). Com uma postura elegante – ou, antes, cordial, numa referência aqui a outra grande influência de sua obra da qual já nos ocuparemos – Candido se esquivava de falar das mudanças às quais se refere, limitando-se, no momento de sua morte, a evocar as contribuições positivas de sua obra, segundo seu ponto de vista, ao Gilberto Freyre “mestre da radicalidade”. Como nos lembra Gilberto Velho, parte da hostilidade que Freyre sofrerá no meio intelectual brasileiro se deve à sua aproximação com o Estado Novo de Salazar: “a sua interpretação positiva da presença portuguesa no Brasil e no mundo valeu-lhe desconfiança e mesmo hostilidade por setores de oposição aos regimes autoritários lusos, particularmente o salazarismo” (Velho, 2008: 15). Mas a verdade é que sua teoria também foi manipulada pelos salazaristas, que não a aceitavam por completo: “A recepção do luso-tropicalismo pelo Estado Novo [...] foi acentuadamente selectiva e manipuladora, pois este nunca aceitou todas as suas implicações” (Sobral, 2010: 132).

Já a influência de outra obra publicada apenas três anos depois de *Casa Grande & Senzala* (1933) – referimo-nos a *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Hollanda – revela-nos claras pistas da posição de Antonio Candido. Ao contrário de Gilberto Freyre, Sérgio não apenas foge à simpatia pelas teorias lusófilas, como acredita na superação de nossas raízes lusas. Nas palavras do próprio Candido:

Num tempo ainda banhado de indistarcável saudosismo patriarcalista, sugeriu que, do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das “raízes” era um imperativo do desenvolvimento histórico. Mas ainda: em plena voga das componentes lusas avaliadas sentimentalmente, percebeu o sentido moderno da evolução brasileira, mostrando que ela se processaria conforme uma perda crescente das características ibéricas, em benefício dos rumos abertos pela civilização urbana e cosmopolita, expressa pelo Brasil do imigrante (...) (Candido, 2008: 20).

De modo que vemos muito mais de Sérgio Buarque de Hollanda no discurso de Antonio Candido. Se este escapa à discussão lusófila durante a sua obra, isso se deve a uma postura empenhada – contrária ao desinteresse que talvez leia em Agostinho da Silva – que não encontra respostas nenhuma a uma interpretação da experiência brasileira nas idealistas teorias luso-tropicalistas da cultura que percorreram o século XX.

3. Lusofonia como teia: artifícios de aranha

Eduardo Lourenço, que viverá na Bahia entre 58 e 59, é, de longe, muito mais ácido sobre tais teorias. Mesmo após sua breve, mas impactante, experiência no Brasil, assume-se, antes, um europeísta: “Eu sou horrorosamente europeu, não por ser português mas porque em Portugal eu já era muito voltado para a Europa, para a sua tradição cultural” (Lourenço,

2009a: 302). Entretanto é depois desta residência – sua pequena diáspora – que se interessa pelo tema do Império e da Colonização e inicia uma reflexão riquíssima para a compreensão da identidade portuguesa, o que lhe renderá duas décadas mais tarde os ensaios reunidos no livro *O Labirinto da Saudade* (1978). Esta talvez seja das mais caras obras do século a quem queira compreender a imagem que os portugueses fazem e fizeram de si mesmos. Nela, Lourenço nos brinda com uma série de ensaios que:

Partindo embora de um paradigma pós-cristão, pós-humanista e pós-colonial, (...) revelar-se-ão tão espantosamente construtivos, prospectivos, positivos e utópicos quanto lúcidos, críticos e corajosamente corrosivos dos lugares comuns politicamente correctos no contexto da nossa jovem democracia (Baptista, 2000).

Para efeito de esclarecimento, traremos um excerto posterior em que o próprio autor se refere à obra:

Ora, o Labirinto da Saudade é uma meditação sobre a frágil identidade portuguesa enquanto vida empírica de uma sociedade e da sua História que se compensou sempre imaginando por assim dizer divina porque num momento dado do seu percurso (o do século XVI) foi mais “gloriosa” ou mais afirmativa do que alguma vez tinha sido ou voltaria a ser. São os “labirintos dessa vivência excepcional da sua existência “imperial”, e logo o seu eclipse sem fim que o Labirinto da Saudade quis explorar. Com deficiências, mas com paixão (Lourenço, 2005: 165).

No entanto, Lourenço já publicara diversos ensaios em que se debruça sobre a questão das relações culturais entre Brasil e Portugal, dentre os quais alguns em que concebe uma crítica da teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre – o outro Gilberto, o tal que mudara, segundo Candido, e tinha sua teoria endossada pelo Estado Novo. Em *O Fascismo Nunca Existiu* (1976), Lourenço reúne ensaios escritos entre 59 e 75 que tratam dos temas ligados ao que chama colonialismo orgânico português. No ensaio “Brasil – caução do colonialismo português” (1960), ao clamar uma tomada de consciência em relação aos conflitos coloniais e irritado pela manipulação salazarista do pensamento de Freyre, Lourenço ataca, em tom de manifesto:

Mas chegou o tempo da maturidade africana e do nosso despertar. Nenhum sofisma, nenhuma “Comemoração Henriquina” em escala mundial, nenhum intelectual safado género Gilberto Freyre e suas burlescas invenções de erotismo seródio, nenhum sorriso Kubitschek podem tirar dos ombros do português, tranquilamente paternalista e fanfarrão, o dever de despertar para os seus deveres e seus atrasos (Lourenço, 1976: 49, grifo nosso).

Tratou-se, porém, de uma crítica não apenas à teoria de Freyre, uma vez que reconhece que sua obra possui algum valor: “Vejam: por um lado é um discurso de ordem sociológica que dá um lugar positivo à mestiçagem e isto, é claro, é extremamente positivo. Mas por outro lado, esse discurso acaba por ter uma leitura de coisa racial, logo racismo” (Lourenço, 2009a: 306). Mas foi, sobretudo, uma crítica da apropriação de um discurso mitológico utilizado como “caução ideológica da cruzada africana” (Lourenço, 2009a: 306) pelo regime, apropriação que causticou Lourenço. A apropriação do pensamento de Freyre só vinha aprofundar um colonialismo orgânico, como a visita de Juscelino Kubitschek a Portugal por

ocasião das Comemorações Henriquinas. Este ensaio epistolar de 1960, primeiramente publicado no jornal *Portugal Livre*, de São Paulo, tinha a intenção de alertar os leitores além-mar sobre a alienação dos portugueses em relação ao colonialismo, que, através do exemplo do Brasil, e com o seu consentimento também velado, alimentava as políticas coloniais em África. Em outro ensaio, “A Propósito de Freyre (Gilberto)” (1961), dedica-se ainda mais a reflectir sua oposição ao luso-tropicalismo: “Um nefasto aventureirismo intelectual, incoerente e falacioso, desmascarando ao mesmo tempo o falso liberalismo deste amador de estéticas imperialistas” (Lourenço, 1984). Segundo Miguel Real (2008), o que tira Lourenço do tom é o seu empenhamento político: “pela democracia e pelo anticolonialismo que não encontra eco na obra de Gilberto Freyre” (Real, 2008: 145).

Mais recentemente, no livro *A Nau de Ícaro seguido de A imagem e a miragem da lusofonia* (1999), encontramos os ensaios que melhor sintetizam o pensamento de Eduardo Lourenço a respeito das relações entre Brasil e Portugal. Segundo Lourenço, “a comunidade luso-brasileira é um mito inventado unicamente pelos Portugueses” (Lourenço, 2004c: 158), inventado e vivido, uma vez que os portugueses, ao mesmo tempo em que vivem o mito, desconhecem sua desimportância para o imaginário cultural dos brasileiros. Mesmo quando se justifica com o mito do vasto império linguístico da língua portuguesa, para Lourenço, a lusofonia é uma “assumida utopia” (Lourenço, 2004a: 175). Utopia que ignora que partilhar uma língua não é necessariamente partilhar uma cultura única. Assim, o espaço da língua portuguesa não será sinónimo de espaço português – isso sem contar com a problemática do que é a realidade da língua portuguesa para cada uma das nações. Embora reconheça que esta não é uma constatação reconfortante, apela para uma revisão deste mito, necessária para se compreender a justa medida do ser português. A sedução da lusofonia, continuadora de um colonialismo invisível, só existe para o autor no imaginário português como uma fábula consoladora, que reconcilia o português com seu passado, se é que alguma vez se afastou deste: “A lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chama no átrio da nossa alma” (Lourenço, 2004a: 177). Tal como outras teorias luso-brasileiras que percorreram o século XX, a lusofonia oculta ideologias:

Como se vê, afinal, o inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressão de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas (Lourenço, 2004a: 179).

Ainda neste livro, podemos encontrar um ensaio de crítica literária dedicado a uma das mais preciosas obras da literatura brasileira: *Grande Sertão: Veredas* (1956). Lourenço, não à toa, inicia o seu ensaio marcando uma posição distante daqueles que viveram “num dos mitos mais vivos da mitologia cultural brasileira” (Lourenço, 2004b:203). Trata-se do mito do modernismo brasileiro, representado pelo momento específico da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo. Ao fazê-lo, distancia-se da posição daqueles – dentre os

quais, colocamos aqui a hipótese, poderíamos encontrar Candido – que a viveram e trouxeram dela a necessidade de um apagamento do tempo passado brasileiro, já que “esse foi o momento da invenção do Brasil como sujeito da sua própria história” (Lourenço, 2004b: 203). O movimento pressupunha, segundo ele, uma “hora zero, não da sua história, mas da sua existência” (Lourenço, 2004b: 204), projecto de invenção do Brasil iniciado já no século anterior. Mas, para o crítico, o Brasil “perdia também a sua vida própria, a sua história sem história, a sua literatura, em busca de um Homero futuro” (Lourenço, 2004b: 205). O despertar da quimera modernista se dá quando do improvável Brasil surge, então, o Brasil outro, um outro espaço-tempo mítico talvez muito mais brasileiro; trata-se do sertão, primeiro trazido aos leitores de todo o país, e não só, por Euclides da Cunha.

Com os Sertões não começou a vera história do povo brasileiro, mas revelou-se a insignificância e o termo da sua pseudo-história, a qual nem fora capaz de assumir realmente a continuidade de um viver de mais de três séculos num mundo novo, nem de romper com ela, integrando com originalidade o seu novo destino de continente obcecado pelo futuro (Lourenço, 2004b: 207).

O romance de Euclides da Cunha, na visão de Lourenço, “é mais importante do que a provocatória revolução modernista, toda ela inscrita num tempo que nem sequer é brasileiro” (Lourenço, 2004b: 207). Tempo paulista da primeira metade do século XX, de uma cidade peculiar, cosmopolita, quase europeísta, mesmo quando traz para si a tarefa de renovar e por isso reinventar um Brasil, na confluência de sua vanguarda cidadina e de suas raízes populares. Pólo cultural e económico, poupado dos efeitos diretos do pós-guerra, que verá surgir, além da geração *Clima* a que Candido representa para nós, a geração *Noigandres*, a qual buscará caminho divergente na abordagem crítica, embora tendo zarpado do mesmo porto modernista: duas linhas intelectuais que marcaram a maneira de pensar o Brasil e a sua literatura (Motta, 2002). Lourenço deseja, assim, desmistificar, mitificando, o projecto de modernização brasileiro do início do século XX, realizado por vozes paulistas e cariocas empenhadas em representar toda uma cultura brasileira muito mais vasta, avessa à síntese.

O projecto modernista – apesar de apelar a uma atitude multicultural – não se harmonizava, na desconfiança de Lourenço, com a realidade social e intelectual de outros estados brasileiros, como foi o caso da Bahia, em que Eduardo Lourenço viveu e lecionou. Não se pense que esses mesmos modernos, cariocas e paulistas da cidade e das letras, deixariam passar ao largo aquele acontecimento mítico e literário que era o sertão; pelo contrário, reagiriam com sensibilidade e receberiam “com paradoxal sucesso esta sua primeira imagem de si como sertão” (Lourenço, 2004b: 206). Isto porque o sertão, muito mais do que espaço geográfico, vem cumprir, nas palavras de Lourenço, as funções de um mito, marcando indelevelmente a literatura brasileira. O trágico optimismo brasileiro já não será o mesmo: “A sombra de Euclides paira sobre toda a literatura, que por seu formal ou indirecto exemplo vai *descobrir o Brasil no espelho do Brasil*” (Lourenço, 2004b: 208). Nesta sombra surgirá um “segundo sertão”, com obras que são encaradas pela historiografia brasileira como regionalistas, mas Lourenço discorda: “como se cinco séculos da história europeia se

tivessem concentrado em menos de meio” (Lourenço, 2004b: 208). Essas ficções do segundo sertão são, para ele, menos ideológicas do que pretendem algumas de suas leituras; antes seriam “tragédia pura”, banalmente épicas, inocentemente violentas, que exploraram “o retrato do Brasil saindo à força de braços da sua Idade Média e apostando já num mundo em fase de globalização” (Lourenço, 2004b: 209). É nesta ficção divulgada por todo o mundo sedento de exotismo que Lourenço acredita ter o Brasil uma “verdadeira história”, uma vez que é “contra-história”. Mas é o terceiro sertão, o grande ser-tão de Guimarães Rosa, sertão metafísico, que vai converter e transfigurar esses dois sertões numa universalidade palco do ser, isso porque o sertão de Rosa é de dimensão mais do que física, é de ordem cósmica, que o homem habita e onde o homem é. Não é anterior à história, não é contra a história, mas é exterior e posterior a ela, é sertão-miragem e, mais importante, sertão-linguagem, pois que “Guimarães Rosa desce ao porão do Brasil como língua” (Lourenço, 2004b: 214). História que transcende a história, que é pura e não simplesmente a língua portuguesa, de nenhum de todos os sujeitos. E é assim que Lourenço vê no romance de Rosa “a nossa história ainda por vir e por fazer, mas não a de um *quinto império*, imaginado para compensar o império perdido ou a perder” (Lourenço, 2004b: 214). Este é o sertão que já não é só o da continentalidade brasileira, é também o da universalidade do ser, é o espaço-tempo transcendente da língua portuguesa, é porvir humano. Neste sentido é que a ficção de Rosa se sobressai à quimera do quinto império e realiza a hora-zero – desejada pelos modernistas – no imaginário não apenas brasileiro, como lusófono.

Dentre as muitas vozes que compuseram a querela do nacional e universal na realidade brasileira, mencionemos mais uma vez uma a que Eduardo Lourenço confessa ter dedicado a sua escuta, a de Sérgio Buarque de Hollanda no livro *Raízes do Brasil* (Lourenço, 2009a: 307). Talvez seja na leitura deste discurso que Lourenço primeiro se aperceba do descompasso entre as imagens que os brasileiros e os portugueses fazem de si e do outro. Para ele, o discurso intelectual brasileiro, carregado de um natural antiportuguesismo, toma como resolvido o passado colonial com Portugal e parte para uma história em que suas raízes são superadas – melhor dizendo, apagadas – em prol de um futuro de auto-identificação. Uma postura que, hoje, poderíamos ler não como pós-colonial, mas como nunca antes colonial, numa tentativa de domesticar o mal como se este não houvesse nunca existido, tal como desejou de outra maneira Agostinho da Silva, nas palavras de Lourenço.

Mas esse abandono do pai no lar da terceira idade, depois de esclarecidos os conflitos familiares e abonados os pecados (porque o filho responsabiliza o pai pela própria fraqueza), é fato ignorado pelos portugueses: “Pensam que os brasileiros não têm mais nada que fazer do que pensar continuamente no pai, nos antepassados, nas origens às quais devem estar muito gratos... Essas coisas fazem parte do discurso cultural português (...)” (Lourenço, 2009a: 307). Uma família disfuncional, como quase todas, em que a comunicação dos discursos falha, ou quer falhar. Reconhecer esse apagamento intencional de Portugal elaborado pelo discurso brasileiro não deve, entretanto, ser encarado como drama: “faz

parte da ordem natural das coisas. Há muito tempo que estamos ‘perdidos’ para o Brasil, pois há muito mais tempo que nos perdemos no Brasil” (Lourenço, 2004c: 159). Lourenço descortina e denuncia essa amnésia selectiva do brasileiro, que muito tem a ver com o caminho apontado pelos modernistas, rasura do trágico, numa tentativa de lançar o país na crista de um futuro transnacional, mas a compreende como uma necessidade de auto-identificação brasileira. O que sem dúvida perdoa menos é o irrealismo com que os portugueses se veem espelhados no quadro da antiga colónia, continuidade do irrealismo da própria imagem que os portugueses fazem de si. Em outras palavras, a imagem do Brasil que têm os portugueses é miragem, distorção da realidade que serve para justificar antigos mitos colonialistas.

4. Notas finais

Neste ponto, vale assinalar a nossa releitura da postura crítica de Candido frente à questão. Antonio Candido não discute porque diverge, e talvez divirja porque apague (se observarmos a sua obra com as lentes lourencianas). Isso porque faz parte de um cânone crítico brasileiro do século XX que se empenhou na tarefa da auto-identificação nacional; o que, por sua vez, pressupunha, como já vimos, o abandono do pai em busca da independência cultural do filho – trânsito de ideias antigas que apenas durante o último século de concretiza com alguma segurança, ainda que a segurança só seja possível às custas de um recalque. A obsessão com a formação enquadra-se, sem dúvida, nesse movimento de salto temporal que tenta sacar o país de um tempo ainda nem vivido para a temporalidade moderna ocidental, um sonho de futuro. Futuro este que exige a sistematização histórico-simbólica, quase curricular, da formação de uma nação. Exige, noutras palavras, as ideias de um passado nacional. Candido assume a tarefa de encontrar as pistas deste passado específico e consciente – uma vez que admitimos, aqui, que o Brasil é um país de muitos tempos – dentro da historiografia literária brasileira. Daí porque não lhe interessam em especial as vogas que apostam na lusofilia como forma de compreender a realidade brasileira.

A divergência das teorias luso-brasileiras em Eduardo Lourenço é muito mais visceral, o que o levará a dedicar muitos de seus ensaios à questão. Perfeitamente compreensível, se pensarmos, em primeiro lugar, que Lourenço talvez seja, como defendem alguns estudiosos (Baptista, 2003), sobretudo filósofo da cultura, desenvolvendo predominantemente a dimensão de crítico literário, e, ainda mais importante, o quanto pesam a Portugal as utopias luso-brasileiras do século XX que legitimaram de maneira sedutora as políticas do Estado Novo, escamoteando um imperialismo anacrónico (como ainda hoje legitimam outras utopias políticas questionáveis). E é por isso que, se nos ensaios de Candido, temos de nos debruçar com esforço para encontrarmos referências diretas às relações entre os dois países, na de Lourenço, somos convidados a nos sentar e ouvir o que nos tem a dizer. Talvez seja muito mais urgente para Portugal do que para o Brasil compreender os mitos que rondam as

relações entre os dois países, uma vez que são os portugueses que mais se deixam enfeitiçar pela miragem de um império eterno, ainda que apenas cultural.

Feita a ligeira digressão pelas obras dos dois senhores de nossas críticas, inferimos que tanto Antonio Candido quanto Eduardo Lourenço problematizam a voga luso-tropicalista e não se rendem à síntese fácil do vasto império da lusofonia. Mais ainda, ousamos deduzir, acreditam em caminhos díspares para Brasil e Portugal; o que não significa quebra de relações, mas um abandono de teorias lusófonas pouco sustentáveis. Terminamos com um trecho lourenciano que actualiza o nosso entendimento: “para um presente mútuo seria urgente rever, de uma ponta à outra, toda essa história imaginária, hipócrita e nefasta nos efeitos produzidos, que se esconde sob a etiqueta de relações culturais entre o Brasil e Portugal” (Lourenço, 2004d: 153).

Referências

- Aranes, P. E. (1995) "Cruz Costa, Bento Prado Jr. e o Problema da Filosofia no Brasil — Uma Digressão" in Muchail, F. (org.), *A Filosofia e seu Ensino*, Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ, pp. 23-66.
- Bapstista, A. B. (2005) "O Cânone como Formação: A Teoria da Literatura Brasileira de Antonio Candido", in Baptista, A. B. *O Livro Agreste*, Campinas: Editora Unicamp, pp. 41 a 80.
- Baptista, M. M. (2003) *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto: Edições ASA.
- Baptista, M. M. (2000) *O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo 'Pós-humanista'*. Disponível em: sweet.ua.pt/~mbaptista/toppage1.htm.
- Candido, A. (2004a) "Aquele Gilberto" in Candido, A., *Recortes*, Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, pp. 90-92.
- Candido, A. (2004b) "Dos Livros às Pessoas" in Candido, A., *O Albatroz e o Chinês*, Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, pp.63-71.
- Candido, A. (2000) *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivo*, 6.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda.
- Candido, A. (2002) "Notas de Crítica Literária – A Filosofia no Brasil" in Dantas, V. *Textos de Intervenção, Seleção, Apresentação e Notas*, São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, pp.258-265.
- Candido, A. (2006) *O Método Crítico de Sílvia Romero*, 4.ed. revista pelo autor, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul.
- Candido, A. (2004c) "Os Brasileiros e a Nossa América" in Candido, A. *Recortes*, Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, pp.143-155.
- Candido, A. (2008) "O Significado de Raízes do Brasil" Prefácio in Buarque de Hollanda, S. *Raízes do Brasil*, 26.ed., Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Candido, A. (2004d) "Portugueses no Brasil" in Candido, A. *O Albatroz e o Chinês*, Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, pp. 73-84.
- Candido, A. (2002) "Plataforma da Nova Geração" in Dantas, V. *Textos de Intervenção. Seleção, Apresentação e Notas*, São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, pp. 237-250.

- Lourenço, E. (2009a) "A Miragem Brasileira", *Revista Colóquio/Letra*, Documentos, n.º 171, Maio, pp. 296-312.
- Lourenço, E. (1984) "A Propósito de Freyre (Gilberto)" in Lourenço, E. *Ocasionais*, I, Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 105-112.
- Lourenço, E. (1976) "Brasil – Caução do Colonialismo Português" in Lourenço, E. *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa: D. Quixote, pp. 44.
- Lourenço, E. (2005) "Carta a Camila" in Lourenço, E. *A Morte de Colombo – Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito*, Lisboa: Grávida.
- Lourenço, E. (2004b) "Guimarães Rosa ou o Terceiro Sertão" in Lourenço, E. *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, pp. 203-214.
- Lourenço, E. (2004a) "Imagem e Miragem da Lusofonia" in Lourenço, E. *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, pp.173-182.
- Lourenço, E. (2009b) "Pequena Diáspora Lusitana", *Revista Colóquio/Letras*. Documentos, n.º 171, Maio: 290-295.
- Lourenço, E. (2004c) "Portugal-Brasil: um Sonho Falso e um Único Sonhador" in Lourenço, E. *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, pp.155-172.
- Lourenço, E. (2004d) "Uma Língua, Dois Discursos" in Lourenço, E. *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, pp.145-153.
- Lourenço, E. (2002) "Um homem Extra-ordinário", Prefácio in Machado, L. *A Última Conversa – Agostinho da Silva*, Entrevista. 9º ed. Lisboa: Notícias Editorial.
- Motta, L. T. M. (2002) *Sobre a Crítica Literária Brasileira no Último Meio Século*, Rio de Janeiro: Imago.
- Real, M. (2008) *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa (1949-1997)*, Lisboa: QUIDINOV.
- Sobral, J. M. (2010) "Representações Portuguesas e Brasileiras da Identidade Nacional Portuguesa no Século XX", *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 41, nº 2, jul/dez: 125-139.
- Velloso, M. (1999) "Lembrar e Esquecer: A Memória de Portugal na Cultura Modernista Brasileira", *Revista Semear*, n.5. Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, PUC/RJ.
- Velho, G. (2008) *Gilberto Freyre: Trajetória e Singularidade*, Sociologia [online], n. 58: 11-21.

Desvios Identitários do Género: o Imaginário e a Subversão Andrógina

Identity's Deviations of Gender: The Imaginary and the Androgynous Subversion

MANUELA RUAS & JEAN-MARTIN RABOT

Ciências da Comunicação / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Univ. do Minho

ID3811@alunos.uminho.pt / jmrabot@ics.uminho.pt

Resumo:

As questões relacionadas com a afirmação e o reconhecimento das diferenças de géneros têm sido uma constante ao longo dos séculos, desafiando quer a hierarquia, quer os estereótipos resultantes da polarização masculino/feminino. Porém, curiosamente, perante a perplexidade social, hoje assiste-se a uma mutação do paradigma do género - um novo conceito que tende a escapar à visão bipolar do mundo, contrariando a "consciência bimodal" do funcionamento do cérebro (Singer, 1990). Pois, os estereótipos têm vindo a ser absorvidos e mesclados nos indivíduos, independentemente do sexo ou da orientação sexual, dando origem a identidades híbridas - um estado andrógino com repercussões sociais ao nível dos valores, práticas do quotidiano, imagem, corpo, moda assim como formas de pensar o Outro.

Assim, este artigo propõe meramente descortinar o tema que pretendemos desenvolver no nosso projeto de tese intitulado, Desvios identitários do género: o imaginário e a subversão andrógina e encetar, mesmo que preliminar, uma explicitação do seu conteúdo propositivo, traçando os possíveis caminhos a percorrer, tendo em conta os paradigmas de partida.

Palavras-chave:

Identidade; androginia; géneros; sexualidade; imaginário

Abstract:

Issues related to the affirmation and recognition of gender differences have been a constant throughout the ages, challenging the hierarchy and the stereotypes resulting from the male / female polarization. But curiously, face to social perplexity, we are actually witnessing a mutation of the gender paradigm - a new concept that tends to escape to the bipolar view of the world who contradicts the "bimodal consciousness" of brain functioning (Singer, 1990). Therefore, stereotypes have been merged and absorbed in individuals, regardless of the gender or the sexual orientation, giving rise to hybrid identities - an androgynous state who cause social repercussions in terms of values, practices of daily life, image, body, fashion as well as ways of thinking about the Other.

Thus, this article purpose consists in merely raise awareness into the subject that we intend to develop in our thesis project named 'Identity's deviations of gender: the imaginary and the androgynous subversion and to start, even though preliminary, an explanation of its propositional content, tracing the possible ways to go, take into account the paradigms of departure.

Keywords:

Identity; androgyny; genders; sexuality; imaginary

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.
Mário de Sá-Carneiro
(Lisboa, fevereiro de 1914)*

1. Introdução

Falar de sexualidade, identidade e orientação sexual é um tema recorrente ao longo dos séculos. A possível separação entre sexo e género permanece no imaginário dos indivíduos e reflete-se tanto a nível social, como a nível científico e artístico. Contudo, as questões que se prendem com os desvios à norma nesse campo, enfrentam a intolerância secular infligida às minorias, que incita à marginalização, sexismo, chauvinismo e mesmo à homofobia. Os desvios de géneros são ainda preteridos nos discursos dominantes, por embater em moralismos subjacentes e recalcados que persistem latentes na sociedade contemporânea. A guerra dos sexos foi desde sempre uma guerra de dualidades entre a virilidade do masculino, e a sensibilidade do feminino. Contudo, hoje, assiste-se à materialização de um caos identitário, cada vez mais complexo, no arquétipo dos géneros, motivado por uma crise intemporal que assenta na visão bipolar do mundo. Logo, abrir uma fresta na janela que vai «de nós para o outro», para o lado do intermédio, na fluidez dos géneros e que, mais do que nunca, tem vindo a marcar o nosso quotidiano, parece de todo uma necessidade cada vez mais premente a fim de melhor compreender a evolução recôndita do ego do Ser Humano na sua ascensão afetiva, espiritual e social.

2. A repartição “bimodal” dos géneros e seu impacto

O estudo do conceito de género tem sido analisado à luz de diversos fenómenos sociais. *Masculino* e *feminino* são tidos como interpretações culturais dos sexos biológicos pelo que, nas últimas décadas, os estudos das ciências sociais e humanas passaram a competir com as pesquisas da área das ciências naturais. Os avanços das neurociências e dos estudos na área da biologia molecular contribuíram paralelamente para o desenvolvimento da sociobiologia, indagando na natureza esclarecimentos quanto a comportamentos humanos e estruturas sociais. Assim, apesar de permanecerem distintos quanto às suas constituições físicas, mulheres e homens devem ser vistos como indivíduos singulares, para os quais o sexo é apenas mais uma característica que contribui para uma significação identitária - tendo em consideração a sua história pessoal e inserção num contexto sociocultural específico. As diferenças individuais constituem fatores enriquecedores numa cultura, verificando-se que ao tentar suprimi-las, as dinâmicas das relações empobrecem e a própria sociedade perde contraste, perde vitalidade e entra em declínio. Pierre Bourdieu afirma, na sua obra *A dominação masculina* que “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexuentes.” (Bourdieu, 1999: 9)

Muitas ideias falsas provenientes de singulares pudores e preconceitos enraizados ainda assombram a mente contemporânea no que diz respeito ao próprio sexo. A genitália feminina esteve, desde os primórdios da humanidade, envolta em grandes mistérios e até mesmo identificada em conceções estéticas estandardizadas:

A sua natureza é objecto de especulações metafísicas. (...) Muitos homens recusam-se a renunciar à ideia de uma ejaculação feminina que, apesar de uma longa e prestigiosa lenda, é totalmente imaginária. (...) Ao invés do pénis, o sexo da mulher tem de ser discreto. Não agrada a mulher alguma ter um sexo semelhante à "entrada no metro" (Greer, 1971: 48-49).

Embora estas considerações nos levem atualmente para uma predisposição algo humorística e jocosa, o certo é que, por muito tempo, acreditou-se que o sexo feminino era semelhante ao masculino, mas invertido e por isso fraco – pressuposto que influenciou muitos conceitos misóginos. Clara Pinto Correia disserta o assunto de forma bastante original no seu livro, *O testículo esquerdo: alguns aspectos da demonização do feminino* e, no capítulo "O hermafrodita Canónico", a autora escreve o seguinte:

Pelos exemplos dados até agora estamos já a ver um outro padrão dicotómico a desenhar-se: as mulheres não são realmente um sexo separado, mas apenas uma imperfeita masculinidade. Vendo bem as coisas, foi Eva que saiu da costela de Adão, e não Adão da costela de Eva (...) (Correia, 2004: 29).

De acordo com Aristóteles, que já estava a repetir algumas ideias adiantadas por Hipócrates, as mulheres eram simplesmente homens cujo desenvolvimento tinha parado antes do término: "machos mutilados" incapazes de atingir a sua forma perfeita porque o frio do útero da mãe fora superior ao calor do sêmen do pai (Correia, 2004: 31).

Os desvios de género são ainda preteridos nos discursos dominantes, por embaterem em moralismos subjacentes e recalcados que persistem latentes na sociedade contemporânea. Para exemplificar, não resistimos a transcrever o olhar de um "viajante" estrangeiro que tece considerações sobre os estereótipos castradores ao feminino, na sociedade portuguesa – uma visão de época pouco simpática da mulher portuguesa do início do século XX :

(...) as meninas portuguesas recebem (...) os sólidos princípios da verdadeira dignidade e da moralidade; devemos temer que não tendo nada de especial no coração (Robert, 1901: 75).

A rudimentar inteligência das mulheres do povo só tem superstição como sua religião; a quem falta toda a moralidade e toda a cultura, fazendo delas pobres criaturas apenas boas para as funções naturais do seu sexo: sob as suas faces atarracadas, deprimidas, por detrás dos seus olhares apáticos não existe pensamento, os instintos puramente animais regem todas as suas acções (...) (Robert, 1901: 79).

Angela Carter vai mais longe no reparo que distingue os sexos e diz:

Na grafia estilizada dos graffiti, o órgão viril surge com um imutável vigor atacante, a não ser que exprima a curiosidade ou a máscula segurança, ergue-se ostensivamente, sem complexos. O buraco, ele, é escancarado, espaço vazio e inerte semelhante a uma boca aberta esperando a sua porção. Na sua elementaridade, esta iconografia revela-nos toda a metafísica das diferenças sexuais: o homem eleva-se, enquanto a mulher não tem outra função senão a de existir e esperar. O macho é positivo, tal como um ponto de exclamação. A mulher é negativa. Entre as suas pernas, nada existe a não ser este zero, marca do vácuo que só ganha vida quando o princípio masculino o preenche de significado (Carter, 1979: 10).

A diferença biológica entre o corpo masculino e feminino, principalmente a anatómica, foi e continua a ser o fundamento da diferença socialmente construída entre géneros.

Deploravelmente, a formação da identidade sexual e de género feminino deparou-se, frequentemente, com uma miscigenação nem sempre assumida pelo sexo dominante. Tal como refere Guacira Lopes Louro,

Na expressão popular, a mulher é o “segundo sexo”: o género feminino é descrito pela sua diferença em relação ao masculino. É frequente ouvir dizer-se que as mulheres são mais fracas do que o homem; ou menos racionais e mais sentimentais; mais intuitivas e menos lógicas; têm quatro biliões de neurónios a menos ou têm mais desenvolvido o lado direito do cérebro (Lopes Louro, 2000: 41).

O conflito dos sexos é uma guerra de dualidades intemporal entre a virilidade do masculino, e a sensibilidade do feminino. Conquanto, Silvana Mota-Ribeiro relembra que:

O facto de se nascer homem ou mulher (do ponto de vista biológico) não significa que se seja tipicamente feminino ou masculino, com tudo o que estas noções implicam, já que feminilidade e masculinidade são conceitos culturais, como tal, têm significados variáveis, sendo aprendidos de formas diversas por diferentes membros de uma cultura, e remetendo para contextos culturais e históricos nos quais emergem (Mota-Ribeiro, 2005: 15).

A pós-modernidade apresenta diversas clivagens ideológicas a este nível que se repercutem nas novas formas de estar e encarar a sexualidade e, conseqüentemente, o tipo de relacionamento que daí sobrevém que, segundo Jean-Martin Rabot, parece ir no reforço da comunidade, numa espécie de realização de si próprio. Este sociólogo explica que a era da pós-modernidade:

torna a descobrir o tipo de família que encontrávamos nas sociedades tradicionais: a família alargada. O casamento homossexual, o casamento post-mortem, a poligamia ou a poliandria, a formação de grupos movidos pela relação fraterna entre os seus membros, à semelhança de determinadas seitas, a adoção de determinados comportamentos, quase que orgíacos, apontam para o ressurgimento do tribalismo, prendendo novamente o homem a uma organicidade natural e ao todo cósmico (Rabot, 2010: 256).

Este ponto de vista é também ele, de certo modo, explicitado por Michel Maffesoli que defende que:

(...) assistimos a um retorno, embora de uma forma ligeiramente modificada, daquilo que pensávamos ter ultrapassado. (...) tal como o filósofo Nicolau de Cusa o indicava, de um crescimento que adopta a forma da espiral. Para dizer ainda mais claramente, se uma definição da pós-modernidade devesse ser dada, poderia ser a seguinte: “a sinergia de fenómenos arcaicos com o desenvolvimento tecnológico”.

É assim que, em contrapartida dos grandes temas explicativos da modernidade, ou seja, o Estado-nação, a instituição, o sistema ideológico, podemos realçar, no que se refere à pós-modernidade, o regresso ao local, a importância da tribo e a bricolage mitológica (Maffesoli, 2011: 21).

É no processo de socialização dos papéis sexuais que se determinam os papéis sociais de cada um dos sexos e estabelecem assim a personalidade de cada qual. Uma vez que embora o *locus* da construção identitária seja o corpo, as identidades são alicerçadas na mente e construídas na diferença. Contudo, atualmente, os estereótipos dos gêneros tendem a interseccionar-se nos indivíduos, em função da sua identidade, independentemente do sexo ou orientação sexual. Traços do comportamento tipicamente masculinos, tais como a agressividade, a independência e a dominância, e outros que definiam a identidade feminina, tais como a sensibilidade e a emocionalidade, fluem de um polo para o outro, em função das necessidades que o quotidiano e as novas práticas de vida exigem. Logo,

mesmo que se encontram diferenças sexuais entre grupos em determinados domínios comportamentais – físico, cognitivo, emocional ou social – o comportamento individual dos membros dos dois sexos é, frequentemente, muito semelhante. Homens e mulheres, rapazes e raparigas são mais parecidos que diferentes (Nogueira, 1996: 207).

3. Indícios e repercussões sociais provocados pelos “distúrbios” do gênero

O inconsciente humano parece ter eternamente coabitado com uma certa ambivalência entre os dois gêneros. Nota-se que na Grécia Antiga, o feminino e o masculino fundiam-se de tal forma que se tornavam praticamente indistinguível – razão pela qual alguns restauradores modernos, equivocados, refizeram os efebos em raparigas.

Quase não há separação por sexo nos antigos baixos-relevos da Índia, pois a essência das divindades é completa, masculinas e femininas, em que curiosamente permanece um relação mão só amorosa como também erótica. Martine Xiberras refere também, num dos seus artigos, “Figures d’Eros: mythe et cultures” (Xiberras, 2010: 27-40) que esta conotação também está presente em mitos de culturas distintas, como por exemplo, o nórdico, “o mito de Wotane dos Walkyries” ou na Índia, com a representação de Krisna e Radha. Muitos pintores também representaram mulheres e homens com jeito andrógino. Basta observar todas as figuras masculinas do clássico italiano Leonardo Da Vinci (1452-1519) com traços tão nítidos do feminino que mereceram a atenção do próprio Freud. Conquanto, até os homens e as mulheres representadas nas obras de Marc Chagall (1877-1985) patenteiam ambiguidades de gênero.

Numa sociedade dominada pelos média, e pela profusão de imagens do corpo com tendências cada vez mais andrógina, a transexualidade torna-se um tema cada vez mais recorrente quer no mundo científico, tecnológico, médico e quer no próprio quotidiano. E, ainda que a preocupação com a identidade do gênero e do sexo não seja uma novidade, assiste-se diariamente à sua contínua estigmatização por tabus remanescentes.

Essas novas imagens dos géneros chocam com a própria linguagem, enquanto ponto de referência, onde o masculino sempre prevaleceu como uma criatura racional e a mulher enquanto criatura sexual:

Muitas línguas têm uma regra gramatical ou semântica subjacente segundo o qual o masculino é positivo e o feminino negativo, e desta forma os princípios do machismo encontram-se codificados na linguagem (Cameron, 1990: 13).

O estado de androginia não anula as qualidades inerentes aos géneros mas reúne-as, dando forma a algo mais, um estado em maturação, androgínico, uma simbiose dos dois géneros que não depende necessariamente de uma outra orientação sexual. Este novo virar para individualidade, a identidade e busca da perfeição causa alguns impasses na verbalização dos resultados proveniente da fluidez de géneros e que de certo modo não corresponde ao neutro.

De facto, na *Dominação do masculino*, Pierre Bourdieu nota que:

(...) a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não precisa de se enunciar em discursos visando legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica tendendo a ratificar a dominação masculina em que assenta (...) (Bourdieu, 1999: 9).

A depressão do sexo masculino e feminino manifesta-se precisamente no dia a dia, em práticas categorizadas no que se tem vindo a denominar de metrossexualidade e representam, no fundo, a era da emotividade partilhada, pois homem e mulher passaram a falar a mesma linguagem no que concerne a ascensão espiritual e estética, tendo por base um paradigma de beleza narcisista que inverte o paradigma de beleza dos géneros prevalecentes e sub-repticiamente as relações de poder, tal como anuncia Foucault na *Histoire de la sexualité: I La volonté de savoir* (Foucault, 1997). Há uma transmissão/assimilação de masculinidade para o feminino e o mesmo acontece em sentido inverso como que se a aspiração fosse a androginia: um estado de perfeição máxima original que não tem propriamente a ver com homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, pansexualidade (negação da ideia de dois géneros) ou o estado de hermafrodita (visto que nasce macho e fêmea).

Talvez esta nova condição ambígua tenha conduzido o ser humano a uma identidade de terceiro género, uma pouco à semelhança das personagens que dão vida à obra *O Banquete* de Platão que diz:

Com efeito, nossa natureza outrora não era a mesma que a de agora, mas diferente. Em primeiro lugar, três eram os géneros da humanidade, não dois como agora, o masculino e o feminino, mas também havia a mais um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um género distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um nome posto em desonra (Platão, 2000/2003: 20).

4. O fenómeno andrógino e o pináculo da perfeição estética

Conforme refere um dos atuais investigadores da atualidade, no que concerne o tema da andrógina, Frédéric Monneyron, afirma que o tema remonta aos primórdios da humanidade já que:

A mitologia dos politeísmos antigos tem inúmeros exemplos de Deuses andróginos, com uma incidência particularmente visível no Egito, na Pérsia e na Índia (Monneyron, 1994: 17).

Este termo, etimologicamente proveniente do “grego androgynos (andrógino), de andro (homem) e gyne (mulher): que participa dos dois sexos” (Monneyron, 1994: 17) assombrou a literatura decadente do final do século XIX. Este mesmo autor reitera num dos seus textos atuais e inéditos¹ que:

Com efeito para a maioria dos autores dos finais do século XIX, fossem eles ingleses ou franceses, o andrógino não representava bem a junção entre seres do mesmo sexo. Mas toma a forma do jovem efeminado com o qual é identificado. O aspecto é amplamente retratado nos textos de autores como Swinburne, Wilde, Péladan, Huysman, Lorrain ou Rachilde (Monneyron, 2012: 4).

O culto do corpo e da beleza deixa de corresponder a uma mera abstração para se imiscuir na realidade sensorial e proporcionar prazer: na arte, na natureza e na própria vida do homem. Ser-se belo, é como defende Joséphin Péladan, na sua obra *De l'Androgyne* de 1891, é “pertencer a um outro sexo” (Péladan, 2010). É de forma cativante, embora emaranhada, que a figura do andrógino transpõe a história das civilizações e da arte. Enquanto, no Egito, ela incorpora na figura da Esfinge e simboliza o enigmático, na Grécia, transforma-se no ideal de beleza a alcançar. Já no advento do cristianismo, ela reaparece na incerteza do sexo dos anjos, dos demónios e da própria alma. Em Mondrian ou Leonardo da Vinci deparamo-nos de igual forma com um travestismo dos corpos num ideal que possibilita um novo inventar de si próprio, num terceiro sexo.

A arte, nestas circunstâncias, passa a ser o veículo privilegiado para representar a beleza andrógina porque é única, eterna e não perece tal como a natureza que apesar de se repetir no ciclo vida, morte e renascimento, tem de destruir para criar de novo. A arte é assim intemporal e positiva. Esta analogia está de facto cristalizada na obra de Dorian Gray de Oscar Wilde. Segundo esta lógica, a imagem subsiste à mortalidade e rivaliza o divino.

A arte é atemporal e, por isso mesmo, o prolongamento da criação divina tal como já o concebia Spinoza: é o milagre, e para Wilde é, particularmente, aquele milagre pagão que convém confrontar com os Evangelhos (Monneyron, 2012: 6).

Curiosamente, esta rivalidade entre a imagem e o divino vem referida na própria Bíblia, no Êxodo (20,4), e proíbe a produção de imagens de Deus. Todavia, esta rejeição da imagem

¹ Este é um texto inédito que faz parte da elaboração de uma obra na qual o autor ainda se encontra a trabalhar, e que teve a amabilidade de nos ceder. A tradução, à semelhança das restantes constantes neste trabalho, é da nossa responsabilidade.

não se limita a uma única religião, como o salienta Jean Martin Rabot ao referir-se a alguns estudos de Alain Besançon:

A rejeição das imagens deve-se a três grandes monoteísmos, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, com, evidentemente, algumas variantes. O Islamismo é por excelência a religião monoteísta e foi a que mais objetou a ideia de uma representação do divino. O Cristianismo é uma religião cujo monoteísmo é mais brando, porque soube valorizar a herança bíblica que afirma a criação do Homem à imagem de Deus (Rabot, 2007: 21).

O andrógino seria assim o sexo artístico eleito por excelência, já que representa o equilíbrio entre o feminino e o masculino, a juventude e beleza eterna.

Os aspetos dos corpos também eles variam ao longo do tempo, em função das diferentes culturas, refletindo obsessões e preocupações culturais. Pois, o corpo disciplina-se ao estereótipo e transforma-se em detrimento dele próprio. Com efeito, os homens procuraram, sempre, ao longo dos tempos, outras aparências para além das aparências que lhes eram reenviadas pela imagética mental, esta nunca foi totalmente satisfatória. Um dos mestres fervorosos nesta busca nas profundezas do metafísico e limiar do esotérico, Fernando Pessoa dirá:

A minha imagem, tal qual eu a via nos espelhos, anda sempre ao colo da minha alma. Eu não podia ser senão curvo e débil como sou, mesmo nos meus pensamentos (Pessoa, 1997: 29).

A figura do andrógino transpõe a história das civilizações e da arte e até reaparece na incerteza do sexo dos anjos, dos demónios e da própria alma. A arte é o veículo privilegiado para representar a beleza andrógina porque é única, eterna e não perece tal como a natureza que apesar de se repetir no ciclo vida, morte e renascimento, tem de destruir para criar de novo. Pois enquanto mortal, o homem desfaz-se em sucessivas tentativas de alcance e equiparação à imortalidade divina, em busca de uma perfeição corporal perpétua, alheia ao envelhecimento. Nesta medida, Mircea Eliade depreende que a androginia é um fenómeno do imaginário que transcende a fragmentação do ser humano a fim que este conquiste a integridade divina:

Entenda-se que a androginia é uma fórmula genérica para exprimir a autonomia, a força, a totalidade: de uma divindade que é andrógina, isto é, o equivalente a um ser absoluto, uma realidade última. (...) trata-se de um arquétipo universalmente difundido (...) Um deus macho por excelência pode tanto ser andrógino como uma Deusa-Mãe. Assim, se se diz que os Seres supremos dos povos primitivos são – ou foram – andróginos, este facto não exclui de forma alguma a sua “masculinidade” ou a sua “feminidade (Eliade, 1957: 216).

Contudo, se o divino é a junção de todas as oposições, corporalizar a divindade que há no Homem é, também, permitir-lhe materializar a parte diabólica, já que o bem não existe sem o mal na medida em que conferiu ao indivíduo tal como refere Jean-Martin Rabot “o direito de fazer o que compete a Deus e ao Diabo” (Rabot: 2004: 318)

5. Reverberações da fusão dos géneros: mudança de paradigma do género e consciência do “Eu”

Se para Sâr Péladan a arte tinha conseguido criar um ser sobrenatural, andrógino, mais enigmático do que a própria Esfinge, a era da modernidade, com a invasão da imagem virtual, veio dar prolongamento a esta ânsia de perfeição do ser humano rompendo os limites da mera sensação.

Entretanto, a pós-modernidade subverteu o conceito de imagem e passou a aspirar, como o designa Maffesoli, à “perfeição do Uno” (Maffesoli, 1992: 44). O imaginário do corpo humano extrapolou para o campo das novas tecnologias e passou a ser seu objecto de intervenção. Para Moisés de Lemos Martins, “a experiência contemporânea constitui-se na fusão da técné com a bíos” (Martins, 2011: 179). O homem cede à atração de um mundo virado para o progresso ilimitado, um mundo quimérico, “mundus imaginalis” (Durand, 2003: 131) onde se entrelaçam os sonhos, os mitos, os mistério e os arquétipos. A busca de perfeição do corpo e eternização da beleza não é de facto uma novidade, mas parece ter virado uma obsessão da contemporaneidade.

Leda Tucherman observa na sua obra *Breve História do Corpo e de Seus Monstros* (1999) que, de facto, o processo de percepção do “Eu” por si próprio nunca é idóneo:

E, quando nos vemos no espelho, o que vemos refletido é a imagem do Narciso que está em nós, não do vampiro que nos habita: este sempre escapa, mas escapa como viajante nómade [...] O vampiro que somos torna possível a imagem do Narciso que vemos: mas o vampiro não pode ser contemplado, já que o espelho não reproduz a imagem do vampiro. Drácula contra Narciso. Drácula contra Édipo (Tucherman, 1999: 12).

A percepção do “Eu” emana de uma espécie de intersecção e confrontação tridimensional entre o real, o imaginário e os labirintos mentais próprios do Ser Humano, onde se esconde a *anima* e os segredos da vida espiritual. Em verdade, desde o princípio da criação que o Homem é impelido a questionar-se sobre o Princípio dos princípios. Todas as culturas colocam as mesmas questões: De onde provém a Terra? Como surgiu o Universo? A vida? Quais os seus propósitos? O que é o Homem no seio deste Todo? A este propósito, desta apetência que impele o Homem na busca do Uno, num folgo panteísta, porque tende à fusão com mundo empírico que o rodeia, Jean-Martin Rabot sublinha que:

A história humana está repleta de exemplos que corroboram a necessidade que o Homem tem de fazer corpo com a natureza. Já na antiguidade pairava a ideia de uma indiferenciação entre os homens e a natureza. Os estóicos equacionaram a possibilidade de moldar os comportamentos humanos sobre os dos animais. Os cínicos preconizavam o retorno ao estado da natureza e a metáfora canina que lhes servia de referência dizia tanto respeito à comida, como à sexualidade, aos vestidos ou à habitação (Rabot in Martins, 2011: 199).

Por força destas indagações existenciais, cada cultura esboçou um mito de criação distinto mas que segue curiosamente um mesmo traço, como o assinala June Singer:

(..) primeiro, a inteireza não-diferenciada primordial do Um; em seguida, a diferenciação do Dois dentro do Um e a sua polarização; depois, a grande cisão provocada por alguma catástrofe primeva ou ato criador, a separação do céu e da terra, do que está em cima e do que está em baixo; finalmente o banimento para a terra do “outro” aspeto da Unidade primordial (Singer, 1990: 167).

As criações que derivam do Andrógino Primordial para além de polarizar as essências masculinas e femininas, polariza o tempo em noite e dia. Esta ideia é retomada por Gilbert Durand na sua obra *As Estruturas Antropológicas do imaginário* (1989) que apresenta dois *Regimes* do simbolismo, um “diurno” e outro “nocturno” que segundo este estudioso se justificam porque,

(...) a libido na sua evolução genética valoriza e liga afectivamente de modo sucessivo mas contínuo, as pulsões digestivas e as pulsações sexuais. (...) (Durand, 1989: 41).

Contudo, para Péladan, esta cristalização do fenómeno andrógino, em que a essência do feminino e do masculino consubstancia o “Um”, só poderá permanecer mantendo-se numa espécie de “substancia amniótica” da castidade. O acto sexual mataria o andrógino porque teria que sucumbir a um sexo (Monneyron, 2012: 12). A contrapor a esta ideia, Jean-Martin Rabot depreende, no seu artigo “As famílias tribais” (2010: 255-270), que a liberdade sexual hodierna, que assenta sobretudo “nas manifestações plurais da sexualidade”, “pode ser encarada como o indício de uma sociedade rejuvenescida”. (Rabot, 2010: 261)

Todavia, denota-se uma mutação do paradigma do género, um novo conceito que tende a escapar à visão bipolar do mundo contrariando a “consciência bimodal” do funcionamento do cérebro (Singer, 1990). Esta mutação alquímica decorre de uma espécie de simbolismo do centro que engole o ser pensante num “refúgio natural” que Gibert Durand metaforiza com o “ventre materno” (Durand, 1989: 171), uma espécie de retorno ao ovo, ao *vaso*, ao embrião assexuado, à origem andrógina e, naturalmente, um retorno à renovação.

O ovo da alquimia ocidental e extremo oriental encontra-se naturalmente ligado a este contexto da intimidade uterina. A alquimia é um regressus ad uterum. O orifício do ovo deve ser “hermeticamente” fechado simbolizando este último o ovo cósmico da tradição universal.

É evidente que toda esta dinâmica e acompanhada de outras metamorfoses que se dão não ao nível do pensamento filosófico mas também ao nível das expectativas, estilos de vida e práticas do quotidiano do Homem na sociedade (Durand, 1989: 175).

Para Conceição Nogueira, “Esta utopia edifica uma personalidade original, singular, autêntica e excêntrica em relação aos grupos de pertença.” (Nogueira, 1996: 211). Masculinidade e feminilidade sobrepõem-se e passam a existir concomitantemente na mesma pessoa. O ser andrógino é simultaneamente expressivo e instrumental e adapta-se aos diversos contextos por estarem “menos vinculados a estas definições culturais de feminilidade e masculinidade e menos motivados a regular o seu comportamento por esses padrões” (Nogueira, 1996: 210). Neste caso, a análise por oposição deixa de ter sentido, porque passa a obedecer a categorias multidimensionais e intercambiáveis e, não mais, a teorias de complementaridade ou inversão de sinais. Assim sendo, esta identidade

sobrepõe a primazia do indivíduo à pertença de um grupo, porque não funciona num mundo estruturado em torno da dualidade opositiva de gêneros masculino/feminino. Em contrapartida, expande-se num mundo social flexível mas certamente mais complexo.

6. Conclusão

Estas representações, no entanto, não se ficam pela imagética e extrapolam as fronteiras do imaginário pictural. O arquétipo de gênero parece explodir com a materialização em palco de celebridades, cada vez mais ambíguas, tais como Annie Lennox, David Bowie, Boy George, Prince e Mickael Jackson, Madonna, Marilyn Manson, Ney Matogrosso; Bill Kauliz; Justin Bieber, Lady Gaga, Fatal Bazzoka e até mesmo a polémica figura pública da sociedade “VIP” portuguesa, José Castelo Branco. Figuras essas que desafiam as normas do conceito bipolar do mundo em torno de dois gêneros distintos. Figuras essa que “mais não fazem do que repetir, redizer caracteres, maneiras de ser antropologicamente enraizados.” (Maffesoli: 2001: 37). Visto por este prisma, a humanidade estaria a obedecer a uma lei redundante de eterno retorno, num “lento trabalho circular”, no ensejo de um “mandala” ou “Santo Graal” que o complete.

A androginia sugere a combinação de atributos femininos e masculinos, eliminando a suposição do dualismo do gênero (Nogueira, 1996: 209), um estado que permite o apagamento dos gêneros. Assim, sociedade contemporânea ocidental tem vindo a moldar-se a um estereótipo ainda que neófito, ao modificar valores, práticas do quotidiano, imagem, corpo, moda assim como formas de pensar o Outro. Esta transformação do Eu tem feito com que o ser humano se focalize cada vez mais numa introspecção analítica, numa tentativa vã em reposicionar-se perante o microcosmo e macrocosmo que o rodeia, no desvendar da sua identidade em correlação com o imaginário que nele habita. Este novo virar para individualidade, para a identidade e busca do equilíbrio libertador causa alguns impasses na verbalização dos resultados proveniente da fluidez de gêneros, já que não anula as qualidades inerentes aos gêneros mas reúne-as, num estado androgínico, que não depende necessariamente de uma ou outra orientação sexual e que não tem propriamente a ver com a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade, a pansexualidade ou o estado de hermafrodita. Assiste-se a uma transferência de masculinidade para o feminino e outra em sentido inverso, como se a aspiração máxima fosse um estado de perfeição divinal resultante do estado andrógino.

Pois, apesar de aparentar ser uma real utopia, a comunicação social não cessa de transmitir imagens de andróginos que ultrapassam as barreiras biológicas e psicológicas e trespassam, deixando rasto, as estruturas sociais e culturais. De fato, o conceito andrógino seduz, já que não deixa de representar a idealização de um ser superior, que pela sua condição, pode

“escolher um lugar na sociedade, em função de critérios que escapam à classificação baseada no género” (Nogueira, 1996: 211).

A androginia parece ser o próximo debate do século, em suma, um “terceiro género” que, segundo a corrente mais otimista, poderia romper com as desigualdades de género. Quiçá esta nova condição ambígua venha a conduzir o ser humano a uma identidade de terceiro género, um pouco à semelhança das personagens que dão vida à obra *O Banquete* de Platão, incitando a uma nova teorização da identidade sexual.

Referências

- Besançon, A. (1994) *L'Image Interdite. Une Histoire Intellectuelle de l'Iconoclasme*, Paris: Arthème Fayard.
- Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1999) *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- Carter, A. (1979) *La Femme Sadienne*, Londres: Virago.
- Cameron, D. (1958) *On Language and Sexual Politics*, London: Routledge.
- Cameron, D. (1990) *The Feminist Critique of Language*, Londres: Routledge.
- Correia, C. P. (2004) *O Testículo Esquerdo: Alguns Aspectos da Demonização do Feminino*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Durand, G. (1989) *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (H. Godinho, Trans.), Lisboa: Editorial Presença.
- Durand, G. (1996) *Campos do Imaginário*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Durand, G. (2003) *Structures*, Paris: La Table Ronde.
- Foucault, M. (1984) *Histoire de la Sexualité, T. 2, L'Usage des Plaisirs*, Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1997) *Histoire de la Sexualité, T.1, La Volonté de Savoir*, Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1908) *La Vie Sexuelle*, Paris: PUF.
- Greer, G. (1971) *La Femme Eunuque*, Paris: Éditions Robert Laffont.
- Eliade, M. (1952) *Images et Symboles: Essais sur le Symbolismes Magico-religieux*, Paris: Gallimard.
- Eliade, M. (1957) *Mythes, Rêves et Mystères*, Paris: Gallimard.
- Lopes Iouro, G. (2000) *Curriculo, Género e Sexualidade*, Porto: Porto Editora.
- Maffesoli, M. (1990) *Au Creux des Apparences. Pour une Esthétique de l'Esthétique*, Paris: Plon.
- Maffesoli, M. (1992) *La Transfiguration du Politique. La Tribalisation du Monde*, Paris: Grasset.
- Maffesoli, M. (1995) *A Contemplação do Mundo*, Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Maffesoli, M. (2001) *O Eterno Instante. O Retorno do Trágico nas Sociedades Pós-modernas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Maffesoli, M. (2004) *A Parte do Diabo: Resumo da Subversão Pós-moderna*, Rio de Janeiro: Record.

- Maffesoli, M. (2011) 'Pós-modernidade', *Comunicação e Sociedade*, 18: 21-22.
- Martins, M. d. L. (2004) Tecnologia e Sonho de Humanidade, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/995>, acedido em 22-05-2012.
- Martins, M. L. (de) (2011) *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs*, Coimbra: Grácio Editor.
- Martins, M. (2011) 'O que Podem as Imagens. Trajecto do Uno ao Múltiplo' in Martins, M.; Miranda, J. B. d.; Oliveira, M. & Godinho, H. (eds.) *Imagem e Pensamento*, Coimbra: Grácio Editor, pp. 123-135.
- Monneyron, F. (1994) *L'Androgyne Romantique du Mythe au Mythe Littéraire*, Grenoble: Ellug.
- Monneyron, F. (2012). 'Du Mythe à la Figure. Esthétique de l'Androgyne à la fin du XIX siècle', documento não publicado, cedido pelo autor: Université Via Dominitia de Perpignan.
- Mota-Ribeiro, S. (2005) *Retratos de Mulher: Construções Sociais e Representações Visuais do Feminino*, Porto: Campo das Letras.
- Nogueira, M. C. C. (1996) *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais do Género: Perspectivas Feministas Crítica na Psicologia Social*, Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia.
- Péladan, J. (2010) *De l'Androgyne*, Paris: Allia.
- Pessoa, F. (1997) *Livro do Desassossego* in Papilorange G. (ed.), disponível em http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e_livros/clle000022.pdf, acedido em 3/01/2011.
- Platão, (2000/2003) *O Banquete*, disponível em <http://br.egroups.com/group/acropolis/>, acedido em 5/04/2012.
- Rabot, J.-M. (2004) *Polythéisme des Valeurs et Postmodernité*, Braga: Universidade do Minho.
- Rabot, J. M. (2007) 'L'image, Vecteur de Socialité', *Sociétés – Revue des Sciences Humaines et Sociales*, nº95/1, 19-31.
- Rabot, J.-M. (2010) 'As Famílias Tribais' in Martins, M. (org.), *Caminhos nas Ciências Sociais: Memória, Mudança Social e Razão - Estudos em Homenagem a Manuel da Silva Costa*, Coimbra: Grácio Editor, pp. 255-270.
- Rabot, J.-M. (2011) 'A Imagem do Monstro nas Sociedades Pós-modernas' in Martins, M.; Miranda, J. B. d.; Oliveira, M. & Godinho, H. (eds.), *Imagem e Pensamento*, Coimbra: Grácio Editor, pp. 189-210.
- Robert, E. (1901) *Souvenirs et Saudades de Lisbonne*, Porto: Empreza Litteraria e Tipographica.
- Singer, J. (1990) *Androginia: Rumo a uma Nova Teoria da Sexualidade*, São Paulo: Editora Cultrix.
- Tucherman, L. (1999) *Breve História do Corpo e de Seus Monstros*, Lisboa: Ed. Vega, Coleção Passagens.
- Xiberras, M. (2010) 'Figures d'Eros: Mythes et Cultures', *Comunicação e Sociedade*, 18: 27-40.

V

Comunicação, Cultura e Organizações

Proposta de Análise Social para a Publicidade no Contexto da Comunicação Organizacional

Social Analysis Proposal for Advertising in the Context of Organizational Communication

RENATA DE FREITAS & TERESA RUÃO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

renatadefreitas@gmail.com/ truão@ics.uminho.pt

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discutir métodos de análise social empírica e propor um modelo aplicado aos estudos de identidade de marca e da publicidade no contexto da Comunicação Organizacional. O nosso ponto de partida surgiu em torno da questão: como pode a identidade da organização ser transmitida por meio da publicidade? Para resolver esta equação, enfatizamos a importância de uma fase teórica exploratória, que discute pressupostos e orientações ideológicas, modelos e conceitos para enquadrar o problema. Entretanto nossa contribuição centra-se numa proposta de modelo empírico, que assenta numa metodologia rigorosa e sistemática, a partir de métodos e técnicas confluentes com os objetivos da investigação.

Palavras-chave:

Análise social; metodologia; publicidade; comunicação organizacional

Abstract:

This paper has the objective of discussing empirical social analysis methods and propose an applied model to the studies of brand identity and advertising in the context of Organizational Communication. Our starting point was the question: how can the identity of the organization be transmitted through advertisement? To answer this equation, we emphasized the importance of an exploratory theoretical phase, that discusses presupposition and ideological orientations, models and concepts to frame the issue. However our contribution is centered on a proposal of empirical study, based on a rigorous and systematic methodology, with methods and techniques that are pertinent to the objectives of the investigation.

Keywords:

Social analysis; methodology; advertising; organizational communication

1. Introdução

“Embora seja melhor fazer uma Tese sobre um tema que nos agrada, o tema é secundário relativamente ao método de trabalho e à experiência que dele se tira” (Umberto Eco, 1977: 28).

Este artigo tem como propósito desenvolver a análise das metodologias de investigação em Ciências Sociais, com interesse especial para os campos da Comunicação Organizacional e da Publicidade, em consequência de uma tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação.

Para a promoção da ciência, prima-se pela produção de conhecimentos ordenados e sistematizados sobre um campo do saber. O conhecimento científico é resultado da

investigação metódica da realidade e produz ciência na medida em que analisa fatos, descobre causas, realiza verificações e produz resultados. O papel do investigador é estruturar teoricamente e realizar empiricamente “um dispositivo para a elucidação do real”, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho (Quivy & Campenhoudt, 1998: 15).

No contexto da Comunicação Organizacional, a produção de conhecimento nas últimas décadas desenvolveu um amplo campo de pesquisa sobre temas que se entrecruzam: práticas de comunicação, cultura e símbolos, fluxos de canais, tomada de decisão, relações entre pessoas, grupos de trabalho comunicacional, modos de comunicação, interface do ambiente, tecnologia, linguagem, estrutura, gestão de informação, ética, interculturalidade, clima (Allen *et al.*, 1993; Deetz, 2001).

A investigação empírica acerca da Comunicação Organizacional teve diferentes abordagens metodológicas ao longo das décadas, sendo que nos anos 70 do Século XX dominavam as abordagens positivistas e percebia-se o uso de métodos de outros campos disciplinares - como a Administração, a Sociologia ou a Psicologia -, combinados com alguma sistematização de conceitos teóricos próprios (Miller, 2001). Nos anos 80, foram adotados métodos interpretativos e nos anos 90 essas abordagens tiveram influência das teorias críticas. Atualmente, faz-se uso de uma pluralidade de métodos para somar resultados, de forma que “a escola de Comunicação Organizacional hoje é marcada por um saudável ecletismo em que vários métodos de pesquisa são aceitos como legítimos” (Miller, 2001: 137).

Com a pretensão de estudar as questões de identidade de marca e de publicidade dentro da âncora dos estudos da Comunicação Organizacional - promovendo uma análise mais holística e menos centrada nas clássicas abordagens comerciais, concorrendo para um enriquecimento de ambos os campos -, o caminho de pesquisa que nos propomos testar é o estudo de caso (Yin, 2003), um método que permite analisar fenômenos comunicacionais em contexto real. Pretendemos, pois, explicar como essa análise pode se tornar uma pesquisa com validade acadêmica, na medida em que nos conduz a resultados próximos da realidade, mas a partir das regras de sistematicidade que se impõem a uma investigação social.

Como todo ponto de partida para investigações científicas, elaboramos uma questão que nos intriga e possibilita aprofundar o assunto dentro do contexto que nos motiva: *como pode a identidade da organização ser transmitida por meio da publicidade?* Para responder a esta preocupação, foi preciso construir um quadro teórico referencial, que discute pressupostos e orientações ideológicas para enquadrar o problema. Desenvolveremos, então, alguns capítulos sobre o estudo empírico que propomos para validar os apontamentos teóricos.

2. O papel da metodologia na investigação científica

Para Quivy & Campenhoudt (2005), a investigação em Ciências Sociais deve partir de um trabalho exploratório sobre pensamentos, conhecimentos e reflexões do tema para um estudo conciso dos fenômenos, o que pode ser conduzido pela construção de um modelo de análise. Pardal & Correia (1995) completam a ideia afirmando que uma das características do método científico é justamente dirigir-se para a verificação empírica (ver figura 1).

O trajeto metodológico que selecionamos segue esta linha supracitada: a construção de um quadro teórico de referência e a elaboração de um modelo de análise social em um estudo de caso. Muitas investigações em Ciências Sociais partem desse modelo de investigação, que tem início com uma problemática para ajudar a explicar a realidade sobre o objeto de estudo:

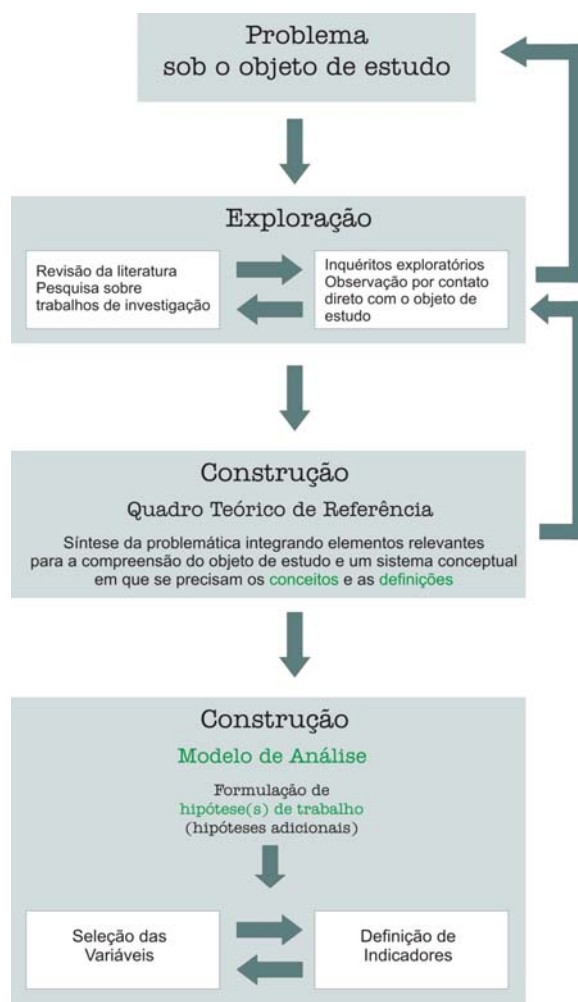


Figura 1: “Construção de um modelo de análise social”, de Pardal & Correia (1995: 12).

Como expõe o quadro, a fase exploratória proporciona informações para enquadrar o problema, a partir de revisão da literatura e da compilação de novas tendências de estudo para área. Essa exploração costuma ser reflexiva, tendo em conta o objeto de estudo, as ligações que dão pertinência à temática, e buscando algum ineditismo acadêmico.

Na intersecção entre as linhas de pesquisa sobre Comunicação Organizacional e Publicidade, a revisão da literatura sugere os temas seguintes: metáforas acerca da comunicação ser central e equivalente à organização (Putnam, Phillips & Chapman, 1996; Taylor, 1993), questões de identidade organizacional e de imagem de marca (Aaker & Joachimsthaler, 2000; Kapferer, 1994; Aaker, 1991), e associações que a Publicidade confere às marcas (Pereira & Veríssimo, 2004; Pinho, 1996). Dentro destas temáticas, são feitas reflexões sobre o contexto social contemporâneo em que se inserem, uma sociedade motivada por muitas mensagens midiáticas, novas tecnologias e possibilidades de interação alternativas.

Os estudos sobre identidade organizacional, centro da nossa problemática, podem seguir perspectivas funcionalistas, interpretativas ou pós-modernas (Gioia *et al.*, 2000). A primeira vê a identidade como um fenômeno social a ser observado e medido, já o ponto de vista interpretativo dá importância para os significados e símbolos construídos na realidade organizacional, e por fim, a perspectiva pós-moderna percebe como se desenvolve a identidade por meio de relações e de discursos. Acreditamos que cada abordagem tem suas vantagens específicas e podemos utilizá-las em conjunto para proporcionar mais resultados sobre o cenário.

Tendo em consideração a importância da construção de um quadro de referência teórico para perceber o conceito de identidade organizacional no contexto da Comunicação Organizacional, prosseguimos com uma análise empírica que refletirá as ideias discutidas. Optamos por apresentar uma realidade organizacional em expansão por meio de um estudo de caso.

3. O método de estudo de caso

O método de estudo de caso é comumente utilizado nas pesquisas em Comunicação Organizacional porque permite analisar fenômenos no seu contexto real e não reproduzíveis em laboratório. O estudo de caso já era amplamente utilizado nas investigações dentro de empresas na área da Gestão, “dada a complexidade das situações e, portanto, a necessidade crescente de informação qualitativa que explique a informação quantitativa de forma completa” (Barañano, 2004: 102).

As referências bibliográficas sugerem que o método de investigação escolhido deve ter em conta as condições contextuais do investigador e os objetivos da pesquisa. O método de

estudo de caso investiga a fundo fenômenos específicos (Yin, 2003), sendo um “modelo de análise intensiva de uma situação particular” (Pardal & Correia, 1995: 23). Existem alguns questionamentos sobre a validade deste método, por ter um caráter utilitário e por basear-se na descrição de situações. Em defesa do método, cabe dizer que o estudo de caso deve ser realizado com precisão e rigorosidade, orientado por um quadro teórico e apoiado em uma metodologia consistente, a fim de obter resultados confiáveis para a problemática do estudo.

Um dos recursos a utilizar para dar credibilidade ao estudo é a triangulação de fontes de evidências que confluem para a mesma realidade observada, fornecendo mais provas de que os resultados são pertinentes (Yin, 2003). Optamos pela triangulação de dados, que recorre a múltiplas fontes, e pela triangulação metodológica, que implica usar mais de uma técnica para estudar a mesma realidade, por exemplo, com a convergência das técnicas de observação, entrevistas e análises documentais, apontando mais evidências para o mesmo caso.

Entre o universo de organizações que podem ser investigadas, é importante escolher organizações-exemplos que proporcionem material propício para aplicar as teorias discutidas. Caso o investigador opte por um estudo de caso comparativo (embora essa não seja a proposta que vamos apresentar a seguir), é comum selecionar organizações que pertencem ao mesmo ramo de mercado, ou que têm alguma familiaridade entre elas: estruturas similares, mesma região geográfica, públicos em comum, entre outras características que proporcionem boas analogias.

Para esse estudo de caso, a nossa proposta de análise sugere a seleção de uma organização em expansão no país, que é uma “amostra intencional” (Pardal & Correia, 1995: 42). Ou seja, é uma amostra que não utiliza cálculos representativos em relação ao universo, sendo sua escolha resultado do juízo do investigador em conjunto com os objetivos pretendidos. Apesar de uma amostra intencional não ter representatividade numérica perante o universo de estudo (todas as instituições do fenômeno social que se investiga), quando há rigor e métodos criteriosos, oferece resultados importantes para explicar a realidade em volta do fenômeno social pretendido.

Ademais, a opção por uma amostra não estritamente representativa é indicada para estudar de modo pormenorizado um objeto (Yin, 2003; Quivy & Campenhoudt, 2005). No caso de uma organização, o fato de ser o único objeto faz com que se analise em profundidade o seu funcionamento e as suas razões de ser e de se comunicar. O estudo sobre um caso (em vez de múltiplos casos) permite aprofundar reflexões sobre uma realidade organizacional, as suas práticas sociais e os seus processos de significação, em vez de se centrar em comparações com outras realidades.

A partir da fase de exploração teórica, da discussão de conceitos e da (1) formulação da problemática que já citamos, Quivy & Campenhoudt (2005: 103) sugerem que as próximas etapas sejam: (2) construir um modelo de análise, (3) reunir dados pertinentes e amostras, (4) analisar informações e (5) formular conclusões. Essa ordem não é fixa, como os autores exemplificam ao citar que “a problemática só chega realmente ao fim com a construção do modelo de análise” (2005: 103). Portanto, há liberdade para diferentes ordenações de ideias, mas sem deixar de articular todos esses passos, para rigor da investigação.

Para orientar a pesquisa e selecionar os dados importantes, constroem-se hipóteses a serem validadas. As hipóteses podem ser desenvolvidas a partir do método hipotético-indutivo, em que o investigador parte do quadro teórico de referência (ou seja, parte da observação) para construir seu modelo para testar os fatos; ou a partir do método hipotético-dedutivo, em que o investigador parte de um modelo de interpretação do fenômeno social (como da análise empírica) para formular hipóteses que terão que ser testadas ao procurar correspondência na realidade social (Quivy & Campenhoudt, 2005: 145).

Podemos conceituar que as hipóteses são pressuposições que tentam explicar o relacionamento entre os eventos estudados. Podem-se construir diferentes hipóteses interligadas com a exploração da organização-exemplo do estudo de caso, e afins aos objetivos de cada investigação, pelo que não se torna preciso aprofundar sobre esse ponto para expor nossa proposta de análise, mas se torna importante deixá-la recordada.

4. Proposta de análise: quatro fases de investigação

A presente proposta de análise social pode ser adaptada em função dos objetivos específicos de cada investigação, das hipóteses a serem averiguadas e das características da organização investigada. Assim, traçaremos apontamentos gerais que são contributivos para a área, mas ainda flexíveis face a realidades organizacionais diversas.

A análise é disposta em quatro fases, sendo as duas primeiras centradas na Comunicação Organizacional e nas questões de identidade de marca, e as últimas fases referentes aos estudos de Publicidade.

- (1) Auditoria de comunicação:** A primeira fase de análise consiste em um estudo exploratório sobre a organização e a Comunicação Organizacional, tendo como objetivo apresentar o objeto de estudo de caso e perceber como a organização trata a sua comunicação, os seus fluxos, as suas direções e os seus relacionamentos. Como defendem algumas linhas de pesquisa em Comunicação Organizacional, a comunicação não é apenas um evento isolado dentro da organização; na verdade, podemos formar pistas para o entendimento sobre esta a partir das suas práticas de

comunicação (Taylor, 1993). Sugerimos a triangulação de dados (Yin, 2003), utilizando como fontes de evidências técnicas como análise documental de material institucional e estruturação de entrevistas com os integrantes da organização. Caso a organização-exemplo seja extensa, torna-se necessário delimitar o foco para alguns departamentos; no caso do nosso objetivo de pesquisa, por exemplo, os departamentos que decidem sobre comunicação institucional e publicidade seriam apontados.

- (2) Diagnóstico de identidade:** A segunda fase de análise consiste no diagnóstico da identidade da marca e se desenvolve no âmbito da produção identitária, a partir dos fluxos e dos discursos organizacionais. Para isso, se valerá dos resultados da reflexão do primeiro quadro de investigação, mas irá além com a proposta de traçar a identidade da marca que nasce dentro da organização. A identidade é constituída pelas características diferenciais da marca, criadas pelos responsáveis da organização e pela relação entre os membros, incluindo suas experiências e expectativas (Balmer & Greyser, 2004). As técnicas para traçar as características de identidade seguem estudos já realizados nessa área, como desenvolveu Ruão (2006) para diagnosticar a identidade da marca portuguesa Vista Alegre¹. Apoiamo-nos nas propostas de Bardin (2008) para categorização temática dos dados recolhidos, nas referências de Kapferer (1994) para análise das fontes de identidades pelas características que a organização elabora, e em Aaker & Joachimstaler (2000) para análise das dimensões da identidade.
- (3) Estudo da mensagem publicitária:** A terceira fase de análise aprofunda-se sobre a Publicidade Institucional na Comunicação Organizacional. Há duas intenções: a primeira, de cunho histórico, pretende revisar como foram os últimos anos de campanhas publicitárias anunciadas pela organização e apontar algum padrão. A segunda intenção é interpretar alguns símbolos de uma amostra de publicidade, a mesma amostra que será trabalhada no último e quarto quadro de análise. O objetivo de analisar a publicidade é esboçar alguns processos de significação identitária da marca em questão. Para isso, seguem-se referências sobre semiologia da imagem (Joly, 1994), semiótica da mensagem publicitária (Volli, 2003) e associações que a publicidade confere à marca (Pereira & Veríssimo, 2004; Pinho, 1996).
- (4) Estudo da recepção publicitária:** A quarta fase de análise debruça-se sobre a recepção da Publicidade. Pretende-se conferir qual imagem é percebida pelo público através da amostra de anúncios, para fazer uma relação com os dados sobre a identidade resultantes das fases anteriores. A imagem organizacional é construída a partir de como a organização é percebida por todo público (Balmer & Greyser, 2004; Ruão, 2006), ou seja, é a representação mental que os indivíduos têm da organização; é o

¹ Estudo desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

conjunto de características que as pessoas e os grupos associam. Os estudos sobre recepção da mensagem publicitária podem partir de diversos tipos de inquéritos, a depender do tipo de questão que se quer resolver. Muitas análises sociais optam por grupos focais (Morgan, 1998) e outras por entrevistas e questionários (Foddy, 1993). Também há a opção por grelhas de perguntas e de observação destinadas à avaliação estratégica da comunicação publicitária (Brochand *et al.*, 1999; Lendrevie *et al.*, 2010).

Como as três primeiras fases dão-se ao nível da produção, os resultados serão consequência da convergência de fontes de evidências documentais e entrevistas dentro da organização, a partir da triangulação de dados e da triangulação metodológica (Yin, 2003). Na quarta fase, os estudos sobre recepção exigem que sejam estudadas questões ao nível das audiências. Passar para o âmbito da recepção, dos efeitos, é um passo ambicioso que ajudará a validar o quadro investigado e proporcionará resultados inéditos, consequentes da percepção pública.

5. Revisão de métodos e técnicas

O método científico é um “instrumento para sondagem da realidade” (Barañano, 2004: 22), que reúne procedimentos para possibilitar formulações de questões, experimentações e interpretações de realidades. Autores diferenciam métodos e técnicas (Cervo & Berviam, 1996; Eco, 1977) explicando que o método refere-se à ordenação de ideias que indica *o que fazer*, enquanto a técnica refere-se à instrumentação que indica *como fazer*. São conceitos interligados que trabalhamos juntos.

Pelo caminho que nos propomos traçar, o tratamento das informações será baseado numa complementaridade de estudo qualitativo e quantitativo. Estes métodos não são excludentes, podendo ser usados em conjunto, desde que obedeçam a precisão e o rigor científico. Muitas pesquisas sobre Comunicação Organizacional têm usado métodos qualitativos nas últimas décadas, sob influência de outras abordagens antropológicas, sociológicas e afins, para estender resultados quantitativos e trazer mais informações conotativas (Taylor & Trujillo, 2001). A abordagem qualitativa oferece destaque para descrições e explicações e proporciona o entendimento da Comunicação Organizacional como construtora de significados, como sugere a revisão da literatura. Taylor & Trujillo (2001) defendem a utilização em conjunto das abordagens quantitativas e qualitativas para investigação em Comunicação Organizacional, mas enfatizam que o uso de um só dos métodos não anularia a qualidade da investigação.

Acerca da nossa proposta de análise social envolvendo a identidade da marca e a publicidade no contexto da Comunicação Organizacional, as técnicas são variáveis conforme

os objetivos específicos da investigação, o acesso ao material de análise, e principalmente, a organização escolhida para o estudo de caso. Segue uma tabela com a compilação de possibilidades (ver quadro 1). Sabendo que há vantagens e desvantagens sobre a utilização de entrevistas, de análise documental e de demais observações, traçamos um panorama:

Fase de análise	Métodos e técnicas	Facilitações	Limitações
(1) Auditoria de Comunicação Organizacional	Observação à organização, entrevistas, leitura flutuante de material institucional (Bardin, 2008) e exploração de pistas de entendimentos.	Primeiras impressões sobre a Comunicação Organizacional e anotação sobre os fluxos e meios de comunicação. Com entrevista, há foco na questão.	Observação sem sistematização pode ser pouco rigorosa. Nas entrevistas, há possibilidade de respostas parciais ou mal elaboradas e de respostas-prontas.
(2) Diagnóstico de identidade da marca	Múltiplas fontes de evidência para análise documental (revistas, relatórios, documentos, etc.). Categorização de unidades de análise (Bardin, 2008). Aplicação de modelos identidade (Kapferer, 1994; Aaker & Joachimsthaler, 2000).	Facilidade de acesso ao material institucional. Análise documental independente de espaço físico. Estabilidade da informação recolhida.	Material institucional da organização é direcionado e influenciado por quem escreve. A seleção de categorias (unidades temáticas, Bardin, 2008) pode ser influenciada pelos resultados esperados pelo investigador.
(3) Estudo da mensagem publicitária	Análise documental sobre material publicitário. Interpretações a partir da bibliografia da área: Volli (2003), Joly (2004), Pinho (1996), Pereira & Veríssimo (2004).	Facilidade de acesso ao material, principalmente com arquivamentos de material publicitário na internet.	Interpretações semiológicas e semióticas dependem do estado de percepção, do grau de atenção e do <i>background</i> do receptor da mensagem.
(4) Estudo da recepção publicitária	Estudos sobre audiência: inquéritos e/ou grupos focais (Foddy, 1993; Morgan, 1998). Estudo qualitativo, mas com ajuda de instrumentos quantitativos.	Foco na questão a ser validada. Descobrir se os traços identitários selecionados coincidem com a percepção do público pode ser uma grande motivação para o investigador.	Requer tempo. Possibilidade de questões ambíguas e capciosas. Falta de disponibilidade do público para responder. Dificuldade em chegar a um número consistente para amostragem.

Quadro 1: Métodos e técnicas. Baseado em Yin (2003).

É importante ter em conta as facilitações e as limitações de cada método e técnica, a fim de minimizar enviesamentos e de selecionar os dados de maneira justa. A recolha de dados é

uma das etapas mais importantes para proporcionar resultados pertinentes. Exige concentração e disposição para desenvolver um sistema de recolha e evitar procedimentos precipitados. Um guião pode ajudar a não escapar dos objetivos do estudo e exigir que preconceitos e suposições prévias não interfiram no rigor da pesquisa.

É transversal a todas as fases de análise que os dados recolhidos passem por uma primeira “leitura flutuante”, aberta a reflexões e a ideias sobre o assunto (Bardin, 2008). Essa leitura inicial permite formular observações sobre o fenómeno e identifica a possibilidade de classificar os discursos escritos e as respostas das entrevistas sob critérios.

Na fase 1 (auditoria de comunicação), a dimensão de análise é de exploração, com vista à formação de pistas de entendimentos sobre as práticas de Comunicação Organizacional. Na fase 2 (diagnóstico de identidade), a dimensão de análise constitui-se sobre os contextos que indicam como os simbolismos são vivenciados dentro da organização, e podem-se salientar, assim, os principais assuntos que emergem a partir de uma categorização de “análise temática” (Bardin, 2008). Uma noção de tema vem a emergir como uma “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 2008: 131). Assim, fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação, uma “regra de recorte” de sentido, e cujo resultado sugerimos transpor para o modelo do prisma de identidade da marca de Kapferer (1994), e para o diagrama nuclear de Aaker & Joachimsthaler (2000).

É na fase 3 (estudo da mensagem publicitária) de análise que evocamos um exame dos signos da publicidade institucional, a conduzir cadeias de sentidos para a marca da organização. Há diferentes possibilidades de instrumentos de observação e de funções de análise, pelo que vamos nos concentrar no estudo da representação visual, a entender que texto e imagem se complementam e participam juntos da construção da mensagem a transmitir (Joly, 1994). A triangulação de evidências permite chegar próximo a um resultado equilibrado. Entretanto, é preciso questionar e ponderar se o procedimento de análise dos dados é fiável e válido. Alguns estudos que ajudam a enquadrar a análise são: semiologia da imagem a partir de elementos plásticos e elementos icônicos/figurativos (Joly, 1994); semiótica da mensagem publicitária, voltado para sintaxe e semântica do discurso (Volli, 2003), associações e crenças sociais que a publicidade confere à marca (Pereira & Veríssimo, 2004; Pinho, 1996).

Afinal, a fase 4 (estudo da recepção publicitária) é a mais importante e a que fechará o ciclo sobre produção e recepção da identidade da marca por meio da publicidade, gerando valor para a organização. Sobre métodos de investigação para empresas, Barañano (2004: 83) afirma que o inquérito por amostragem, a partir de entrevistas ou de questionários, é a técnica mais utilizada. Assim, permite profundidade no tratamento das informações, pois um grupo de menor dimensão possibilita recolher um grande número de dados para serem

confrontados e analisados. A amostragem, por sua vez, pode ser aleatória ou não aleatória, ou ainda combinar tipos diferentes de amostras (“sondagens complexas”, Barañano, 2004: 92).

A escolha por entrevistas estruturadas, semi-estruturadas ou livres é decidida conforme o tipo de resposta que proporcionará mais resultados para a problemática e para as hipóteses do estudo. A disposição de perguntas e a condução da conversa podem alcançar esclarecimentos sobre a realidade, explorações novas, validações de resultados, entre outros aprofundamentos (Pardal & Correia, 1995). O mesmo vale para indicação de observação direta ou indireta à organização, participante ou não. Se por um lado, a observação direta participante é rica em interação com as práticas de comunicação, por outro, a observação indireta proporciona o distanciamento que muitas investigações precisam para analisar com neutralidade.

Envolvemos a elaboração e aplicação de perguntas (seja através de entrevistas, inquéritos ou grupos focais) na fase 1 destinada a quem produz/decide sobre a comunicação dentro da organização e na fase 4 para o público receptor da publicidade. Para uma fase de exploração, como a fase 1, as perguntas podem ser mais abertas e flexíveis. Já para uma fase de constatação ou de verificação, como a fase 4, as questões tendem a ser direcionadas ou fechadas.

No decorrer de cada fase de análise, podem ser pormenorizadas quais as abordagens escolhidas para o tratamento de dados e as quais técnicas selecionadas para interpretar os resultados. Para Pardal & Correia (1995), a fase final de discussão de dados pode ter quadros de referência compreensivos, que explicam os significados dos casos; quadros de referências funcionais, que privilegiam o papel no sistema social; referências dialéticas, que realçam contradições, e referências estruturais, que desenvolvem o quadro sistemático do fenômeno. É de interesse das investigações multidisciplinares contribuir com resultados em dimensões diferentes.

6. Reflexões finais: uma proposta de investigação

Tivemos como motivação para conduzir este trabalho a nossa inquietação em repensar a publicidade segundo a lógica da Comunicação Organizacional, afastando-a do teor instrumental que lhe confere o *marketing*, para relacioná-la como o processo de significação que gera imagem para a marca organizacional. Nesse contexto, é possível discorrer sobre qual o novo papel da publicidade nessa realidade organizacional, que alia a gestão de marca estratégica aos seus discursos e práticas comunicacionais.

Focamo-nos na estruturação de um método para análise social com apoio do estudo de caso, e com sugestões de métodos e técnicas. Tentamos evidenciar a importância da rigorosidade e da sistematização acadêmica, que dão valor ao trabalho e dão pertinência para a investigação no campo acadêmico a qual pertence. Evidente que esta proposta de análise social pode ser adaptada a realidades organizacionais diferentes, a depender dos objetivos específicos de cada investigação.

Pretendeu-se, aqui, refletir sobre a Comunicação Organizacional de maneira menos instrumental e mais ampla e crítica, pois se acredita que a comunicação dentro e fora das organizações tem um caráter estratégico, mas não precisa ser sustentada apenas por uma perspectiva produtiva. Quanto à publicidade, sabe-se que os manifestos publicitários são carregados de força e promovem a construção de sentidos. Muito se fala que a publicidade usa estratégias para convencer o público a consumir, e a nossa intenção é conduzir para entendimentos sobre as formas de transmissão de valores associados à organização. É interessante perceber a capacidade que a publicidade tem de chamar atenção e de influenciar ideias e tendências em favor da organização.

Depois de realizada a análise social proposta, torna-se importante traçar a discussão de resultados, de modo a que se defendam as validações constatadas. No plano da significação, gostávamos de averiguar o conceito da realidade organizacional emergindo a partir da comunicação (Taylor, 1993). No plano estratégico, gostávamos de reunir informações que alavanquem a importância de técnicas integradas de Comunicação Organizacional e de gestão de identidade e imagem de marca, de modo que as organizações invistam em comunicação estratégica holística. Por fim, é providencial publicar as contribuições da investigação para a comunidade científica das áreas de Comunicação Organizacional e de Publicidade.

Financiamento

Investigação com apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e co-financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Programa Operacional Potencial Humano/POPH

Referências

- Aaker, D. (1991) *Managing Brand Equity*, New York: The Free Press.
- Aaker, D. & Joachimsthaler, E. (2000) *Brand Leadership*, Nova York: The Free Press.
- Allen, M. W.; Gotcher, J. M., Seibert, J. H. (1993) "A Decade of Organizational Communication Research: Journal Articles 1980-1991" in Deetz, S. A. (ed.). *Communication Yearbook 16*, Newbury Park, CA: Sage.

- Balmer, J. M. T. & Greyser, S. A. (2004) *Revealing the Corporation. Perspectives on Identity, Image, Reputation, Corporate Branding and Corporate-level Marketing*, London: Routledge.
- Baraňano, A. M. (2004) *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*, Lisboa: Sílabo.
- Bardin, L. (2008) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Brochand, B., Lendrevie, J., Rodrigues, V., Dionísio, P. (1999) *Publicitor*, Lisboa: Dom Quixote.
- Cervo, A. & Berviam, P.A. (1996) *Metodologia Científica*, São Paulo: Makron.
- Deetz, S. (2001) "Conceptual Foundations" in Jablin, F.M e Putman, L.L. (eds.), *The New Handbook of Organizational Communication, Advances in Theory, Research and Methods*, Thousand Oaks: Sage Publications, pp. 3-46.
- Eco, U. (1977) *Como Escrever uma Tese*, Lisboa: Presença.
- Foddy, W. (1993) *Constructing Questions for Interviews and Questionnaires*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Gioia, D.; Shultz, M.; Corley, K. G. (2000) "Organizational Identity, Image and Adaptive Instability" in *The Academy of Management Journal*, 25, 1.
- Jablin, F.; Putnam, L.; Roberts, K.; Porter, L. (1987) *Handbook of Organizational Communication: An Interdisciplinary Perspective*, Thousand Oaks: Sage.
- Joly, M. (1994) *Introdução à Análise da Imagem*, Campinas: Papirus.
- Kapferer, J. N. (1994) *Marcas – Capital da Empresa*, Lisboa: Edições CETOP.
- Lendrevie, J., Baynast, A., Dionísio, P. Rodrigues, V. (2010) *Publicitor: Comunicação 360° Online Offline*, Lisboa: Dom Quixote.
- Miller, K. (2001) "Quantitative Research Methods" in Jablin, F.; Putnam, L., *The New Handbook of Organizational Communication*, California: Sage, 137-160.
- Morgan, D. L. (1997) *The Focus Group Guidebook*, California: Sage.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Pereira, F. C. & Veríssimo, J. (2004) *Publicidade - O Estado da Arte em Portugal*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinho, J. B. (1996) *O Poder das Marcas*, São Paulo: Summus Editorial.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto: Areal.
- Putnam, L., Phillips, N. e Chapman, P. (1996) "Metaphors of Communication and Organization" in *Handbook of Organization Studies*, London: Sage, p. 125-168.
- Ruão, T. (2006) *Marcas e Identidades: Guia de Concepção e Gestão das Marcas Comerciais*, Porto: Campo das Letras.
- Taylor, J. (1993) *Rethinking the Theory of Organizational Communication: How To Read an Organization*, 3th Edition, Norwood, NJ: Ablex.
- Taylor, B. & Trujillo, N. (2001) "Qualitative Research Methods" in Jablin, Frederic; Putnam, Linda, *The New Handbook of Organizational Communication*, California: Sage, 161-194.
- Volli, U. (2003) *Semiótica da Publicidade – A Criação do Texto Publicitário*, Lisboa: Edições 70.
- Yin, R. (2003) *Case Study Research: Design and Methods*, Thousand Oaks: Sage Publications.

VI

Imagem, Drama e Cultura

Vestuário Cinematográfico: Estudos da Fashion Theory Aplicados à Etno-Ficção Portuguesa

Cinematographic Costumes: Studies from Fashion Theory Applied on Portuguese Ethno-Fiction

CATERINA CUCINOTTA & ANTÓNIO CASCAIS

Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem, Universidade Nova de Lisboa
caterina.cucinotta@gmail.com/ afcascais@sapo.pt

Resumo:

Baseado num estudo de traços comparativos, o meu trabalho de doutoramento se foca na intersecção entre cinema e moda, entre *fashion theory* e *film theory*.

O termo *fashion theory* refere-se a um âmbito interdisciplinar que contempla a moda como um sistema de significados em que se produzem as representações culturais e estéticas do corpo revestido. Os meios de comunicação, o cinema antes de todos, são um grande depósito e motor do imaginário social e agem em estreita sinergia com a moda. Até que ponto o vestuário resulta importante dentro do enredo filmico, seja como elemento dramático, seja como revestimento do corpo?

O género cinematográfico que vou analisar é a etno-ficção portuguesa onde o documentário e a ficção se cruzam, gerando um importante cruzamento também ao nível do vestuário. Pondo-se este exactamente no meio entre o real e o fictício, resulta, agora um símbolo de verdade na história contada, agora uma reconstrução do conceito de comunidade. A metodologia de estudo está baseada na análise filmica de três Trilogias: Trilogia do Mar de Leitão de Barros, Trilogia de Tras-os-Montes de António Reis e Margarida Cordeiro e Trilogia das Fontainhas de Pedro Costa.

Palavras-chave:

Cinema; moda; etno-ficção portuguesa

Abstract:

Based in a comparative study, my PhD work focuses on the intersection between cinema and fashion, between fashion theory and film theory. The term fashion theory refers to an interdisciplinary ambit that considers fashion as a meaning system where the cultural and esthetical representations of covered body are produced. The media, specially the cinema, are a big deposit and motor of a social imaginary that acts in a particular synergy with fashion. Are the costumes important inside the filmic plot as a dramatic element and as a body covering?

The cinematographic genre that I'm going to analyse is Portuguese ethno-fiction where documentary and fiction meet, generating an important cross also at the costumes level. Fixing themselves exactly in the middle between the real and the fictional, costumes work as a symbol of the narrated story and as a reconstruction of the community concept. The study methodology is based on a film analysis of three Trilogies: Trilogia do Mar by Leitão de Barros, Trilogia de Tras-os-Montes by António Reis and Margarida Cordeiro e Trilogia das Fontainhas by Pedro Costa.

Keywords:

Cinema; fashion; portuguese ethno-fiction

1. Objecto de estudo

Baseado num estudo de traços comparativos, o meu trabalho de doutoramento se foca na intersecção entre cinema e moda, entre *fashion theory* e *film theory*. A tese se encontra na

sua fase inicial, com um cronograma de capítulos que inclui três partes das quais a primeira e a última são teóricas, enquanto a segunda é pesquisa empírica.

Esta tese tem como ponto de partida a análise da imagem em movimento na sua relação com os corpos e os revestimentos exteriores deles. O que é geralmente chamado “vestuário de cinema” possui um sistema de significados que se cruza com a vontade do realizador, a gestualidade do actor e o ambiente que se encontra dentro do enquadramento.

Em particular, queremos demonstrar como um género híbrido como a etno-ficção, entre documentário e narração fictícia, guarda dentro de si, e dos seus frames, corpos (os personagens) que revelam significados através dos seus revestimentos (vestuário).

Se consideramos o corpo revestido como um conjunto de significados, será através do estudo das suas representações que conseguiremos analisar a comunidade, a classe social, a função mágica da peça de roupa e a desidentificação do indivíduo nela. A performance do corpo engloba em si “a forma” ou maneira em que o cinema lhe se aproxima tendo que adicionar, à sua função têxtil, uma função simbólica ditada pela particularidade da linguagem cinematográfica.

Destacar só um grupo de filmes de uma corrente cinematográfica específica traz consigo a possibilidade de introduzir alguns conceitos bases da *fashion theory* que, ao cruzar-se com a teoria cinematográfica, podem dar vida a uma nova forma de análise. Não é só o actor e os seus gestos que fazem parte da obra cinematográfica mas também a forma em que estes são apresentados no ecrã. Como o cinema trata os corpos revestidos? Vice-versa, como os corpos se relacionam dentro do binómio documentário étnico/narração cinematográfica?

Tendo em consideração as duas linguagens para analisar, a moda e o cinema, ilustramos algumas das bases teóricas onde o nosso discurso sobre vestuário cinematográfico se vai encaixar.

A partir do ensaio de 1895 de Georg Simmel sobre a moda, até os escritos de Roland Barthes que nos introduzem depois aos conceitos contemporâneos sobre a importância da divulgação através dos média, tentaremos ilustrar as teorias que puseram a moda e o traje no centro da pesquisa, tentando não cair em análises puramente têxteis ou históricas.

2. Vestuário de etno-ficção

Apesar de ser uma das maiores componentes visuais do cinema, pode-se afirmar que o vestuário de cinema teve até agora um escasso reconhecimento e pouca divulgação conceitual que não reflectem as suas muitas teorizações divulgadas mas pouco conhecidas.

Costume design is one of the most under-researched areas of cinema history. A vast amount of literature exists on theatrical costume and, since the 70s, there has been a burgeoning of interest in fashion among cultural historians; to all this, film studies has, for the most part, remained impervious (Cook, 1996: 41).

Na etno-ficção portuguesa, a missão etnográfica e a missão cinematográfica se misturam na passagem entre documentário e ficção, entre realidade como testemunha histórica e drama hiper-realista como universo plausível construído para auxiliar a realidade. Nestes cruzamentos, a etno-ficção aparece como um género cinematográfico muito interessante de analisar do ponto de vista do vestuário. O hiper-realismo transborda naturalmente no discurso livre indirecto onde a presença do realizador é ínsita nas motivações dos movimentos de câmara enquanto os protagonistas tentam representar o que de saliente existe na própria comunidade.

Consideramos que a ficção é a metodologia usada na investigação etnográfica sobre o homem e por causa disso a sua importância é visível na construção dos planos como também na *mise en scene*.

A imortalidade material faz com que a obra fílmica fique sempre, e para sempre, disponível para ser analisada sob vários pontos de vista que vão desmembrar, cortar, imobilizar e repensar os elementos presentes segundo a componente que dela se vai querer extrair.

Através do auxílio metodológico da *fashion theory*, a nossa atenção vai centrar-se nos corpos que na sequência fílmica criam um âmbito interdisciplinar que contempla moda, traje e variantes, como um sistema de significados em que se produzem as representações culturais e estéticas do indivíduo na comunidade.

Durante a pesquisa empírica, é com muita naturalidade que a atenção se foca sobre as representações exteriores da mulher dentro da comunidade: se, com as palavras de Freud, a origem da repressão está na comunidade, será verdade que o papel da mulher é bem representativo desta repressão, seja na sua função na comunidade, seja na expressão, ou não expressão, do seu próprio corpo. O conceito de corpo será fundamental para introduzir um ponto de apoio entre o cinema e a moda.

3. As três trilogias a analisar

A tese está dividida em três partes. A primeira parte, será focada na explicação da teoria que suporta este trabalho, passando de uma visão geral da *fashion theory* para uma análise mais particular do corpo revestido nos meios de comunicação, em particular no caso do cinema. Na segunda parte, vai-se desenvolvendo a pesquisa empírica da análise fílmica de três Trilogias do cinema português. *Trilogia do Mar*, de Leitão de Barros, *Trilogia de Trás-os-Montes*, de António Reis e Margarida Cordeiro e *Trilogia das Fontainhas*, de Pedro Costa. Em

paralelo à análise fílmica do vestuário, é imprescindível traçar em linhas gerais os acontecimentos sociais e culturais que interessam o cinema em Portugal naquelas três décadas: os anos 20, os anos 70 e os anos 2000.

Através da análise de três trilogias do cinema português, vamos tentar reconstruir uma identidade visual das comunidades que este género de cinema fixou no ecrã: a comunidade dos pescadores, a trasmontana e a comunidade das Fontainhas. Nos anos 20 o cinema português está na fase de descobrimento de si próprio e através deste gesto vai descobrindo também a importância do corpo revestido. Depois de várias tentativas em que a identidade do cinema português ia abanando entre comédia, tragédia, adaptação literária, finalmente a partir da Trilogia do mar de Leitão de Barros, Portugal descobre a potencialidade visual da etno-ficção.

Parte focal deste capítulo será a desidentificação do indivíduo através do vestuário e da forma como está filmado: os pescadores foram sempre identificados em Portugal como o fulcro do conceito de comunidade e portanto com regras sociais e individuais que se reflectem no vestuário e na forma como este é mostrado em frente da câmara. Como veremos, de facto acontece o contrário na segunda Trilogia a ser analisada.

O cinema português também conhece a liberdade de expressão depois da queda do fascismo e, ao conceito de etno-ficção, junta o da *nouvelle vague*. Uma *nouvelle vague* que tem como centro do enquadramento a fuga da realidade caótica da cidade e o conseqüente regresso as raízes rurais: a resposta do Novo Cinema português aos movimentos artísticos de Vanguarda dos anos 60 é também a etno-ficção da Trilogia da montanha. António Reis e Margarida Cordeiro com esta trilogia desenvolvem ainda mais o conceito de corpo revestido na sua variante entre traje e moda, entre cidade e montanha, entre modernismo e tradições.

As comunidades trasmontanas, ao contrário dos pescadores, possuem no imaginário colectivo uma certa liberdade individual que liberta o homem das regras sociais da comunidade e que de repente se manifestam na liberdade de vestuário. Mas o elemento novo que a análise da Trilogia de Trás-os-Montes nos traz é a função mágica, fetichista, da roupa. A maneira em que os protagonistas vestem a roupa nos leva a pensar que na relação vestuário/corpo existe uma certa afinidade ultra-terrena que, além de nos comunicar elementos sobre o género e a idade, também nos deixa a pensar numa função simbólica e poética que acompanha toda a obra Reis/Cordeiro.

A análise da *Trilogia das Fontainhas* de Pedro Costa, a última das Trilogias portuguesas contemporâneas, nos introduz dentro de um mundo que, na minha opinião, é um resumo contemporâneo das outras duas Trilogias. Se por um lado o bairro das Fontainhas nos mostra uma aldeia com pontos em comum com a Nazaré de 1929 de *Maria do Mar*, por outro a presença sombria e penetrante da câmara de Pedro Costa doa uma poesia aos factos entre

realidade e não realidade, que se afastam de Leitão de Barros para ir ao encontro de António Reis e Margarida Cordeiro.

A análise do revestimento do corpo, que pode resultar interessante na sua relação com a moda, procede por um caminho de abandono da ficção que, por certos aspectos, pode fechar o círculo das Trilogias. A *Trilogia das Fontainhas* é, na minha opinião, o corpo social, é a descoberta de sítios e pessoas que estão quase a desaparecer, é a decadência do sistema moda que no seu cruzar-se com as necessidades vitais consegue o verdadeiro lugar de revestimento corporal. A Trilogia é os fantasmas que a animam, uma comunidade feita de muitas comunidades, feita de vários Países do mundo que nas Fontainhas encontraram o ponto em comum. Estes filmes de Pedro Costa tem o valor de ter continuado a tradição portuguesa entre ficção e documentário, através da forma de trilogias que, apesar de tratar assuntos sobre etnias e comunidades, tem no título sempre o lugar onde estes vivem: o mar, a montanha, as Fontainhas.

Notamos de facto como, dentro de cada Trilogia não é linear o recurso à ficção e notamos ainda como cada filme faz, ora do documentário, ora da narrativa, a sua orientação central. Alguns gestos de despir-se da roupa para despir ao mesmo tempo uma identidade são pontos centrais da importância dramática do vestuário no cinema. Depois de uma introdução geral a cada filme, só serão escolhidas algumas sequências de cada, a fim de analisar a presença do vestuário no enredo e no aspecto visual do filme: presença que vamos tentar explicar através o nível fílmico que dos três é o que se encaixa melhor numa investigação sobre cinema.

A análise das imagens em movimento é uma parte fundamental da investigação pois é aqui que as teorias bases apresentadas neste trabalho se moldam a volta da cinematografia portuguesa e expressam a sua particularidade e as suas singularidades.

4. Metodologias

Não é uma investigação única esta que se vai desenvolver. Muitos outros investigadores de estudos fílmicos decidiram usar o cruzamento entre a *fashion Theory* e um género cinematográfico como base metodológica de referência para desenvolver novos pontos de vista sobre elementos cinematográficos.

A análise de cada filme vai ser dividida em duas partes: uma parte mais geral e uma mais detalhada. Na primeira tentaremos encontrar um significado geral da presença do vestuário dentro daquela determinada trilogia tendo em consideração sobretudo o nível cinematográfico e o nível extra-cinematográfico de análise. A segunda parte, a do nível fílmico, irá investigar a importância dramática do vestuário no corpo revestido em

determinadas sequências fílmicas para o enredo narrativo ou para a construção de planos da obra cinematográfica.

Tendo em consideração que o protagonista absoluto das nossas etno-ficções é a comunidade representada, vamos então ver como isso se reflecte e desenvolve dentro de um percurso longo como o das trilogias. Nem todos os filmes que serão analisados pertencem em facto ao género da etno-ficção na sua integridade pois estamos a falar de um género que já em si nasce com algumas reservas em relação ao ser classificado ora como docu-ficção ora como drama com sequências documentais.

Ainda assim cada trilogia analisada leva a um percurso relacionado ao vestuário que tem pontos em comum com os estudos de análise da etnia: a desidentificação do indivíduo, o visual da mulher nas comunidades fechadas, a diferença de classe que mostra a roupa como seu símbolo, as funções mágicas do fato tradicional, a farda como elemento da cidade nos subúrbios, a comunidade multi-étnica que acompanha a ausência de uma só identidade colectiva.

Se por um lado a *teoria fashion* resulta útil para a desfragmentação das sequências do próprio contexto para isolar o papel do vestuário, por outro a teoria fílmica também é utilizada para compreender o papel do cinematógrafo nas várias modificações que se actuam na passagem do real ao ecrã fictício. Em primeiro lugar é por causa do cinema que acontece a mudança da roupa real em vestuário fictício, como é também o cinema que faz do vestuário um elemento dramático da comunicação na obra fílmica. O corpo, na sua passagem de *corpo vestido* a *corpo revestido*, deve a sua metamorfose à linguagem cinematográfica, elemento imprescindível durante a passagem para esta transmutação. Sem cinema não há corpo revestido, não há dramaticidade e narração impressas no vestuário pois sem cinema não existiria vestuário cinematográfico.

5. Três níveis de análise

Analisar o vestuário cinematográfico implica procurar interpretá-lo principalmente a três níveis: o nível fílmico, o nível cinematográfico, o nível extra-cinematográfico sendo que destes, o nível menos investigado é o do vestuário no texto fílmico.

No nível cinematográfico existe sempre uma relação e um diálogo contínuo entre o uso real das peças de vestuário e o uso do vestuário pensado para a ficção bidimensional do ecrã: há peças que funcionam na vida real mas que não ligam bem com as regras do ecrã onde tudo fica diferente, desde as cores até a textura. O nível cinematográfico será portanto a relação dialéctica entre a realidade e a ficção, entre o uso real das peças de vestuário e o uso cinematográfico das mesmas. Este nível desagua naturalmente dentro do nível extra-

cinematográfico pois cada peça de roupa traz ao espectador um background visual que vem da vida real, ou seja do mundo que nos chamamos extra-cinematográfico e dos *estereótipos* que este apresenta. Da mesma maneira, as imagens cinematográficas trazem para a realidade os *modelos* que através da roupa se reproduzem em centenas nas ruas.

Por fim vem o nível fílmico, o mais complexo, onde o vestuário ganha importância porque faz parte da estreita ligação entre actor e personagem: o que o actor quer transmitir ao espectador tem o seu começo exterior no seu guarda-roupa. O vestuário pode, neste sentido, representar uma voz fundamental do *contracto fiduciário de Greimas* que cada filme estipula com o seu espectador o qual decide conscientemente acreditar no que as imagens fictícias lhe mostram com base numa coerência estabelecida por contrato.

6. Análise de algumas sequências

A sequência da salvação de Maria do Mar nos mostra no princípio dois grupos diferentes de banhistas, homens e mulheres, cada um com vestuário próprio que identifica a diversidade: no momento em que a câmara mostra em detalhe um seio da mulher caíram as regras da comunidade, não há diferenças sociais, a câmara não está só a querer mostrar o proibido mas está a despir Maria do Mar da sua identidade, está a afastá-la das regras da sua comunidade que não lhe permitiam nem sequer falar com o filho da Ilhoa. E ainda o facto de enganar ou pelo menos confundir o espectador mostrando-o como casual faz ganhar ao gesto mais força. Se tivesse acontecido casualmente, teria desaparecido durante a montagem, teria sido cortado, mas a vontade do realizador fica forte em mostrar uma mulher despida da sua roupa e também da sua identidade de nazarena.

Revirando a situação, e pondo em primeiro plano uma parte íntima do corpo da rapariga, o realizador cria exactamente o efeito contrário: faz sobressair a vontade individual do casal que, sem vestuário, sem identidade, quase nus, deixam-se levar para os sentimentos e enquanto o rapaz faz o primeiro passo e decide ir salvar a rapariga, ela depois começa um percurso pessoal que a levará a casar-se contra a vontade da sua mãe. A falta de roupa corresponde então a falta da identidade nazarena.

6.1 E se fossemos dar um banho?

Começa assim, com este cartão, a sequência, com a câmara a filmar as raparigas que se despem, enquanto, graças à montagem alternada, vemos os rapazes fazer a mesma coisa. A parcial nudez destes é posta em contraste com os vestidos brancos delas. Com a partida do barco transportando as raparigas, a atitude da câmara começa a mudar pois fica “sentada” com elas em cima do barco, com o resultado de planos apertados, abanados, com muitos

detalhes de decotes nos vestidos brancos: a câmara passou de uma filmagem pública, quase documental, de um banho de mar a um zoom insistente, quase mórbido, para conseguir entrar no privado das raparigas. A alternância na montagem dos rapazes e das raparigas continua em planos abertos até que um dos rapazes corre para salvar a personagem de Maria do Mar da água. Aqui clarificam-se finalmente as intenções da câmara: no caminho do mar até ao areal esta quase espia o corpo sem reacções de Maria do Mar nos braços fortes do rapaz até à descoberta de um seio a sair do vestido molhado, num plano breve, antes que a atenção se foque muito sobre o seio.

Trata-se de um movimento de câmara que vai à procura do indivíduo além da comunidade e, tendo em consideração a altura em que o filme foi rodado, foi um gesto bastante atrevido. Já em 1918 *Leitão de Barros* tinha sido alvo de fortes críticas da parte da imprensa por ter mostrado, escandalosamente, o tornozelo de uma mulher espanhola no filme *Mal de Espanha*. Mas o potencial que fez do filme um clássico está mesmo na maneira de filmar, entre documentário e ficção: o espectador possui uma linha narrativa que vai-se intercalando com momentos documentais de grande importância do ponto de vista cultural e visual.

A análise demonstra não são só as imagens a mudar mas também a atitude da câmara de filmar: maneiras diferentes de tratar os assuntos. Enquanto uma panorâmica ou uma câmara fixa satisfaz para mostrar a beleza das aldeias da Póvoa do Varzim e Nazaré, isto não é suficiente para justificar a curiosidade em entrar no privado dos protagonistas. Em *Maria do Mar* parece um meio para pedir desculpa ao espectador por ter perdido a orientação e durante alguns segundos, na confusão do movimento de câmara a mão, ter mostrado um seio.

Mesmo esta nudez, apesar de parcial, faz-nos reflectir sobre a maneira como uma mulher podia libertar-se das regras da comunidade: fique claro que na realidade não chega o desnudar-se dos trajes populares que vão atrás das regras rígidas de uma sociedade fechada para conseguir libertar-se dos vínculos que, naquele caso, afastavam Maria do Mar do jovem, só porque fazia parte de uma família rival. Que fique claro que na realidade as coisas são muito diferentes...

Mas na ficção cinematográfica um elemento tão transgressivo como um corpo feminino quase nu entre os braços de um homem inimigo chega para fazer mudar, depois, o enredo de toda a história. A partir daquele momento, liberta das regras da comunidade, Maria do Mar consegue nas cenas seguintes encontrar a força para se rebelar contra a mãe e casar com o seu amado, contra tudo e contra todos. Segundo a nossa opinião, estamos perante uma prova clara de quão útil pode ser o vestuário para visualizar rapidamente a mudança interior de uma personagem.

Além da força mais ou menos incontrolável da instabilidade entre documentário e ficção, o que fica claro é uma nítida diferença entre as duas comunidades, de mar e de montanha e em geral entre estas comunidades espalhadas por Portugal.

“*Trás-os-Montes* não é um filme que mistura ficção e reportagem, objectividade e subjectividade, passado e presente. (...) É um filme sobre Portugal e Portugal (Lopes, 1976: 154): se começamos por aqui, uma das características que distingue as duas comunidades será mesmo a liberdade individual das personagens da Trilogia de Reis/Cordeiro que só raramente se encontra na *Trilogia do Mar*.

6.2 Primeiras conclusões

Mais especificamente, se a *Trilogia do Mar* é caracterizada por uma pressão que o indivíduo exerce sobre a comunidade (e em cada um dos três filmes isto é facilmente encontrado também porque auxiliado pela ficção), pelo contrário, na *Trilogia de Trás-os-Montes* encontra-se uma maior liberdade individual que a espaços, mais do que interrompida, é talvez suportada por um elemento mágico e de fascínio dentro da comunidade. Muitas vezes é através do uso do vestuário que brota esta característica mágica:

Os actores não são profissionais, os actores são o povo trasmontano. Actores, além de outros, são o sr. Armando, camponês de Freixiosa, que, ao vestir a festiva capa mirandesa, retorna à sua dimensão de oráculo (s/ind. autor, 1975: 149).

“É conhecido que os trajes podem ter um papel importante nos rituais, nos actos mágicos, na medicina popular, etc...” (Bogatyrev, 1986: 98). É assim introduzido o discurso sobre a função mágica do traje popular, função esta que está presente de modo maciço na *Trilogia de Trás-os-Montes* onde cada personagem é a representação de um culto, de uma específica religião ou faixa etária.

As mulheres vestidas de preto, viúvas de vivos, os maridos em França ou na Alemanha (Lívio, 1997: 153), os rapazes que atravessam os séculos num passeio pelo campo, vestidos de pagens medievais (Navarro de Andrade, 1996: 185), são alguns exemplos presentes em *Trás-os-Montes* onde o documentário se transforma em realidade transposta e a ficção em fantástico.

Aquela personagem que está num certo filme, está a viver algo que aconteceu a alguém – e por ser vivido tem essa intensidade e essa verdade, porque as coisas têm que ser bem pensadas, bem vividas e até sonhadas (Cordeiro, 1997: 17).

7. Notas finais

Como já foi dito, é de fundamental importância a relação entre a linguagem fílmica e o corpo revestido. Quando falamos do visionamento destas três Trilogias do ponto de vista do vestuário das comunidades filmadas, falamos acerca de um ponto de vista bem claro: o do realizador que as pensou e as pus em acto. As diferenças entre as etno-ficções, além de estar ligadas ao tempo e aos lugares onde foram feitas, nos remetem para um conceito individual de etno-ficção que, a segunda de quem foi o realizador, este usa ferramentas diferentes para a sua actuação. Mesmo as diferenças estilísticas entre um realizador e outro deixam sobressair diferentes visões das comunidades filmadas e, na nossa opinião, através o uso que a câmara faz do vestuário, estas diferenças são as vezes marcadas, as vezes enfraquecidas.

Por exemplo, se por um lado Leitão de Barros vai à procura do indivíduo que se liberta das comunidades, através da ausência de roupa de Maria do Mar, por outro Pedro Costa, para distinguir as vidas fantasmas das Fontainhas do resto do mundo, usa a uniforme (da enfermeira de *Ossos*) como ponto de referencia para encontrar uma certa normalidade.

Passamos do uso do vestuário como elemento folclórico, de união e pertença, de Leitão de Barros, ao uso do vestuário como elemento mágico à base da construção das raízes de um inteiro povo, de Reis e Cordeiro.

Para concluir nos interessa sublinhar um aspecto comum às três Trilogias que se vai desenvolvendo sempre com uma força maior. Quando o elemento vestuário é usado como sujeito, ou como acompanhamento visual do sujeito, aparece interessante só com a sua presença (e as vezes também ausência) fílmica dentro do enredo ou até para a construção do carácter de uma personagem. Vem daí que para uma análise fílmica apropriada do vestuário das etno-ficções, o aspecto objectivo do vestuário passa em segundo plano. Por exemplo pouco interessa se no filme *Ala arriba!* a personagem de João Moço segue ou menos as tendências da época, se de tendências podemos falar, em vestir calças altas. Claro, de um ponto de vista social e cultural, à que nos chamamos de nível extra-cinematográfico, é importante como testemunha dos usos e costumes da época. Mas o que para nos é importante é que só graças aos símbolos bordados sobre a camisola de João Moço, qualquer que seja a técnica e o tecido usados, nos espectadores conseguimos compreender o papel dele dentro da comunidade, sobretudo perceber o peso daqueles símbolos seja para os protagonistas seja para a inteira comunidade.

Referências

- AA.VV. (1997) *António Reis e Margarida Cordeiro, a Poesia da Terra*, Cineclubes de Faro.
- Agamben G., “Note sul Gesto”, *Trafic*, n.1, Mezzi Senza Fine, Bollati Boringhieri, disponível em <http://www.thetqr.org/Archivio/TQR%2011%20it/gestacci.html>, 1992, último acesso em 22 Setembro 2011.
- Barthes R., (2006) *Il Senso della Moda*, Torino: ed. Einaudi.
- Bogatyrev P., (1986) “Le Funzioni del Costume Popolare nella Slovacchia Morava” *La Ricerca Folklorica*, Contributi allo Studio della Cultura delle Classi Popolari. *L'Abbigliamento Popolare Italiano*, *Rivista Semestrale*, n° 14, Ottobre.
- Giannone A., Calefato P., (2007) *Manuale di Comunicazione, Sociologia e Cultura della Moda*, Vol. V, Performance, Roma: Meltemi Editore.
- Ghisleri J., “Como Entender a Importância do Figurino no Espectáculo”, disponível em <http://artes.com/sys/sections.php?op=view&artid=15&npage=3>, último acesso em 27 Agosto 2012.
- Sanga G., (1986) “Introduzione. Dall’Abito al Costume” *La Ricerca Folklorica*, *Contributi allo Studio della Cultura delle Classi Popolari. L'Abbigliamento Popolare Italiano*, *Rivista Semestrale*, n° 14, ottobre.

Da Guerra: Desafios de uma Investigação em Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias

On War: Challenges of a Research in Contemporary Culture and New Technologies

CATARINA PATRÍCIO; JOSÉ BRAGANÇA DE MIRANDA & JOSÉ LOUREIRO DOS SANTOS

Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa

catarina.patricio.lx@gmail.com / bragancamiranda@gmail.com / jalouireirodosantos@gmail.com

Resumo:

Da guerra poderemos dizer que existe enquanto consubstanciação da sofisticação funcional da técnica com uma totalizante arregimentação de energias, tanto do trabalho humano como da Terra. Por entre fortificações e bunkers, formações e regimentos, ecrãs e projecteis, a guerra parece estar destinada a ser ainda a mobilização total descrita por Ernst Jünger nos anos 30 do século XX. Se quiséssemos analisar de perto todas as guerras que explodem no mundo, oferecidas pela História, memória e agora pelos média, encontraríamos dificuldades em isolar uma em particular sem que se pudesse tocar em todas as outras. Reconhecendo esta implicação, e contra a ideia de um método estático, apresentamos o anticorrelacionismo de Quentin Meillassoux como uma solução metodológica.

Ataca-se a lógica ao conceber um mundo sem pensamento, essencialmente desafectado se o pensamos ou não, um golpe que fere a ciência e a metafísica. Assim se enceta uma especulação hermenêutica em torno das metodologias de investigação em Ciências Sociais a partir da guerra e da mobilização total que a conduz.

Palavras-chave:

Anti-correlacionismo, contingência, guerra, método

Abstract:

On War one could say that exists as a consubstantiation of technics' functional sophistication amid a totalizing enrolment of energy, both human labour and the Earth. Amid fortifications and bunkers, formations and regiments, screens and missiles, war still seems to be destined to remain the total mobilization Ernst Jünger described in the 30's of the twentieth century. If we wanted to examine closely all the wars that explode in the world, offered by history, memory and now by the media, we would find difficulties isolating a particular one without reaching all the others. Recognizing this implication, and against the idea of a static method, we present Quentin Meillassoux's anti-correlacionism as a methodological solution.

Conceiving a world without thinking, essentially unaffected by whether or not anyone thinks it, strikes science and metaphysics. Hence pledging a hermeneutic speculation over research methodologies in social sciences following war and the total mobilization that leads.

Keywords:

Anti-correlacionism, contingency, war, method

1. Enquadramento geral do objecto de estudo

Da guerra poderemos dizer que existe enquanto consubstanciação da sofisticação funcional da técnica com uma totalizante arregimentação de energias, tanto do trabalho humano como da Terra. Por entre fortificações e bunkers, formações e regimentos, ecrãs e projecteis,

a guerra parece estar destinada a ser ainda a *mobilização total* descrita por Ernst Jünger nos anos 30 do século XX. Se quiséssemos analisar de perto todas as guerras que explodem no mundo, oferecidas pela História, memória e agora pelos média, encontraríamos dificuldades em isolar uma em particular sem que se tocasse em todas as outras. Reconhecendo esta implicação, importa salientar desde cedo uma escolha epistemológica: uma metodologia indutiva suportada pela análise de um estudo de caso afigura-se, quanto a nós, absolutamente limitadora.

Retiremos de «Die totale Mobilmachung» (Jünger, 1993) uma primeira imagem, um primeiro *close-up*. No terreno da batalha, no caso a experiência das trincheiras vivida pelo próprio Jünger, estar-se na linha de fogo é estar-se perante um *envolvente espectáculo*¹. Da *pura forma da guerra*, por entre os revestimentos com que se vai cruzando no *espaço* e no *tempo*, é pela técnica que erradia a assombante panorâmica que lembra ao escritor um imenso vulcão cuspidando fogo². Porém, à medida que para ele se avança, a paisagem dissipa-se e é a imagem da guerra que persiste. Em qualquer guerra, o “fogo” será a imanência da pura forma, tal como em qualquer vulcão, independentemente do enquadramento geográfico de onde emirja, a lava enquanto substância é apenas uma e a mesma. Querera Jünger com isto dizer que *se luta sempre a mesma guerra*? Cristalizemos a questão, que desde já se suspeita ser essencial. Procuraremos destilá-la e, se possível, resolvê-la na nossa investigação de doutoramento em Ciências da Comunicação sob o título «Dissuasão Visual: Arte, Cinema, Cronopolítica e Guerra em Directo».

Nesta breve exposição centrar-nos-emos em questões metodológicas. Enunciemos, contudo, o nosso ponto de partida. Paul Virilio, arquitecto e urbanista francês, para muitos o filósofo da velocidade, lembra que os conflitos não poderão deixar de invocar esse «espectáculo mágico» pois o seu propósito é justamente «a produção desse espectáculo» (Virilio, 1989: 7-8). Em «Guerre et Cinéma», trabalho onde investiga sobre o uso sistemático das técnicas cinematográficas nos combates travados no século XX, Virilio destaca as imagens como dos mais reveladores recursos militares. No teatro de operações, as armas não servirão apenas à destruição, servem ainda à percepção. As imagens, alcançadas pelo mito, nos mapas ou emanadas à velocidade da luz, assistem toda uma *logística da percepção*.

¹ “It goes against the grain of the heroic spirit to seek out the image of war in a source that can be determined by human action. Still, the multitudinous transformations and disguises which the pure form [Gestalt] of war endures amid the vicissitudes of human time and space offers this spirit a gripping spectacle to behold.» (Jünger, 1993: 122-123).

² Jünger diz ainda: «This spectacle reminds us of volcanoes which, although they are at work in very different regions, constantly spew forth the same earthly fire. [...] One might say that the difference in the landscapes vanishes the closer one approaches the crater’s glowing jaws; also at the point where authentic passion breaks through above all, in the naked and immediate struggle for life and death-it becomes a matter of secondary importance in which century, for what ideas, and with what weapons the battle is being fought.» (Jünger, 1993: 123).

2. Levantamento de problemas epistemológicos do método indutivo

De Sun Tzu, general, estratega e filósofo chinês nascido em 544 a.C., Virilio recolhe numerosos preceitos. Se «a força militar é baseada no logro» (Tzu, 2001: 83), então *não haverá guerra sem representação* (Virilio, 1989: 8). Com efeito, o teatro de operações é um imenso campo de percepção e daí que a noção de *espectáculo* que lhe seja muito própria. Pensemos não só a velocidade que se imprime na conquista do terreno, mas também a rapidez do processamento de informação que o fazer da guerra sempre requereu. Destarte, a guerra trabalha necessariamente sobre a aparência das coisas e pela velocidade atinge-se a sua pura forma. Já Sun Tzu dizia que *a velocidade é a essência da guerra*³.

A velocidade, que se vai desde já enunciando enquanto metodologia, surge em Virilio como referência absoluta. E a *dromologia*, que provém do grego *dromos* denotando *corrida*, é a ciência da aceleração. Esta ciência tem por objecto de estudo a natureza daquilo que Virilio designou, partindo de Bergson, de *inevitável vitalismo tecnológico* (Virilio, 2006: 90), patente nos múltiplos veículos e projecteis, nas inertes fortalezas e bunkers, até aos corpos metabólicos dos soldados, corpos estes já fundidos na técnica.

Descartado o método indutivo, que não dará conta da totalidade a que pretendemos chegar, e sucintamente enunciado aquilo que tomamos por objecto de estudo, encetámos uma especulação hermenêutica em torno da guerra e da mobilização total que a conduz. Nesta breve exposição daremos conta de algumas das escolhas metodológicas que têm acompanhado a pesquisa.

Contra a ideia de um método estático, o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend em *Contra o Método* (1977) parte da identificação de uma tendência para a mitificação do método científico. O físico alemão assevera, nessa senda, que desde logo, na etapa inicial em que o corpo de hipóteses é coarctado a ajustar-se a teorias já enraizadas na cultura, será «dogmatizado» o conhecimento. Assim, e deslaçando o espartilhamento que contesta, sugere a aplicação de *contra-regras* que anulem a tentação académica a que chamou de *condição de coerência*. Para Feyerabend, a ciência não é portadora de unicidade mas antes uma entidade entre as várias tradições de construção do pensamento sobre o real. É que *as evidências estão contaminadas*.

A teoria vê-se ameaçada porque a evidência contém sensações não analisadas, que só parcialmente correspondem a processos externos, ou porque é apresentada nos termos de concepções antiquadas ou porque é avaliada com base em elementos auxiliares já não válidos. A teoria de Copérnico enfrentou dificuldades por todas essas razões (Feyerabend, 1977: 89).

Na fundamentação do anarquismo epistemológico, e na tentativa de o instituir, desvela-se uma ciência que não poderá fornecer respostas eternas. Para Feyerabend o conhecimento

³ É frequente encontrar a invocação a esta máxima de Sun Tzu em várias obras de Virilio das quais destacamos «Bunker Archaeology» (1994) e «A Landscape of Events» (2000).

avançará procedendo por *contra-induções*, ou seja, recorrendo a um corpo de hipóteses que possam até contradizer teorias estabelecidas (Feyerabend, 1977: 37). Na sua argumentação aponta um forte exemplo firmado na história: o desenvolvimento da teoria copernicana por Galileu⁴.

Muito embora Feyerabend tenha empolado incontornáveis polémicas no mundo académico e científico, essencialmente interessará sublinhar que independentemente das escolhas metodológicas que façamos *o mundo que desejamos explorar é uma entidade em grande parte desconhecida e deveremos conservar-nos disponíveis para as várias opções que se vão apresentando* (Feyerabend, 1997: 22). Partindo destas alegações, apresentamos o *realismo especulativo* de Quentin Meillassoux como solução metodológica. Juntamente com Ray Brassier, Iain Hamilton Grant e Graham Harman, Quentin Meillassoux desencadeou um movimento na filosofia contemporânea, o *realismo especulativo*, que surge em 2007 aquando de uma conferência no Goldsmith College em Londres, decalcando o título à orientação que os quatro filósofos assumem. Este grupo partilha resistências quanto às filosofias do acesso ou às formas dominantes do pós-kantianismo, a que chamam de *correlacionismo*. Mas será «Après la Finitude : Essai sur la Nécessité de la Contingence» (Meillassoux, 2008) que se torna, quanto a nós, verdadeiramente marcante.

3. A filosofia da contingência como escolha metodológica

Preconizando um ambicioso projecto que passa pela refundação de toda a metafísica clássica, é através de uma *filosofia da contingência* que Meillassoux procurará, como veremos, obliterar da metafísica o «gene» do controlo que lhe é sintomático. Edifica uma especulação em torno da impossibilidade de se verificar, pelos tradicionais métodos da filosofia, a totalidade dos fenómenos que constituem o Universo. Os conceitos são para si categorias fixas e estáticas⁵, incapazes de conter a realidade, que se apresenta fluida e imponderável. Com a nova opção que introduz na filosofia moderna, que coloca o pensamento numa outra relação com a experiência do Mundo, o seu trabalho dissolve simultaneamente os pressupostos da metafísica clássica, assim como da distribuição do pensamento empírico e transcendental. Em suma: é toda uma nova metodologia que assoma.

⁴ O desenvolvimento da doutrina copernicana, desde o tempo de Galileu até o século XX, é perfeito exemplo da situação que desejo apresentar. Partimos de uma firme convicção, contrária à razão e à experiência da época. A convicção se dissemina e encontra apoio em outras convicções que são igualmente ou mais desarrazoadas (lei da inércia: telescópio). A pesquisa toma novas direcções, constroem-se novos tipos de instrumentos, a 'evidência' passa a ser relacionada com as teorias segundo novas linhas, até que surja uma ideologia suficientemente rica para oferecer argumentos específicos em defesa de cada uma de suas partes e suficientemente plástica para encontrar esses argumentos sempre que se façam necessários (Feyerabend, 1977: 33).

⁵ O *meio* da correlação é a linguagem e consciência (Meillassoux, 2008).

O correlacionismo, o centro da crítica de «After Finitude», estabeleceu-se enquanto programa circular que dominou a filosofia pós-kantiana construindo um anel metafísico em torno do homem. Aí, no âmago dessa delimitação, o pensamento existe numa completude tal que impede qualquer contaminação do que lhe está *fora*. Meillassoux quer estabelecer a *ausência de pensamento* porque, assevera, o pensamento não é coextensível com o ser. Por isso, esconjura o correlacionismo uma vez que este posicionamento clássico desqualifica a possibilidade de considerar a subjectividade e o real enquanto domínios independentes um do outro⁶.

Para o filósofo, essa demarcação é encarcerante e incapaz de resolver os problemas que surjam fora do desenho feito pela correlação em torno da humanidade. Quanto à nossa investigação, o interesse da sua tese passa pela essencial ligação que estabelece com o imponderável, interstício esquecido pelo pensamento, enfim, equívocos metonímicos em relação à totalidade que dissimulam a impreparação humana face a um limiar escatológico. Para além das possibilidades metodológicas que abarca, acreditamos ser uma ideia politicamente necessária neste momento marcado por uma já anunciada completude histórica e geopolítica.

A filosofia pós-kantiana é controlada pelo correlacionismo que, por isso, tem sido tão decisivo no abarcamento da realidade circunjacente. Mas como poderá o correlacionismo oferecer uma interpretação fiável de enunciados tão ancestrais como, por exemplo, a data de origem da Terra (Meillassoux, 2008: 22)? Ou mais especificamente, se situados no âmago da correlação, como alcançar a ancestralidade sem cair na *hipostatização* (*ibidem*: 23)? E como esperar que as ciências naturais e humanas tenham a capacidade de apreender o domínio ancestral? Para Meillassoux, até as equações matemáticas serão insuficientes na descrição de um passado desprovido de vida humana.

Desdobrando a sua argumentação, qualquer ocorrência anterior ao surgimento da espécie humana é ancestral e as matérias ou fenómenos que os invoquem designam-se de *arche-fossil* ou *fossil-matter* (Meillassoux, 2008: 21-22). A ancestralidade é a existência de um mundo para além da correlação ao eu que o pensa, o que terá sido desviado pela filosofia pós-kantiana. Porque o ser não é coextensível com a manifestação, explica Meillassoux, uma ocorrência *intramundana* não é necessariamente *dada no mundo* e um *arche-fossil* manifestará a anterioridade de uma entidade face à sua manifestação.

O *arche-fossil* impõe-nos seguir a linearidade do pensamento e descobrir aquilo que a filosofia moderna tem apresentado como uma impossibilidade em si mesma: sairmos de nós próprios, atingir o *em-si-mesmo* mesmo que não lá estejamos dados (Meillassoux, 2008: 46). Começa-se assim entrever como a ancestralidade constitui um sério problema ontológico, *já*

⁶ By 'correlation' we mean the idea according to which we only ever have access to the correlation between thinking and being, and never to either term considered apart from the other (Meillassoux, 2008: 13).

que pensar a ancestralidade é pensar um mundo sem pensamento, isto é, reflectir sobre o mundo sem estar *dado* no mundo. E o mesmo acontecerá quando se pensa o fim do mundo, esse apocalipse que se vai experimentando no cinema. É todo um movimento de apreensão da relação essencial com o imperceptível, impensável e inconcebível. Este movimento não se consome por co-presenças. É necessário, portanto, cortar com o requisito ontológico dos modernos, de acordo com o qual *ser é ser com correlato*. A tarefa de Meillassoux consiste justamente em tentar fazer expandir o pensamento ao *incorrelacionado*, isto é, estabelecer uma nova relação com o mundo porquanto, essencialmente, este subsistirá sem que *lá* estejamos dados.

Voltemos à ancestralidade. Na reconstituição desse original domínio Meillassoux antecipa o absoluto, cortando com a tradição transcendental que domina toda a possibilidade de o pensar (Meillassoux, 2008: 50). Uma vez que tal limiar, o absoluto, só poderá ser apreendido em função de uma forma específica, o filósofo estabelecerá com este uma nova relação. *Especulativo*, será todo o tipo de pensamento que afirma ser capaz de aceder a uma forma de absoluto. *Metafísico*, será o que afirma ser capaz de aceder a alguma forma de ser absoluto, ou alcançá-lo, a partir do *princípio da razão suficiente* (Meillassoux, 2008: 59). Se *toda a metafísica é especulativa* por definição, o problema consiste em demonstrar que *nem toda a especulação é metafísica*, e que nem todo o absoluto é dogmático. Neste sentido, um pensamento absolutizante não é absolutista. O filósofo francês engendra uma complexa argumentação estabelecida a partir de um absoluto que contém indícios matematizáveis, mas não todos, desvinculando-se então do círculo metafísico da correlação.

Desde Kant, que a objectividade é definida por referência à universalidade de uma declaração objectiva. Meillassoux contesta tanto o «fraco correlacionismo» kantiano, porque proíbe relações ao absoluto, assim como o seu «modelo forte», a *desabsolutização*, que proíbe a possibilidade de pensamento quando não há pensamento. Meillassoux ainda procura Hume, mas é levado a rejeitar a necessidade de todas as leis físicas, e também das leis lógicas. Mantém, contudo, o princípio da contradição porque anulando-o reforçaria o princípio da facticidade kantiano que refuta. Porém da facticidade Meillassoux retira a *necessidade da contingência do caos* – resultado aparentemente contra-intuitivo de toda a possibilidade. Da contingência, dizer então que constitui o mundo e as suas condições de possibilidade. Reconfigura, contamina e molda tudo, porque tudo lhe subjaz. *Depois da finitude*, para além de tudo o que for pensável, a *necessidade da contingência*⁷ sempre nos ultrapassa.

Voltando ao cerne da crítica, o correlacionismo exprime-se pela indispensável inseparabilidade do pensamento em relação ao conteúdo pensado, ou seja, tudo aquilo que pode ser arrolado tem de ser dado ao pensamento. De forma a constituir-se, o materialismo

⁷ Lembremos o título completo do livro de Quentin Meillassoux sobre o qual nos temos debruçado: «After Finitude, an Essay on the Necessity of Contingency» (Meillassoux, 2008).

especulativo, para o qual a realidade absoluta é uma realidade sem pensamento, terá de afirmar que o pensamento não é absolutamente dilatável, e logo que algo sempre lhe escapa. Ou melhor ainda, para o materialismo que escolhe o caminho especulativo, é necessário afiançar que é possível pensar determinada realidade excluindo-a do facto de que a estamos a pensar. O que choca, de modo evidente, com o «modelo forte» do correlacionismo, que assegura que *é impensável que o impensável seja possível* (Meillassoux, 2008: 69).

Aí Quentin Meillassoux assume seguir o modelo cartesiano sem o ser. É que o absoluto de Meillassoux é uma forma extrema de caos, *híper-caos*, para o qual nada é impossível. Se o absoluto se constitui enquanto substrato mais profundo da absolutização, o caos será um *absoluto primário*. Mas ao contrário da absolutização em Deus, que se afigurava já incapaz de ser o arauto do discurso científico, o Caos garantirá apenas a possível destruição de qualquer ordem⁸.

Conservando ainda uma certa necessidade demiúrgica, Meillassoux encontra no Caos a mesma força onipotente do Deus cartesiano, capaz de qualquer coisa, mesmo que impensável. É assim uma onipotência tornada inteiramente autónoma, sem normas e cega; «uma força tipo tempo» mas um tempo inexplicável pela física uma vez que é capaz de destruir qualquer lei física (Meillassoux, 2008: 105); inconcebível à própria metafísica uma vez que é capaz de destruir qualquer entidade (até Deus).

Como é que o Caos poderá então legitimar o conhecimento ancestral? Resolver o movimento absoluto num caos primário, isto é, converter a ideia de Caos num absoluto derivado do domínio da matemática, requer que tenhamos de descobrir as suas leis. Esta tentativa de resolução será necessariamente problemática, uma vez que não existe lei que o possa moldar à norma. Se o Caos está sujeito a coacções, estas só podem provir dele mesmo, da sua própria natureza e onipotência (Meillassoux, 2008: 108). O princípio da *autolimitação ou autonormatização da onipotência do caos* obriga apenas a uma única lei, a única existente – o Caos terá de se manter o Caos.

Contudo, para que desta forma cada entidade seja contingente, *não poderá ser outra qualquer coisa*, ou seja, tem existir de acordo com certas condições que conduzirão, eventualmente, a todas as outras. Tomemos o «Big Bang» por corolário. Foi necessário que

⁸ Vejamos como Meillassoux o estabelece: Our absolute, in effect, is nothing other than an extreme form of chaos, a *hyper-Chaos*, for which nothing is or would seem to be, impossible, not even the unthinkable. This absolute lies at the furthest remove from the absolutization we sought: the one that would allow mathematical science to describe the in-itself. We claimed that our absolutization of mathematics would conform to the Cartesian model and would proceed by identifying a primary absolute (the analogue of God), from which we would derive a secondary absolute, which is to say, a mathematical absolute (the analogue of extended substance). We have succeeded in identifying a primary absolute (Chaos), but contrary to the veracious God, the former would seem to be incapable of guaranteeing the absoluteness of scientific discourse, since, far from guaranteeing order, it guarantees only the possible destruction of every order (Meillassoux, 2008: 105).

tivesse sido contingente na sua ocorrência *enquanto tal* e, necessariamente, que a contingência tivesse sido *aquela* e não uma outra qualquer. Bastaria que uma das variáveis dessa «equação» fosse outra e tudo seria outra coisa qualquer que não ele mesmo. É assim puramente contingente. Vejamos em maior detalhe. Uma vez que a contingência é pensável enquanto absoluto, mas imponderável sem a persistência da dicotômica relação entre existência e inexistência, alarga-se o domínio da necessidade da contingência afigurando-se a lei das entidades que obriga à existência das entidades contingentes (Meillassoux, 2008: 123).

É desvelando novos problemas que Meillassoux estabelece a filosofia da contingência e ensaia uma contemporânea reconfiguração da razão metafísica que, pela atribuição à vida e à existência de uma «forma especulativa do racional», se converte em «razão contingente» (Meillassoux, 2008: 125).

Descontente com o correlacionismo, para o qual não poderá existir tal coisa como uma «razão contingente», Meillassoux acusa o kantianismo de fazer chegar à filosofia uma contra-revolução ptolemaica. Para este, e como resultado da aplicação do modelo copernicano às ciências, Immanuel Kant instituiu em filosofia uma reconfiguração do pensamento, evidenciando antes um recuo ao sistema cosmológico geocêntrico. O descentramento suportado pela ciência moderna catalisou a desqualificação do heliocentrismo na razão, assistindo-se a um retorno ao homem enquanto centro do pensamento, e do próprio Universo. Regenera-se, assim, uma visão de Mundo absolutamente dependente das condições, ocorrências e acontecimentos necessariamente observáveis pelos humanos⁹.

Então, o significado mais profundo desta contra-revolução é a correlação que se abate entre o ser e o pensamento, interpretando tudo até os elementos que «parecem ser indiferentes à nossa relação com o mundo» (Meillassoux, 2008: 191-192). Reiteremos que o descentramento operado na ciência pela revelação copernicano revitalizou uma centralização no homem e no seu pensamento e logo, por entre o enquadramento kantiano que Meillassoux rejeita, tudo o que *existe, existe* na correlação.

Mas, uma vez mais, será no terreno da ancestralidade que Meillassoux encontra os argumentos para suspender o correlacionismo de tradição kantiana. As afirmações ancestrais instauram dificuldades inextricáveis às filosofias de acesso, pois estas sempre se desviam da

⁹ But what was the goal of this Ptolemaic revolution in philosophy, and what did it hope to achieve? What was the fundamental question on the basis of which the *1st Critique* reconfigured the whole of philosophy? It was the question about the conditions under which modern science is thinkable - *that is to say, the conditions of the Copernican revolution in the literal and genuine sense of the term*. In other words, the philosopher who placed the task of understanding the conditions of possibility for modern science at the heart of his project is also the philosopher who responded to this exigency by abolishing its initial condition - thus, *the Copernico-Galilean decentering carried out by modern science gave rise to a Ptolemaic counter-revolution in philosophy* (Meillassoux, 2008: 190).

possibilidade de entendimento independente da aproximação empírica. É portanto no dilema discrepância temporal entre *ser e pensamento* que o correlacionismo se auto-refuta. Meillassoux encontra este dilema na *diacronicidade* que existe nos enunciados ancestrais, ou seja, aí sintetiza-se a insustentável verificação pelo pensamento daquilo que ocorre «longe» dele mesmo, já que tudo aquilo que não nos é simultâneo expressa o *hiato temporal* entre o *mundo* e a nossa *relação com o mundo*¹⁰.

Logo, pela *diacronicidade* dos enunciados chegamos àquilo que é *anterior* ou *posterior* à nossa relação com o planeta:

We must now try to render the formulation of this question more precise. Closer inspection reveals that the problem of the arche-fossil is not confined to ancestral statements. For it concerns every discourse whose meaning includes a temporal discrepancy between thinking and being - thus, not only statements about events occurring prior to the emergence of humans, but also statements about possible events that are ulterior to the extinction of the human species (Meillassoux, 2008: 181).

A cosmogonia parece ser agora o plano de acesso à escatologia generalizada. Pensemos o início para antecipar o fim; será talvez a única forma de alcançar um esboço da terminação total dos sistemas, dessa eventual implosão da humanidade por uma catástrofe cósmica que o mais recente cinema tem explorado – de *2012* de Roland Emmerich a *Melancholia* de Lars von Trier.

Neste início de milénio em que se assiste a uma obsessão pela completude – quer pelo anunciado fim da história, pela crise económica ou perturbação da sustentabilidade ecológica, quer ainda na liquidação da geografia pela total perscrutação do planeta pela técnica – revela-se essencial compreender o anticorrelacionismo que Quentin Meillassoux sustenta. Existem ocorrências e entes que nos antecedem tal como existirá *resto* quando já cá não estejamos dados, mesmo se a pulverização for total. A própria evolução técnica assim o sublinha. Pensemos no adágio lacaniano: quando «todos os seres vivos tiverem desaparecido, a câmara pode, contudo, registar a imagem da montanha no lago»¹¹. Espelhando a não-presença humana, a máquina de filmar continuará a registar o lago até ao fim. Aqui reiteramos a importância da problemática da diacronicidade dos enunciados salientada por Meillassoux¹².

¹⁰ We will use the term '*dia-chronicity*' to provide a general characterization of all such statements about events that are anterior or ulterior to every terrestrial-relation-to-the-world – the former expressing the temporal hiatus between world and relation-to-the-world that is inherent in the very meaning of such discourse. Accordingly, it is the conditions of meaning for dia-chronic statements in general that concern us (Meillassoux, 2008: 181-182).

¹¹ Consultámos uma versão *on-line*: Seminar II - The Ego in Freud's Theory and in the Technique of Psychoanalysis 1954 - 1955 Chapter IV - A Materialist Definition of the Phenomenon of Consciousness. <http://www.lacanonline.com/index/2010/05/reading-seminar-ii-chapter-iv-a-materialist-definition-of-the-phenomenon-of-consciousness/>

¹² The problem of diachronicity is not just a function of the fact that science has actually established a temporal hiatus between being and terrestrial thought; it concerns the fact that *this is a possibility that was rendered meaningful by the very inception of modern science* (Meillassoux, 2008: 182).

4. Notas finais

Postulemos então que a necessidade é inerente à contingência. Em Meillassoux encontramos esta ideia no princípio da autolimitação ou autonormatização da onnipotência do caos, que o obriga apenas a uma única lei, isto é, à *necessidade do caos ser contingente*. Em Paul Virílio, porém, o necessário e o acidental fundem-se, coabitando o âmago de toda e qualquer substância. Não esqueçamos que o pensador francês assevera que a invenção da substância é desde logo a invenção do acidente (Virílio, 2007: 5). Ou, por outro lado, afirma que o acidente acontece ao revelar a qualidade, a *qualidade desconhecida*, deixando transparecer aquilo que estava reprimido, oculto, diz Virílio, por um «fraco» progresso do conhecimento científico:

A completude é um limite. Lembra o segundo axioma de Aristóteles de forma a garantir o quão concluído está o planeta, efectivamente fechado pela globalização, o recente surgimento do *sentimento-de-fim-do-mundo* não se prenderá tanto ao pressagiado fim da história mas, mais especificamente, com esse fim da geografia, subscreve Virílio, como se a sociedade de consumo tivesse finalmente *consumido* o espaço-tempo planetário (Virílio, 2007: 39). Aí, a contracção telúrica fará da Terra um astro inabitável. A demografia, a hidrografia, a geografia, a cosmografia liquefazem-se perante uma *Claustrofobia*¹³ generalizada. É toda uma crise nas ciências, revelação de uma trágica dúvida hamletiana: «*To expose or be exposed, that is the question. To be or not to be aware, scientifically speaking, of the danger of the unexpected*» (Virílio, 2000: 56).

Ataca-se a lógica ao conceber um *mundo sem pensamento, essencialmente desafectado se o pensamos ou não*¹⁴, um golpe que feriu a ciência e a metafísica. Porém, parece-nos enfim, que a guerra enquanto fenómeno total será entendida de forma mais consistente através da fluidez da filosofia da contingência, justamente pelo espaço que concede à imponderabilidade. É esta a nossa proposta para uma metodologia de investigação.

Referências

Feyerabend, P. (1977) *Contra o Método*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Jünger, E. (1993) "Total Mobilization", Richard Wolin (ed) *The Heidegger Controversy: A Critical Reader*, Massachusetts: MIT Press, pp.119-39.

¹³ People will suffer from claustrophobia on the Earth, in the immensity of the planet. [...] Incarceration will become a mass phenomenon, an apocalyptic phenomenon (Virílio, 2002: 63).

¹⁴ The sense of desolation and abandonment which modern science instills in humanity's conception of itself and of the cosmos has no more fundamental cause than this: it consists in the thought of thought's contingency for the world, and the recognition that thought has become able to think a world that can dispense with thought, a world that is essentially unaffected by whether or not anyone thinks it (Meillassoux, 2008: 187, ênfase nossa).

Meillassoux, Q. (2008) *After Finitude: An Essay on the Necessity of Contingency*, London: Continuum.

Tzu, S. (2001) *A Arte da Guerra*, Lisboa: Europa-América.

Virilio, P. (1989) *War and Cinema – The Logistics of Perception*, London-New York: Verso.

Virilio, P. (1994) *Bunker Archaeology*, New York: Princeton Architectural Press.

Virilio, P. (2000) *A Landscape of Events*, Cambridge Massachusetts: MIT Press.

Virilio, P. (2002) *Crepuscular Dawn*, Los Angeles: Semiotext(e).

Virilio, Paul. 2006 [1977] *Speed and Politics*, trad. Mark Polizzotti, Los Angeles: Semiotext(e).

Virilio, Paul. 2007 [2005] *Original Accident*, trad. Julie Rose, Malden: Polity Press.

A Desterritorialização dos Territórios: A Cidade Subjetiva de Félix Guattari

The Deterritorialization of Territories: The Subjective City by Félix Guattari

ANDREIA DA SILVA SANTOS & ROSÂNGELA QUEIROZ

Faculdade de Integração do Sertão (fis), Brasil

asjornalista@yahoo.com.br/rmsdequeiroz@hotmail.com

Resumo:

Pensar a cidade como um território estanque é não reconhecer a complexidade da mesma. Erigida sob bases concretas, em sua concepção arquitetônica, abriga além de prédios, ruas, praças, etc., pessoas que formam uma teia heterogênea. Em meio ou através das “fronteiras” devem ser considerados os seus aspectos, sociológicos, ideológicos, antropológicos entre outros. Para esta discussão foi utilizado como a obra *Caosmose* de Félix Guattari (2008), mais precisamente o capítulo “Restauração da cidade subjetiva”, em que este autor sugere o resgate dessa “cidade subjetiva”, que vem sendo esvaziada. Guattari faz críticas ao urbanismo e classifica a cidade com um “território desterritorializado”. Dentro deste contexto, utilizou-se como objeto comparativo os filmes: *Metrópolis* (Lang, 1927), *Brazil: o filme 1984*, *O Declínio do Império Americano e Invasões Bárbaras*, por entender que essas obras cinematográficas mantêm pontos de contato com a temática desenvolvida por Guattari.

Palavras-chave:

cidade; cidade subjetiva; Félix Guattari; caosmose

Abstract:

*To think the city as a territory tight is not recognize the complexity of it. Erected on concrete foundations, in its architectural design, houses beyond buildings, streets, squares, etc, who form a heterogeneous web. In the middle or through the "borders" should be considered its aspects, sociological, ideological, anthropological, among others. For this discussion was used the book of Félix Guattari *Caosmose* (2008), specifically the chapter "restore city subjective" in which the author suggests that the rescue "town subjective", which has been emptied. Guattari criticizes urbanism and ranks the city as "deterritorialized territory." within this context, it was used as a comparative object movies: *Metropolis* (Lang, 1927), *Brazil: the movie*, (Terry Gilliam, 1985), *1984* (Michael Redford, 1984), *The decline of the american empire* (Denis Arcarnd, 1986) and *Barbarian Invasions* (Denis Arcarnd, 2003), understanding that these cinematographic maintain contact points with the theme developed by Guattari.*

Keywords:

City; subjective city; Félix Guattari; caosmose

1. Introdução

*“O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado”. Esta afirmação de Félix Guattari (2008) é o ponto de partida para toda uma discussão que busca compreender o lugar ou os lugares do homem nesse universo cidadão. Assim, será analisado ao longo deste artigo o capítulo “Restauração da cidade subjetiva”, contido na obra *Caosmose* (Guattari, 2008).*

O homem, apresentado nesta obra não pode mais ser considerado concreto ou estanque. Sobre este aspecto este autor faz um questionamento instigante: “o que significam terras natais”?

Guatarri segue afirmando que não há como os seres reestabelecerem relações com suas terras natais. A explicação está no fato dessas *terras estarem perdidas*. O que há de concreto sobre este aspecto é recobrar a singularidade individual e coletiva.

De acordo com as observações do autor, uma terra natal poder-se-ia inferir a localidade em que o ser humano possui suas bases, sejam elas, clãs, aldeias, corporações, ou seja, o lugar onde estavam suas “raízes”. No entanto, com a fluidez das identidades e com a identificação de certos grupos, a outros locais que não somente aqueles em que habitavam, fez com que as cidades passassem a ser esses territórios “sem território”. A esse fenômeno Guatarri atribui a denominação de “movimento de circulação”, para o autor tudo na (s) cidade (s) possui (em) uma rotatividade sejam as artes, o turismo, a comunicação, os sistemas informacionais, as bases tecnológicas. Paradoxalmente a esse modelo há uma tendência a estagnação, pois se tudo é movente tende a ficar com os mesmos parâmetros em todos os locais, é como se saíssemos de uma localidade e fossemos a outra, mas tudo está padronizado. “[...] Assim, a subjetividade se encontra ameaçada de paralisia. [...]” (Guatarri, 2008: 169).

O objectivo geral deste trabalho é analisar a “desterritorialização” da cidade através da obra de Caosmose (Guatarri, 2008), visando especificamente entender o conceito de desterritorialização, apresentar os conceitos de cidade sob a perspectiva de diversos autores e mostrar como a cidade é visualizada no cinema.

2. Fundamentação teórica

É importante, dentro deste contexto, observar algumas definições de outros autores sobre cidade para compará-las à *cidade subjetiva* delineada por Guatarri, para abordarmos os pontos de encontros e as diferenças.

Para Canevacci (1993), pensar a cidade é conceber o lugar do homem, um emaranhado de nós e teias significantes que formam uma grande e complexa rede; “é refletir no modo como uma determinada cidade comunica o seu estilo particular de vida, o seu *ethos*, o conjunto de valores, crenças, comportamentos explícitos e implícitos uma síntese de um todo complexo que é a sociedade” (Canevacci, 1993: 20).

Essa visão é da cidade como uma rede complexa que forma o tecido urbano. Coadunam com o mesmo pensamento Pelletier e Delfante, quando afirmam que a cidade é um ajuntamento de funções e que não existe nenhuma cidade que seja unicamente utilizada para habitação,

para o setor terciário ou para o secundário. “Segundo a famosa fórmula que apesar de obsoleta não deixa de ser praticada da Carta de Atenas, as funções da cidade são a produção, o habitat, a cultura do corpo e do espírito e a circulação” (Pelletier, Delfante, 1997: 63).

Sobre este aspecto, Guattari (2008) ressalta que o objetivo dos modernistas era o de um *habitat* padrão, estabelecido a partir de supostas “necessidades fundamentais”, determinadas de uma vez por todas. Penso aqui no dogma que constituiu o que se chamou de “Carta de Atenas” em 1933, representando a síntese dos trabalhos do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna).

Essa perspectiva de modernismo universalista definitivamente terminou. É apaixonante ver hoje em dia quantos jovens arquitetos se lançam, não na via decadente do pós-modernismo, mas na que denominaria a via de re-singularização. Um certo retorno da perspectiva estética, indo de encontro à funcionalidade, parece certamente salutar (Guattari, 2008: 176).

Ferrara (1981) afirma que o contexto contribui para o significado da cidade e toda mudança do contexto implica alterações daquele significado. Assim sendo, o projeto de uma cidade supera em importância o partido das edificações que a compõem. Levar em consideração o contexto urbano supõe selecionar e relacionar, em constantes remodelações, seus elementos constitutivos a fim de permitir que o usuário urbano seja capaz de apreender a cidade como unidade, percepção global e contínua.

De acordo com Machado (2001), desde a antiguidade clássica, a cidade tem sido focalizada a partir dos diferentes pontos de vista bem como inúmeras representações. No que diz respeito a literatura, segundo a autora, esta foi uma das primeiras áreas do conhecimento a buscar respostas para questões referentes ao cotidiano dos cidadãos que residem em espaços urbanos. Na literatura grega, por exemplo, o personagem Édipo, além de narrar a desestruturação sexual de sua família, *representou a doença da cidade*. O drama vivido por Sófocles demonstrava a inquietação do protagonista em relação ao bem-estar dos moradores de Tebas, território este que foi afligido pela peste.

Com a Revolução Industrial os modos de vida dos habitantes da cidade modificaram-se bruscamente e o urbano foi tema recorrente dos mais diversos autores a exemplo de Charles Dickens, Víctor Hugo, Vigny Zola, Balzac e Baudelaire, a cidade tem sido representada na literatura não apenas como espaço geográfico, *mas como símbolo complexo e inesgotável da existência humana*.

Ainda segundo Machado, desde o século XIX com o advento da Independência, vários autores brasileiros, focaram suas obras na questão da vida urbana, Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo, são narradores das transformações ocorridas em alguns centros urbanos.

Segundo Furtado (2002), as cidades contemporâneas se negam por suas imagens. Não se deixam ver, não se deixam possuir. São cidades de imagens sem densidade temporal. A autora diz ainda que, com a sofisticação dos meios de reprodução, tanto na escrita quanto na imagem, a cidade começa a se povoar de signos, numa profusão de sinais e mensagens.

Para Elias (1989: 24) o desenho urbano se instaura na inter-relação significativa que referente a sua organização estrutural: edifícios, praças, ruas, avenidas e todas “as espécies de opacidades e transparências que compõem a cidade”.

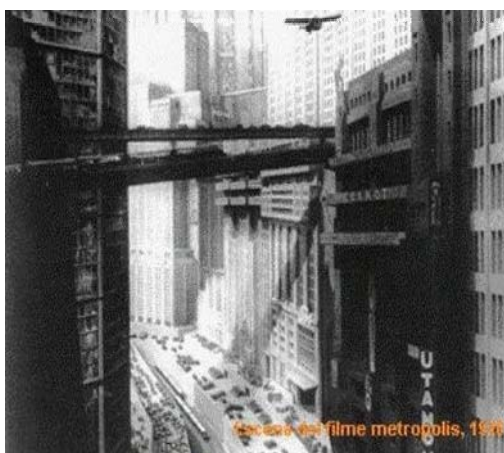
Guatarri (2008) afirma que os urbanistas não poderão se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema dentre outros; é o problema das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites.

3. A cidade na tela

No universo fílmico a cidade tem sido objeto de inúmeras produções, dentro deste contexto de desterritorialização e subjetivação proposto por Guatarri, pode-se destacar algumas dessas obras.

Fritz Lang em 1927, lança o filme *Metropolis*, o roteiro da película é baseado no livro homônimo de Thea von Harbou, produzido em parceria com Lang. O longa- metragem se passa no século XXI em uma cidade imaginária governada por um empresário autocrata. Seus funcionários diretos são a parcela dos cidadãos que vivem de forma privilegiada, os trabalhadores, por sua vez, vivem em regime de escravidão, são dominados pelas máquinas e têm que viver no subsolo da localidade. Dentro deste ambiente inóspito, uma das moradoras, Maria, insufla os outros cidadãos a reivindicarem seus direitos.

Sobre este filme Resende (2002: 65) afirma que: “é genial, marco do expressionismo alemão, e, tecnicamente, absolutamente de vanguarda. O delírio da cidade futurista e seu espaço preenchido por premonitórios arranha-céus, com o horizonte cortado”.



Metrópolis (Fritz Lagn,1927)
Fonte: <http://metropolis1927.com/>

Guattari observa que as transformações tecnológicas nos obrigam a considerar simultaneamente uma tendência a homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogenética, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes.

Em *Brazil: o filme* (1988), a cidade se apresenta de forma burocrata e tecnocrata e dividida em dois polos. O protagonista Sam Lowry (Jonathan Pryce) habita nessa sociedade opressiva e é uma constante em seus sonhos aparecer um paraíso, o fundo musical para estes momentos de “delírio” se dão através da música *Aquarela do Brasil* (Ari Barroso, 1939).



Brazil: o filme (Terry Gillian, 1985)

Fonte: <http://www.sessaodameianoite.com.br/classicos-da-ficcao-cientifica/brazil-%E2%80%93-o-filme/>

Guatarri ressalta que é comum tratar a máquina como um subconjunto da técnica, mas segundo o autor a problemática das técnicas é que está na dependência das questões colocadas pelas máquinas e não o inverso. “A máquina tornar-se-ia prévia à técnica ao invés de ser a expressão desta. O maquinismo é objeto de fascinação, às vezes de delírio” (Guatarri, 2008: 45).

Outro filme que também mantém essa linha da cidade dividida e vigiada é *1894* (Nineteen Eighty-Four, Inglaterra/1984) direção de Michael Radford, baseado no livro homônimo de George Orwell (1949). Uma sociedade vigiada pelo Grande Irmão (Big Brother) que se faz onipresente em espaços públicos e privados. As ações realizadas pelos habitantes da localidade são analisadas por tal entidade, para então, ser concedidas ou cerceadas.

A figura do Grande Irmão aparece em telas espalhadas pela cidade a todo instante para lembrar que o cidadão está sendo terminantemente observado, não há como fazer nenhum ato transgressor, pois o mesmo poderá ser penalizado com a temida sessão de tortura.



1984 (Michael Radford, 1984)

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/1984/trailers-e-imagens/>

4. O declínio ou a falência das potências

Há dois filmes que tratam desse declínio das potências, mais especificamente da estadunidense, são eles: *O declínio do império americano* (1996) e *As invasões bárbaras* (2003), ambos do diretor Denis Arcand. Desde a primeira película o diretor sinalizava a decadência de uma cidade que iria se concretizar com a invasão de povos bárbaros, que iriam “silenciar” a potência inatingível. Metaforizando, no primeiro longa, através de diálogos voltados para a questão sexual para mostrar a perda do respeito e pudor. No segundo filme o diretor trata da decadência do sistema de saúde para marcar literalmente a morte de um povo e a inoperância dos órgãos governamentais.

[...] Na verdade, é todo um espírito de competição econômica entre as empresas e as nações que deverá ser novamente posto em questão. Existe aí um tipo de corrida de velocidade entre a consciência coletiva humana, o instinto de sobrevivência da humanidade e um horizonte de catástrofe e de fim do mundo humano dentro de alguns decênios! Perspectiva que torna nossa época ao mesmo tempo aterrorizada e apaixonante, já que os fatores éticos-políticos adquirem aí uma relevância que, ao longo da história, anteriormente jamais tiveram (Guattari, 2008: 172, 173).



As invasões Bárbaras (Denis Arcand, 2003)

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/invasoes-barbaras/trailers-e-imagens/>

Na visão deste autor não existe mais, uma capital que domine a economia mundial, mas um “arquipélago de cidades”, ou mesmo, subconjuntos de grandes cidades, interligados pela diversidade dos meios de comunicação e informação, bem como pela tecnologia. “A cidade-mundo do capitalismo contemporâneo se desterritorializou, seus diversos constituintes se espargiram sobre toda a superfície de um rizoma multipolar urbano que envolve o planeta”(Guatarri, 2008: 171).



O declínio do império americano (Denys Arcand, 1996)

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/declinio-do-imperio-americano/trailers-e-imagens/>

O drama urbanístico que se esboça no horizonte deste fim de milênio é apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana deste planeta. Sem uma reorientação radical dos meios e sobretudo das finalidades da produção, é o conjunto da biosferas que ficará desequilibrado e que evoluirá para um estado de incompatibilidade total com a vida humana [...] (Guattari 2008: 172).

Os Urbanistas não poderão se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema dentre outros; é o problema das questões econômicas, sociais e culturais.

A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites. Mas, isso, não é tarefa fácil, pois segundo Guattari, a mundialização da divisão das forças produtivas e dos poderes capitalísticos não é absolutamente sinônimo de uma homogeneização do mercado, pois as “diferenças desiguais” não mais se localizam entre o centro e a região periférica, e sim entre “as malhas urbanas superequipadas tecnologicamente, e, sobretudo informaticamente, e imensas zonas de habitat de classes médias e de habitat subdesenvolvido” (Guattari, 2008: 171).

5. Considerações finais

Através da análise interpretação deste recorte da obra de Guatarri, pode-se inferir que, Guatarri (2008) ressalta que a cidade são máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considera-las. Então surge a imensa importância de uma colaboração, de uma transdisciplinaridade entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas, etc...

No que tange a desterritorialização, Guatarri vai tratar de um ponto muito importante que são as cidades-potências. Na visão deste autor não existe mais, uma capital que domine a economia mundial, mas um “arquipélago de cidades”, ou mesmo, subconjuntos de grandes cidades, interligados pela diversidade dos meios de comunicação e informação, bem como pela tecnologia.

Referências

- Canevacci, M. (1993) *A Cidade Polifônica*, São Paulo: Editora Studio Nobel, 1993.
- Duarte, F.; De Marchi, P. (2006) 'Imagens da Cidade Tecnológica: Linguagem (ir) Realidade' in Araújo, D. C. (2006) *Imagem (ir) Realidade: Comunicação e Cibermídia*, Porto Alegre: Sulina.
- Elias, E. O. (1989) *Escritura Urbana. Uma Invasão da Forma, Evasão do Sentido*, São Paulo: Perspectiva.
- Furtado, B. (2002) *Imagens Eletrônicas e Paisagem Urbana: Intervenções Espaço-Temporais no Mundo da Vida Cotidiana: Comunicação e Cidade*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto.
- Machado, M. S. (2001) 'O Imaginário Urbano' in Bresciani, M. S. (org) (2001). *Palavras da Cidade*, Porto Alegre. Editora UFRGS.
- Pelletier, J.; Delfante C. (1997) *Cidades e Urbanismo no Mundo*, Tradução Sylvie Canap. Lisboa: Instituto Piaget.
- Resende, B. (2002) *Apontamentos de Crítica Cultural*, Rio de Janeiro, Aeroplano, Diretor: Fritz

Documentos eletrônicos

- <http://metropolis1927.com/> Acesso em 15 de novembro de 2011
- <http://www.sessaodameianoite.com.br/classicos-da-ficcao-cientifica/brazil-%E2%80%93-o-filme/> Acesso em 15 de novembro de 2011
- <http://www.adorocinema.com/filmes/1984/trailers-e-imagens/> Acesso em 15 de novembro de 2011
- <http://www.adorocinema.com/filmes/invasoes-barbaras/trailers-e-imagens/> Acesso em 10 de novembro de 2011.

<http://www.adorocinema.com/filmes/declinio-do-imperio-americano/trailers-e-imagens/> Acesso em 10 de novembro de 2011.

Filmes

1984. Direção Michael Redford. Inglaterra. 1984. 113 min. Distribuidora: Lume Filmes.

As invasões Bárbaras. Direção Denis Arcand. Canadá. 2003. 94 min. Distribuidora: Europa Filmes.

Brazil: o filme. Direção Terry Gilliam. Estados Unidos, 1985. 143 min. Distribuidora: Fox.

Metropolis. Direção Fritz Lang. Estados Unidos. 1927. 124 min. Distribuidora: Continental.

O declínio do império americano. Denis Arcand. Canadá. 98 min. 1986. Distribuidora: Europa Filmes.

